

**UNIVERSIDADE DO ESPORTE**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**LUIZ ANTONIO GRISARD**

# **O ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL À LUZ DO DIREITO DO TRABALHO**

Monografia apresentada como requisito à  
obtenção do grau de Especialista em  
Administração Esportiva pela Universidade do  
Esporte.

Orientador: Prof. Alexandre Hellender de  
Quadros

**CURITIBA**  
**2003**

**Para meus pais.**

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>iv</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1 NOÇÕES INICIAIS DE DIREITO DESPORTIVO.....</b>	<b>3</b>
<b>2 AS ORIGENS DO FUTEBOL.....</b>	<b>22</b>
<b>3 NOÇÕES INICIAIS DOS CONTRATOS DE TRABALHO.....</b>	<b>33</b>
<b>4 O CONTRATO DE TRABALHO DE ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL.....</b>	<b>44</b>
<b>5 JUSTIÇA DO TRABALHO OU JUSTIÇA DESPORTIVA?.....</b>	<b>96</b>
<b>6 TRANSFERÊNCIA DE ATLETA PROFISSIONAL.....</b>	<b>109</b>
<b>7 FUTEBOL, PASSE E SOCIEDADE.....</b>	<b>136</b>
<b>8 ESTUDO COMPARADO.....</b>	<b>141</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>156</b>
<b>ÍNDICE.....</b>	<b>229</b>

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o contrato de trabalho de atleta profissional de futebol sob a égide da legislação existente, sobretudo a trabalhista, enfocando, de maneira crítica, todos os elementos que envolvem o vínculo de emprego entre jogadores e associações de prática desportiva, tendo em vista o surgimento de novos regulamentos legislativos e o notável crescimento do interesse pelo direito desportivo observado nos últimos anos. Ainda, relatar historicamente a evolução do esporte dentro das sociedades antigas, ressaltando semelhanças e diferenças em relação às práticas contemporâneas. Discorrer sobre a legislação do trabalho aplicada à prática do futebol, desde os primeiros diplomas surgidos na década de 50 até dias atuais, fazendo uma abordagem crítica sobre acertos e lacunas do legislador, destacando, principalmente, os pontos controvertidos observados pela doutrina no tocante às últimas normas que tratam da questão. Procurar esclarecer pontos ainda obscuros sobre o consagrado instituto do “passe”, bem como analisar a situação dos atletas profissionais com sua extinção. Ainda, desenvolver estudo comparativo entre a realidade nacional e a profissionalização do futebol, estudando as conseqüências sociais da adoção das novas medidas que regem o desporto. Finalmente, buscar alternativas para evitar a falência jurídica e disciplinar do esporte nacional de maior popularidade.



## INTRODUÇÃO

No início, praticava-se futebol por amor ao clube ou por simples prazer. A popularização e profissionalização do esporte trouxeram profundas alterações nesta romântica cena.

Os atletas passaram a receber uma recompensa – bens materiais ou pecúnia – por serviços prestados. As agremiações organizavam-se e, a cada ano que passava, reforçavam seus elencos com o objetivo de derrotar seus oponentes. Décadas mais tarde, os meios de comunicação começavam a dar sinais de interesse pela cobertura destes eventos. Daí para o panorama que temos hoje foi um passo. Multidões, contratos milionários, corrupção, CPIs, “passe”, patrocínios. Não é difícil perceber que o romantismo no futebol é, definitivamente, coisa do passado.

Dentro da magnífica evolução do esporte mais praticado do planeta, as relações entre atletas e agremiações de futebol surgem como elemento dos mais intrigantes. A evolução, ao que nos parece, não havia alcançado a legislação até a década passada. Por sua atualidade e controvérsia, o contrato de trabalho de atleta profissional de futebol será objeto principal deste estudo, mormente depois da edição de duas recentes Leis que trataram do assunto: a Lei Zico (8.672/93) e a Lei Pelé (9.615/98) – esta última já totalmente retalhada pelas seguidas modificações que sucederam sua edição.

O obscuro instituto do “passe” também será objeto de intensa reflexão. Até 1992, o passe dos atletas era o maior patrimônio que os clubes poderiam ter. Superficialmente, podemos dizer que é a prática de se cobrar determinado valor quando da transferência de um atleta de uma agremiação para outra. Segundo a grande maioria dos críticos, o passe tornava o atleta um escravo, já que não poderia escolher em qual clube exercer sua profissão.

O ano de 1992 representou, definitivamente, um divisor de águas. Foi nele que o jogador belga Jean-Marc Bosmann conseguiu, através de uma decisão da Corte Européia, transferir-se para um clube de sua escolha, sem a necessidade do pagamento do passe. A partir daí, tivemos a enganosa impressão de que as bases do corrompido futebol brasileiro estariam muito próximas de radical mudança. Ledo engano.

Em terras tupiniquins, contudo, parece que a novidade ainda não faz parte do cotidiano. Tudo permanece inalterado, como se absolutamente nada tivesse acontecido. Para aqueles que acompanham o mais popular esporte da nação, isto não deve causar espanto. A gerência amadora dos cartolas, a ignorância dos atletas em relação à legislação, o abismo social – que, acreditem, também pode ser facilmente percebido dentro do futebol – e o descaso do Estado contribuíram para que a grande evolução legislativa não transbordasse as quatro linhas dos Códigos.

A comunidade jurídica dedicada ao estudo do Direito Desportivo aplica todos os esforços possíveis para a elaboração de um Código Nacional de Desportos, como forma de regulamentar, vez por todas, as divergências que surgem dentro deste âmbito e, obviamente, as relações existentes entre atletas e associações de prática desportiva.

O futebol, por ser o esporte de maior tradição no país, deveria possuir bases reguladoras sólidas, o que não acontece. Cabe a nós, portanto, em um primeiro momento, analisar profundamente as relações que se estabelecem entre atletas e associações, tanto do ponto de vista desportivo quanto do ponto de vista jurídico para, a partir daí, aplicarmos nosso conhecimento no sentido da elaboração de normas claras, atuais e, sobretudo, humanitárias.

## 1 NOÇÕES INICIAIS

Para que, ao longo deste trabalho, seja possível a compreensão da evolução das relações entre atletas e entidades desportivas, faz-se necessário, em um primeiro momento, analisar o desporto em sentido lato para, posteriormente, focalizar as atenções no desporto como elemento integrante do universo jurídico.

A atividade desportiva é, sem dúvida, uma das primeiras manifestações humanas, instrumento de desenvolvimento individual, social e cultural.

Podemos entender o desporto, grosso modo, como sendo toda e qualquer atividade corporal realizada com o objetivo de recreação. Muitos o analisam sob a ótica de atividade como demonstração de destreza ou força física, que, aliás, foi o ponto de vista sob o qual o desporto se desenvolveu na Grécia antiga. A semente lá plantada veio dar origem, posteriormente, às famosas Olimpíadas, expressão contemporânea máxima da integração entre esporte e sociedade. Outros o entendem como instrumento que atesta o caráter social do homem, o seu ímpeto de viver em grupos, desenvolvendo crenças e culturas.

Desde remotas épocas, dos egípcios aos fenícios, o desporto vem ganhando importância, também, como fenômeno econômico e jurídico. Após a Revolução Industrial, todas as atividades humanas sofreram a chamada “profissionalização”. Com o desporto não poderia ser diferente.

Esta evolução – natural, diga-se de passagem – pode ser atribuída, basicamente, por um lado, ao surgimento de novos valores como, por exemplo, o culto à saúde e, por outro, ao encurtamento das distâncias trazido pela globalização, fato que tornou o desporto uma atividade cotidiana, com grande destaque em todos os meios de comunicação.

O crescimento do interesse pelo desporto em geral é consequência primeira desta evolução. Logo após, podemos citar o surgimento de regulamentos que se amoldem a cada uma das práticas desportivas levando em consideração o meio social e

a época em que estão inseridas. A evolução das normas desportivas nacionais será tema sobre o qual nos debruçaremos a seguir.

O desporto é, sem dúvida, um fenómeno jurídico. Em primeiro lugar, porque não poderia existir sem regras, sem padrões de conduta estabelecidos, sem normas, sem sanções. Em segundo lugar, porque nos remete, mais notadamente em sua modalidade profissional, a um instituto clássico do direito: o contrato. Finalmente, porque o desporto se estrutura sobre um complexo ordenamento jurídico, uma mistura entre organização não-estatal – representada por clubes, associações, empresas particulares – e estatal, calcado no interesse social e no desenvolvimento dos cidadãos. Temos, assim, normas de carácter geral para todo o esporte e outras de carácter particular, que se estendem somente a uma categoria. Ambas as normas se confluem no Direito Desportivo e a análise, dentro de todo este emaranhado, do Direito do Trabalho, que se preocupa em estudar a relação contratual entre atleta e entidade desportiva, é o objeto maior desta obra.

Infelizmente, ainda hoje, o Direito Desportivo permanece desconhecido pela grande maioria dos operadores do Direito. Talvez porque o advogado raramente tem contato com temas desta seara. É no mínimo curioso o fato do esporte de maior expressão no país não despertar interesse dentro da classe dos juristas.

A escuridão que paira sobre esta espécie do Direito não é compreensível. A partir da segunda metade do século XX, o desporto passou a ganhar cada vez mais importância no cotidiano da sociedade. A diversidade das modalidades desportivas e a complexidade que trazem dão aos juristas imenso campo de atuação. Senão vejamos. As entidades de prática desportiva, ao mesmo tempo em que devem preocupar-se com a gestão do patrimônio do clube ou associação, através de relações cíveis ou comerciais, têm a obrigação de cumprir com suas atribuições de empregadores, não só para com seus funcionários, mas, também, com seus atletas, sob a égide da legislação trabalhista específica. (Iremos abordar a polêmica sobre o “passe” em capítulo específico). Ademais, as entidades devem prestar assistência a seus atletas toda vez que, dentro de uma competição, esteja envolvida a Justiça Desportiva. Vale lembrar

que, nestas hipóteses, observamos a presença de diversos elementos de direito processual civil e penal.

O campo de atuação dos operadores do direito pode, ainda, transcender a esfera das relações privadas. É bastante rotineiro o conflito de interesses entre agremiações e o Estado. Grandes exemplos são a inadimplência tributária de certas entidades desportivas e a eterna discussão sobre a competência para a aplicação de determinadas normas sobre o caso concreto.

Não há como negar, pois, a integração e importância do desporto na sociedade atual. Prova maior disto é o reconhecimento da Constituição Federal de 1988. Bem verdade que já existiam diplomas anteriores que contemplavam a relevância social do esporte como, por exemplo, a Lei 6.251/75, que criou a Justiça Desportiva, a Lei 6.354/76, a primeira a tratar exclusivamente das relações de trabalho do atleta profissional de futebol, ou a Portaria 702/81 do MEC – alterada, posteriormente, pela Portaria 328/87 – que instituiu o Código Brasileiro Disciplinar de Futebol (CBDF).

A Carta Magna, em seu artigo 217, dispõe ser “*dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais*”.<sup>1</sup> Foi mais além. Conferiu às entidades desportivas, dirigentes e associações, total liberdade para estruturação e funcionamento. Formalizou a destinação de recursos públicos para a promoção do chamado “desporto educacional”. É, pois, o pilar sobre o qual irão se fundar todos os regulamentos e relações decorrentes das práticas desportivas.

## 1.1 LEGISLAÇÃO E FUTEBOL

Enganam-se aqueles que pensam que o Direito Desportivo teve suas origens ligadas ao futebol. Segundo o ilustre advogado e estudioso do Direito Desportivo Valed PERRY:

Pode-se dizer que o Direito Desportivo nasceu em 1885, com a fundação da *Union Cyclist Internationale*, quando o ciclismo ainda era um ramo desportivo incipiente. Como os ciclistas tinham poucas provas em seus países, iam para a Itália, Portugal, França, Inglaterra

---

<sup>1</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *DOU*, Brasília, n. 191-A, 5 out. 1988.

ou Espanha e disputavam provas realizadas em outros países, assim como havia competições de estrada que atravessavam o território de outro país. Daí a dúvida: qual a Lei a ser aplicada em um país quando o ciclista era de outro?

A fim de dirimir a questão, resolveram fundar a *Union Cyclist Internationale*, que passou a ser a primeira entidade de direção internacional do mundo. O seu estatuto aprovou com as suas regras, com as suas normas e com essas normas disciplinares. Então, aí, nasceu o direito desportivo, porque essas normas prevaleciam em todos os países sobre todos aqueles que praticavam aquele ramo desportivo.<sup>2</sup>

A FIFA – *Fédération Internationale de Football Association* – foi fundada em 21 de Maio de 1904 e seu ato de fundação foi assinado pelas associações da França, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Espanha, Suécia e Suíça. A Inglaterra já possuía sua associação desde 1863, mas a idéia de uma associação internacional que iria gerenciar o futebol somente decolou após a reunião dos demais países.

No Brasil, o abismo legislativo desportivo estendeu-se até o início da década de 40. Até então, existiam apenas praticantes. Não há registros de nenhuma lei que regulamentasse nem a atividade desportiva tampouco a organização administrativa e jurídica.

Vale destacar que a história legislativa desportiva pode ser claramente dividida em três momentos, que acompanham a evolução da conjuntura política brasileira: o primeiro, de 1932 a 1945; o segundo, de 45 a 87 e, por fim, o terceiro, a partir da Constituição Federal de 1988.

Em 1930, a aristocracia agrária era retirada do poder por um grupo de grande força política e econômica emergente na época. A derrocada do modelo agrícola e de seus comandantes foi agravada pela crise da bolsa de valores americana em 1929 e, cada vez mais, o lucro obtido com as exportações de café e outros gêneros era investido em empreendimentos industriais. O então Presidente da República, Washington Luiz, legítimo representante da política do café-com-leite – que resumia a hegemonia de mineiros e paulistas no comando econômico e político nacional – foi retirado do poder em outubro de 1930, coroando em êxito o movimento organizado pela Aliança Liberal e apoiado pela nova burguesia.

---

<sup>2</sup> PERRY, Valed. *Direito desportivo*. Campinas: Jurídica Mizuno, 2000, p. 133.

Vejamos o panorama ilustrado pelo jurista Marcílio KRIEGER:

A urbanização crescente do país levava ao aumento dos serviços postos à disposição da população das cidades, propiciando um significativo aumento do número de trabalhadores assalariados. Papel capital desempenhava a industrialização que se espalhava em ritmo acelerado, ampliando a composição da classe operária nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, locais onde eram bem vívidos os exemplos de combatividade e organização dos imigrantes-operários, dentre os quais se destacavam os italianos e os espanhóis.<sup>3</sup>

Getúlio Vargas iria, então, assumir o poder. Assumia em um momento político bastante único no cenário internacional. Os imperialismos britânico e francês que, por muitos anos, dominaram o mundo, perdiam território e, conseqüentemente, perdiam mercado consumidor. O fascismo italiano ganhava a adesão do nacional-socialismo alemão. Stalin lutava para alcançar o domínio total da então União Soviética. O imperialismo americano ainda engatinhava após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Com seu *Estado Novo*, Vargas adotava ideologias basicamente fascistas, marcadas pela centralização da administração e pela supremacia do executivo sobre os outros poderes. Dentro desta nova filosofia estatal, a Educação Física (ainda chamada de Ginástica, na época), ocupava lugar de grande destaque, pois era tida como meio de “desenvolvimento da raça”. Destacaram-se, neste âmbito, alguns Decretos-Leis (instrumento legal adequado à filosofia estatal da época):

- Decreto-Lei 526/38: criou o Conselho Nacional de Cultura. A Educação Física encontrava-se atrelada ao desenvolvimento cultural do país.
- Decreto-Lei 1.056/39: criava a Comissão Nacional de Desportos. Sua atribuição fundamental era de realizar estudos sobre o desporto nacional e apresentar um plano geral para a regulamentação destas atividades. Apresentou o projeto do Código Nacional de Desportos. Já neste projeto encontrávamos uma disposição no sentido de que as pendengas desportivas deveriam ser resolvidas dentro deste âmbito, imputando-se pena de eliminação àqueles que recorressem ao Judiciário “Comum”.

---

<sup>3</sup> KRIEGER, Marcílio César Ramos. *Lei Pelé e legislação desportiva brasileira anotadas*. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 4.

- Decreto-Lei 3.199/41: Foi a primeira norma regulamentadora do futebol no Brasil. Estruturou os primeiros organismos oficiais do esporte, tais como as federações, confederações e associações e deu as primeiras linhas de como seriam tratadas as relações entre atletas e clubes. Editada em 14 de Abril, era cópia da legislação italiana da mesma época, isto é, refletia o regime fascista italiano, semelhante ao regime militar pelo qual atravessava nosso país. Dentro desta realidade, nada fugia ao controle estatal. O esporte, então, não poderia ser diferente. O Estado dominava a organização das competições, seus regulamentos e toda a atividade administrativa e judiciária. Abertura à iniciativa privada, nem pensar.
- Decreto-Lei 3.617/41: criou a CBDU – Confederação Brasileira de Desportos Universitários.
- Decreto-Lei 5.342/43: Determinou a competência do CND (Conselho Nacional de Desportos) em relação à disciplina das atividades desportivas. Mais importante do que isto, reconheceu oficialmente a prática desportiva do futebol.
- Decreto 5.343/43: Estabeleceu normas relativas à prática da Educação Física nos estabelecimentos secundários.

Logo após, em 1943, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – que passou a disciplinar as relações de trabalho entre atletas e seus empregadores. Até 1976, a CLT aplicava aos atletas de futebol as mesmas disposições que aplicava aos artistas.

A Segunda Guerra Mundial acabou por determinar uma divisão ainda maior do poder em escala mundial. Os vitoriosos, França, Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética “dividiram” o globo em áreas de influência política e econômica. A América Latina, obviamente, ficou sob influência norte-americana. Este novo modelo levaria, posteriormente, à deposição de Getúlio, em virtude da organização operária e das novas burguesias que surgiam.



O período compreendido entre 45 e 88 foi o de maior destaque em termos de edição de novas normas. Entretanto, a maioria delas manteve a visão altamente autoritária, fruto da supremacia estatal em todos os setores da sociedade.

Mesmo com normas em profusão, somente em 1964 – no auge da ditadura militar – que se tem notícia do primeiro diploma legal que tratava especificamente da profissão de *atleta de futebol*. O Decreto 53.820/64 trazia, em seu bojo, assuntos diretamente relacionados aos profissionais da bola: “passe”, férias, intervalo mínimo entre partidas, contrato de trabalho, transferências.

A Lei 5.939, de 19 de novembro de 1973, incluiu a classe dos atletas profissionais de futebol como credores dos benefícios da previdência social.

Em 6 de outubro de 1975, foi editada a Lei 6.251. O Brasil ainda estava sob o regime de ditadura militar. No poder, o General Ernesto Geisel.

Carlos Miguel AIDAR, jurista que por muitos anos foi dirigente do São Paulo Futebol Clube, comenta:

Na realidade, essa Lei 6.251 foi uma cópia do Decreto 3.199, uma roupagem diferente, é bem verdade, mas ainda prevalecia a mão forte do Estado a ditar regras e normas sobre a forma de organização do esporte. Não era dado, por exemplo, ao Corinthians ou ao São Paulo, ou a um clube de menor expressão seja ela qual fosse, se organizar de acordo com sua necessidade, todos tinham que se organizar da mesma maneira, todos tinham que ter a sua quantidade de sócios e todos tinham que ter, no mínimo, vinte conselheiros e, no máximo, trezentos, em razão da quantidade de milhares de sócios, para cada milhar era um limite de vinte conselheiros, no limite de trezentos. De forma que era muito difícil os clubes se organizarem livremente.<sup>4</sup>

Esta Lei foi a primeira a dar contornos gerais sobre a Justiça Desportiva (artigo 42, inciso III). Pouco tempo depois, em 2 de setembro de 1976, surge a Lei 6.354, que regulou a relação de trabalho específica dos atletas de futebol. Ficou em vigor até a edição da revolucionária e polêmica Lei Zico (8.672/93), posteriormente revogada pela Lei Pelé (9.615/98).

---

<sup>4</sup> AIDAR, Carlos Miguel Castex *et al.* *Direito desportivo*. Campinas: Jurídica Mizuno, 2000, p. 19.

A Lei 6.354/76 trouxe importantíssima contribuição para a evolução dos conceitos desportivo-trabalhistas que observamos atualmente. Definiu, entre outros:

- Conceito de empregador e empregado no âmbito do futebol.
- Definiu o conteúdo geral do contrato de trabalho entre atletas e associações desportivas.
- Determinou o limite de idade para a celebração de contratos profissionais.
- Estabeleceu a jornada de trabalho, diária e semanal, bem como o período de férias.
- Tratou das condições para as transferências de atletas, temporárias ou definitivas.
- Conceituou o “passe” como sendo o vínculo desportivo que liga o atleta à associação, mesmo tendo o vínculo laboral, decorrente do contrato, já encerrado.

O fato de a legislação dar tratamento diferenciado aos atletas de futebol vem produzindo algumas interessantes discussões. O presidente de Tribunal Superior do Trabalho, ministro Almir PAZZIANOTTO, indagado sobre o tema, afirmou: “pela importância de que se reveste como atividade econômica e pelo papel desempenhado no cenário social e político, o futebol exige regras legais e específicas estáveis”.<sup>5</sup>

A Lei manteve, em seu artigo 29, o que havia estabelecido anteriormente o Decreto-Lei 1.056/39, ou seja, a Justiça Desportiva é competente para apreciar os litígios entre atletas e clubes. Este tema, por ser bastante polêmico e interessante, voltará a ser apreciado em capítulo próprio.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o desporto nacional deu uma guinada. A Lei Maior trata, em diversos artigos, desta questão. Senão vejamos o que trazem os artigos 5º, 24 e 217:

---

<sup>5</sup> PAZZIANOTTO, Almir. Disponível em: <<http://www.e-jurídico.com.br/noticias>> Acesso em: 3 jan. 2002.

Art. 5º [...]

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XXVIII – são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
[...]

IX – educação, cultura, ensino e desporto

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional

§ 1º O poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, reguladas em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.<sup>6</sup>

Posteriormente à Constituição Federal de 1988, podemos destacar duas leis ordinárias que revolucionaram o cenário esportivo nacional. A Lei 8.672/93, mais conhecida como Lei Zico, e a Lei 9.615/98, ou Lei Pelé. Analisaremos ambas a seguir.

### 1.1.1 Lei Zico

A previsão constitucional de modelos para a organização e funcionamento do esporte abriu caminhos para a edição de lei ordinária que tratasse da questão de forma mais abrangente.

Importante relato sobre a Lei Zico nos traz Carlos Miguel AIDAR:

O movimento que nasceu e que levou à edição de uma lei nova, a tal da Lei Zico, nasceu do fruto de um trabalho de muitas pessoas, que realmente trabalharam na elaboração dessa lei. Em seu pré-projeto foram cinco pessoas que, desinteressadamente esperando uma eleição para Presidente da República, ficaram durante um ano se reunindo. Fizeram um projeto de lei que adaptava a legislação brasileira ao sistema moderno de desenvolvimento do esporte em todo o mundo; já se buscava o chamado clube empresa naquela época, já se buscava

<sup>6</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *DOU*, Brasília, n. 191-A, 5 out. 1988.

facilitar as parcerias de investimento no esporte e se procurou dar esta autonomia. Apresentou-se esse projeto ao presidente eleito, o então presidente, ainda não empossado, Fernando Collor de Mello, que envolvido com a idéia criou a Secretaria Especial dos Esportes vinculada à presidência da República tirando a matéria desportiva do âmbito do Ministério da Educação e Cultura e colocando numa secretaria especial. Nomeou como primeiro secretário de esportes desse país a figura do Zico que, assumindo essa secretaria pegou o trabalho dessas cinco pessoas, distribuiu por todo o Brasil, todas as Federações, todas as Confederações e mercê de todas as sugestões recebidas acabou sendo editada a chamada Lei Zico, depois de um amplo debate perante a sociedade, inclusive no Congresso Nacional [...].<sup>7</sup>

Por ser a primeira lei do gênero no país, apresentava uma série de imperfeições, o que lhe rendeu inúmeras críticas. Uma das mais contundentes era o fato de dedicar um artigo (o Artigo 57) à regulamentação do jogo de bingo – apesar de o próprio atleta que lhe emprestou o nome ter demonstrado posição em contrário.

A Lei Zico facultou, em seu artigo 11, a transformação das entidades de prática desportiva nos chamados clubes-empresa. Este ponto geraria grande discussão quando da edição da Lei Pelé que, ao invés de manter esta faculdade, tornou obrigatória a forma empresarial dos clubes de futebol.

Pela primeira vez regulamentou a situação de atletas convocados para seleções nacionais. Em seu artigo 21, § 1º, previu que “a entidade convocadora indenizará a cedente dos encargos previstos no contrato de trabalho, pelo período em que durar a convocação do atleta, sem prejuízo de eventuais ajustes celebrados entre estes e a entidade convocadora”.<sup>8</sup>

Também com ineditismo, estabeleceu, em seu artigo 22, § 2º, que “aplicam-se ao atleta profissional de futebol as normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social, ressalvadas as peculiaridades expressas nesta Lei ou integrantes do contrato de trabalho respectivo”.<sup>9</sup>

As inovações não param por aí. No artigo 23, a Lei Zico ampliava o prazo máximo do contrato, previsto no Decreto 53.820/64, mais tarde recepcionado pela Lei 6.354/76 em seu artigo 3º, II, de dois para três anos. Previu, excepcionalmente, que, no

<sup>7</sup> AIDAR, Carlos Miguel Castex. *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>8</sup> BRASIL. Lei 8.672/93, 6 de jul. 1993. *DOU*, Brasília, 7 de jul. 1993.

<sup>9</sup> *Idem*.

caso da celebração do primeiro contrato profissional, o prazo máximo seria de 48 meses, desde que o atleta, de modo não-profissional, estivesse exercendo sua atividade na mesma agremiação nos últimos 24 meses.

Mesmo assim, a Lei Zico serviu de laboratório para a Lei Pelé, que a sucedeu e revogou. Muitos dos mais conceituados estudiosos do direito desportivo nacional não hesitam em dizer que a Lei Pelé é uma cópia, um “clone”, da Lei que a antecedeu.

Observemos o que diz a respeito Álvaro MELO FILHO:

A Lei Pelé tem um total de 96 artigos. Retirados os dez vetos, na realidade temos 86 artigos hoje vigorantes, dos quais 50, sejam na forma, sejam no conteúdo, são idênticos aos que estavam na Lei Zico e, como um dos artífices da Lei Zico, posso dizer que há uma co-responsabilidade minha também pela Lei Pelé. Digo sempre que houve uma ‘clonagem jurídica’ porque 50 artigos são oriundos da Lei Zico em forma ou em conteúdo e 36 são dispositivos novos.<sup>10</sup>

Francisco Horta, por exemplo, na apresentação da obra de Inácio NUNES, “Lei Pelé comentada e comparada”, discorda da posição de Álvaro Melo Filho:

Apenas divirjo, com vênica antecipada, da tese final, qual seja, a de que dita lei deveria ser chamada de ‘Lei Pelezico’ e não somente de Lei Pelé. A afirmativa do nobre autor de que a Lei Pelé tem em seu bojo 80% da Lei Zico pode até ser verdadeira. Ocorre que os outros 20% que caracterizam a Lei Pelé são substanciais. São eles os pilares da revolução no mundo desportivo nacional que a nova legislação proporcionará, em contraste com a timidez da Lei Zico a respeito.<sup>11</sup>

É por estes e outros motivos que passaremos, agora, a tratar mais profundamente, da Lei Pelé em todos os seus aspectos.

### 1.1.2 Lei Pelé

A edição da Lei Zico demonstrou a necessidade que o ordenamento jurídico tem de ser mais dinâmico, acompanhando a evolução do corpo social. Mesmo sendo alvo de uma série de críticas, a Lei 8.672/93 representou grande passo. Daí explica-se a expectativa criada em torno do Projeto de Lei 3.633/97, que logo ganhou o apelido de

<sup>10</sup> MELO FILHO, Álvaro. *Direito desportivo*. Campinas: Jurídica Mizuno, 2000, p. 182.

<sup>11</sup> Francisco Horta, *apud* NUNES, Inácio. *Lei Pelé comentada e comparada*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1998, p. 9.

“Projeto Pelé”, em virtude do atleta Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, ocupar, à época, os cargos de Ministro Extraordinário dos Esportes e Presidente do INDESP – Instituto Nacional do Desenvolvimento do Esporte.

Acerca do início do caminho à aprovação, conta o especialista Marcílio KRIEGER:

O projeto foi encaminhado, em 15.09.1997, com a exposição de motivos no. 22/GMME, à Presidência da República e, seguidamente, ao Congresso Nacional. Sua tramitação foi rápida, para os padrões usuais. Assim, aos 8 de outubro foi constituída a Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a analisar e emitir parecer ao chamado Projeto Pelé, anexando-o a três outros que já estavam em tramitação naquela Casa, de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia, do Deputado Eurico Miranda e do Deputado Maurício Requião. A Comissão, presidida pelo Deputado Germano Rigotto, e cujo Relator foi o Deputado Antônio Geraldo, realizou diversas sessões ordinárias além de um sem número de audiências públicas, nas quais foram ouvidos depoimentos de pessoas vinculadas à entidades dirigentes, entidades de prática, representantes dos atletas, treinadores, juristas, desportistas em geral. Um total de 127 emendas foi encaminhado ao projeto, várias delas sendo incorporadas ao texto final. A redação dada na Câmara dos Deputados foi aprovada sem emendas no Senado Federal, graças a um acordo de lideranças e, a seguir, encaminhada ao Presidente da República que lhe opôs 17 vetos, apreciados e mantidos na forma do art. 66 da CF/88. Em 24 de Março de 1998 foi promulgada a Lei no. 9.615/98, pouco mais de 5 meses do encaminhamento do Projeto de Lei ao Legislativo.<sup>12</sup>

Antes de prosseguirmos na análise da Lei 9.615/98, vale lembrar que ela está longe de ser um diploma legal perfeito, que atenda as necessidades da classe desportiva nacional, até porque a lei dificilmente reforma a sociedade, mas a sociedade pode, e deve, reformar a lei. Desta forma, nada mais natural do que uma análise sobre o texto e suas implicações no corpo social.

Logo que chegou ao conhecimento público, a nova lei, que substituiria a Lei Zico, instigou incessante debate sobre as principais alterações que trazia em seu texto. Algo que se fez notório, desde o princípio, foi o fato de a Lei 9.615/98 ter seu foco quase que todo voltado para o futebol. Ora, o Brasil, com dimensões continentais e enorme diversidade cultural, não tem no futebol a sua única manifestação desportiva. Obviamente que o futebol é o esporte de maior expressão, que atrai mais investimentos, que gera mais riquezas, que tem a maior atenção dos meios de comunicação. Jamais, entretanto, a lei poderia escusar-se de tratar com

<sup>12</sup> KRIEGER, Marcílio César Ramos. *Lei Pelé ...*, p. 15.

maior profundidade outros esportes nacionais, sejam coletivos, como o voleibol (campeão olímpico), o basquetebol (duas vezes campeão mundial), o handebol, ou individuais.

Dentre os principais temas da Lei estão a regulamentação das ligas independentes, a organização da Justiça Desportiva, a constituição dos clubes em empresas, os bingos, a natureza do desporto nacional e as formas de seu fomento pelo Estado e o contrato de trabalho do atleta (tema sobre o qual iremos dedicar a maior parte deste estudo).

Mesmo mantendo a maior parte de seu texto bastante próximo ao da Lei 8.672/92, a Lei 9.615/98 apresentou contradições marcantes entre seus principais pontos de inovação: o clube-empresa e a questão do passe.

Álvaro MELO FILHO, um dos maiores, senão o maior, estudiosos da Lei Pelé, ao comentar os principais temas trazidos pelo texto, criticou:

[...] a Lei Pelé foi feita a toque de caixa, para no final o clube empresa ter dois anos para se implantar e a lei do passe tem três anos, desde 24 março de 1998, para vigorar. Para que tanta pressa em fazer a lei se foi dilargado no tempo e instituída a *vacatio legis* em relação aos seus dois pontos fundamentais e fulcrais: o clube empresa e a extinção do passe. Ao mesmo tempo, esses dois pontos na forma em que foram colocados se constituem, de certo modo, uma incoerência e um paradoxo do legislador, porque ao mesmo tempo em que a lei obriga e impõe um clube profissional a se transformar em empresa retira o ainda hoje principal e mais relevante ativo que é o passe do jogador.<sup>13</sup>

Como dissemos anteriormente, a Lei 8.672/93 facultava a transformação dos clubes em sociedades comerciais com finalidades desportivas. A redação original da Lei 9.615/98 tornava obrigatória a adoção da forma empresarial, nos moldes do artigo 27, para que os clubes pudessem participar de competições oficiais. Explicamos o motivo desta rigorosa medida. O gerenciamento dos clubes de futebol é reconhecidamente frágil e a falta de transparência nas decisões administrativas e na contabilidade são notórios.

Talvez por força desta situação, a Receita Federal, através da Lei 9.532/97, decidiu por revogar os benefícios de isenção tributária sobre o imposto de renda que eram outorgados aos clubes desportivos. Estes, sem dúvida alguma, até a edição de tal

---

<sup>13</sup> MELO FILHO, Álvaro. *Direito desportivo*. Campinas: Jurídica Mizuno, 2000, p. 184.

dispositivo, viviam em um universo pouco definido, ora configurando-se como entidades filantrópicas, ora como comerciais.

Observemos o que comentou Inácio NUNES:

Bem se sabem os motivos que levaram o Congresso Nacional a aprovar esta obrigatoriedade. Ela seria desnecessária se a escrituração contábil dos clubes fosse confiável e se a ela tivessem acesso representantes da Receita Federal e do Ministério Público. Como a intervenção do Ministério Público nas entidades de administração e prática de desportos foi rechaçada, a fiscalização da Receita Federal nas empresas será efetiva. E a escrituração contábil terá que ser confiável. Principalmente no que tange às transações internacionais.<sup>14</sup>

Na prática, contudo, sabemos que, cada vez mais, as transações de atletas, sejam elas nacionais ou internacionais, estão cada vez mais obscuras. Os valores das negociações transcendem a realidade.

Álvaro MELO FILHO, contudo, levantou em alguns de seus comentários a inconstitucionalidade da Lei no que dizia respeito à natureza das entidades de prática, por entender que a obrigatoriedade da conversão dos clubes de futebol em empresas trazida pela Lei Pelé fere dispositivo constitucional da liberdade de associação e de autonomia organizacional.

Segundo o eminente estudioso, o artigo 27 de Lei Pelé estaria por ferir os ditames do artigo 5º, XVII, onde lemos que “é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”.<sup>15</sup> Diante deste impasse, comentou:

Quanto ao clube-empresa sua cogência era de visível inconstitucionalidade, por malferir os princípios constitucionais da liberdade de associação (art. 5º, XVII) e da autonomia desportiva (art. 217, I), fazendo com que a Lei 9.981/00 tornasse tal mutação facultativa, como na Lei Zico, até porque obrigar todo clube profissional a se transformar em empresa é tão inconstitucional quanto a obrigar toda empresa transformar-se em clube profissional. Aliás, não é o fato de ser clube empresa que assegura o profissionalismo, credibilidade e honestidade de seus dirigentes, [...] são exemplos recentes os clubes-empresa Olympique de Marseille e Benfica, cujos presidentes foram presos por fraudes fiscais e desvios de verbas, comprovando que desmandos ocorrem tanto no clube com ou sem fins lucrativos, seja associação civil ou empresa. Por isso, não é a transformação dos clubes em empresas ou a adoção compulsória da forma jurídica empresarial que vai eliminar os ilícitos fiscais, cambiais, tributários, previdenciários, civis, penais e garantir a substituição do

<sup>14</sup> NUNES, Inácio. *Op. Cit.*, p. 34.

<sup>15</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *DOU*, Brasília, n. 191-A, 5 out. 1988.



dirigente/torcedor pelo dirigente/administrador apto a realizar uma gestão mais racional.<sup>16</sup>

Para que possamos melhor compreender a questão, vejamos o que dizia, originalmente, o artigo 27 da Lei 9.615/98, *in verbis*:

Art. 27 As atividades relacionadas a competições de atletas profissionais são privativas de:

I – sociedades civis de fins econômicos;

II – sociedades comerciais admitidas na legislação em vigor;

III – entidades de prática desportiva que constituírem sociedade comercial para administração das atividades de que trata este artigo.

Parágrafo único. As entidades de que tratam os incisos I, II e III que infringirem qualquer dispositivo desta Lei terão suas atividades suspensas, enquanto perdurar a violação.<sup>17</sup>

Não há como negar que a Lei Pelé instituiu uma grande mudança na maneira de gerir o futebol e nas cifras que arrecada. Mas acreditamos que o Brasil ainda não estava totalmente preparado para mudança de tal calibre. Explico.

Talvez o grande entrave do clube empresa seja o fato de nosso país ter dimensões tão grandes. Devemos, sempre, ter o futebol europeu como referencial de organização e gerenciamento, mas, se organizássemos, por exemplo, um campeonato nacional com 16 equipes na primeira divisão, 24 na segunda e mais 48 na terceira, acabaríamos como o futebol no resto do país. Cidades, por exemplo, no interior do Amazonas, que vivem em função de um único clube, que é o orgulho de seu povo, restariam sem nenhuma expressão desportiva. É um paradoxo. Elitizar (e, em consequência, qualificar) o futebol nacional significaria, em muitos casos, extingui-lo na maior parte do território brasileiro. Temos, segundo dados de 2000, 517 equipes profissionais de futebol. Apenas a título comparativo, temos, na Espanha, 122, na Itália, 128, na Inglaterra, 92, na Argentina, 70, na França (atual campeã do mundo), 40. Com a adoção do modelo europeu, chegaríamos a um número aproximado de 150 clubes. E os outros 370, o que fariam?

<sup>16</sup> MELO FILHO, Álvaro. *Relações de trabalho no desporto: legislação vigente e alterações propostas*. Disponível em: <<http://www.ibdd.com.br/artigos>> Acesso em: 19 out. 2001.

<sup>17</sup> BRASIL. Lei n. 9.615/98, 24 mar. 1998. *DOU*, Brasília, 25 mar. 1998.

A solução seria incentivar os clubes a transformarem seus arcaicos modelos de gestão em estruturas empresariais. Mesmo assim, o grande problema jurídico desta medida continuaria sendo a obrigatoriedade.

Longe de se pensar, todavia, que esta obrigatoriedade seja inconstitucional. Valioso o ensinamento de Gilberto Ferreira MENDES, que apresenta argumento contrário à idéia da inconstitucionalidade e da violação à autonomia das entidades de prática desportiva:

No que diz respeito à autonomia organizacional, a rigor, se pudéssemos chegar à conclusão a que alguns colegas chegaram, nós certamente diríamos que as normas que regulamentam o Código Civil e que disciplinam as sociedades, os tipos de sociedades e os perfis de sociedades, também seriam inconstitucionais. As pessoas, na verdade, partem de uma idéia de liberdade absoluta, que não existe em lugar nenhum. A própria idéia de organização e associação pressupõe determinados marcos jurídicos, estabelecidos pela própria legislação civil. [...] Já se está a ver que não se cuida de um espaço absoluto, até porque quem trabalha com a perspectiva constitucional sabe que o que a Constituição assegura é aquilo que a gente chama de um princípio ou garantia institucional.<sup>18</sup>

A Lei não deve inviabilizar o exercício de associação (e de nenhum outro direito), mas não nos parece absurdo que possa limitar e estabelecer diretrizes para aqueles que pretendam exercer este tipo de atividade. Ao se exigir que uma determinada sociedade cumpra requisitos legais não se está a afetar a liberdade de associação. Ademais, é bom que se frise, pela análise do texto legal, não se obriga nenhum clube a transformar-se em sociedade comercial. O que se determina, o que é norma cogente e imperativa é que os clubes que atuem em modalidades profissionais tenham esta sua prática gerenciada por um dos tipos societários descritos na norma – sociedade por ações, sociedade por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade comercial constituída pela própria entidade para os fins do artigo. Como bem disse Carlos Miguel AIDAR:

[...] se o São Paulo ou o Corinthians não quiserem transformar o seu departamento de futebol numa empresa comercial, eles não são obrigados a fazer, apenas não disputarão a modalidade profissional; continuarão jogando futebol sob a forma amadora, não mais profissional e, obviamente, serão excluídos dos campeonatos que disputam e que motivam o

---

<sup>18</sup> MENDES, Gilmar Ferreira. *Direito desportivo*. Campinas: Jurídica Mizuno, 2000, p. 266.

grande público torcedor, mas não estão proibidos de fazê-lo.<sup>19</sup>

Neste caso, a lei apenas modernizou-se, curvando-se a uma realidade. Ninguém imagina, e é quase impossível de acreditar, que as entidades de prática desportiva profissional estejam a desenvolver uma atividade que não fosse comercial. Certamente, uma atividade que gera milhões de dólares ao redor do planeta, não pode ser equiparada a uma entidade filantrópica e é neste ponto que acredito ter a Lei Pelé atingido seu objetivo: aproximar os ditames legais da realidade, pelo menos no que diz respeito ao caráter comercial da atividade dos clubes.

Mas o futebol, como tudo na vida, possui o outro lado. Se por um prisma reconhecemos que as entidades possuem caráter comercial e, por conseguinte, devem amoldar-se aos princípios que se apresentam na legislação, por outro temos que estas sociedades devem atrair investimentos – como qualquer outra empresa – como forma de viabilizar seus negócios. Esta questão se torna ainda mais grave quando nos debruçamos sobre a saúde financeira dos clubes, altamente dependente da injeção de dinheiro da iniciativa privada.

A extinção do passe, que estudaremos detalhadamente no decorrer deste trabalho, retirou o maior patrimônio dos clubes e os forçou a buscarem alternativas para equilibrar as finanças. Só que estes investimentos, com toda a certeza, não atingirão todas as equipes profissionais do país, deixando um sem número de profissionais – além daqueles que, indiretamente, vivem do futebol – a beira do desemprego e exclusão social.

Só vai aparecer investidor para clube grande, ninguém vai querer investir no clube do interior do Maranhão ou do interior de Goiás, esse é um outro grande problema e é uma forma simples de eliminar ou elidir de vez o surgimento de jovens valores que, muitas vezes, são forjados em clubes desconhecidos. Às vezes não é nem por força de um trabalho, nem em razão de investimentos. É que, naquela cidade, o jovem não tem nada o que fazer a não ser jogar futebol e, de repente, ela surge naquela cidade do interior, sem nenhuma estrutura.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> AIDAR, Carlos Miguel Castex. *Op. Cit.*, p. 33.

<sup>20</sup> MELO FILHO, Álvaro. *Direito ...*, p. 188.

Afora esta possibilidade de minar o surgimento de novos valores e o conseqüente desaparecimento de pequenas agremiações profissionais, está o fato de a Lei ser bastante falha em relação aos detalhes da formação dos clubes-empresa. Basta usarmos o famoso “jeitinho” brasileiro. Importante salientar, aqui, que não estamos indicando tal prática, apenas demonstrando uma lacuna da lei que precisa ser preenchida com urgência.

Veja o exemplo dado por Álvaro MELO FILHO:

Cada um dos dois sócios dá R\$ 100,00, inscreve-se esta sociedade por cotas de responsabilidade limitada na Junta Comercial para administrar o departamento profissional de futebol do Palmeiras no lugar da Parmalat, o contrato de gestão é esquecido, aí faz-se o clube empresa, mas o que é que vai garantir, o que é que vai motivar uma empresa com capital de R\$ 200,00 para administrar um patrimônio daquele ou mesmo de um clube do interior? [...] É fácil cumprir formalmente a lei, mas será que isso foi o interesse do legislador?<sup>21</sup>

A roupagem legal perfeita não significa que foi atingido o objetivo do legislador. A estruturação empresarial deve ser pensada de maneira mais ampla, ou seja, que sejam levados em consideração todos os aspectos da alteração. Mais ainda, devemos ter em mente a questão social.

Posteriormente, diante da grita geral dos dirigentes, foi editada, em 14 de julho de 2000, a Lei 9.981/00, que alterou a redação do discutido artigo 27:

Art. 27. É facultado à entidade de prática desportiva participante de competições profissionais: [grifos nossos]  
 I - transformar-se em sociedade civil de fins econômicos;  
 II - transformar-se em sociedade comercial;  
 III - constituir ou contratar sociedade comercial para administrar suas atividades profissionais.<sup>22</sup>

Com a vigência do Novo Código Civil (Lei n.º 10.406/2002) e com a edição da Lei n.º 10.672/2003, o panorama alterou-se novamente. Pela redação do artigo 27, § 9º da Lei 9.615/98, a transformação em sociedade empresária – um dos tipos societários

<sup>21</sup> MELO FILHO, *op. cit.*, p. 189.

<sup>22</sup> BRASIL. Lei n. 9.615, 24 mar. 1998. *DOU*, Brasília, 25 mar. 1998.

trazidos pelo novo diploma civil – permanece facultativa. Ocorre que o § 11º do mesmo diploma prescreve que apenas as entidades desportivas profissionais que se constituírem regularmente em sociedade empresária na forma do § 9º não ficam sujeitas ao regime da sociedade em comum e, em especial, ao disposto no art. 990 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil – que preceitua que os sócios são solidária e ilimitadamente responsáveis pelas dívidas da sociedade. Isto significa dizer que a lei não obriga ninguém a se transformar em empresa, ou seja, as entidades de prática desportiva – que na maioria das vezes estão constituídas sob o regime de associação – podem manter seu *status* atual.

Válida foi a tentativa de evoluir, através da obrigatoriedade, os alicerces do desporto nacional. Evoluções deste porte, entretanto, devem ser gradativas. Prova disto é que o legislador alterou a redação original. Acreditamos que somente após a solidificação destas “novas” normas de direito desportivo é que podemos avançar ao próximo nível, modificando por completo a estrutura arcaica sobre a qual os clubes se sustentam.

Outro tema que gerou grande discussão, desde o projeto até a época da edição do texto final, foi a questão do “passe”.

Por este ser um dos temas centrais desta obra e para que possamos situar melhor a situação dos contratos de trabalho dos atletas profissionais de futebol, espécie contratual *sui generis*, faremos um estudo, ainda que superficial, sobre o contrato de trabalho na legislação pátria.

## 2 AS ORIGENS DO FUTEBOL

“Há evidências importantes da existência da prática de esportes nas civilizações antigas, mas seus registros não são exatos. As civilizações primitivas (mais, incas, egípcios, etc.) praticavam jogos com caráter esportivo, muitas vezes com intuito religioso. A própria natação encontra sua origem numa prática ‘esportiva’ que consistia em afogar o adversário, sagrando-se vencedor aquele que conseguisse sobreviver”.<sup>23</sup>

O termo *esporte* data do século XIV. Marinheiros utilizavam-se de expressões como *fazer esporte*, *desportar-se* ou *estar de portu* como forma de se referir aos confrontos entre suas habilidades.

A maior evolução do esporte foi observada, sem sombra de dúvida, na Grécia. Naquela época, o culto ao corpo contribuiu sobremaneira para a disseminação das práticas esportivas. Contudo, o esporte somente veio a organizar-se muito tempo depois, em meados do século XVIII.

Nesta época, em terras inglesas, surgem os *clubs*, associações específicas que tinham regulamentos bastante rígidos. Descobriremos, mais tarde, que a origem do futebol como se conhece hoje teve raízes no Velho Continente. O esporte, na Antigüidade, não apresentava a elevada competição que observamos hoje. O *Fair Play* – sinônimo da lisura na conduta desportiva – teve suas origens nos clubes ingleses, onde se exaltava o cavalheirismo e a derrota era aceita sem maiores conseqüências. Muitos entendem que até o início do século XX tudo não passava de um simples jogo. *Experts* ensinam que existe grande diferença entre *jogo* e *competição*. Jogo é lúdico, de brincadeira, puro divertimento. A competição, por outro lado, é o jogo levado a sério. Um ganha e outro perde.

Independentemente desta discussão epistemológica, desde os mais remotos tempos, o esporte é ferramenta indispensável na integração social.

Como fenômeno social universal, o esporte é o elemento de interação entre os grupos sociais, com forte influência no enriquecimento cultural da humanidade.

Não só a prática de esporte pelo homem tem importância, mas também a participação deste como espectador.

Se, na prática do esporte, o homem foge do sedentarismo, melhora seu físico, interage com

<sup>23</sup> ZAINAGHI, Domingos Sávio. *Os atletas profissionais de futebol no direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 1998, p. 17.

outros grupos sociais, como espectador ele participa mais sob o aspecto psicológico, fugindo da realidade, identificando-se com seus ídolos, experimentando emoções de sofrimento, *stress*, prazer etc., as quais, muitas vezes, ficam represadas no cotidiano, principalmente nos grandes centros urbanos. Até mesmo instintos de violência são liberados nas praças desportivas. Por outro lado, preconceitos e divisões sociais são superados durante um espetáculo esportivo.<sup>24</sup>

O mais popular dos esportes tem sua origem indefinida, mas sabe-se que sua história nos remete a civilizações antes de Cristo. Não existe no mundo, com absoluta certeza, outro esporte mais fascinante e belo.

A história contemporânea do futebol nos faz retornar ao ano de 1863, na Inglaterra, quando a associação de *rugby* sofreu uma cisão, dando origem a *The Football Association in England*. Ambas as formas de futebol – apesar de muitos acreditarem que o *rugby* não seja deste uma espécie – surgiram de uma mesma raiz e possuem uma longa árvore genealógica.

Acredita-se, pelo menos, na existência de uma dúzia de jogos que, direta ou indiretamente, relacionam-se com o que entendemos ser o futebol atualmente. Fato é que chutar uma bola com os pés não é algo exclusivo de nossa era. Da mesma forma, não há razão para acreditar que o futebol seja apenas uma variação de um outro esporte que apenas difere por jogar-se com as mãos. A necessidade de utilizar os pés e as mãos em uma disputa física pela bola é natural. Ademais, controlar a pelota com os pés exige muito mais técnica e talento do que fazê-lo com as mãos.

A mais antiga forma do jogo que apresenta evidências científicas data do século II, na China. Um manual militar da Dinastia *Han* incluía, como um dos exercícios físicos obrigatórios, o *Tsu'Chu*. Consistia em chutar uma bola de couro estufada com tecidos e cabelos através de um vão de aproximadamente 30-40 centímetros dentro de uma rede fixada por tocos de bambu. Os praticantes do esporte de hoje podem atestar que tal feito demanda extrema habilidade e precisão.

Uma variação deste exercício, onde o jogador deveria usar somente pés, peito, costas e ombros para impedir os ataques adversários, também foi identificada. O uso das mãos não era permitido.

---

<sup>24</sup> ZAINAGHI, Domingos Sávio. *Op. Cit.*, p. 23-24.

Outra forma do jogo, também originária do continente asiático, era o *Kemari*. De origem japonesa, este jogo data de aproximadamente 500 a 600 anos depois do chinês *Tsu'Chu* e, pasmem, ainda é praticado. Era um tipo de jogo circular, digamos. Não se observa, neste, caráter de competição ou de luta pela posse do balão. Muito menos espetacular que seu antecessor, os jogadores se agrupavam em um círculo relativamente pequeno e deveriam passar a bola uns para os outros, sem permitir que ela tocasse o chão.

O jogo grego *Episkyros*, sobre o qual muito pouco foi escrito, era muito mais movimentado. Os romanos, ao invadirem a Grécia em 1500 a.C., levaram consigo o jogo e o renomearam *Harpastum*. O jogo era disputado por dois times em um campo retangular, com duas marcações aos fundos e uma linha central. O objetivo era fazer com que a bola ultrapassasse a linha final do adversário. Os jogadores perfilavam-se ao fundo do campo e a bola era colocada sobre a linha média. Após o “apito”, todos corriam em direção a ela. A bola poderia ser passada entre jogadores de um mesmo time, sendo que cada um tinha uma missão tática pré-determinada, o que interessava muito os espectadores. O papel dos pés neste jogo era mínimo e a violência, marcante. Credita-se a esta prática o surgimento do *rugby*.

Este jogo permaneceu popular por aproximadamente 700 anos e, mesmo com os romanos o tendo levado à Inglaterra, é duvidoso que possa ser considerado o precursor do futebol. O mesmo pode-se dizer do *Hurling*, jogo bastante popular dos Celtas irlandeses, cujo objetivo era conduzir a bola até a praça central da cidade adversária. Mais tarde, o *hurling* evoluiu e passou a ser praticado em um campo de 100x30 metros, com postes em suas extremidades e com equipes cujo número de “atletas” variava de 40 a 60. Os jogos mais pareciam batalhas campais do que uma prática esportiva.

É bastante aceitável e possível que todos estes jogos tenham influência na criação do esporte como o conhecemos modernamente, mas, com ampla certeza, o maior desenvolvimento do jogo de futebol foi observado na Escócia e na Inglaterra.



O jogo que floresceu e evoluiu nas ilhas britânicas desde o século VII até o século XIX, apresentou um considerável número de variações regionais, fato que tornou necessária a divisão das associações de *rugby* e futebol.

Mesmo assim, as práticas britânicas eram bastante diversas daquelas que observamos anteriormente. Eram mais desorganizadas, mais violentas, mais espontâneas e, normalmente, tinham um número indefinido de jogadores. Frequentemente, as disputas transformavam-se em acalorados combates entre vilas ou cidades inteiras e avançavam pelas ruas, praças, campos e lagos. Chutar era permitido, assim como também o era quase tudo. Mesmo assim, em alguns casos, esta “regra” era suprimida em virtude do tamanho e peso da bola. Nestas hipóteses, o chute, ao invés de ter a bola como objetivo, mirava os adversários. Demoraria até 1863 para que o tamanho e o peso da bola fosse unificado e oficializado. Antes disto, as equipes deveriam discutir todas as regras antes do começo da partida. Foi o caso da partida entre Londres e Sheffield, em 1866, a primeira em que o tempo de duração da disputa foi pré-estabelecido: 1 hora e 30 minutos.

O futebol *Shrovetide*, como era chamado, pertence à categoria do “futebol de bando”, já que o número de jogadores era ilimitado e as regras eram bastante vagas. Somente a título exemplificativo, um livreto ancestral dizia que quaisquer meios poderiam ser empregados para levar a bola a seu destino, com a exceção de assassinato e homicídio culposos. Sua origem é atribuída aos anglo-saxões, mas muitas lendas cercam a sua aparição. Uma das teorias dita que esta mesma espécie de jogo havia sido registrada anteriormente na Normandia. Este jogo continua sendo praticado em algumas áreas e, obviamente, abandonou as técnicas sanguinárias.

À parte do impulso natural do homem em demonstrar sua técnica e força, mesmo deste modo caótico e violento, é certo que muitos costumes pagãos trouxeram importante contribuição para a evolução do jogo.

Para muitos, a bola, que significava o sol, deveria ser conquistada para que uma próspera colheita fosse assegurada. Teria que ser impulsionada sobre o campo para que as lavouras florescessem e os ataques inimigos fossem afastados.

Outro duelo que se tem registro era o travado entre homens solteiros e casados que, por muito tempo, fez parte da tradição inglesa. Na cidade escocesa de Insverek, eram as mulheres que disputavam o jogo casadas x solteiras.

Como visto, muitas são as origens e visões do jogo. Um fato, entretanto, é inconteste: o futebol apareceu há mais de 1000 anos nos mais diferentes cantos do globo, nas formas mais rudimentares, até mesmo no local que entendemos ser o berço do esporte, a Inglaterra. Muitas vezes a prática do futebol levava a punições severas, o que só nos leva a crer que o esporte realmente entusiasmava multidões, muito embora sob vistas grossas das autoridades.

Só para que se tenha idéia, em 1314, o prefeito de Londres declarou a proibição do futebol na cidade devido aos distúrbios que a prática causava. O desrespeito a esta determinação poderia resultar em prisão. Durante a famosa Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra – que, na verdade, durou um pouco mais, de 1338 até 1453 – a situação não era muito favorável ao futebol. Eduardo III, Ricardo II, Henrique IV e Henrique V fizeram com que a prática do esporte fosse punida com prisão porque afastava seus praticantes de se exercitarem em outros esportes, mais importantes militarmente, como o arco e flecha.

Todos os reis escoceses do século XV também expressaram sua censura pelo futebol. Particularmente famoso foi o decreto proclamado pelo Parlamento e instituído por James I, em 1424: nenhum homem poderia jogar futebol.

Nenhum destes esforços proibitivos surtiu efeito.

A paixão pelo futebol cresceu de forma exuberante nos tempos da Rainha Elizabeth. A maior influência desta época veio da Itália, particularmente das regiões de Florença e Veneza. O futebol lá praticado era conhecido como *calcio*. Certamente era mais organizado que seu equivalente inglês e era praticado por equipes uniformizadas em eventos de gala da sociedade italiana. Na Inglaterra, contudo, o esporte ainda continuava rude, mas foi nesta época que encontrou um dos maiores entusiastas e incentivadores do jogo: Sir Richard Mulcaster, pedagogo, diretor das escolas de Taylor e St. Paul. Dizia que o jogo tinha intenso caráter educacional, além de promover saúde

e força e que o único aspecto que deveria ser evoluído era a técnica dos jogadores. Acreditava que o jogo poderia ser mais interessante se o número de jogadores fosse limitado e se houvesse um árbitro rigoroso.

A descrença pelo esporte, até esta fase, devia-se, principalmente, pela desordem pública que trazia, normalmente com destruição de propriedades. Em 1608, na cidade inglesa de Manchester – que, ironicamente, séculos mais tarde, seria a sede de um dos mais poderosos times do mundo, o Manchester United –, o futebol fora banido pelo fato de muitas janelas terem sido quebradas pelos jogadores.

Durante o século XVI, outro tipo de ataque foi lançado sobre o futebol. Com o alastramento do puritanismo, eram proibidos divertimentos frívolos. Os esportes em geral foram classificados como tais, o futebol em particular. A principal objeção era que o futebol constituía uma violação da paz. O mesmo tipo de argumento foi atribuído ao teatro. Isto serviu como base para que quaisquer eventos de entretenimento fossem banidos dos domingos na Inglaterra. A partir daí, futebol aos domingos passou a ser um tabu. (Até hoje a maioria das partidas da *Premier League* inglesa são disputadas aos sábados).

Mesmo assim, nenhum destes obstáculos deteve o avanço do futebol. Muitos dizem que em virtude da severidade das autoridades, por muito tempo, nenhuma evolução significativa pode ser observada, o que contribuiu para que o futebol permanecesse essencialmente rude, violento e desorganizado. O ponto de virada, no século XIX, deu-se quando a prática do futebol foi autorizada em escolas públicas. Em novo ambiente, mudanças poderiam ser feitas e técnicas poderiam ser refinadas.

Por falar em regras, vale dizer que elas permaneceram bastante flexíveis durante todo este tempo. Não se via um padrão. Cada escola desenvolvia suas próprias regras e adaptações. O esqueleto do esporte era o mesmo, mas as inovações dependiam, principalmente, do gramado sobre o qual era praticado. Por exemplo: se o jogo seria dentro dos limites da escola, cercada por muros de tijolos, não haveria espaço suficiente para praticar o *hurling*.

Circunstâncias desta natureza fizeram escolas como *Charterhouse*, *Westminster*, *Eton* e *Harrow* criarem um tipo de jogo que dependia da habilidade física e técnica dos jogadores. Outras escolas, por exemplo, *Chesltenham* e *Rubgy*, estavam mais inclinadas para um tipo de jogo mais físico, onde a bola poderia ser tocada tanto por pés quanto por mãos e, também, carregada.

Todos os estilos tiveram grande impulsão quando o futebol foi reconhecido em círculos educacionais não só como forma de distração, mas, também, como ferramenta no desenvolvimento individual. Também era uma forma de evitar outras ocupações menos “nobres”, como o jogo e a bebida. Uma nova mentalidade começava a rodear o esporte. Principalmente porque o futebol, encarado como esporte coletivo, agrupava valores importantes, como a lealdade, cooperação, obediência e espírito de equipe. Passou a fazer parte da grade curricular das escolas e a participação em atividades futebolísticas era obrigatória.

Thomas Arnold, diretor da *Rugby School*, deu passo significativo para a solidificação dos esportes em geral quando, em 1846, padronizou as primeiras regras do jogo de futebol. As regras, diga-se de passagem, ainda conservavam um pouco da truculência de épocas anteriores. Era permitido, por exemplo, chutar um oponente abaixo dos joelhos, desde que este não fosse segurado de maneira ereta por um companheiro de equipe. Tocar o balão com as mãos também era permitido. Em 1823, William Webb Ellis realizou uma jogada memorável, atravessando o campo com a bola debaixo de seus braços e, desde então, carregar a bola também era legítimo. Muitas escolas adotaram as regras desenvolvidas em *Rugby* enquanto outras, como *Elton*, *Harrow* e *Winchester* preferiram rejeita-las e deram preferência ao uso dos pés. *Charterhouse* e *Westminster* também foram contra o uso das mãos. Contudo, não isolaram seu estilo como outras escolas haviam feito. Ao invés disto, criaram um núcleo próprio, do qual o jogo prosperou.

Finalmente, em 1863, atingiu-se o clímax. Na renomada universidade de Cambridge, depois de algumas tentativas frustradas, reuniram-se os alunos de todas as escolas. O encontro acabou por iniciar a padronização do jogo e de suas regras que,

mais tarde, seriam adotadas por todos. Tudo começou pela proibição de jogadas violentas – como as caneladas, ainda comuns, acreditem, nos dias de hoje, em muitos campos do país – e a condução da bola com as mãos. Foi aí que o grupo de *Rugby* resolveu dissipar-se. Até aceitavam deixar as jogadas violentas de lado, mas foram relutantes em deixar de correr com a bola.

Esta ação em Cambridge lançou intensa discussão sobre as regras. Em 26 de outubro de 1863, onze clubes e escolas de Londres mandaram seus representantes à Taverna Freemason. A intenção destes era definir um conjunto final de regras que seriam adotadas nas partidas realizadas entre eles. Este encontro marcou o nascimento da *Football Association*. Todos os pontos polêmicos foram revisados e, em 8 e dezembro do mesmo ano, os simpatizantes do *rugby* e de suas regras separavam-se para sempre. A separação tornar-se-ia totalmente irreconciliável quando, seis anos mais tarde, foi introduzida uma regra no futebol que proibia até mesmo o toque das mãos na bola.

Depois de apenas oito anos de fundação, a Associação de Futebol já possuía cinquenta membros. A primeira competição futebolística do mundo – a *FA Cup* – teve início no mesmo ano. Dezesete anos mais tarde, a competição daria origem ao campeonato nacional.

Jogos Internacionais eram disputados na Grã-Bretanha antes mesmo de o futebol ter sido notícia fora da Europa. A primeira partida foi disputada entre Escócia e Inglaterra – alguma dúvida do por quê da eterna rivalidade entre estas nações? – em 1872. Este verdadeiro *boom* de organização foi acompanhado pelo notável crescimento de público.

O primeiro registro de profissionalismo veio em 1879. O *Darwin*, um pequeno clube da cidade de Lancashire, havia empatado duas partidas seguidas com o então imbatível *Old Etonians* pela *FA Cup*. No terceiro jogo, os amadores do *Darwin* obtiveram a vitória. Dois jogadores do clube, John Love e Fergus Suter, historicamente, foram os primeiros jogadores a receber uma remuneração por suas

habilidades futebolísticas. Esta prática, posteriormente, cresceu rapidamente e a Associação foi obrigada a legalizar o profissionalismo em 1885.

Após a fundação da Associação Inglesa de Futebol, surgiram a Associação Escocesa (1873), a Galesa (1875) e a Irlandesa (1880). Em virtude da grande influência inglesa no mundo àquela época, o futebol cresceu rapidamente, culminando com a fundação da FIFA – *Fédération Internationale de Football Association*.

## 2.1 O FUTEBOL NO BRASIL

Narra-se que a história do futebol no Brasil iniciou-se em 1878, por intermédio dos tripulantes do navio *Criméia*, que atracara no Rio de Janeiro. Teriam disputado uma partida na Rua Paçandu logo em sua chegada, como forma de fazer passar o tempo antes de seguir viagem.

Outras manifestações do futebol em terras tupiniquins aconteceram por influência dos padres. Os jesuítas queriam que seus pupilos praticassem o maior número de esportes possível. Em 1880, já era praticado no Colégio São Luís, em Itu, interior paulista. Seis anos mais tarde, seria introduzido no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, região serrana do Rio de Janeiro, e, algum tempo depois, chegaria à capital, no Colégio Dom Pedro II.

Inconteste é que, de fato, o futebol foi introduzido nacionalmente por Charles William Miller. Charles era brasileiro, filho de ingleses. Nasceu no bairro do Brás, em São Paulo. Aos nove anos de idade rumou para o Velho Continente para estudar. Destacou-se na equipe do *Banister Court School* – onde atuava como atacante – e do *St. Mary's* (que, mais tarde, daria origem ao Southampton Football Club). Diziam que possuía um drible muito rápido e precisão brilhante no arremates. Chegou a anotar 41 gols em 25 partidas, o que lhe valeu um lugar na seleção local.

Na iminência de retornar ao Brasil, não querendo se distanciar de seu esporte favorito, Charles trouxe consigo alguns uniformes e bolas. O jornalista Orlando DUARTE acrescenta:

Charles Miller não trouxe só as duas bolas. Trouxe também calções, chuteiras, camisas, bomba de encher a bola e a agulha. Foi o início desta 'loucura' que é o futebol entre nós. Charles Miller faleceu em São Paulo, na cidade onde nasceu. Foi um ótimo jogador, artilheiro, estimulador da prática do futebol, criador da jogada 'Charles', que depois virou 'chaleira'. Miller foi também um bom árbitro. Era um apaixonado 'torcedor' do futebol e responsável por tudo o que aconteceu depois. No início era tudo importado da Inglaterra, inclusive os ternos usados e os livros de regras.<sup>25</sup>

Obviamente que, no início, a prática do esporte era mais difundida entre os membros da numerosa colônia inglesa. Registra-se que, em 15 de abril de 1895, Miller dividiu um grupo em duas equipes, o *Team Gaz* e o *São Paulo Railway*, pelo qual atuava, e realizou uma partida no campo da Companhia Viação Paulista. Seu time venceu por 4 a 2.

Rapidamente, o futebol ganhou adeptos brasileiros e os primeiros clubes começaram a surgir. Em 1899, quatro clubes dedicados exclusivamente à prática do futebol já existiam no Estado de São Paulo: São Paulo Athletic, A. Mackenzie, S.C. Internacional e S.C. Germânia.

Charles Miller ajudou o São Paulo Athletic a conquistar o tricampeonato paulista (1902-1903-1904) e continuou atuando na equipe até o ano de 1910.

Além de Miller, o alemão Hans Nobling contribuiu para a disseminação do esporte. Fundou o Germânia com o intuito de derrubar a hegemonia inglesa no esporte. A primeira batalha de seu time foi contra o Mackenzie e o placar indicou, ao final, 0x0. Conta-se que o nome dado pelo alemão ao time só agradara seus compatriotas e uma assembléia organizada pela comunidade deveria votar um nome que agradasse a todos. Ficou decidido que "Internacional" seria o melhor e, descontente, Nobling abandonou o recém-criado clube para seguir com seu Germânia que, atualmente, é o Clube Pinheiros.

No Rio de Janeiro, outro Estado onde o futebol alastrou-se de forma impressionante – principalmente pelo incentivo de Oscar Cox, suíço que havia chegado há pouco tempo no Brasil –, apareceram o *Rio Cricket & Athletic Association*, o *Paissandu Cricket Association* e o *Fluminense Tecna*. Registra-se que a primeira

<sup>25</sup> Orlando Duarte, *apud* ZAINAGHI, Domingos Sávio. *Op. Cit.*, p. 28.

partida “oficial” disputada no Estado fora entre o Rio Team e o Rio Cricket & Athletic Association, no dia 1º de agosto de 1901. Teve um público de quinze pessoas e terminou com um empate de 1x1.

O futebol, nesta época, era um esporte de elite. Não era permitida a participação de operários ou pessoas das camadas mais humildes.

Em 1901 é criada a Liga Paulistana de Futebol e, no ano seguinte, é disputado o primeiro campeonato paulista. A curiosidade é que a renda obtida com a venda dos ingressos das partidas era dividida por igual entre a Liga e os clubes.

Em 1913 a Liga se desfez, dando origem à Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA). A cisão da Liga foi motivada, principalmente, por preconceitos, já que nesta época, equipes formadas por operários começavam a surgir. Assim, a APEA agrupou os clubes de elite (Paulistano, Palmeiras, Mackenzie, Ipiranga e Scotch Wanderers) e a Liga abrigava os mais populares (Americano, Germânia, Internacional, Corinthians e Minas Gerais).

Enquanto isto, no Rio, foi fundada a Associação Metropolitana de Futebol que, mais tarde, passaria a denominar-se Liga Carioca e Liga de Futebol do Rio de Janeiro. A evolução do futebol no país deu um grande salto quando, em 1914, foi fundada a Federação Brasileira de Sports e, posteriormente, em 1916, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). A CBD dedicava-se somente aos esportes amadores, o que obrigou os atletas profissionais à criação da Federação Brasileira de Futebol em 1923. Em 1937, a fusão destas duas entidades iniciou a fase do profissionalismo no futebol nacional.

A partir daí, o futebol brasileiro cresceu sem precedentes dentro dos limites do gramado, mas, infelizmente, fora dele, pouco avançamos.



### 3 NOÇÕES INICIAIS DOS CONTRATOS DE TRABALHO

Para que possamos dissertar sobre contratos de trabalho – espécie bastante peculiar dentro do gênero – culminando, posteriormente, com o estudo dos contratos de trabalho dos atletas profissionais de futebol, faz-se mister abordarmos, primeiramente, conceitos gerais que regem a teoria dos contratos no ordenamento jurídico pátrio.

O contrato é instituto tradicional do Direito Privado e sua noção depende de outros conceitos, tais como negócio jurídico, ato e fato jurídico, por estar intimamente ligado a estes. Apresenta-se como instrumento fundamental para a criação, transmissão e extinção de direitos.

Caio Mário da Silva PEREIRA, em sua obra *Instituições de Direito Civil*, aponta:

É um negócio jurídico bilateral, e de conseguinte exige o consentimento; pressupõe, de outro lado, a conformidade com a ordem legal, sem o que não teria o condão de criar direitos para o agente; e, sendo ato negocial, tem por escopo aqueles objetivos específicos. Com a pacificidade da doutrina, dizemos então que o *contrato é um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos*.<sup>26</sup>

Orlando GOMES caminha no mesmo sentido quando afirma que “*Contrato é, assim, o negócio jurídico bilateral, ou plurilateral, que sujeita as partes à observância de conduta idônea à satisfação dos interesses que regularam*”.<sup>27</sup>

Longo caminho foi percorrido, contudo, até que chegássemos aos conceitos que hoje observamos. Lembremos que, no universo jurídico, toda a formação de conceitos não deve ser estanque. A própria dinâmica da ciência do direito impede que tenhamos definições rígidas.

O Direito Romano solidificou a idéia de contrato como o acordo de vontades sobre determinada questão. Elemento essencial desta modalidade era a exteriorização material da forma, ou seja, a existência de uma *coisa*, que, primitivamente, poderia ser

<sup>26</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 2.

<sup>27</sup> GOMES, Orlando. *Contratos*. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 10.

transmitida somente dentro de três modalidades formais: contratos *verbis* (quando eram trocadas expressões obrigatórias), contratos *re* (entrega efetiva da coisa) e contratos *litteris* (inscrição material no livro do credor). Mais tarde, com o reconhecimento dos negócios mais freqüentes – venda, locação, mandato e sociedade – é que foram admitidos os chamados contratos *solo consensu*, ou seja, aqueles que se perfaziam somente com o acordo de vontades.

Mesmo com todo este rigorismo formal, a sociedade romana demonstrava estar bastante evoluída em relação à celebração de contratos, dado o grande número de instrumentos e a clareza de seus institutos. Uma vez celebrados os contratos, com a observância das formalidades, vinculadas restavam as partes, gerando obrigações.

Por falarmos em instrumento, cabível, aqui, observação pertinente: na prática, o vocábulo *contrato* é empregado em situações bastante diversas, ora como negócio jurídico bilateral, ora como simples instrumento em que se formaliza, o documento escrito particular. Vale dizer, ainda, que o contrato não se celebra apenas quando estiver “no papel”, mas, também, oralmente, visto que o elemento criador do contrato é o encontro de vontades.

Ainda no que diz respeito à formação dos contratos e suas noções iniciais, cabe pontuar que eles podem surgir através do princípio da autonomia da vontade, expresso através de três elementos essenciais: a liberdade para celebrar o contrato, a liberdade de escolher o outro contratante e a liberdade de determinar o conteúdo do acordo. Ademais, em decorrência desta ampla liberdade, surge a idéia de obrigatoriedade do cumprimento do contrato. O raciocínio é bastante simples. Ora, se a ordem jurídica confere aos contratantes a escolha, a disponibilidade sobre os termos e os parceiros do acordo, não há como admitir que revoguem o instrumento unilateralmente, sem a anuência do outro.

A sólida estruturação dos conceitos romanos permanece até hoje, já que a maioria dos princípios ainda é notada. Não há como negar, contudo, que a evolução dos tempos e das relações jurídicas fez com que tivéssemos algumas modificações na interpretação dos contratos.

Uma das mais significativas alterações diz respeito, justamente, a autonomia da vontade, expressada pela liberdade de contratar. Digo isto porque esta “restrição” a um dos princípios basilares da teoria geral dos contratos tem grandes reflexos na sociedade atual, mormente nos contratos de trabalho, espécie em estudo nesta obra.

Vejamos o que diz Orlando GOMES:

A suposição de que a igualdade formal dos indivíduos asseguraria o equilíbrio entre os contratantes, fosse qual fosse a sua condição social, foi desacreditada na vida real. O desequilíbrio tornou-se patente, principalmente no contrato de trabalho, gerando insatisfação e provocando tratamento legal completamente diferente, o qual leva em consideração a desigualdade das partes. A interferência do Estado na vida econômica implicou, por sua vez, a limitação legal da *liberdade de contratar* e o encolhimento da esfera de *autonomia privada*, passando a sofrer crescentes cortes, sobre todas, a *liberdade de determinar* o conteúdo da relação contratual. A crescente complexidade da vida social exigiu, para amplos setores, nova técnica de contratação, simplificando-se o processo de formação, como sucedeu visivelmente nos contratos em massa, e se acentuando o fenômeno da despersonalização.<sup>28</sup>

A desigualdade entre as partes que menciona Orlando Gomes é um dos mais marcantes caracteres do Direito do Trabalho. Busca-se, através de uma desigualdade formal, mera ficção jurídica, equilibrar os contratantes. A partir do momento que se verificou impossível a equiparação das partes em todas as relações jurídicas, observa-se, na prática, a promulgação de um sem número de leis que visavam a proteção das categorias menos favorecidas econômica ou socialmente, concedendo-lhes esta fictícia superioridade jurídica. Ademais, a legislação sustentou de maneira notória a atuação das organizações de trabalhadores, como os sindicatos, com a finalidade de dar-lhes autonomia suficiente para enfrentar, em pé de igualdade, a parte mais “forte”.

Outra mudança que é percebida com facilidade na seara do Direito do Trabalho é o chamado contrato em massa, também identificado como contrato de adesão. Grosso modo, esta modalidade representa a padronização dos instrumentos contratuais, onde um dos contratantes apenas “adere” a cláusulas pré-estabelecidas pela outra parte, normalmente mais fortalecida. Nestes casos, ao mesmo tempo em que resta notória a despersonalização dos contratantes, a autonomia de vontade é reduzida a zero. Não se tem mais um acordo de vontades, um encontro de interesses, apenas um

<sup>28</sup> GOMES, Orlando. *Contratos*, p. 7.

ajuste. A grande preocupação, nos dias de hoje, não somente nos ramos do direito do trabalho, mas, também, em outras áreas, é a defesa dos chamados “aderentes”.

Os contratos de trabalho são, em sua grande maioria, exemplos destes contratos de adesão, evidenciando, ainda mais, a supra citada desigualdade entre as partes.

Passemos, agora, a analisar a questão dos contratos sob ótica mais aproximada do Direito do Trabalho, como forma de compreendermos melhor as características da subespécie que estamos a estudar, a do contrato de trabalho dos atletas profissionais de futebol.

Importante, neste ponto de partida, distinguirmos o contrato de trabalho de outras atividades que, apesar de terem como objeto a atividade humana, prescindem do elemento caracterizador da relação de trabalho. Espécies como a empreitada, a sociedade, a parceria, diferenciam-se do contrato de trabalho propriamente dito pela natureza do vínculo empregatício que geram. Temos, assim, que a essência do contrato de trabalho é a **subordinação** de uma das partes em relação à outra. Esta situação de dependência seria, desenganadamente, traço característico dos contratos de trabalho e, mais ainda, seria material essencial para a caracterização da classe trabalhadora na cadeia de produção. Vários autores apresentam critérios diferenciados para qualificar esta subordinação. Resumidamente, podemos reduzi-los a apenas quatro:

- Dependência Jurídica: sem dúvida, é o mais aceito entre doutrina e jurisprudência. De um lado, tem-se o poder de direção, de supremacia do empregador, expresso pela direito de fiscalização, de limitação, de controle. Do outro, temos a subordinação do empregado, expresso pelo dever de obediência, fidelidade e diligência. Notadamente, observamos os pólos ativo e passivo, marcando a dependência hierárquica entre as partes.
- Dependência Econômica: entende-se por ser o trabalhador dependente, exclusivamente, dos proventos que percebe através de sua atividade, para sustentar-se. “O trabalhador ganha a vida como trabalho que executa em proveito de quem

lhe paga”.<sup>29</sup> Esta qualificação não é muito aceita porque se baseia, unicamente, na figura da remuneração, além de a noção de dependência econômica ser bastante vaga. Basta observar que, dentro deste critério, seria necessário um estudo aprofundado das características sócio-econômicas de cada um para sabermos, realmente, se determinada relação jurídica seria informada pelo Direito do Trabalho. Um contrato de trabalho pode, perfeitamente, existir sem dependência econômica, da mesma forma que pode existir dependência econômica sem contrato de trabalho.

- Dependência Técnica: é um critério bastante impreciso. Confunde-se com a dependência hierárquica por emprestar-lhe um de seus princípios. Senão vejamos: dentro do poder de direção do empregador, encontra-se a faculdade de o mesmo determinar quais são os critérios técnicos utilizados na produção. O empregado, sujeito passivo da relação, apenas observa tais indicações.
- Dependência Social: a dependência social é um critério que funde dois anteriores, o da dependência jurídica – ou hierárquica – e o da dependência econômica. O contrato de trabalho poderia ser caracterizado, então, pela subordinação, concomitantemente, econômica e jurídica. Acredita-se, contudo, que a dependência social não possa ser admitida como critério para reconhecimento de um contrato de trabalho.

Orlando GOMES e Elson GOTTSCHALK chegam à seguinte conclusão em relação ao tema da subordinação como elemento essencial das relações de trabalho:

De todos os critérios distintivos analisados, nenhum se avantajava ao da *subordinação jurídica ou hierárquica*. Os demais padecem de um vício de origem. Pretendem caracterizar um contrato com elementos metajurídicos. O erro de seus defensores provém de procurarem, preferentemente, analisar a condição social e econômica do trabalhador, em vez de examinar a relação jurídica da qual ele participa. A semelhança das condições de vida dos trabalhadores em geral conduz a uma generalização que constitui grave errônea técnica. Porque dois indivíduos que trabalham têm a mesma situação econômica e social, infere-se, daí, que devem ser, necessariamente, sujeitos de uma relação de emprego, partes de um

<sup>29</sup> GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. *Curso de direito do trabalho*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 120.

contrato de trabalho. [...] O equívoco dos que adotam critérios extrajurídicos reside exatamente no fato de não se preocuparem com a fixação do elemento característico do contrato de trabalho, mas, sim, com a qualidade da pessoa que deve ser juridicamente protegida.<sup>30</sup>

Superada a análise do que seja, talvez, o elemento mais importante no âmbito das relações jurídicas, passemos, agora, a dedicarmos, de forma mais acadêmica, ao estudo dos elementos do contrato de trabalho.

### 3.1 ELEMENTOS DO CONTRATO DE TRABALHO

Os contratos de trabalho, como todo negócio jurídico, necessitam da presença de um conjunto de elementos e requisitos para sua validade. Estes elementos, extrínsecos e intrínsecos, podem ser divididos em pressupostos, de ordem externa, e requisitos, elementos intrínsecos.

#### 3.1.1 Pressupostos

São pressupostos do contrato de trabalho a capacidade das partes e a licitude do objeto. Ambos são impulsionados pelo consentimento da parte, pela exteriorização de sua vontade, devendo existir antes da efetiva realização do negócio jurídico.

A capacidade das partes diz respeito àqueles que celebram o contrato. Somente os capazes podem celebrar, validamente, um instrumento de trabalho. O Código Civil nacional definiu como incapazes os menores, os psicopatas e todos aqueles que não puderem exprimir sua vontade.

No que diz respeito à maioridade, vale lembrar que as normas do direito do trabalho apresentam-se divergentes. Pelos ditames do Código Civil, adquire-se plena capacidade apenas com a maioridade, que somente se atinge quando completados 21 anos. Segundo o exame deste diploma, aquele indivíduo que, eventualmente, quisesse

---

<sup>30</sup> GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. *Op. Cit.*, p. 126.

celebrar, por si só, contrato de trabalho, ficaria impossibilitado. A Lei permite, no máximo, que seja assistido por representante maior. A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – em seu artigo 446 define que, para fins de celebração de contrato de trabalho, toda pessoa adquire plena capacidade aos dezoito anos de idade. Esta antecipação da maioridade, no Direito do Trabalho, justifica-se pela necessidade social. Em um país como o Brasil, um emprego significa ferramenta básica para o indivíduo, aos dezoito anos, prover não só a sua própria subsistência, como também de seus familiares. Continuando neste diapasão, temos que a incapacidade, no Direito do Trabalho, comporta as mesmas categorias da incapacidade civil, absoluta e relativa. Novamente, todavia, são diferentes. A incapacidade absoluta, para o Direito do Trabalho, cessa aos catorze anos de idade, enquanto que a relativa cessa aos dezoito (são relativamente incapazes aqueles que se situam entre catorze e dezoito anos). Aos menores absolutamente incapazes é vedada a celebração de qualquer contrato de trabalho – apesar da prática nos mostrar, muitas vezes, o contrário – e aos relativamente incapazes existe a possibilidade da assistência. Vale lembrar, ainda, que caso o menor figure como empregador, vigem as regras do Código Civil, que proíbe menores de dezesseis anos de assumirem tais funções.

Outro pressuposto de validade do contrato de trabalho é a licitude ou idoneidade de seu objeto.

Entende-se por lícito aquele objeto que é admitido pela ordem jurídica, produzindo efeitos não vedados por lei. “O contrato de trabalho que se realize para a satisfação de interesses indignos de tutela jurídica, porque repugnam aos sentimentos da maioria de uma comunidade, por ter um fim torpe, carece de pressupostos necessários à sua validade, pois inidôneo é o seu objeto”.<sup>31</sup>

Alguns doutrinadores apresentam a possibilidade como terceiro pressuposto à validade dos contratos de trabalho. Acreditamos ser desnecessário dissertar sobre o tema, tendo em vista que as relações de trabalho executam-se no plano material.

---

<sup>31</sup> GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. *Op. Cit.*, p. 148.

### 3.1.2 Requisitos

Os contratos de trabalho, além dos pressupostos acima apresentados, requerem o consentimento das partes e uma causa.

Como já tratado anteriormente, o contrato de trabalho resulta da convergência de vontades, formando o que se convencionou chamar de *acordo de vontades*. Esta declaração de vontades não deve ser contaminada por nenhum *vício de consentimento* – dolo, erro e coação – e deve ser emitida em relação ao conteúdo típico do contrato, representado pelo binômio obrigação-dever.

Via de regra, a lei não exige forma especial para a declaração de vontade, admitindo tanto a forma escrita quanto a verbal. Exceção é feita em apenas alguns casos, dentre eles o de atleta profissional de futebol (Artigo 3º da Lei 6.354/76).

Tais declarações de vontade visam sempre a obtenção de uma vantagem, normalmente patrimonial, que cada uma das partes pode proporcionar à outra. Esta finalidade é a **causa** do negócio. Transferindo este raciocínio aos contratos de trabalho, temos que uma das partes presta serviços à outra em troca de uma remuneração, ou seja, o aproveitamento da capacidade laborativa de alguém em troca de um salário, de uma justa recompensa pelo esforço dispensado.

## 3.2 MODALIDADES DE CONTRATO DE TRABALHO

As relações entre empregados e empregadores admitem várias modalidades, que podem distinguir-se, entre outras hipóteses, pela duração, pela qualidade, pela remuneração ou pelo local onde deve ser prestado. Embora a relação contratual apresente os mesmos caracteres básicos, a mesma essência, cada uma das modalidades traz uma peculiaridade que a distingue, o que pode levar, em consequência, a uma diversidade de direitos e obrigações para as partes. O Direito do Trabalho não poderia, de forma alguma, emprestar tratamento igual a modalidades diferentes, sob pena de contrariar a própria realidade.



Nosso estudo, no que tange às modalidades de contrato de trabalho, dedicar-se-á aos contratos de trabalho por prazo determinado, forma que se aplica aos contratos dos atletas profissionais de futebol.

Antes, porém, de dissertarmos sobre as peculiaridades dos contratos de trabalho dos atletas profissionais de futebol e estudarmos os contratos por prazo determinado, importante mencionar um dos pilares do Direito do Trabalho: o princípio da continuidade da relação de emprego.

A relação de emprego pressupõe uma vinculação que tende a se prolongar no tempo. Via de regra, os contratos de trabalho são firmados por prazo indeterminado e, desta maneira, emprestam um caráter de continuidade às relações entre empregados e empregadores.

Não há como negar que este princípio está em favor do trabalhador. Quanto mais o empregado permanecer dentro de uma mesma organização, melhor para a própria organização que o emprega, em virtude da experiência e dos conhecimentos adquiridos com o passar do tempo. O que se pretende, em todas as relações de emprego, é a permanência, por maior tempo possível, do trabalhador em um único emprego. Obviamente, esta tendência à perenidade da relação empregador-empregado traz segurança ao trabalhador.

A preferência, desta forma, é a celebração de contratos sem termo final. Não quer dizer, contudo, que sejam contratos por toda a vida, porque o trabalhador pode desvincular-se a qualquer momento, dando ou não o aviso prévio.

Esta preferência está refletida pela presunção de que, se nada é expresso pelas partes, reputa-se que o contrato é de duração indefinida. Para que não seja indeterminado, deve-se estipular, no instrumento contratual, o contrário. A regra é a indeterminação. A fixação de um termo, portanto, é exceção.

A espécie de contrato que estamos a estudar é excepcional. Todos os contratos de trabalho de atletas profissionais de futebol são contratos por prazo determinado, sendo esta imposição legal justifica-se pela especificidade do tipo de serviço prestado. Os prazos mínimo e máximo para a celebração dos contratos de trabalho sofreram

algumas alterações à medida que a legislação foi evoluindo, como veremos exhaustivamente no capítulo seguinte.

A Consolidação das Leis do Trabalho considera, em seu artigo 443, § 1º, que “considera-se como prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada”.<sup>32</sup> Esta definição encerra duas hipóteses. A expressão *termo prefixado* é de fácil compreensão, isto é, um contrato de trabalho celebrado para vigorar três anos é, sem dúvida, contrato por tempo determinado. Por outro lado, a expressão *certo acontecimento suscetível de previsão aproximada*, apresenta-nos um termo incerto. A duração pode ser fixada por um evento no tempo, desconhecendo-se o *quando*. No caso dos atletas profissionais de futebol, por disposição do artigo 30 da Lei 9.615/98, “o contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses”.<sup>33</sup> Observemos, contudo, a lacuna deixada pela lei, posto que fixou apenas a duração mínima. Tal incorreção veio a ser corrigida somente em 2001. Dedicaremos mais tempo aos contratos dos atletas na sequência.

Os contratos dos atletas profissionais de futebol situam-se dentro de uma categoria comumente tratada pela doutrina como *Contratos Especiais*.

Orlando GOMES ensina:

Os contratos de trabalho especiais, embora redutíveis ao amplo campo da categoria gera do *contrato de trabalho*, apresentam, não obstante, alguns traços particulares que merecem tratamento à parte. São particularidades na aplicação técnica da mão-de-obra ou na maneira de utilização dos serviços prestados, que obrigam o legislador a disciplinar distintamente as relações de trabalho que travam certos trabalhadores. Ora é a natureza do trabalho (material, técnico, intelectual), ora a sua forma de utilização (trabalho a domicílio), ora certas condições de ordem pública (jornalistas, marítimos). [...]. Distinguem-se, às vezes, pela forma de celebração do contrato de trabalho, forma de execução da prestação, duração do trabalho, nível salarial, obrigações e deveres das partes e, até mesmo, pela forma de extinção do contrato.<sup>34</sup>

<sup>32</sup> BRASIL. Decreto-Lei 5.452, 1º maio 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. *DOU*, Brasília, 9 ago. 1943.

<sup>33</sup> BRASIL. Lei n. 9.615, 24 mar. 1998. *DOU*, Brasília, 25 mar. 1998.

<sup>34</sup> GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. *Op. Cit.*, p. 423.

Após dissertarmos sobre alguns caracteres básicos de todos os contratos e por ser o contrato de trabalho dos atletas profissionais tratado em legislação específica, passamos a discutir as relações de trabalho resultantes destes instrumentos, desta vez, com maior profundidade.

#### 4 O CONTRATO DE TRABALHO DE ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL

O conceito de “trabalho”, obviamente, evoluiu com o passar dos tempos. Nos primórdios, trabalhar significava estar desenvolvendo uma atividade como punição por algum ato praticado. As tarefas eram árduas, dolorosas, muitas vezes iam além dos limites da capacidade humana. Muitos acreditam que a origem etimológica do vocábulo trabalho surgiu na Antigüidade, do latim *tripalium*, que representava um instrumento de tortura e que possibilitava o ato de torturar (*tripaliare*). Ademais, as primeiras idéias de trabalho nos remetem aos escravos, explorados impiedosamente por seus donos.

Veio, então, a Revolução Industrial. Antes dela, porém, já se verificavam várias expressões de trabalho, mas, sem dúvida, foi com esta que as relações entre trabalhadores e empregados começaram a ganhar importância. Na mesma época, a evolução das técnicas de produção demandava profissionais mais capacitados, hábeis o suficiente para operar o pesado maquinário das fábricas européias. As grandes invenções, a concentração do proletariado nos grandes centros urbanos, as tendências do livre comércio, o início do capitalismo exagerado foram marcos do século XVIII.

A Revolução Industrial marcou, também, a origem histórica do Direito do Trabalho. As precárias condições de trabalho da grande maioria do proletariado, aliadas à péssima remuneração, às longas jornadas de trabalho e ao trabalho de mulheres e menores, resultaram na formação do movimento operário. Este movimento buscava, essencialmente, a defesa coletiva dos interesses da classe e a eliminação dos focos de miséria entre os trabalhadores. Pode-se dizer que, na história da formação do Direito do Trabalho, observamos o surgimento, primeiramente, de um Direito Coletivo, impulsionado pela consciência de classe e, posteriormente, o surgimento do Direito Individual do Trabalho.

Todo este processo de formação, infelizmente, não foi verificado no Brasil, até por uma questão temporal. Nenhum movimento tão forte e estruturado como o que se teve notícia na Inglaterra surgiu para impulsionar a tutela dos interesses dos

trabalhadores e criar um Direito do Trabalho nos moldes europeus ou americanos. O Direito do Trabalho pátrio, como diz Orlando GOMES, é “uma criação de cima para baixo, em sentido vertical”.<sup>35</sup>

A Revolução de 30 deu o impulso necessário, seguindo a tendência da época de se editar leis para tudo, para a consolidação do Direito do Trabalho nacional. Em 1943, pelo Decreto-Lei 5.452, criou-se a CLT, diploma que vigora atualmente com amplas alterações, mas que, à época, constituía-se como uma grande vitória para a tutela dos interesses de todos os trabalhadores.

É pela análise de alguns dispositivos da CLT, juntamente com outros diplomas que regulam a atividade desportiva de atleta profissional de futebol, que iremos iniciar nosso estudo dos pormenores dos instrumentos laborais da categoria.

A legislação brasileira adotou a chamada “Teoria Contratualista” para identificar a relação de trabalho entre duas partes. A CLT apresenta, em seu artigo 442, a definição de contrato individual de trabalho, dispondo que “contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego”.<sup>36</sup>

Segundo esta definição, observamos que o acordo, em sua forma, pode ser tácito ou expresso, ou seja, é expresso quando feito verbalmente ou quando há um instrumento que o materializa e é tácito quando um conjunto de comportamentos dos agentes nos leva a acreditar na existência de uma relação laboral entre ambos. Na relação de trabalho entre atletas profissionais e entidades desportivas, os acordos são sempre expressos, escritos, obrigatoriamente formalizados através de um instrumento contratual, até porque a condição de jogo dos atletas somente é ratificada quando este instrumento é registrado perante a entidade competente. Na prática, porém, nada impede de ainda verificarmos os chamados “acordos de boca”, isto é, acordos verbais, baseados na confiança que uma parte deposita na outra. Pontue-se, aqui, que o acordo verbal não é ilegal. A irregularidade, nestes casos, está no fato de o contrato não ser

---

<sup>35</sup> GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Élson. *Curso de direito do trabalho*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 5.

<sup>36</sup> BRASIL. Decreto-Lei 5.452, 1º maio 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. *DOU*, Brasília, 9 ago. 1943.

escrito, pois a Lei determina que, para o caso dos atletas profissionais de futebol, há a obrigatoriedade do contrato ser escrito.

Antes de iniciarmos nossa análise sobre a evolução dos dispositivos que tratam do contrato de trabalho dos atletas profissionais, importante destacar que a Lei Pelé preocupou-se em distinguir o desporto profissional do não-profissional, por serem completamente diferentes em sua essência.

O desporto profissional, estabelecido pelo artigo 3º, parágrafo único, inciso I da Lei 9.615/98, caracteriza-se pela existência de “remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva”.<sup>37</sup> Por outro lado, o desporto não-profissional – artigo 3º, parágrafo único, inciso II – é caracterizado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio.

A partir destas considerações, passemos ao estudo dos artigos que regulamentam os contratos dos atletas profissionais de Futebol.

Muito antes da edição da Lei Pelé e do Decreto 2.574/98, outros diplomas já tratavam da questão do atleta profissional.

O artigo 3º da Lei 6.354/76 trata do contrato de trabalho em questão, com a seguinte redação:

O contrato de trabalho do atleta, celebrado por escrito, deverá conter:

I – os nomes das partes contratantes devidamente individualizadas e caracterizadas;

II – o prazo de vigência, que em nenhuma hipótese poderá ser inferior a 3 (três) meses ou superior a 2 (dois) anos;

III – o modo e a forma da remuneração, especificados o salário, os prêmios, as gratificações e, quando houver, as bonificações, bem como o valor das luvas, se previamente convencionadas;

IV – a menção de conhecerem os contratantes os códigos, os regulamentos e os estatutos técnicos, o estatuto e as normas disciplinares da entidade a que estiverem vinculados e filiados;

V – os direitos e as obrigações dos contratantes, os critérios para a fixação do preço do passe e as condições para dissolução do contrato;

VI – o número da Carteira de Trabalho e Previdência Social de Atleta Profissional de Futebol;

§ 1º Os contratos de trabalho serão registrados no Conselho Regional de Desportos e inscritos nas entidades desportivas de direção regional e a respectiva Confederação.

§ 2º Os contratos de trabalho serão numerados pelas associações empregadoras, em ordem

<sup>37</sup> BRASIL. Lei n. 9.615/98, 24 mar. 1998. *DOU*, Brasília, 25 mar. 1998.

sucessiva e cronológica, datados e assinados, de próprio punho, pelo atleta ou pelo responsável legal, sob pena de nulidade.

§ 3º Os contratos de atleta profissional de futebol serão fornecidos pela Confederação respectiva, e obedecerão ao modelo por ela elaborado e aprovado pelo Conselho Nacional de Desportos.<sup>38</sup>

Uma das exigências que estava contida no inciso V do artigo 3º supra transcrito é de que o contrato deverá conter os critérios para a fixação do passe. Com o advento do “passe livre”, vigente a partir de março de 2001, por determinação do artigo 28 § 2º da Lei Pelé, tal exigência não terá mais efeito.

O artigo 4º do mesmo diploma, complementando o artigo anterior, estabelece que:

Nenhum atleta poderá celebrar contrato sem comprovante de ser alfabetizado e de possuir Carteira de Trabalho e Previdência Social de Atleta Profissional de Futebol, bem como de estar com sua situação militar regularizada e do atestado de sanidade física e mental, inclusive abreugrafia.

§ 1º Serão anotados na Carteira de Trabalho e Previdência Social do Atleta Profissional de Futebol, além dos dados referentes à identificação do atleta:

- a) denominação da associação empregadora e da respectiva Federação;
- b) datas de início e término do contrato de trabalho;
- c) transferências, remoções e reversões do atleta;
- d) remuneração;
- e) número de registro no Conselho Nacional de Desportos ou no Conselho Regional de Desportos;
- f) todas as demais anotações, inclusive previdenciárias, exigidas por lei.

§ 2º A Carteira de Trabalho e Previdência Social de Atleta Profissional de Futebol será impressa e expedida pelo Ministério do Trabalho, podendo, mediante convênio, ser fornecida por intermédio da Confederação respectiva.<sup>39</sup>

Da mesma forma que ocorreu com o inciso V do artigo 3º, o artigo 4º restou revogado pela Lei 9.615/98. O objetivo desta nova determinação é combater o analfabetismo e, ao mesmo tempo, dar oportunidade de mais cidadãos exercerem seus direitos cívicos. Acredito, contudo, ser pertinente a exigência de alfabetização tendo em vista a obrigatoriedade do contrato ser firmado por escrito.

Revogada, também, restou a resolução número 1 do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), que havia acrescentado mais alguns

<sup>38</sup> BRASIL. Lei n. 6.354/76, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.

<sup>39</sup> *Idem*.

requisitos aos que constavam da Lei 6.354/76 e da Lei 8.672/93. O artigo 4º trazia a seguinte redação:

Além daqueles previstos nas Leis 6.354/76 e 8.672/93, são requisitos do contrato de trabalho do atleta profissional de futebol:

I – o prazo de vigência, que não poderá ser inferior a três meses ou superior a 36 meses;

II – o valor e a forma de remuneração, compreendendo:

a) luvas e condições de pagamento;

b) salários mensais;

c) prêmios, periodicidade ou forma de percepção;

d) índice e condições de reajustes salariais, se o contrato tiver mais de um ano de duração;

e) critérios, condições e valores para a rescisão unilateral do contrato de trabalho;

f) percentual igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor total da transação, como participação do atleta na venda do restante do contrato de trabalho para outra entidade de prática desportiva do mesmo gênero.

III – apólice de seguro de vida e de acidentes, nos termos da alínea *b* do § 7º do art. 2º, às expensas da entidade de prática desportiva, com a indicação dos beneficiários pelo atleta, pelo valor mínimo de 30 vezes o salário mensal por ele percebido, na data de assinatura do contrato.

Parágrafo único – O atleta semi-profissional vinculado a uma entidade de prática desportiva há mais de 24 meses poderá assinar, com a mesma entidade, o seu contrato como profissional, que terá vigência máxima de 4 anos.<sup>40</sup>

Desta forma, restou ao Decreto 2.574/98 a tarefa de elencar os elementos obrigatórios do instrumento contratual, bem como determinar qual órgão competente para a elaboração do modelo padrão. Todas estas disposições se fazem presentes no artigo 32, § 3º, abaixo transcritos:

O contrato de trabalho do atleta profissional, celebrado por escrito, conforme modelo expedido pelo INDESP, terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses.

[...]

§ 3º O contrato de trabalho de que trata o *caput* deste artigo, cujo modelo padrão será expedido pelo INDESP, será celebrado em, no mínimo, duas vias, de mesmo teor e forma, destinadas uma para cada parte, e deverá conter obrigatoriamente as seguintes cláusulas e condições:

I – o nome completo das partes contratantes devidamente individualizadas e caracterizadas;

II – o nome da associação empregadora, endereço completo, inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC, modalidade de prática e o nome da entidade de administração filiada;

III – o nome do atleta contratado, apelido desportivo, data de nascimento, filiação, estado civil, endereço completo, número e série da Carteira de Trabalho, do Registro Geral da Cédula de Identidade, do registro junto ao Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda;

<sup>40</sup> INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO. Resolução n. 1. 17 de out. 1996. Relator: Edson Arantes do Nascimento. Ofício n. 162/96.



- IV – o prazo de duração;
- V – o valor da remuneração total e a forma de pagamento, que poderá ser semanal, quinzena ou mensal;
- VI – o valor dos prêmios e a forma de pagamento;
- VII – o valor das luvas e a forma de pagamento;
- VIII – o valor das gratificações e a forma de pagamento;
- IX – a carga horária;
- X – a informação do número da apólice do seguro de acidentes pessoais e de vida, feitos a favor do atleta, contendo o valor do prêmio, a data de vencimento e o nome da companhia de seguros;
- XI – vantagens adicionais oferecidas ao atleta; e
- XII – o visto de autorização de trabalho temporário previsto no item V do art. 13 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o passaporte contendo o visto de entrada fornecido pelo Ministério das Relações Exteriores e a RNE da Polícia Federal, quando se tratar de contratos celebrados com atletas de origem estrangeira.<sup>41</sup>

Seguindo determinação legal, o INDESP elaborou e submeteu à apreciação do executivo nacional os modelos padrões dos contratos de trabalho. Estes modelos, que atualmente servem apenas como meros exemplos em face de sua revogação, foram, à época, divididos em quatro categorias, a seguir:

- 1) **Atleta Semiprofissional:** modelo instituído pela Portaria nº 105, de 14 de Outubro de 1998, atendendo ao disposto no artigo 45, § 10º do Decreto 2.574/98.
- 2) **Atleta Profissional brasileiro de todas as modalidades desportivas, exceto futebol:** modelo instituído pela Portaria nº 106, de 14 de Outubro de 1998, atendendo ao disposto no artigo 30, § 1º do Decreto 2.574/98.
- 3) **Atleta Profissional de Futebol:** modelo instituído pela Portaria nº 108, de 14 de Outubro de 1998, atendendo ao disposto no artigo 30, § 1º do Decreto 2.574/98.
- 4) **Atleta Profissional de Nacionalidade Estrangeira:** modelo instituído pela Portaria nº 109, de 14 de Outubro de 1998, atendendo ao disposto nos artigos 46 da Lei 9.615/98 e 41 do Decreto 2.574/98.

---

<sup>41</sup> BRASIL. Decreto n. 2.574/98, 29 abr. 1998. *DOU*, Brasília, 30 abr. 1998.

O INDESP também elaborou o modelo de **Declaração de Vínculo de atletas de todas as modalidades**, cujo padrão foi instituído pela Portaria nº 107, de 14 de Outubro de 1998, atendendo ao disposto no artigo 30, § 4º do Decreto 2.574/98.

A Lei 6.354/76 determinava que os contratos de trabalho deveriam ser registrados perante a Federação regional e a Confederação. Esta obrigatoriedade persistiu, estando presente, também, no artigo 5º do “Regulamento sobre o Contrato e Transferências de Jogadores” da FIFA, o qual dispõe que estes contratos deverão ser enviados para a associação nacional – no Brasil, a CBF – ficando à disposição daquela entidade internacional. Tanto a Lei Pelé quanto o Decreto 2.574/98 acataram tal determinação, prevendo o registro dos contratos perante os órgãos estaduais e nacionais em seus artigos 35 e 36, respectivamente.

O artigo 36 do Decreto 2.574/98, transcrito abaixo, também apresenta alguns elementos que devem constar da minuta do contrato de atleta profissional:

A entidade de prática desportiva comunicará em impresso padrão à entidade de administração da modalidade a condição de profissional, semiprofissional ou amador do atleta.

§ 1º A comunicação oferecida pela entidade de prática deverá observar o mínimo de informações:

I – nome da entidade de prática desportiva;

II – nome completo e apelido desportivo do atleta;

III – data de nascimento e filiação do atleta;

IV – validade e duração do contrato, com seu início e término, quando se tratar de atleta profissional;

V – validade e duração do contrato, com seu início e término, quando se tratar de estágio semiprofissional;

VI – validade e manifestação de vontade, quando se tratar de vínculo desportivo de categoria amadora.

§ 2º A manifestação de vontade de atleta amador é caracterizada pela ficha de registro desportivo, que poderá ser livremente rescindida por qualquer das partes.<sup>42</sup>

#### 4.1 EMPREGADOS E EMPREGADORES

<sup>42</sup> BRASIL. Decreto n. 2.574/98, 29 abr. 1998. *DOU*, Brasília, 30 abr. 1998.

Empregados em empregadores são denominados *sujeitos* dos contratos de trabalho. O conceito de empregado, para o Direito do Trabalho, é de suma importância, já que a grande maioria das normas presentes na CLT tem o empregado como destinatário.

A Consolidação das Leis do Trabalho conceitua o empregado em seu artigo 3º. Define, pois, que empregado é “toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”.<sup>43</sup> Sobre a condição de empregado, ensina Orlando GOMES:

Só a pessoa natural pode ser empregado. Uma pessoa jurídica não pode ter esta qualidade. [...] As pessoas jurídicas, dada a sua natureza, são incapazes de prestar um serviço. [...] Para que alguém assuma a condição de empregado, não há restrições decorrentes do sexo, da cor, do estado civil, da idade, da graduação ou da categoria. [...] Tampouco influi a natureza do trabalho. Tanto pode ser empregado na indústria, como o comércio, na agricultura, na pecuária, ou em serviços domésticos. Tanto faz que o trabalho seja técnico, manual ou intelectual. Não se admitem distinções quanto à espécie do emprego e à condição do empregado.<sup>44</sup>

Da doutrina, retiramos que a prestação de trabalho e a condição de empregado são caracterizadas pela existência de alguns requisitos, tais como a pessoalidade, a onerosidade, a continuidade, a exclusividade e a subordinação.

A pessoalidade é elemento típico da prestação de trabalho. O instrumento contratual origina, para o empregado, uma obrigação de fazer que se constitui na prestação de serviços para a outra parte, nos termos do acordo. Esta obrigação é, como se diz no mundo jurídico, *fungível*, *intuitu personae*, ou seja, personalíssima, não admitindo que outrem a realize.

A onerosidade é o elo entre a prestação e o contrato de trabalho. Para que exista a prestação, deve ser remunerada. Há autores que defendam a existência de relação de trabalho em contratos gratuitos. *Data venia*, não nos parece ser correta tal colocação.

Por continuidade, como vimos no capítulo anterior, entendemos a não eventualidade da prestação laboral. Para que o empregado esteja abrigado sobre a

<sup>43</sup> BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, 1º maio 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. *DOU*, Brasília, 9 ago. 1943.

<sup>44</sup> GOMES; GOTTSCHALK. *Curso de direito...*, p. 36.

tutela da Justiça do Trabalho, deve a prestação prolongar-se no tempo, nos termos do instrumento contratual.

A exclusividade é, no mínimo, um tópico polêmico. Muitos entendem que sequer é característica essencial do contrato de trabalho. Para uns, o fato de um empregado prestar serviços para somente um empregado é reflexo de negociação. Para outros, de subordinação. Na conjuntura atual do país, contudo, grande parte dos autores caminha no sentido de adotar, legalmente, a pluralidade de empregos. Na atual legislação, não é vedado ao trabalhador possuir mais de um emprego, desde que não exista cláusula expressa que indique o contrário, ou seja, proibitiva. Em casos particulares, como dos atletas profissionais de futebol, a exclusividade decorre de determinação incluída no contrato de cada um. A simples subordinação, ao meu ver, não basta para caracterizar a exclusividade. A prestação de serviços para somente um empregador, um único clube, está expressa na cláusula primeira da Portaria 108/98 do INDESP, que aprova o modelo padrão do contrato de trabalho de atleta profissional de futebol: “O empregado se obriga a prestar os seus serviços de atleta profissional de futebol, durante a vigência deste contrato, **única e exclusivamente à empregadora acima identificada**”.<sup>45</sup> [grifos nossos]

Alguma discussão havia se verificado quanto à validade e possibilidade de normas inferiores fixarem tais limites, ultrapassando os ditames da lei, que deve estipular os limites do ajuste. O INDESP, previsto como autarquia federal no artigo 5º da Lei 9.615/98 definiu, através de portaria, a exclusividade empregatícia para a categoria dos atletas profissionais de futebol. Atualmente, este órgão encontra-se extinto pela Medida Provisória 2.216-37 e suas atribuições foram transferidas para o Ministério do Esporte e Turismo, mas, mesmo assim, a origem da regra por ele imposta quanto à exclusividade merece discussão.

Entendemos que há delegação e, por imposição legal, pode-se aceitar a exclusividade como regra aos atletas. Além disto, este desvio legislativo pode justificar-se, também, pela peculiaridade da atividade. O entendimento, contudo, não é

---

<sup>45</sup> BRASIL. INDESP. Portaria n. 108, 14 out. 1998. *DOU*, Brasília, 15 out. 1998.

pacífico.

Finalmente, a subordinação. Como já vimos no capítulo 3, é o elemento caracterizador do contrato de trabalho em si. A presença da subordinação facilita a identificação de uma relação como sendo de trabalho, separando, com clareza, seus dois pólos.

Após estudarmos estes conceitos iniciais acerca das partes que compõem o contrato de trabalho, passamos ao estudo dos mesmos dentro da legislação desportiva.

A Lei 6.354/76 conceitua, em seu artigo 2º, a figura do empregado, consolidando que “considera-se empregado, para efeitos desta Lei, o atleta que praticar o futebol, sob a subordinação de empregador, como tal definido no artigo 1º, mediante remuneração e contrato, na forma do artigo seguinte”.<sup>46</sup>

Pela comparação deste artigo com o disposto no artigo 3º da CLT supra mencionado, percebe-se que a legislação desportiva omitiu a não-eventualidade como característica fundamental da relação de emprego. No âmbito futebolístico, a subordinação não pode, de *per si*, caracterizar a existência de vínculo de emprego. Ao contrário, a não-eventualidade pode externar, de forma bastante clara, a relação empregado-empregador, visto que o atleta, continuamente, estaria obrigado a acatar determinações de sua comissão técnica.

Oposto ao empregado-atleta, temos o empregador. Do acordo entre estes é que surge o contrato de trabalho, materializado em instrumento próprio, como visto no ponto anterior.

No Direito do Trabalho, a figura do empregador é caracterizada de duas formas: é o credor da prestação de trabalho e o elemento centralizador do poder hierárquico dentro de uma organização. A expressão “empregador”, dentro do Direito do Trabalho, é entendida como pessoa jurídica ou física que utiliza, dirige e assalaria serviços de terceiros, em decorrência o acordo expresso no contrato de trabalho. A Consolidação das Leis do Trabalho, no artigo 2º, conceitua empregador como “a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e

---

<sup>46</sup> BRASIL. Lei 6.354, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.

dirige a prestação pessoal do serviço”.<sup>47</sup> Grande crítica vem recebendo esta definição, já que restringe o termo “empregador” a uma instituição, uma empresa. No caso do futebol profissional, se inexistisse diploma próprio que tratasse do tema e trouxesse definição subsidiária, o conceito celetário poderia dar margem a interpretações diversas. Desta forma, adotemos o conceito do artigo 1º da Lei 6.354/76: “Considera-se empregador a associação desportiva que, mediante qualquer modalidade de remuneração, se utilize dos serviços de atletas profissionais de futebol, na forma definida nesta Lei”.<sup>48</sup>

Prova de que as entidades de prática desportiva e os atletas profissionais estejam enquadrados nos ditames da legislação trabalhista e, em consequência, identificam-se com as figuras de empregador e empregado, respectivamente, é a existência do chamado “poder disciplinar do empregador”, decorrente da relação de dependência do atleta e de supremacia dos clubes. Vejamos comentários de Alice Monteiro de BARROS:

O poder disciplinar é conferido à entidade de prática desportiva, empregadora do atleta, a qual poderá aplicar as seguintes sanções: advertência, censura escrita, multa, suspensão, desfiliação ou desvinculação (art. 48 da Lei 9.615/98). A instituição da multa poderia, à primeira vista, violar o princípio da integralidade do salário, contido no art. 462 da CLT. Ocorre que esta multa está limitada a 40% do salário do atleta (art. 15, § 1º da Lei 6.354/76) e reverte-se ao fundo de assistência do atleta profissional. A aplicação de todas estas sanções mencionadas não prescinde do processo administrativo, onde sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa. A penalidade de suspensão, desfiliação ou desvinculação só poderá ser aplicada ao atleta após decisão definitiva da Justiça Desportiva. Uma particularidade existente no contrato de trabalho do atleta consiste no fato de poder ele sofrer punição dos dirigentes de entidades regionais, nacionais e até internacionais, apesar deles não serem seus empregadores. Essas punições terão, evidentemente, repercussão no pacto laboral.<sup>49</sup>

O artigo 48 a que faz referência a ilustre Doutora foi regulamentado pelo artigo 51 do Decreto 2.574/98.

<sup>47</sup> BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, 1º maio 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. *DOU*, Brasília, 9 ago. 1943.

<sup>48</sup> BRASIL. Lei n. 6.354, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.

<sup>49</sup> BARROS, Alice Monteiro de. A Lei Pelé. *Revista CONSULEX*, São Paulo, a. 4, n. 38, p. 33, fev. 2000.

Posteriormente às definições de empregado e empregador, a Lei 6.354/76, em consonância com o artigo 200, VII da CLT, faz menção às condições que o empregador deve proporcionar a seus atletas. O artigo 22 diz que “O empregador será obrigado a proporcionar ao atleta boas condições de higiene e segurança do trabalho e, no mínimo, assistência médica e odontológica imediata nos casos de acidentes durante treinamentos ou competições e nos horários em que esteja à sua disposição”.<sup>50</sup> A CLT dedica um capítulo inteiro à segurança e medicina do trabalho e, assim, nada mais natural do que lei específica aos atletas também fizesse tal previsão. Resta, apenas, indagar se todos os clubes profissionais de futebol, mesmo preenchendo os requisitos legais e enquadrando-se na figura de empregadores têm condições de garantir o bem estar de seus atletas, dando-lhes total assistência e segurança para seu melhor desempenho dentro do campo. A resposta nos parece óbvia, em decorrência da má administração dos dirigentes e da realidade social nacional (que será estudada nos próximos capítulos).

#### 4.2 FORMA DO CONTRATO

O contrato de trabalho que estamos a estudar, a despeito do que indica o artigo 443 da CLT – que pontua que a o contrato individual de trabalho poderá ser firmado verbalmente ou por escrito –, somente admite a forma escrita, nos termos da legislação específica. O *caput* do artigo 3º estabelece que o contrato de trabalho do atleta deverá ser celebrado por escrito e elenca os elementos que deverá conter, como visto anteriormente no início deste capítulo.

Domingos ZAINAGHI, em sua obra “Os Atletas Profissionais de Futebol no Direito do Trabalho”, cita Martins Catharino:

Quanto à forma, o contrato de emprego atlético apresenta-se diferente do gênero a que se pertence. Realmente, enquanto o contrato de emprego comum pode até ser tacitamente ajustado (CLT art. 442), aquela forma ao lado dos contratos de emprego marítimo, artístico e discente (de aprendizagem). Quanto a eles, a forma escrita é da substância do negócio jurídico, e não apenas *ad probationem* (ver Cód. Civ., art. 145, III). Assim sendo, o contrato em causa só é válido se celebrado por escrito, na presença de duas testemunhas.<sup>51</sup>

<sup>50</sup> BRASIL. Lei n. 6.354, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.

<sup>51</sup> José Martins Catharino, *apud* ZAINAGHI, Domingos Sávio. *Op. cit.*, p. 61.

### 4.3 CAPACIDADE

Como já visto no Capítulo 3, que trata das generalidades dos contratos de trabalho, a capacidade é pressuposto essencial à validade do instrumento contratual. A primeira previsão legal neste sentido pode ser encontrada no artigo 5º da Lei 6.354/76. *Ipsis Litteris*, indicava que “ao menor de 16 (dezesseis) anos é vedada a celebração de contrato, sendo permitido ao maior de 16 (dezesseis) anos e menor de 21 (vinte e um) anos, somente com o prévio e expresse assentimento de seu representante legal”.<sup>52</sup>

Excepciona, contudo, situação em que, após o atleta ter completado 18 anos, observa-se ausência ou negativa de concordância do responsável legal. Nestes casos, o contrato poderá ser celebrado mediante suprimimento judicial (art. 5º, parágrafo único).

Nem a Lei Zico nem, muito menos, a Lei Pelé determinaram a idade mínima para a celebração do primeiro contrato de trabalho, fato que somente veio a ocorrer com a edição da Medida Provisória 2.141/01.

O artigo 29 da MP determinou que as entidades de prática desportiva poderão assinar o primeiro contrato de trabalho profissional com seus atletas a partir de dezesseis anos de idade.

A discussão ganhou novos contornos com a edição do Novo Código Civil. Diz o inciso V do parágrafo único do artigo 5º do referido diploma:

“Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II - pelo casamento;

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;

V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.”<sup>53</sup>

<sup>52</sup> BRASIL. Lei n. 6.354, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.

<sup>53</sup> BRASIL. Lei n. 10.406, 10 jan. 2002. *DOU*, Brasília, 11 jan. 2002.



Quanto aos atletas que tenham entre 18 e 21 anos, não há dúvida. Pela nova regra civil, a menoridade cessa aos 18 anos completos e, desta forma, desaparece a obrigatoriedade da presença do representante legal por impossibilidade material da norma anterior, ou seja, sendo o indivíduo maior de idade, não há que se falar em assistência. Restou, pois, prejudicado o disposto na Lei n.º 6.354/76.

Todavia, alguma discussão se observa na doutrina com relação à necessidade de presença do representante legal para os atletas com idade entre 16 e 18 anos. Estaria a validade da assinatura do contrato de trabalho condicionada a anuência do representante legal do atleta?

Entendo desnecessária a assistência. A regra da Lei n.º 6.354/76 e do Decreto 2.574/98 estavam em consonância com as regras de capacidade da época (maioridade com 21 anos completos), mas com a alteração trazida pelo Novo Código Civil, reputo possível a celebração de contrato por atletas com 16 anos. O conflito de normas efetivamente existe, de modo que adoto o critério cronológico de solução de antinomia das normas em detrimento do critério da especificidade, por entender que há inconsistência entre a lei anterior (Lei n.º 6.354/76) e a posterior (Lei n.º 10.0406/2002).

#### 4.4 PRAZO DO CONTRATO

Como observamos no capítulo anterior, os contratos podem ser firmados por lapso temporal determinado ou indeterminado. Usualmente, o contrato por prazo indeterminado é mais utilizado, tendo em vista que a lei restringe as hipóteses de celebração de contratos por prazo determinado. Segundo esta, os contratos por prazo determinado somente serão admitidos em razão da natureza e transitoriedade dos serviços, quando justificada o motivo da pré-determinação.

Para ilustrar esta situação, vejamos os parágrafos 1º e 2º do artigo 443 da CLT:

§ 1º Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.

§ 2º O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando:

- a) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo;
- b) de atividades empresariais de caráter transitório;
- c) de contrato de experiência.<sup>54</sup>

Não resta dúvida que os atletas profissionais de futebol exercem atividade de natureza peculiar e, como tal, lhes são possibilitadas as benesses de contratar por prazo determinado.

O artigo 3º da Lei 6.354/76 foi vigente até 1993, quando a Lei Zico, através de seu artigo 23, alterou o inciso II, determinando que o prazo máximo fosse de 36 meses e não mais de dois anos como previa a lei anterior. No mesmo artigo, a Lei Zico trouxe uma inovação, em seu parágrafo único, no que se refere à duração do contrato de trabalho de atleta em formação (semi-profissional) que venha exercendo a mesma atividade para o mesmo clube por, no mínimo, 24 meses. Nestes casos, a duração do primeiro contrato poderia ser de até 48 meses. (Esta determinação foi contemplada, mais tarde, pelo INDESP).

Estes lapsos temporais trazidos pela Lei Zico são perfeitamente compreensíveis. Entendeu-se que três meses seria tempo suficiente para que o atleta pudesse demonstrar suas habilidades, tanto em treinos quanto em jogos oficiais, bem como evitaria empréstimos ou relâmpagos para apenas um jogo. (O Cruzeiro, de Belo Horizonte, em 1996, quando da decisão da Copa Toyota contra o Borussia Dortmund – jogo que reúne o campeão da Copa Libertadores da América e da UEFA para decidir o “campeão mundial interclubes” – tentou emprestar, por apenas um jogo, grandes craques do futebol brasileiro na época, como Romário e Bebeto). Ainda, estabeleceu-se o prazo máximo de dois anos em respeito ao comando da Consolidação das Leis do Trabalho, que, no artigo 445, exige que os contratos por prazo determinado não excedam tal período. O artigo 451 informa que os contratos por prazo determinado que forem renovados por mais de uma vez passam a vigorar por prazo indeterminado – semelhantemente ao que ocorre com os contratos de aprendizagem. Tal resolução,

<sup>54</sup> BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452/43, 1º. maio 194. Consolidação das Leis do Trabalho. *DOU*, Brasília, 9 ago. 1943.

todavia, não se aplica aos atletas. Caso tenham findado seus contratos e, mesmo que tacitamente, este tenha sido renovado em mais de uma oportunidade, não passam a valer por tempo indeterminado. Os atletas poderiam atuar nas competições protegidos por um seguro – cujo valor, normalmente, corresponde ao montante total da renovação – e, mesmo assim, teriam a oportunidade de discutir novas bases contratuais.

Pouco tempo mais tarde, a resolução número 1 do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – INDESP – acrescentou mais alguns requisitos aos que vimos na Lei 6.354/76 e na Lei 8.672/93. O artigo 4º traz a seguinte redação:

Além daqueles previstos nas Leis 6.354/76 e 8.672/93, são requisitos do contrato de trabalho do atleta profissional de futebol:

I – o prazo de vigência, que não poderá ser inferior a três meses ou superior a 36 meses;

[...]

Parágrafo único – O atleta semi-profissional vinculado a uma entidade de prática desportiva há mais de 24 meses poderá assinar, com a mesma entidade, o seu contrato como profissional, que terá vigência máxima de 4 anos.<sup>55</sup>

A Lei Pelé, inicialmente, nada havia disposto quanto a duração dos contratos de trabalho. A redação original de seu artigo 30 dizia que “o contrato de trabalho de atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses”<sup>56</sup>, nada definindo quanto ao prazo máximo de duração do pacto. Somente com a edição da Lei 9.981/00 é que tivemos fixação do prazo máximo de duração do contrato de trabalho. A redação vigente do artigo 30 traz o seguinte:

O contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos.

Parágrafo único. Não se aplica ao contrato de trabalho do atleta profissional o disposto no art. 445 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.<sup>57</sup>

Esta determinação uniformizou, ao lado da Medida Provisória 2.141/01, a duração de todos os contratos de atletas profissionais de futebol, com o prazo mínimo nunca inferior a três meses e o máximo nunca superior a cinco anos.

<sup>55</sup> BRASIL. Lei n. 8.672/93, 6 jul. 1993. *DOU*, Brasília, 7 jul. 1993.

<sup>56</sup> BRASIL. Lei n. 9.615/98, 24 mar. 1998. *DOU*, Brasília, 25 mar. 1998.

<sup>57</sup> BRASIL. Lei n. 9.981/00, 14 jul. 2000. *DOU*, Brasília, 17 jul. 2000.

Finalmente, cabe-nos fazermos algumas considerações sobre os artigos 28 e 29 da Lei Pelé, que dispõem, respectivamente, sobre o término do vínculo desportivo com o final do vínculo empregatício e sobre a assinatura do primeiro contrato dos atletas em formação, às portas da profissionalização, respectivamente.

Inicialmente, há que se destacar que tais artigos sofreram diversas alterações, vigendo, atualmente, a redação que lhes deu a Lei n.º 10.672/2003.

A redação original do artigo 28, § 2º. da Lei 9.615/98 prescrevia que com o término do vínculo empregatício, ficava o atleta livre para determinar seus destinos, optando para qual clube iria trabalhar. A própria Lei 9.615/98, como forma de satisfazer o apelo dos clubes, que diziam-se prejudicados com o fim do “passe”, garantia, no artigo 29, às entidades de prática desportiva formadoras de talentos, o direito de assinar o primeiro contrato profissional, que, pela redação inicial, não poderia exceder dois anos (prazo máximo já modificado pelo artigo 30 da Lei 9.981/00 supra citado).

A Medida Provisória 2.141/01 teve o intuito de amenizar a insatisfação dos clubes, que alegavam que o advento do “passe livre” acabaria minando seu grande “ativo”, uma vez que as negociações de transferência eram os motores de quase todos – senão todos – os clubes do país. Indagava-se, na época, como os investimentos na formação de novos jogadores seriam compensados, já que, logo quando estes poderiam dar algum retorno financeiro ao clube, dentro do campo ou com uma negociação, teriam o passe livre, mesmo decorrido pouco tempo de sua profissionalização. Voltaremos a este tema mais adiante, no capítulo sobre o passe.

A MP, em relação ao fim do vínculo empregatício, introduziu a seguinte modificação no § 2º do artigo 28, como nossos grifos: “O vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais, com o término da vigência do contrato de trabalho, salvo na hipótese prevista no § 3º, inciso II, do Art. 29 desta Lei”.<sup>58</sup> [sem grifos no original].

---

<sup>58</sup> BRASIL. Medida Provisória n. 2141, 21 jun. 2001. *DOU*, Brasília, 22 jun. 2001.

A inflação legislativa a que nos referimos anteriormente pode ser facilmente notada quando tratamos do artigo 29. Foram quatro as modificações. A redação original da Lei 9.615/98 dizia, em seu artigo 29, *ipsis litteris*, que “a entidade de prática desportiva formadora de atleta terá o direito de assinar com este o primeiro contrato de profissional, cujo prazo não poderá ser superior a dois anos”.<sup>59</sup> O Decreto 2.574/98, seguindo sua tendência de desrespeitar a hierarquia das leis, inovou, quando, no artigo 31, inseriu quatro parágrafos ao *caput*, transcritos a seguir:

§ 1º Comprova-se a condição de entidade de prática formadora de atleta pela presença de formal contrato de estágio de atleta semiprofissional, firmado entre as partes, com o comprovado cumprimento de um vínculo mínimo igual ou superior a dois anos.

§ 2º A prática desportiva exercida entre o atleta e a entidade de prática desportiva, na categoria de amador com qualquer tempo de duração, ou de semiprofissional com estágio inferior a dois anos, não gera vínculo nem o direito de exercício da preferência na profissionalização.

§ 3º O direito previsto no *caput* deste artigo é indelegável e intransferível, sob qualquer forma de modalidade.

§ 4º A entidade detentora do primeiro contrato de trabalho do atleta por ela profissionalizado terá direito de preferência para a primeira renovação deste contrato, sendo facultada a cessão deste direito a terceiros, de forma remunerada ou não.<sup>60</sup>

A Lei 9.981/00 conjugou, nos parágrafos 2º e 3º de seu artigo 29, alguns dos entendimentos acima, senão vejamos:

§ 2º Para os efeitos do *caput* deste artigo, exige-se da entidade de prática desportiva formadora que comprove estar o atleta por ela registrado como não-profissional há, pelo menos, dois anos, sendo facultada a cessão deste direito a entidade de prática desportiva, de forma remunerada.

§ 3º A entidade de prática desportiva detentora do primeiro contrato de trabalho com o atleta por ela profissionalizado terá o direito de preferência para a primeira renovação deste contrato.<sup>61</sup>

A redação dada pela MP alterou, por completo, a essência de todos estes dispositivos, introduzindo a figura da *indenização* aos clubes, como forma de compensar-lhes os investimentos feitos nas categorias de base e provendo-lhes outra forma de sobrevivência que na exclusivamente a negociação de jogadores. Segue o

<sup>59</sup> BRASIL. Lei n. 9.615, 24 mar. 1998. *DOU*, Brasília, 25 mar. 1998.

<sup>60</sup> BRASIL. Decreto n. 2.574, 29 abr. 1998. *DOU*, Brasília, 30 abr. 1998.

<sup>61</sup> BRASIL. Lei. 9.981, 14 jul. 2000. *DOU*, Brasília, 17 jul. 2000.

artigo, destacando suas alterações: “Art. 29. A entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com este, a partir dos dezesseis anos de idade, o primeiro contrato de trabalho profissional, cujo prazo não poderá ser superior a cinco anos”.<sup>62</sup> [sem grifos no original]

O legislador foi mais longe quando alterou a antiga disposição do artigo 29, § 3º da Lei 9.981/00, transcrito anteriormente. Transformou, então, o *direito de preferência* para a primeira renovação de contrato em *poder* de exigir indenização pela transferência do atleta, desde que reste provado que o primeiro contrato de trabalho fora efetivamente assinado com o clube que pretende tal indenização.

§ 3º Apenas a entidade de prática desportiva formadora que, comprovadamente, firmar o primeiro contrato de trabalho com o atleta por ela profissionalizado, terá direito de exigir, do novo empregador, indenização de:

I – formação, quando da cessão do atleta durante a vigência do primeiro contrato, que não poderá exceder a duzentas vezes o montante da remuneração anual, vedada a cobrança cumulativa de cláusula penal;

II – promoção, quando de nova contratação do atleta, no prazo de seis meses após o término do primeiro contrato, que não poderá exceder a cento e cinquenta vezes o montante da remuneração anual, desde que a entidade formadora permaneça pagando salários ao atleta enquanto não firmado o novo vínculo contratual.<sup>63</sup>

O inciso I trata da chamada *indenização de formação*, operada quando houver transferência do atleta quando o contrato ainda estiver vigente. Já o inciso II elenca a *indenização de promoção*, quando a transação ocorrer até seis meses após o término do contrato do jogador.

Exemplificando. No primeiro caso, se o atleta percebe R\$ 1.000,00 por mês, a equipe que comprovadamente o revelou poderá ter uma indenização de até R\$ 2,4 milhões, resultado da multiplicação de seu salário anual (12x1000) – lembremos, aqui, que, para o cálculo da remuneração anual deve-se levar em conta todas as verbas salariais estipuladas em contrato, de acordo com o artigo 7º, XVII da CF – pelo índice máximo (200) estabelecido em lei. No segundo caso, considerando o mesmo salário mensal, a indenização poderia chegar aos R\$ 1,8 milhões.

<sup>62</sup> BRASIL. Medida Provisória n. 2.141, 21 jun. 2001. DOU, Brasília, 22 jun. 2001.

<sup>63</sup> BRASIL. Lei n. 9.981, 14 jul. 2000. DOU, Brasília, 17 jul. 2000.

Pela análise destes dispositivos, percebemos uma falha e uma controvérsia. A falha é que o clube, já tendo conhecimento sobre uma possível transferência, poderia aumentar o salário do jogador para gerar multa mais alta, já que, na base de cálculo da multa indenizatória, temos o valor dos vencimentos do atleta. Só para que se tenha uma idéia, considerando o exemplo acima, se o clube resolvesse aumentar o salário do atleta de R\$ 1.000,00 para R\$ 5.000,00, sob o pretexto de que o jogador teve excelente desempenho no último campeonato, o multa chegaria a absurdos R\$ 12 milhões. Outra falha é a da permissão da cumulatividade da cláusula penal e da indenização no inciso II, pois havia expressamente vedado esta hipótese no inciso I.

A controvérsia, criada pela própria lei, e que acabou por beneficiar os clubes, foi o fato de ambos os incisos deste novo § 3º do artigo 29 confrontar-se, literalmente, contra o § 3º do artigo 28 da Lei 9.981/00, que traz que “O valor da cláusula penal a que se refere o *caput* deste artigo será livremente estabelecido pelos contratantes até o limite máximo de cem vezes o montante da remuneração anual pactuada”.<sup>64</sup>

Anteriormente, fosse o contrato primeiro ou não, o valor da indenização previamente estabelecida no instrumento contratual sob a nomenclatura de “cláusula penal”, não poderia exceder cem vezes o montante da remuneração anual. Agora, pode-se fixar esta indenização em até duzentas vezes, somente podendo ser cobrada quando do primeiro contrato.

Trataremos da cláusula penal com mais profundidade quando iniciarmos nosso estudo sobre a rescisão contratual.

Mesmo com toda a polêmica envolvendo a questão das indenizações, tópico cuja previsão legal deu-se por pressão das entidades de prática desportiva, não há como negar que os atletas não foram prejudicados. Pelo contrário, saíram ganhando. No caso de um jogador, por exemplo, não interessar ao clube após o final de seu primeiro contrato, poderá continuar recebendo salários, mesmo sem jogar, por um período de seis meses, se o clube quiser fazer jus à indenização. É bastante normal no futebol brasileiro que grande número de atletas que deixam as categorias de base

---

<sup>64</sup> *Idem.*

fiquem “encostados” em seus clubes formadores, por falta de espaço entre os profissionais ou por falta de interesse do próprio clube. Importante salientar, também, que passados os prazos estipulados em lei, o jogador estará livre para procurar outra agremiação, como veremos adiante, no capítulo sobre o “passe”.

A atual redação dos artigos 28 e 29 da Lei n.º 9.615/98 encontra-se abaixo transcrita:

“Art. 28. A atividade do atleta profissional, de todas as modalidades desportivas, é caracterizada por remuneração pactuada em contrato formal de trabalho firmado com entidade de prática desportiva, pessoa jurídica de direito privado, que deverá conter, obrigatoriamente, cláusula penal para as hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral.

§ 1º Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social, ressalvadas as peculiaridades expressas nesta Lei ou integrantes do respectivo contrato de trabalho.

§ 2º O vínculo desportivo do atleta com a entidade desportiva contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo trabalhista, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais: (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - com o término da vigência do contrato de trabalho desportivo; ou (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - com o pagamento da cláusula penal nos termos do *caput* deste artigo; ou ainda (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

III - com a rescisão decorrente do inadimplemento salarial de responsabilidade da entidade desportiva empregadora prevista nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 3º O valor da cláusula penal a que se refere o *caput* deste artigo será livremente estabelecido pelos contratantes até o limite máximo de cem vezes o montante da remuneração anual pactuada. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 4º Far-se-á redução automática do valor da cláusula penal prevista no *caput* deste artigo, aplicando-se, para cada ano integralizado do vigente contrato de trabalho desportivo, os seguintes percentuais progressivos e não-cumulativos: (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - dez por cento após o primeiro ano; (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - vinte por cento após o segundo ano; (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

III - quarenta por cento após o terceiro ano; (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

IV - oitenta por cento após o quarto ano. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 5º Quando se tratar de transferência internacional, a cláusula penal não será objeto de qualquer limitação, desde que esteja expresso no respectivo contrato de trabalho desportivo. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 6º (Revogado pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 7º É vedada a outorga de poderes mediante instrumento procuratório público ou particular relacionados a vínculo desportivo e uso de imagem de atletas profissionais em prazo superior a um ano. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

Art. 29. A entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com esse, a partir de dezesseis anos de idade, o primeiro contrato de trabalho profissional, cujo prazo não poderá ser superior a cinco anos. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

Parágrafo único. (VETADO)



§ 2º Para os efeitos do *caput* deste artigo, exige-se da entidade de prática desportiva formadora que comprove estar o atleta por ela registrado como não-profissional há, pelo menos, dois anos, sendo facultada a cessão deste direito a entidade de prática desportiva, de forma remunerada. (Parágrafo Incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 3º A entidade de prática desportiva formadora detentora do primeiro contrato de trabalho com o atleta por ela profissionalizado terá o direito de preferência para a primeira renovação deste contrato, cujo prazo não poderá ser superior a dois anos. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 4º O atleta não profissional em formação, maior de quatorze e menor de vinte anos de idade, poderá receber auxílio financeiro da entidade de prática desportiva formadora, sob a forma de bolsa de aprendizagem livremente pactuada mediante contrato formal, sem que seja gerado vínculo empregatício entre as partes. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 5º É assegurado o direito ao ressarcimento dos custos de formação de atleta não profissional menor de vinte anos de idade à entidade de prática de desporto formadora sempre que, sem a expressa anuência dessa, aquele participar de competição desportiva representando outra entidade de prática desportiva. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 6º Os custos de formação serão ressarcidos pela entidade de prática desportiva usufruidora de atleta por ela não formado pelos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - quinze vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezesseis e menor de dezessete anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - vinte vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezessete e menor de dezoito anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

III - vinte e cinco vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezoito e menor de dezenove anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

IV - trinta vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezenove e menor de vinte anos de idade. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 7º A entidade de prática desportiva formadora para fazer jus ao ressarcimento previsto neste artigo deverá preencher os seguintes requisitos: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - cumprir a exigência constante do § 2º deste artigo; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - comprovar que efetivamente utilizou o atleta em formação em competições oficiais não profissionais; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

III - propiciar assistência médica, odontológica e psicológica, bem como contratação de seguro de vida e ajuda de custo para transporte; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

IV - manter instalações desportivas adequadas, sobretudo em matéria de alimentação, higiene, segurança e salubridade, além de corpo de profissionais especializados em formação técnico-desportiva; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

V - ajustar o tempo destinado à formação dos atletas aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, exigindo o satisfatório aproveitamento escolar. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

Há que se destacar o parágrafo sétimo do artigo 29. A quantidade de requisitos a serem atendidos para que a entidade de prática desportiva tenha legitimidade à

percepção de ressarcimento pelos custos de formação é tamanha que é grande a possibilidade do dispositivo restar inócuo.

#### 4.5 REMUNERAÇÃO

Antes de iniciarmos nosso estudo acerca da remuneração dos atletas, observemos o que ensina Orlando GOMES, em relação à definição genérica do termo.

O conceito de *salário* não se confunde em todos os seus efeitos com o de remuneração no nosso Direito do Trabalho. O tratamento do salário obedece, em cada ordenamento jurídico, às peculiaridades que lhe são próprias e que vêm adequar o seu conceito ao sistema legislativo de cada país. A Consolidação das Leis do Trabalho, seguindo esta orientação uniforme das legislações sobre salário, propôs-se a distinguir, para determinados efeitos legais, este instituto da *remuneração*. Conceitua-se, assim, como salário, tão só as atribuições econômicas devidas e *pagas diretamente pelo empregador*, como contraprestação do serviço. Reserva, por outro lado, o termo *remuneração* para todos os proventos fruídos pelo empregado em função do emprego, inclusive os obtidos por terceiros, como as gorjetas. Dessarte, o conceito de salário, em nosso Direito, é de delimitação precisa, não compreendo, no seu âmbito, aquelas prestações pagas pelos clientes do estabelecimento diretamente ao empregado, em razão do agrado daquele pelo cumprimento de um ato do emprego. A prática das gorjetas, segundo uso universal, é peculiar a certas categorias profissionais ligadas a estabelecimentos onde há confluência de público ou de clientela. A *remuneração* pode consistir, portanto, em salário mais *gorjetas*. A distinção é, sobretudo, importante para os efeitos do *salário mínimo*.<sup>65</sup>

A CLT traz esta distinção, expressamente, em seu artigo 457:

Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

§ 1º Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador.

§ 2º Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagens que não excedam 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.

§ 3º Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados.<sup>66</sup>

<sup>65</sup> GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. *Curso de direito do trabalho*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 115.

<sup>66</sup> BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, 1º maio 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. *DOU*, Brasília, 9 ago. 1943.

A Lei 6.354/76, em seu artigo 3º, inciso III, estabelece que o contrato de trabalho deverá conter “o modo e a forma de remuneração, especificados o salário, os prêmios, as gratificações e, quando houver, as bonificações, bem como o valor das luvas, se previamente convencionadas”.<sup>67</sup> Há, pela análise da letra das leis, uma divergência no emprego dos vocábulos remuneração e salário. Na Lei do Atleta Profissional, a palavra *remuneração* abriga os prêmios, gratificações, luvas e eventuais bonificações, sendo entendido o salário somente como a parte fixa. Na CLT, em contrapartida, salário é todo o conjunto.

Doutrinariamente, afirma-se que o rol apresentado pela Lei 6.354/76 é meramente exemplificativo e, desta forma, toda e qualquer parcela percebida pelo atleta em decorrência da prestação de serviços será entendida como remuneração, com reflexos nas demais verbas trabalhistas.

A Lei Pelé e o Decreto 2.574/98 nos auxiliam a ter idéia mais clara acerca do tema. Tanto a redação do artigo 31, § 1º da Lei quanto a do artigo 33, § 1º do Decreto – idênticas – dispõem que “são entendidos como salário, para efeitos do previsto no *caput*, o abono de férias, o décimo terceiro salário, as gratificações, os prêmios e demais verbas inclusas no contrato de trabalho”.<sup>68</sup> O *caput* a que se refere o parágrafo primeiro trata da rescisão do contrato de trabalho de atleta por falta de pagamento por parte da entidade empregadora. Discorreremos mais sobre as hipóteses de rescisão do contrato de trabalho no tópico seguinte.

A Lei específica traz duas figuras também conhecidas pelos operadores do Direito do Trabalho em geral: os “bichos” e as luvas.

#### 4.5.1 Os “bichos”

O bicho é figura bastante conhecida dentro do futebol. Também é instituto visto com frequência dentro do Direito do Trabalho, talvez não com a mesma nomenclatura. Grosso modo, é uma quantia paga aos atletas, individualmente – apesar de o esforço

<sup>67</sup> BRASIL. Lei. n. 6.354, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.

<sup>68</sup> BRASIL. Lei n. 9.615, 24 mar. 1998. *DOU*, Brasília, 25 mar. 1998; BRASIL. Decreto n. 2.574, 29 abr. 1998. *DOU*, Brasília, 30 abr. 1998.

ser coletivo – pelo clube em virtude de um resultado de vitória ou empate. É forma de gratificação pela conquista de um objetivo. Esta verba tem o condão de compensar os atletas e, ao mesmo, tempo, estimulá-los à conquista de resultados semelhantes. É verba eventual cuja natureza é de retribuição e na qual periodicidade e valor variam.

Acredita-se que a nomenclatura singular esteja associada ao jogo do bicho, como relata Domingos ZAINAGHI: “As origens do vocábulo remontam à época do amadorismo, pois os jogadores ganhavam por vitórias e espalhavam que o dinheiro extra que haviam recebido vinha do ‘jogo do bicho’ que era naqueles tempos prática ilícita. O jargão se popularizou e faz parte do vocabulário futebolístico.”<sup>69</sup>

A Lei 6.354/76, no artigo 24, restringe o pagamento das gratificações. Dispõe que “é vedado à associação empregadora pagar, como incentivo em cada partida, prêmios ou gratificações superiores à remuneração mensal do atleta”.<sup>70</sup> Esta medida, claramente, visava equilibrar os ganhos dentro de um determinado grupo de jogadores, tendo em vista a possibilidade dos mais famosos sempre ganharem as maiores bonificações.

Em regra, o valor do bicho é ajustado antes do início das competições, de valor igual a todos os atletas, havendo diferença apenas em relação aos que atuaram e aos que não atuaram em cada partida. É, portanto, parcela integrante da contratação.

A intenção do legislador foi muito boa. Teria êxito se o universo da bola não fosse cercado por um oceano de interesses. Na prática, é quase impossível controlar, de forma eficaz, o pagamento deste prêmio.

Argumento bastante utilizado pelos juristas e que encontra entendimento jurisprudencial favorável diz que os bichos, assim como as luvas (que veremos a seguir), têm natureza jurídica salarial e integram o salário para todos os efeitos legais, em virtude de sua inegável habitualidade e pelo caráter de retribuição ao atleta.

#### 4.5.2 As luvas

<sup>69</sup> ZAINAGHI, Domingos Sávio. *Op. Cit.*, p. 74.

<sup>70</sup> BRASIL. Lei n. 6.354, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.

As luvas, da mesma forma que os bichos, são também observadas no tanto no âmbito do esporte quanto no Direito do Trabalho. Neste, são vistas nos contratos de altos empregados ou de técnicos muito especializados. Naquele, significam a importância, não no sentido financeiro, que determinado atleta tem para seu clube. Quantificam sua eficiência, sua qualidade técnica, antes de ser contratado pelo clube. Pelo artigo 12 da Lei 6.354/76 “entende-se por luvas a importância paga pelo empregador ao atleta, na forma do que for convencionado, pela assinatura do contrato”.<sup>71</sup>

Possuem, desta forma, caráter de complementação da remuneração e podem ser pagas de acordo com a vontade das partes, ou seja, mensalmente, semestralmente, ou mais comumente, em parcela única. As luvas podem ser pagas tanto em dinheiro quanto em outros títulos ou bens. Podem ser, por exemplo, pagas com uma casa ou um automóvel.

O gênero “luvas” comporta duas espécies, as convencionais, acima tratadas, e as imperativas, que estavam ligadas ao findo instituto do “passe”. As primeiras podem ser pagas, como visto, tanto em dinheiro quanto *in natura*, enquanto que as outras devem ser, necessariamente, pagas em dinheiro.

Importante salientar, aqui, que as luvas não são gratificações ou prêmios. São fixadas livremente pelas partes, conforme o passado do jogador demonstrado em outros clubes e não guardam relação com o desempenho do atleta durante a vigência deste novo contrato.

#### 4.5.3. Salário *in natura*

Em que pese a prática usual do mercado seja o pagamento dos salários em dinheiro, cada vez mais vem se tornando comum o fornecimento de diversas outras espécies de parcelas aos trabalhadores, também denominadas “utilidades”, de caráter marcadamente não pecuniário.

---

<sup>71</sup> BRASIL. Lei n. 6.354, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.

Não raro observamos serem agregados à parcela paga em dinheiro aos empregados alguns acessórios não pecuniários, tais como veículo, cartão de crédito, educação, habitação, telefone celular, entre outros.

Antes de passarmos ao objeto nuclear deste estudo, qual seja o atleta profissional de futebol e sua inter-relação com o Direito do Trabalho, cabe-nos tecer comentários gerais sobre a parcela em comento para, ao final, desvendar se tal prática acarreta integração da parcela ao salário do empregado para todos os efeitos legais e quais suas consequências.

#### 4.5.3.1 Considerações gerais

O salário *in natura*, também chamado de “salário utilidade”, pode ser conceituado como o complemento salarial pago pelo empregador ao empregado, na forma de utilidades vitais, por força de contrato de trabalho ou do costume.

O *caput* do artigo 458 da CLT assim estabelece:

“Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se, no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário, ou outras prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou o costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.”

De acordo com o magistério de José Affonso DALLEGRAVE NETO<sup>72</sup>, da interpretação sistemática do supra citado artigo celetário extraímos os requisitos caracterizadores da parcela em comento, quais sejam:

- a) Fundamento contratual – não se pode confundir o fornecimento da utilidade como ato de benevolência ou altruísmo do empregador. Para que a utilidade se configure como salário *in natura* deve-se observar, primeiramente, existência de relação de emprego entre as partes, isto é, o obreiro deve recebê-las por força do contrato de trabalho e não por outro motivo qualquer.

---

<sup>72</sup> DALLEGRAVE NETO, J. A. *Inovações na legislação trabalhista: reforma trabalhista ponto a ponto*. 2ª. ed. São Paulo: LTr, 2002. p. 52-57

- b) Habitualidade – a parcela será considerada como de natureza salarial apenas se fornecida de forma não eventual. Vale destacar, aqui, que inexistia na CLT dispositivo que conceituasse “habitualidade”. A Súmula n.º 76 do TST, único indicativo jurisprudencial existente acerca do conceito de habitualidade, posteriormente cancelado pelo Enunciado 291 da mesma Corte, apregoava serem habituais as horas extras prestadas desde o primeiro dia do contrato ou por mais de dois anos. Desta forma, cabe ao julgador determinar, de acordo com o conjunto probatório, o conceito de habitualidade do fornecimento da utilidade, elemento capaz de caracterizar o salário *in natura*, isto é, se o fornecimento pode ser considerado esporádico ou habitual.
- c) Comutatividade – obrigação comutativa é aquela que encerra encargos recíprocos, prestações contrapostas. A comutatividade, pois, refere-se ao fato de que a parcela *in natura*, para ser considerada como salário, deve ser dada em contraprestação a um serviço. É aqui que se aplica a clássica regra do “pelo” e “para”. Ora, se a utilidade é indispensável para a consecução dos objetivos do acordo formado entre as partes, não terá natureza salarial. Neste sentido é a posição pacífica do TST, consubstanciada na OJSDI-I n.º 131. Por outro lado é importante sopesar que o salário utilidade é uma prestação fornecida gratuitamente (em sentido estrito) ao empregado. A utilidade não deixa de ter um aspecto de compensação econômica pelo trabalho prestado, ainda que seja fornecida gratuitamente. Havendo cobrança da utilidade, a mesma deixa de ter natureza salarial.
- d) Natureza Vital – a utilidade deve ser dada como suprimento de necessidade vital do empregado. Ressalte-se, aqui, a parte final do artigo 458 da CLT, que veda o pagamento de salário com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas. Ainda que quaisquer produtos nocivos fornecidos ao obreiro venham a preencher os três primeiros requisitos, ou seja, fundamento contratual, fornecimento habitual

e contraprestação pelo serviço prestado, não serão considerados salário *in natura*, pois não se vislumbra necessidade vital do homem.

Importante destacar, ainda, o ditado pelo parágrafo único do artigo 82 Consolidado, o qual estabelece vedação ao pagamento integral do salário em utilidades, fixando que, no mínimo, 30% do mesmo deve ser pago em dinheiro. Em verdade, tal dispositivo legal faz menção ao salário *mínimo* e, por analogia, pode-se dizer que o mesmo raciocínio aplica-se ao salário contratual, pelo que se conclui 70% poderão ser pagos em utilidades.

A Lei 8.860/94 acrescentou dois parágrafos ao artigo 458 da CLT, estabelecendo que a habitação e a alimentação fornecidas como salário utilidade deverão atender ao fim a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% e 20%.

Por sua vez, a Lei 10.293, de 26.6.2001, veio dar nova redação ao § 2º do artigo 458 da CLT, que, em sua redação original, dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.02.67, fixava que *“não serão considerados como salário, para os efeitos previstos neste artigo, os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços”*.

O texto vigente, no entanto, abrange diversas parcelas não contempladas anteriormente, senão vejamos:

“Para os efeitos previstos neste artigo, não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:

- I - vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço;
- II - educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático;
- III - transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;
- IV - assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde;
- V - seguros de vida e de acidentes pessoais;
- VI - previdência privada;
- VII - (refeição ou gênero alimentício).”



Nota-se, pois, que na redação antiga somente as utilidades arroladas no inciso I estavam expressamente declaradas como não sendo salários. A ampliação do rol de utilidades que deixaram de ser consideradas como remuneratórias foi considerável. Comente-se, ainda, que o veto imposto ao inciso VII se justifica em virtude do dito no próprio *caput*, que fixa, expressamente, o caráter salarial de qualquer parcela destinada a suprir as necessidades de alimentação do trabalhador.

A alteração da legislação nos parece ter sido coerente, já que a classificação de quaisquer benefícios concedidos ao empregado como salários indiretos, mesmo aqueles com nítido escopo social, tais como planos médicos e odontológicos, desestimulava o fornecimento pelo empregador que, ante o risco de onerar ainda mais a folha de pagamento, deixava de concedê-los.

Como, então, diante das novas disposições legais, descobrir se uma parcela configura ou não salário *in natura*?

Primeiramente, deve-se investigar se há norma proibitiva, ou seja, se existe lei que expressamente negue o caráter salarial à parcela, como ocorre no caso do vale-transporte. Posteriormente, há que se investigar se as utilidades preenchem os requisitos legais. Resumindo: não havendo norma expressa proibindo a integração ao salário e ainda sendo o fornecimento da utilidade habitual, comutativo, com fundamento contratual e visando suprir necessidade vital do empregado, não há dúvida acerca da natureza salarial da utilidade concedida.

Caso a utilidade tenha natureza salarial, a consequência legal é a incorporação para todos os efeitos legais, que, nos termos da Súmula 258 do TST, deve se dar pelo real valor.

#### 4.5.3.2. Salário *in natura* – Habitação

Passemos, então, ao tema central deste tópico, destacando, dentre as utilidades que podem ser fornecidas pelo empregador, a habitação. Os valores pagos pelo empregador como meio de custeio da habitação do atleta durante a vigência do

contrato de trabalho podem ser considerados salário e, por consequência, integrados à remuneração para todos os efeitos legais? E quanto aos atletas que vivem nos alojamentos da própria entidade empregadora?

Primeiramente, analisemos hipótese na qual a entidade de prática custeia a hospedagem do atleta, seja lhe pagando hotel ou aluguel de imóvel.

Numa visão simplista, a leitura do *caput* do artigo 458 solucionaria a questão, posto que ali encontramos de forma expressa a previsão de integração ao salário das parcelas referentes à habitação.

Em contrapartida, não se pode deixar de mencionar a OJSDI nº 131 do Colendo TST, cuja dicção estabelece que as vantagens previstas no art. 458 da CLT não integram a remuneração do obreiro quando demonstrada a indispensabilidade da utilidade para o trabalho. Ressalte-se, neste mister, que em 10.02.98 a SDI-Plena confirmou tal tese ao decidir, por maioria, que a habitação e a energia elétrica fornecidas pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis à realização do trabalho, não têm natureza salarial.

Verifica-se, pois, que o deslinde da questão não se encontra na aplicação da literalidade dos dispositivos mencionados, visto que as teorias são diametralmente opostas, isto é, enquanto a primeira entende que a integração da parcela *in natura* decorre da previsão expressa contida no *caput* do artigo 458, a segunda entende pela necessidade de se perquirir a indispensabilidade da utilidade.

Diante das peculiaridades da categoria, adota-se uma terceira teoria, híbrida, situada entre as duas anteriormente mencionadas, pois nem a regra do *caput* do artigo 458 Consolidado nem tampouco a OJSDI nº 131 abarcam todas as situações concretas. A lacuna, no primeiro caso, por exemplo, está nas hipóteses em que o atleta venha a firmar um contrato de apenas três meses, período em que a habitualidade do pagamento da hospedagem não restaria completamente configurada, afastando, assim, um dos requisitos caracterizadores da parcela *in natura*. No segundo caso, por sua vez, a lacuna concentra-se no conceito vago da indispensabilidade da utilidade, que depende da verificação do motivo do pagamento, isto é, se feita em contraprestação ao

serviço prestado (regra do “pelo”) ou se feita para a consecução dos objetivos do acordo formado entre as partes (regra do “para”).

Ainda, vimos no início que a Lei 8.860/94, que inseriu o parágrafo 3º no artigo 458 Consolidado, estabelece que a habitação fornecida como salário utilidade deverá atender ao fim a que se destina, não podendo exceder a 25% do salário contratual. É sabido que a praxe nos contratos de trabalho de atletas profissionais de futebol é o registro de salário “simbólico” na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) como meio de diminuir os encargos sociais e tributários devidos tanto pelo obreiro quanto por seu empregador. Desta forma, nos casos onde o valor pago pelo empregador a título de habitação extrapolar 25% do salário registrado do atleta, o que não é raro, a parcela que exceder deverá ser integrada à remuneração para todos os efeitos.

Como dito anteriormente, o contrato de trabalho de atleta profissional de futebol tem prazo determinado, com duração mínima de três meses e máxima de cinco anos. Ora, ao estabelecer vínculo empregatício com um clube, o atleta já saberá onde e por quanto tempo irá defender aquela entidade e, assim, nada mais natural que, caso a sede da entidade situe-se em cidade diversa daquela onde fixou residência, diligencie no sentido de encontrar local apropriado às suas necessidades habitacionais.

Não vejo possibilidade, pois, de defender-se a tese de que o valor pago pela habitação do atleta, efetuado através do custeio de hotel ou pelo pagamento de aluguel, constitui-se elemento essencial à consecução dos objetivos do contrato, salvo nos casos em que o atleta viva nos alojamentos do clube, uma vez que é o atleta, exercendo direito constitucional de liberdade de exercício de ofício, quem opta por vincular-se a determinada associação.

Por outro lado, não se pode dizer que em todas as situações o pagamento de habitação seja uma espécie de salário mascarado, embora o cotidiano do futebol nos force a crer em tal hipótese.

Diante do exposto, tenho que cada contrato deve ser analisado individualmente, pois em cada um teremos contextos diversos. Primeiramente, deve se estabelecer

diretriz em relação à habitualidade do fornecimento da utilidade, de forma a fixar uma proporção entre o tempo do contrato e o do fornecimento da utilidade. Exemplificativamente, em se tratando de um contrato de três meses, a habitualidade poderia restar configurada se o empregador fornecesse a utilidade em pelo menos 2 meses (75% do contrato). Em segundo lugar, deveríamos estabelecer relação entre a real remuneração do atleta e o valor da parcela, pois somente considerando os vencimentos reais do obreiro poderíamos concluir pela natureza do pagamento – se “pelo” trabalho ou se “para” o mesmo. Finalmente, em virtude do ponto a ser analisado na sequência, deve-se perseguir a idade do atleta e o tempo pelo qual está registrado como profissional.

Situação diversa se verifica quando os atletas vivem nos alojamentos fornecidos pela própria entidade desportiva empregadora.

Nestes casos, não há como negar que a habitação seja fornecida *para* possibilitar a prestação dos serviços, uma vez que, normalmente, os jovens que vivem nestas dependências vêm de outras cidades e ainda não têm renda suficiente para custear moradia própria, até mesmo porque ainda não se estabilizaram na profissão. Resta claro, pois, que caso o clube não fornecesse a habitação, os jovens não teriam como laborar para a associação.

Recentemente, em caso semelhante, a Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, reformando decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, dispensou a Itaipu Binacional de pagar verbas trabalhistas decorrentes da ajuda-moradia. Ali, o Ministro Relator Carlos Alberto Reis de Paula, entendeu que a habitação fornecida pelo empregador em função do trabalho não pode ser considerada salário *in natura*, contrariando decisão do Regional, que concluiu que a ajuda-moradia teria natureza salarial e deveria ser integrada à remuneração para todos os efeitos legais. O TST entendeu que os trabalhadores que atuaram na construção das barragens da hidrelétrica não se enquadram nesse caso, pois o fornecimento da habitação teria sido feito *para* o trabalho, em razão da localização da obra, como meio de facilitar moradia aos empregados, constituindo meio necessário para permitir a fixação no local

da prestação dos serviços da maioria dos trabalhadores. Naquele caso, a empresa sustentou que a ajuda-moradia fora fornecida por absoluta necessidade e como única maneira de viabilizar a construção da hidrelétrica.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos jovens atletas que, mesmo profissionalizados, ainda residem nos alojamentos dos clubes. Não se pode considerar a habitação fornecida, *in casu*, como salário utilidade, por ser esta a única possibilidade de tornar viável a prestação dos serviços.

#### 4.5.4. Contrato de trabalho e contrato de licença de uso de imagem

O desenvolvimento das técnicas e a extensão do poder de alcance da mídia são dois dos fenômenos mais notáveis dos tempos modernos. Dentro desta nova perspectiva, indubitável o fato de o noticiário esportivo ocupar lugar de destaque nos meios de comunicação. Diariamente, é noticiado e discutido em todos os principais jornais e redes de televisão do país. Não raro, o esporte é objeto de inflamadas e exaustivas discussões. Inegável, pois, que os atletas profissionais são personagens ativos nesta era da comunicação digital, marcada pela mercantilização da imagem. Em que pese esta superexposição – tanto de informações quanto dos atletas – a questão que ora se coloca em análise ainda gera inúmeras dúvidas, seja pelo desconhecimento daqueles que a noticiam, seja pela inércia dos estudiosos em atuar de forma mais ativa na consolidação de conceitos.

Grande confusão tem sido observada quando se colocam em pauta os temas que dão título a este tópico. Por este motivo, imperiosa a análise destes institutos, mormente no que diz respeito aos reflexos na relação de trabalho existente entre atletas profissionais de futebol e associações de prática desportiva.

##### 4.5.4.1. Do Contrato de Licença de Uso de Imagem

Saliente-se, em primeiro lugar, que esta será a nomenclatura por nós adotada. Explico. Muito se tem observado o emprego errôneo de expressões como “Contrato de

Imagem” ou “Contrato de Cessão de Imagem”. Nos parece que a expressão correta seja mesmo *Contrato de Licença de Uso de Imagem* porque o titular apenas concede o exercício do direito de exploração e não o próprio direito. Também, não podemos falar em “Contrato de Imagem” porque ela, a imagem, não é o objeto do contrato, mas, sim, sua licença para uso e, finalmente, não nos parece adequado falar em “cessão” porque o sujeito ativo não está cedendo a imagem a ninguém, apenas está autorizando sua exploração e veiculação. Na cessão, verificamos o abandono – total ou parcial – do direito que pertence a um determinado titular. Na licença, por sua vez, observa-se tão somente a concessão de uma permissão para a exploração da imagem, sem que a titularidade seja turbada.

A imagem, bem jurídico cuja proteção encontra-se garantida pela Carta Magna em seu artigo 5º, incisos V, X e XXVIII, alínea *a*, possui algumas características peculiares. Além de direito personalíssimo, é absoluto (oponível *erga omnes*), indisponível (não pode dissociar do corpo humano), indissociável (por menos que a pessoa aprecie sua imagem não há como mudá-la) e imprescritível, podendo ser objeto de contrato entre pessoas físicas e jurídicas. Segundo Pontes de Miranda, é “todo tipo de representação da pessoa”.

Aqui, o objeto do contrato é a autorização para a exploração da imagem do atleta e o bem jurídico protegido é o limite ao uso da imagem, enquanto que no do contrato de trabalho, o objeto é a prestação de atividade física ou intelectual, sendo a dignidade humana o bem resguardado. Ainda que os objetos sejam diferentes, estes dois contratos encontram-se bastante interligados.

No esporte, a exploração da imagem dos atletas é uma realidade. Isto porque, além de serem pessoas públicas de grande destaque na mídia, há enorme interesse em associar a imagem do clube ou de um evento à imagem do atleta vencedor. Não há dúvida de que os atletas são verdadeiros artistas e, por serem estrelas de um mundo milionário, sua exploração comercial é mais do que natural.

Financeiramente, a comercialização da imagem de um atleta agrega vantagens e desvantagens. As vantagens podem ser observadas em vários meios. Para o clube,

significa a identificação do ídolo com a entidade o que, em longo prazo, pode arrebanhar torcedores. Para o atleta, a comercialização representa nova fonte de grandes receitas. Para os patrocinadores, a imagem do ídolo pode significar um estímulo ao consumo de determinado produto e, finalmente, para terceiros, porque aumenta a oferta de produtos no mercado, pois, com o aumento do interesse na veiculação da imagem, mais produtos serão comercializados. Como desvantagem, pode-se dizer que a simples utilização não autorizada da imagem pode gerar pedidos de reparação de danos morais e patrimoniais.

Na prática, tem-se verificado significativo crescimento do comércio da imagem dos atletas e, em assim sendo, estudo mais pormenorizado se faz necessário.

Os atletas, ao firmarem seus contratos, podem, se assim lhes convier, licenciar o direito de exploração de sua imagem à agremiação para a qual irão atuar. Entretanto, ao contrário do que muitos possam pensar, a imagem do atleta não está, obrigatoriamente, vinculada à do clube. O aumento do interesse econômico sobre este direito personalíssimo permite ao seu titular a maximização de receitas, desde que tomadas as medidas adequadas e escolhido o instrumento contratual apropriado. Em existindo a intenção de permitir a exploração de sua imagem, as partes celebram um contrato, que pode ser a título gratuito ou oneroso, devendo, sempre, respeitar a forma escrita. Ainda, deve, explicitamente, ajustar quais os limites do acordo, estipulando o prazo de validade, a finalidade, a remuneração e a exclusividade. Por ser direito personalíssimo de seu titular – o atleta – o contrato de licença pode ser rescindido a qualquer tempo, sendo as perdas e danos apuradas na esfera cível. O limite de multa a ser aplicada em virtude da rescisão antecipada apenas do contrato de licença de uso de imagem regular-se-á pelo artigo 920 do Código Civil, isto é limita-se ao próprio valor do contrato (“O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder da obrigação principal”) Vale lembrar que a entidade de prática desportiva pode pagar o atleta e não utilizar sua imagem para nada, isto é, ao remunerar o profissional, o clube não está automaticamente vinculado à utilização da imagem do jogador em campanhas

de publicidade e/ou produtos. Pode simplesmente pagá-lo com o intuito de que outro clube não utilize a imagem do mesmo atleta.

#### 4.5.4.2. Direito de Arena ou Licença de Uso de Imagem?

Importante destacar que a autorização para a exploração da imagem do atleta constitui-se como contrato autônomo, isto é, a legalidade do mesmo depende de instrumento próprio e de expressa autorização deste. Diz-se isto porque muita confusão vem sendo criada pela imprensa especializada acerca do que seja *Direito de Arena* e *Direito à própria imagem* (materializado pelo contrato próprio para a exploração da mesma). Em primeiro lugar, lembremos que o fundamento jurídico é diverso: o Direito de Arena vem previsto no artigo 42 da Lei 9.615/98 e, como já visto, o direito à própria imagem é bem jurídico assegurado constitucionalmente. A confusão talvez tenha surgido em virtude da abrangência de cada um dos institutos, isto é, quem compete são as equipes e não o atleta individualmente e, também, pelo fato de os atletas possuírem uma espécie de “imagem coletiva”, ou seja, quando o foco é o grupo de jogadores, o time. No entanto, até pelo que mencionamos no início em relação à parca produção jurisprudencial sobre o tema, completamente justificável a não uniformidade de entendimentos.

Cabe-nos, portanto, esclarecer alguns pontos. No Direito de Arena, a titularidade é da entidade de prática desportiva, enquanto que nos contratos de licença de uso de imagem a titularidade pertence à pessoa natural. De acordo com o artigo 42 da Lei 9.615/98, o clube possui a prerrogativa de negociar, autorizar e proibir a fixação, transmissão ou retransmissão de eventos dos quais participem. Ocorre que, quanto à abrangência, deve-se ter claro que o Direito de Arena alcança o conjunto do espetáculo, ou seja, se estende a todos os participantes somente durante os 90 minutos da partida de futebol. O direito à exploração da imagem é individualizado e se estende enquanto durar o contrato celebrado para tal.



Ao contrário do que muitos possam pensar, ao atleta cabe, além dos lucros pela negociação individual em relação à autorização pela exploração de sua imagem, uma porcentagem sobre os rendimentos auferidos com a exibição pública do espetáculo. Segundo o § 1º do artigo 42 da Lei 9.615/98, salvo disposição em contrário, 20% do total arrecadado com a autorização da transmissão será dividido entre os partícipes da partida. Alguma discussão tem sido observada em relação a tal divisão. Seria o rateio feito igualmente entre os atletas? Teriam todos os atletas a mesma visibilidade dentro da partida? O que dizer, então, dos suplentes que entram no decorrer da partida e cuja participação é menor? A valoração da participação dos atletas não é tarefa das mais simples. Notório o fato de que um atacante, por exemplo, tem muito mais possibilidade de ter sua imagem retransmitida do que a de um zagueiro ou um lateral. Todavia, em nosso entendimento, o percentual deva ser igualmente repartido entre todos os que participarem do espetáculo, pois, durante os 90 minutos regulamentares, inegável o fato de os atletas representarem um clube, um escudo, uma camisa. Mais do que isto, constituem-se como um grupo e, em sendo assim, devem perceber de forma uniforme os mesmos frutos de sua performance. Decorridos os 90 minutos, cada um submete-se ao disposto em negociação individual da licença de uso de imagem.

Um caso clássico de má-interpretação sobre a abrangência dos direitos de arena ocorreu no caso do álbum de figurinhas “Heróis do Tri”, que retrava os vitoriosos jogadores da Copa de 1970. Os atletas lesados ajuizaram pedido de reparação de danos em virtude de não terem autorizado a veiculação de sua imagem nos ditos cromos. Tal autorização dependeria de negociação individualizada, o que não ocorreu. Assim decidiu o STJ:

**INDENIZAÇÃO. DIREITO À IMAGEM. JOGADOR DE FUTEBOL. ÁLBUM DE FIGURINHAS. ATO ILÍCITO. DIREITO DE ARENA.** -É inadmissível o recurso especial quando não ventilada na decisão recorrida a questão federal suscitada (súmula nº 282-STF). - **A exploração indevida da imagem de jogadores de futebol em álbum de figurinhas, com intuito de lucro, sem o consentimento dos atletas, constitui prática ilícita a ensejar a cabal reparação do dano.** - O direito de arena, que a lei atribui às entidades desportivas, limita-se à fixação, transmissão e retransmissão de espetáculo esportivo, não alcançando o uso da imagem havido por meio da edição de “álbum de figurinhas” (STJ – 4ª. Turma – Resp. 67.262-RJ, Rel. Min. Barros Monteiro, j. 03/12/1998).

Em outro julgado, o STJ também entendeu que a exploração comercial da imagem do atleta depende de autorização expressa, formalizada em acordo próprio e autônomo:

Direito de Arena. Limitação. Direito de Imagem. Divergência jurisprudencial não configurada. I – O direito de arena é uma exceção ao direito de imagem e deve ser interpretado restritivamente. A utilização com intuito comercial da imagem do atleta fora do contexto do evento esportivo não está por ele autorizada. Dever de indenizar que se impõe. II – Para a caracterização da divergência é necessário que, partindo de base fática idêntica, dois ou mais Tribunais vislumbrem consequências jurídicas diversas (STJ – 3ª. Turma – AI 141987-SP, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. 15/12/1997).

Destaque-se, aqui, a menção à interpretação restritiva que deve ser feita nos contratos de licença de uso de imagem. Como o interesse comercial sobre a exploração da imagem dos atletas cresce a olhos vistos, a importância de uma negociação e um contrato bem feitos é essencial tanto para o plano mercadológico dos clubes quanto para a segurança dos atletas. Como o direito à própria imagem é personalíssimo, de titularidade somente da pessoa natural, é óbvio que ninguém gostaria de ter sua imagem publicamente exposta sem autorização ou veiculada de forma diversa da acordada contratualmente. Desta forma, diz-se que a interpretação dos contratos de licença de uso de imagem é restritiva, ou seja, tudo o que não estiver expressamente disposto é proibido. Caso as partes, em virtude do mercado, sintam a necessidade de mudanças no *approach* da exploração, nova negociação deverá ser feita. Caso contrário, como visto acima, as violações serão objeto de análise na esfera cível.

Indagar-se-ia, então, quais as técnicas utilizadas para a mensuração econômica da imagem de um atleta. Este assunto será objeto de tópico a seguir. Antes de falarmos em valores, analisemos o cerne da questão relativa a relação entre contrato de trabalho e contrato de licença de uso de imagem.

#### 4.5.4.3. Licença de Uso de Imagem é salário?

De antemão, diga-se que os contratos de trabalho e de licença de uso de imagem são completamente autônomos. Nos primeiros, como visto anteriormente, temos como objeto a relação de emprego e são aplicáveis à mesma as normas da legislação trabalhista, que disciplina as condições de trabalho, remuneração, carga horária, obrigações. Nos outros, a relação é de natureza civil e o objeto é a limitação da exploração da imagem do atleta.

Mesmo não restando dúvidas acerca da independência dos dois contratos, é prática bastante comum dos clubes de futebol a vinculação dos pagamentos relativos a exploração da imagem do atleta aos que decorrem do contrato de trabalho, isto é, da prestação de serviços.

O fenômeno começou a ser analisado com mais minúcia após a sentença do Juiz Glener Pimenta Stroppa, Titular da 12ª. Vara do Trabalho de São Paulo no caso do jogador Luizão. Antes de passarmos à análise do caso concreto, alguns comentários sobre o assunto são necessários.

Com a intenção de reduzir a base de incidência para a aplicação de tributos e contribuições sociais na relação de trabalho, não só os clubes, mas também os atletas – porque nada é feito sem a anuência destes – adotam a postura de justificar (grande) parte da remuneração como sendo relativa a licença de uso de imagem.

Como visto à exaustão, os contratos são totalmente desvinculados e, desta forma, o valor pago a título de licença de uso de imagem não constitui salário, ficando, portanto, excluído da base de cálculo para a incidência de INSS, FGTS, Férias e 13º Salário. Da mesma forma, tais valores não podem ser utilizados para o cálculo do total da remuneração anual quando da aplicação da cláusula penal pela dissolução antecipada do contrato de trabalho.

Assim, fica fácil compreender que os valores dos salários constantes nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos atletas raramente refletem seus ganhos reais. Fica fácil compreender, portanto, que a redução do valor nominal do salário – e conseqüente aumento das parcelas relativas à exploração de imagem do atleta – é benéfica a ambas as partes: tanto o clube como jogador recolhem menos

impostos ao Fisco. O ardil fica mais evidente pela simples leitura de tais contratos. Normalmente, os atletas constituem uma empresa (pessoa jurídica) com a finalidade específica de negociar a exploração da imagem do atleta e que, via de regra, contam com um único cliente, o clube empregador.

Desta forma o atleta, pessoa física, terá rendimento nominalmente menor, ou seja, o Imposto de Renda, cuja alíquota é de 27,5% sobre salários acima de R\$ 2.115,00, incidirá sobre menor base de cálculo. Traduzindo: na carteira, recebe apenas um salário “simbólico” que, muitas vezes, não chega nem a metade dos seus rendimentos reais. O clube, por sua vez, força o atleta a formar uma empresa para que a negociação seja feita entre pessoas jurídicas, o que reduz a carga tributária para cerca de 12%.

Claro, portanto, que os atuais contratos de licença de uso de imagem nada mais são do que meios de mascarar os salários dos atletas.

Esta situação toma proporções ainda mais graves, além de sua evidente ilegalidade, quando se percebe a verdadeira fortuna que os clubes deixam de recolher aos cofres do INSS. A existência de relação de trabalho é fato gerador para a incidência da contribuição à Seguridade Social e os percentuais incidem sobre o valor dos salários dos empregados. Ora, se o salário é menor, a contribuição também o é. O problema, portanto, não restringe-se apenas à relação atleta-clubes (empregado-empregador), pois, como visto, possui reflexos muito maiores.

O artifício utilizado pelos clubes, ao nosso ver, constitui-se como clara evasão fiscal, uma vez que os envolvidos utilizam-se de uma manobra jurídica com o simples objetivo de infringir a legislação fiscal após a verificação da hipótese de incidência.

Há que se discutir, com urgência, não somente a ilegalidade da prática, mas, também, as consequências diante do ponto de vista do Direito tributário e trabalhista, uma vez que os clubes destinam quase que a totalidade dos rendimentos ao acordo de natureza civil (licença de uso de imagem), deixando percentual irrisório à parte relativa aos salários. A discrepância entre os valores de natureza salarial e os de natureza civil infringe, além do bom senso, o interesse de terceiros e, desta forma,

fiscalização mais efetiva da sociedade se faz necessária – inclusive por ser o desporto nacional considerado de elevado interesse social (Artigo 4º, § 2º da Lei 9.615/98, com acréscimo da MP 39/2002).

#### 4.5.4.4. O Caso Luizão

O caso do centroavante Luizão é um dos mais emblemáticos. O atleta ajuizou pedido perante a Justiça do Trabalho de São Paulo pleiteando o reconhecimento dos valores pagos sob a rubrica “contrato de imagem” como sendo de natureza salarial e, em virtude do atraso do pagamento de tal parcela por período superior a três meses (Artigo 31 da Lei 9.615/98), requeria a rescisão antecipada de seu compromisso com o clube. Requer, também o pagamento das parcelas relativas ao FGTS.

O atleta e o Sport Club Corinthians Paulista haviam celebrado contrato de trabalho que se estendia de julho de 2001 até junho de 2004, pactuando salário registrado em CTPS de R\$ 40 mil.

Por outro lado, foram firmados três contratos de licença de uso de imagem, marcadamente de caráter civil. Coincidentemente, todos foram assinados no mesmo dia e o prazo destes contratos era o mesmo do contrato de trabalho. O primeiro deles foi celebrado entre o clube e uma empresa formada pelo atleta (Goulart Consultoria de Negócios S/C Ltda.), seguindo a prática que havíamos descrito anteriormente. Neste, Luizão receberia a inimaginável quantia de R\$ 2.888.000,00 (Dois milhões oitocentos e oitenta e oito mil reais), divididos em 36 parcelas, iguais e consecutivas, de R\$ 80 mil. O segundo contrato de licença foi celebrado entre a Corinthians Licenciamentos e a empresa do atleta. O clube não se preocupou nem mesmo em modificar os termos do instrumento. A única diferença encontra-se nos valores: por esta segunda “licença”, o atleta iria receber R\$ 3.281.652,00 (Três milhões duzentos e oitenta e um mil seiscentos e cinquenta e dois reais), divididos em 36 parcelas de R\$ 91.157,00. O terceiro e último contrato de licença de uso de imagem, novamente acordado entre a Goulart Consultoria de Negócios S/C Ltda. e a Corinthians Licenciamentos, previa o

pagamento de uma parcela de US\$ 900.000,00 (Novecentos mil dólares) e 23 parcelas subsequentes de US\$ 71.770,00 que, à época, importavam em R\$ 172.170,00. Pelos valores apresentados, a diferença mensal entre o salário constante em sua CTPS e sua real remuneração, chegava à casa dos R\$ 350.507,00.

O Juiz da 12ª. Vara do Trabalho de São Paulo, Dr. Glener Pimenta Stroppa, decidiu o caso com irretocável precisão jurídica. Entendeu o magistrado que não seria razoável o pagamento de cerca de R\$ 350 mil mensais, somando-se os três contratos, simplesmente para a exploração da imagem do atleta. Indaga, com inteligência ímpar, se efetivamente existiria o contrato de licença de uso de imagem se não existisse o contrato de trabalho e se a mesma licença existiria se o atleta não fosse um dos melhores atacantes do país. Pontuou a discrepância dos valores pactuados e as coincidências dos prazos de validade, além da continuidade do pagamento das parcelas. Concluiu o Dr. Stroppa por reconhecer a natureza salarial das parcelas recolhidas sob o título de licença de uso de imagem, determinando a incidência do artigo 9º da CLT em virtude de a feitura dos contratos de licença externarem o claro objetivo de desvirtuar a aplicação das normas consolidadas, sobretudo no que diz respeito à incidência em férias, 13º Salário, FGTS e tributos aplicáveis.

#### 4.5.4.5. Critérios para a valoração do contrato de licença de uso de imagem

Nenhum critério de valoração é aceito de forma unânime. O valor atribuído à licença de uso de imagem deve estar de acordo com a realidade, justamente de modo a evitar fraudes anteriormente mencionadas. Se considerássemos tão somente os dividendos que a correta exploração da imagem de uma estrela do esporte traz a uma entidade, justificar-se-ia a super valorização da imagem sobre o salário, por vezes superior a 80% dos salários. Ocorre, todavia, que a questão não se coloca com tanta simplicidade.

Algumas teorias já foram aventadas, destacando-se três delas. A primeira delas sugere a fixação de limites e valores em lei. Duas críticas são feitas a esta hipótese:

impossibilidade de se estabelecer um modelo único em face da abundância de casos concretos, isto é, nem todos os atletas estão no mesmo patamar e pelo fato de que os valores relativos ao uso da imagem dependem diretamente da performance dos profissionais. A imagem não é um valor fundamental, mas, sim, a prestação do serviço e do êxito desta depende daquela.

A segunda teoria toma por base o grau de atividade do atleta, isto é, se ele é famoso ou não, o tempo de exposição, a exclusividade, entre outros. Este modelo até nos parece justo, porém, sua aplicação prática seria dificultada em virtude da ausência de meios de aferição de tais critérios.

Finalmente, a terceira teoria – que nos parece mais justa e racional – leva em consideração o critério econômico, ou seja, uma análise de mercado seria capaz de determinar o valor que o uso da imagem de algum atleta agrega a determinado produto. Pode-se medir, por exemplo, quanto vendia um produto antes da associação do atleta e quanto passou a vender posteriormente. A diferença seria o valor agregado, que é passível de mensuração econômica.

Independentemente dos valores, certo é que os valores referentes a licença de uso de imagem devem refletir corretamente os valores de mercado e, mais importante, passíveis de serem demonstrados pelo clube.

O tema ainda não está esgotado. Com as recentes modificações na legislação e com o cerco do Fisco – juntamente com outras que virão – muito há que se discutir acerca da relação entre os contratos e, neste âmbito, desempenhamos papel importante na orientação de futuros entendimentos.

#### 4.6 DA RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão é uma das formas admitidas pela legislação trabalhista nacional de dissolução do instrumento contratual. A rescisão caminha em sentido inverso ao do princípio da continuidade das relações de emprego. Pode ser unilateral, quando emanada ou do empregador ou do empregado, ou bilateral, se realizada de comum acordo entre as partes.

A rescisão unilateral feita pelo empregador é chamada de dispensa ou despedida e aquela realizada pelo empregado – embora bastante rara nos tempos atuais – é denominada demissão. Existem, obviamente, obstáculos, medidas restritivas ao término do contrato de trabalho, porém, as partes podem fazê-lo a qualquer tempo. O empregador, por exemplo, tem o direito de despedir, direito patronal que pode exercer se julgar necessário.

No caso de rescisão, não há vedação à despedida injusta, salvo raras exceções. Nestes casos, a regra é o retorno do empregado ao trabalho e não o pagamento de indenização. A lei permite que a rescisão ocorra, desde que seja cumprido o que a lei determina em relação ao pagamento dos haveres rescisórios.

Em qualquer das formas de cessação da relação contratual, pelo empregador ou pelo empregado, podem ou não existir motivos para a dispensa ou demissão. Caso inexistam motivos para a rescisão, a parte é obrigada a comunicar a outra, com antecedência, sua intenção de interromper a relação laboral. Esta comunicação é conhecida como *aviso prévio*, previsto no artigo 487 da CLT.

O empregado que pede para sair não possui o ônus de pagar indenização ao empregador. Seu ônus, quando da terminação do contrato de trabalho, é conceder o aviso prévio. A indenização, contudo, pode ser requerida pelo empregado, caso seja forçado a deixar seu emprego em virtude do comportamento do empregador.

O artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho fazia referência a uma espécie de indenização, a de tempo de serviço. Tal parcela já não mais existe, em virtude da Constituição Federal em 1988 que estendeu o regime do FGTS a todos os trabalhadores.

Nas hipóteses de contrato de trabalho por prazo determinado, espécie do contrato de trabalho dos atletas profissionais de futebol, o quadro é diferente.

No caso em estudo, são duas as hipóteses de terminação do contrato de trabalho de atleta profissional de futebol. A primeira, quando o contrato chega, regularmente, ao seu final. Neste caso, aplica-se o disposto na Resolução número 1 do INDESP (artigos 7º e 8º), que indica aos clubes quais devem ser os procedimentos para a



renovação ou, no caso de desinteresse, para a dispensa. Esta resolução, por ser anterior à vigência do § 2º do artigo 28 da Lei Pelé, ainda dedica boa parte do texto que trata da renovação do contrato de trabalho de atleta profissional ao “passe”.

A segunda hipótese é de ter o contrato de trabalho término anterior ao prazo previsto. Isto poderá ocorrer tanto quando uma das partes der justo motivo quanto quando inexistir motivo relevante para a cessação do acordo.

As hipóteses de despedida do empregado **por justa causa** estão elencadas no artigo 20 da Lei 6.354/76:

Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho e eliminação do futebol nacional:

I – ato de improbidade;

II – grave incontinência de conduta;

III – condenação a pena de reclusão, superior a 2 (dois) anos, transitada em julgado;

IV – eliminação imposta pela entidade de direção máxima do futebol nacional ou internacional.<sup>73</sup>

Estas hipóteses também estão previstas no artigo 482 celetário, que apresenta rol mais extenso.

Da mesma forma, o empregado poderá considerar rescindido seu contrato de trabalho e, conseqüentemente, pleitear indenização também quando o clube lhe der motivo. Estas hipóteses estão discriminadas no artigo 483 da CLT. Contudo, pela análise do artigo 31 da Lei Pelé, observamos que esta Lei contempla apenas uma das hipóteses trazidas pela lei trabalhista, a qual seja a da alínea *d* do diploma Consolidado. Vejamos, primeiramente, o artigo 31 da Lei 9.615/98:

A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salário de atleta profissional em atraso, no todo ou em parte, por período igual ou superior a três meses, terá o contrato de trabalho daquele atleta rescindido, ficando o atleta livre para se transferir para qualquer outra agremiação de mesma modalidade, nacional ou internacional, e exigir a multa rescisória e os haveres.

§ 1º São entendidos como salário, para efeitos do previsto no *caput*, o abono de férias, o décimo-terceiro salário, as gratificações, os prêmios e demais verbas inclusas no contrato de trabalho.

§ 2º A mora contumaz será considerada também pelo não recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias.

§ 3º Sempre que a rescisão se operar pelo disposto no *caput*, a multa rescisória a favor da

<sup>73</sup> BRASIL. Lei n. 6.354, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.

parte inocente será conhecida pela aplicação do disposto no art. 479 da CLT.<sup>74</sup>

O artigo 483, alínea *d*, estabelece que o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando o empregador não cumprir as obrigações do contrato. Obviamente que o pagamento dos salários dos atletas é umas das mais evidentes obrigações das entidades de prática desportiva e a inadimplência em seu pagamento dá ensejo à chamada “Rescisão Indireta”.

Este artigo 31 (aprimorado pelo artigo 33 do Decreto 2.574/98) representou salutar evolução em relação ao artigo 22, § 1º da Lei Zico. Esta deixava uma enorme lacuna para o desrespeito aos ditames legais. Explico: a redação da Lei Zico fazia referência *aos atletas profissionais*. Um bom advogado poderia afirmar que a entidade estaria em desacordo com a norma somente se estivesse em débito com *todos* os atletas. Bastaria, para o cumprimento da Lei, o pagamento de apenas *um* jogador para se eximir da punição.

A Lei Pelé aprofundou-se mais no tema e eliminou este erro, consolidando que “terá o contrato de trabalho *daquele* atleta rescindido”.<sup>75</sup> [sem grifo no original]. A consequência seria, então, de ter o atleta seu contrato terminado, mas, ainda assim, exigir de seu empregador seus haveres rescisórios. Esta parte final do *caput* é de extrema importância, pois, caso contrário, quando o clube não tivesse mais interesse em um atleta, apenas deixaria de lhe pagar salários.

Outra evolução foi o fato de o artigo determinar o pagamento não só da parte fixa dos salários em atraso. O *caput* do artigo 31 expressamente indica que as sanções ali previstas podem ser ensejadas pela falta de pagamento *no todo ou em parte* do salário dos jogadores. O § 1º que segue não deixa dúvidas com relação à quais parcelas compõe a verba “salário”.

Esta evolução legislativa vem se mostrando, felizmente, cada vez mais eficaz na prática. Recente estudo realizado pelo jornal Folha de São Paulo mostrou que muitos jogadores – principalmente de clubes mais modestos – que antes da Lei permaneciam

<sup>74</sup> BRASIL. Lei n. 9.615, 24 mar. 1998. *DOU*, Brasília, 25 mar. 1998.

<sup>75</sup> BRASIL. Lei n. 9.615, 24 mar. 1998. *DOU*, Brasília, 25 mar. 1998.

presos aos clubes sem receber salários agora podem, com relativa facilidade, obter as benesses do “passe livre”.

A facilidade com que os jogadores da primeira divisão vêm obtendo decisões favoráveis à desvinculação de seus times na Justiça do Trabalho, a repercussão desses casos e a crise vivida pelos clubes pequenos contagiaram os atletas da segunda divisão. O Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de São Paulo assiste a uma ‘explosão’ de ações trabalhistas [...] Só neste início de ano, 17 atletas da Série A-2 já recorreram à entidade em busca de ‘alforria’, ultrapassando a então líder Série A-1, que registrou apenas 11 ações de janeiro até agora. [...] Entre os casos mais recentes envolvendo jogadores de grandes times estão os de Marcelinho e Luis Mário, contra o Corinthians, Carlos Germano, contra o Santos e Basílio, contra o Palmeiras [...] O que mais tem motivado as ações é a infração ao artigo 31 da respectiva lei, envolvendo atraso de salários e falta de recolhimento de FGTS.<sup>76</sup>

O artigo 32 da Lei Pelé – com nova redação dada pelo artigo 34 do Decreto 2.574/98 – caminha no mesmo sentido:

É lícito ao atleta profissional recusar competir por entidade de prática desportiva quando seus salários, no todo ou em parte, estiverem atrasados em dois ou mais meses.

§ 1º O atleta ou sua entidade de classe promoverão, por qualquer meio ou processo, a notificação da entidade e prática da decisão de não competir até que seja quitada a mora salarial.<sup>77</sup>

Na prática, este “boicote” dos atletas em atuar em suas equipes por falta de pagamento nos salários quase não se verifica. Mesmo com meses de salários atrasados, os atletas continuam cumprindo com suas obrigações dentro do gramado. Raramente observamos um jogador enfrentar o clube, ficando sem jogar, apenas lutando pelo que é seu, fruto de seu trabalho. Esta disposição somente teria eficácia se grande contingente de jogadores se recusasse a atuar pela equipe, mas, o receio de represálias e o fantasma do desemprego fazem com que este artigo seja “letra morta” da Lei.

Existem, também, hipóteses de rescisão **sem justa causa**. Vejamos os artigos 479 e 480 da CLT:

Art. 479 Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

<sup>76</sup> SANTAMARINA, Maércio. Pedido de ‘alforria’ explode na 2ª divisão. *Folha de São Paulo*, 14 fev. 2002, p. 3. Caderno D.

<sup>77</sup> BRASIL. Decreto n. 2.574, 29 abr. 1998. *DOU*, Brasília, 30 abr. 1998.

Parágrafo único. Para a execução do que dispõe o presente artigo, o cálculo da parte variável ou incerta dos salários será feito de acordo com o prescrito para o cálculo da indenização referente à rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

Art. 480 Havendo termo estipulado, o empregado não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.

§ 1º A indenização, porém, não poderá exceder àquela a que teria direito o empregado em idênticas condições.<sup>78</sup>

Nestes casos, a principal consequência é o surgimento da obrigação de ressarcir. O artigo 479 traz hipótese em que o clube tenha interesse em despedir seu atleta. Já o artigo 480 supra mencionado contempla as hipóteses em que o próprio atleta deseje rescindir seu contrato de trabalho. Como visto, a indenização pode ser devida tanto pelo empregador quanto pelo empregado, ao contrário do que observamos nas hipóteses de rescisão dos contratos firmados por prazo indeterminado.

Há que se fazer, ainda, última consideração a respeito do artigo 31. Alguns doutrinadores entendem que seu § 3º estaria em desacordo com o disposto no *caput* do artigo 28 da mesma Lei 9.615/98. Isto porque o artigo 28 declara ser obrigatória a cláusula penal para casos de rescisão unilateral e, assim, seria nesta que apurar-se-ia o montante devido. Desta maneira, seria desnecessário o abrigo da CLT, o que poderia trazer prejuízo aos atletas, uma vez que o artigo 479 Consolidado determina que o empregador deverá indenizar o atleta despedido pela metade do que o mesmo teria direito até o fim do contrato, ao passo que, em alguns casos, a cláusula penal poderia ser de maior valor.

A convenção, pelas partes, de multa rescisória superior a CLT é admitida pelos artigos 28 da Lei 6.354/76 e 28 § 1º da Lei 9.615/98. Contudo, quanto ao valor da multa, há que ser observado o artigo 920 do Código Civil, onde “o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal”.<sup>79</sup>

Existem, ainda, duas outras formas de dissolução do instrumento contratual. A primeira está presente no artigo 17 da Lei 6.354/76, o qual diz que “ocorrendo, por

---

<sup>78</sup> BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, 1º maio 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. *DOU*, Brasília, 9 ago. 1943.

<sup>79</sup> BRASIL. Lei n. 3.071, 1º jan. 1916. Código Civil. *DOU*, Brasília, 5 jan. 1916.

qualquer motivo, previsto em lei, a dissolução do empregador, o contrato será considerado extinto, considerando-se o atleta com passe livre”.<sup>80</sup> Observe que a norma, expressamente, determina que o motivo que ensejou a dissolução do empregador deve estar previsto em lei. Esta rescisão antecipada dará ao atleta o direito de movimentação de sua conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Este instituto peculiar será tratado no próximo subtítulo.

A outra hipótese de dissolução do contrato está prevista no artigo 21 da Lei 6.354/76: “É facultado às partes contratantes, a qualquer tempo, resilir o contrato, mediante documento escrito, que será assinado, de próprio punho, pelo atleta, ou seu responsável legal, quando menor, e 2 (duas) testemunhas”.<sup>81</sup> Neste caso, ambas as partes desejam interromper, de maneira definitiva, o acordo realizado anteriormente e, como estabelecido legalmente, produzem outro instrumento que aniquila os efeitos do contrato original.

#### 4.6.1 O FGTS e o atleta profissional de futebol

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi criado pela Lei 5.107/66 e veio a substituir o regime de estabilidade, sistema pelo qual o empregado, após dez anos de serviço ininterrupto para um empregador, era considerado “estável”, somente podendo ser dispensado em caso de falta grave. A redação desta Lei sofreu várias alterações e, atualmente, o FGTS é regido pela Lei 8.036/90 e regulamentado pelo Decreto 99.864/90.

Até a Constituição Federal de 1988, o empregado poderia optar pelo regime da estabilidade ou do FGTS. A partir desta, inexistiu a opção pela estabilidade decenal, nos termos do artigo 7º:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

<sup>80</sup> BRASIL. Lei n. 6.354, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.

<sup>81</sup> *Idem*.

II – [...]

III – fundo de garantia do tempo de serviço.<sup>82</sup>

Sendo o FGTS uma garantia para todos os trabalhadores, não resta dúvida que o mesmo aplica-se aos atletas profissionais de futebol.

Grosso modo, o FGTS é um depósito feito pelo empregador, em conta bancária vinculada, da importância de 8% da remuneração mensal paga ou devida ao empregado. Este percentual incide sobre todas as parcelas de natureza remuneratória do atleta, ou seja, sobre o salário mais bichos, luvas e quaisquer outras parcelas efetuadas pelo empregador e que apresentem tal caráter.

A legislação nacional prevê, ainda, parcela a título de indenização, no importe de 40% sobre o saldo da conta vinculada, nas hipóteses de despedida arbitrária pelo empregador, sem justa causa. Vejamos o artigo 18, § 1º da Lei do FGTS:

Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

§ 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.<sup>83</sup>

No caso particular dos atletas profissionais, a omissão na previsão legal de rescisão antecipada do contrato de trabalho na legislação específica, justifica a aplicação do artigo 479 da CLT. Tiramos, pois, duas conclusões. Se o contrato chega ao seu termo, o atleta poderá movimentar sua conta no FGTS, mas não fará jus à indenização. Contudo, se o contrato é rescindido antes de seu término, o jogador poderá pleitear a indenização de 40% sobre os depósitos de sua conta no Fundo.

Este entendimento justifica-se pelo artigo 9º, § 1º do Decreto 99.684/90, regulamentador do FGTS:

Ocorrendo despedida sem justa causa, ainda que indireta, com culpa recíproca, por força maior ou extinção normal do contrato a termo, inclusive a do trabalhador temporário, o

<sup>82</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *DOU*, Brasília, n. 191-A, 5 out. 1988.

<sup>83</sup> BRASIL. Lei n. 8.036, 11 maio 1990. FGTS. *DOU*, 14 maio 1990.

empregador pagará diretamente ao empregado os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e aos imediatamente anterior que ainda não houver sido recolhidos, sem prejuízo das cominações legais.

§ 1º No caso de despedida sem justa causa, ainda que indireta, o empregador pagará diretamente ao trabalhador importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros, não sendo considerados, para esse fim, os saques ocorridos.<sup>84</sup>

Pela comparação do que dispõe a legislação trabalhista no artigo 479 (a indenização deverá ser a metade dos salários devidos até o fim do contrato) e a legislação do FGTS no artigo supra citado, nos encontramos diante de um impasse. Teria, então, o empregado direito a duas indenizações?

Nos parece que o mais justo e sensato seria a aplicação de apenas uma indenização, visto que a dispensa não deve ser considerada um “prêmio” para o empregado. Por exemplo, poder-se-ia determinar que fossem pagas todas as contribuições devidas até o termo do contrato e, sobre estas, incidir a multa de 40%. Ou, ainda, que fosse paga a metade dos salários até o fim do instrumento, deduzindo-se as quantias depositadas em conta vinculada.

A legislação, todavia, em seu artigo 14, indica justamente o contrário: “No caso de contrato a termo, a rescisão antecipada, sem justa causa ou com culpa recíproca, equipara-se às hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9º, respectivamente, sem prejuízo do disposto no Art. 479 da CLT”.<sup>85</sup> [sem grifos no original]

---

<sup>84</sup> BRASIL. Decreto n. 9.684, 8 nov. 1990. *DOU*, Brasília, 12 nov. 1990.

<sup>85</sup> *Idem*.

## 5 JUSTIÇA DO TRABALHO OU JUSTIÇA DESPORTIVA?

O tema da competência da Justiça Desportiva para a apreciação e julgamento das lides trabalhistas, afora o fim do “passe”, é o que mais vem suscitando discussões entre os estudiosos do direito desportivo. Apresenta-se como questão bastante polêmica, surgida em decorrência da rescisão dos contratos de atletas profissionais de futebol. Atualmente, até mesmo pelo fato de o Direito Desportivo ser um campo pouco desbravado pelos operadores do direito, a pergunta ecoa: qual justiça deve socorrer o atleta lesado por seu clube nos seus direitos de trabalhador? Justiça do Trabalho ou Justiça Desportiva?

A análise deste tema preocupar-se-á, num primeiro momento, em apresentar os conflitantes argumentos de ambas as partes para, posteriormente, apresentarmos nossas considerações.

A pergunta seria de indubitável resposta até antes da Constituição Federal de 1988 que, pioneiramente, contemplou o desporto, dando-lhe tratamento diferenciado. Antes, porém, da Carta Magna, o artigo 29 da Lei 6.354/76 pacificamente positivava:

Art. 29 Somente serão admitidas reclamações à Justiça do Trabalho depois de esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva, a que se refere o item III do art. 42 da Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975, que proferirá decisão final no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da instauração do processo.

Parágrafo único. O ajuizamento da reclamação trabalhista, após o prazo a que se refere este artigo, tornará preclusa a instância disciplinar desportiva no que se refere ao litígio trabalhista.<sup>86</sup>

A referida Lei 6.251/75 foi revogada expressamente pela Lei Zico (8.672/93), que instituiu novas diretrizes para o desporto nacional. Mesmo sendo editada quase vinte anos mais tarde, incorreu no erro de, ao arrepio do comando constitucional – como veremos mais tarde –, confirmar o disposto anteriormente. Observemos o que nos traz o artigo 35 da Lei Zico:

Art. 35. Aos Tribunais de Justiça Desportiva, unidades autônomas e independentes das

<sup>86</sup> BRASIL. Lei n. 6.354, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.



entidades de administração do desporto de cada sistema, compete processar e julgar, em última instância, as questões de descumprimento de normas relativas à disciplina e às competições desportivas, sempre assegurada a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º Sem prejuízo do disposto neste artigo, as decisões finais dos Tribunais de Justiça Desportiva são impugnáveis, nos termos gerais do direito, respeitados os pressupostos processuais estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 217 da Constituição Federal.

§ 2º O recurso ao poder judiciário não prejudica os efeitos desportivos validamente produzidos em consequência da decisão proferida pelos Tribunais de Justiça Desportiva.<sup>87</sup>

A moderna e badalada Lei Pelé, ao invés de avançar legislativamente, nos parece ter regredido. O artigo 52 da Lei 9.615/98 e seus dois parágrafos são cópia, *ipsis literis*, inclusive com os mesmos erros, do artigo 35 da Lei 8.672/93, que estava a revogar.

Antes de analisarmos o que dita a Constituição Federal e seguirmos em frente na busca pela resposta ao questionamento deixado em relação à competência, paremos para observar as aberrações do supra citado artigo 52. Pela simples leitura do texto, percebemos enorme incoerência.

O artigo apresenta, em seu *caput*, que cabe aos Tribunais de Justiça, processar e julgar, **em última instância**, as questões relativas às competições desportivas. Entendemos, obviamente, que, se estamos diante de uma decisão **em última instância**, não caberia nenhum tipo de recurso pelo fato de não existir outra instância que seja superior.

Logo depois, no § 1º, o texto legal indica que **as decisões finais dos Tribunais de Justiça Desportiva são impugnáveis**. Ora, se são impugnáveis, não são finais, não são decisões **em última instância**. A decisão somente não admitirá recurso quando, verdadeiramente, for proferida em última instância, quando se operar a figura jurídica do trânsito em julgado.

Mais intrigante ainda é a parte final deste mesmo parágrafo primeiro. E é neste ponto que se situa a maior polêmica. O parágrafo 1º da Lei 9.615/98 faz referência aos parágrafos 1º e 2º do artigo 217 da Constituição Federal.

---

<sup>87</sup> BRASIL. Lei n. 8.672, 6 jul. 1993. *DOU*, Brasília, 7 jul. 1993.

O parágrafo 1º deste artigo 217 dispõe que “O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da Justiça Desportiva, reguladas em lei”.<sup>88</sup> Enquanto isto, no parágrafo 2º, tem-se que “a Justiça Desportiva terá prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final”.<sup>89</sup>

Pela letra da Lei, antes de qualquer ação ser ajuizada perante o Poder Judiciário – ou “Justiça Comum”, termo bastante utilizado nos meios desportivos –, no caso a Justiça do Trabalho, o atleta deve, primeiramente, esgotar a instância desportiva, sendo que esta tem sessenta dias para proferir seu *decisum*.

Muitos autores, antes mesmo de discutir sobre o que teria pretendido a lei com tal condição, questionam se o disposto no § 1º do artigo 217 não estaria ferindo outro comando constitucional. Vejamos o que prevê o artigo 5º, XXXV:

Art. 5º Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.<sup>90</sup>

Do estudo deste artigo 5º chegamos à conclusão de que o Poder Judiciário é o único competente para resolver os litígios que eventualmente venham a surgir em qualquer esfera, aí incluída a desportiva, sendo que suas decisões serão sempre revestidas pela coisa julgada. Inconstitucional seria, pois, qualquer dispositivo que vedasse o ingresso ao Judiciário.

Mas o que dizer a respeito do § 1º do artigo 217? Não estaria ele restringindo o acesso ao Judiciário?

Entendemos que não. Apenas estabelece uma limitação, determina o preenchimento de condições específicas para a admissão da reclamação perante o Poder Judiciário. Ao lado das condições da ação (legitimidade *ad causum*, interesse processual e possibilidade jurídica do pedido), o supra citado parágrafo estabeleceu que é necessário o exaurimento das instâncias de Justiça Desportiva para o ingresso no

<sup>88</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *DOU*, Brasília, n. 191-A, 5 out. 1988.

<sup>89</sup> *Idem*.

<sup>90</sup> *Idem*.

Judiciário. O preenchimento destas condições específicas não constitui violação constitucional. Para que seja impetrado mandado de segurança, por exemplo, a Lei 1533/51 obriga a comprovação da matéria de fato tratada na exordial. Isto não significa vedação, mas, sim, limitação, preenchimento de requisitos, condicionamento.

Em que matérias, então, deveria a lide passar pela Justiça Desportiva antes de chegar à Justiça Comum?

Entendemos que esta regra aplica-se somente às questões do jogo, relativas às competições.

A questão, entretanto, permanece viva para alguns autores, pela análise do artigo 52, *caput*, da Lei Pelé. Segundo ele, a Justiça Desportiva seria competente para julgar questões de descumprimento de normas relativas à disciplina desportiva. O texto, no entanto, é omissivo ao não definir quais seriam os campos abrigados por esta *disciplina desportiva* e, neste ponto, muitos estudiosos do Direito Desportivo sustentam seus argumentos de que a Justiça Desportiva seria a competente para apreciar quaisquer espécies de litígios oriundos da relação entre atletas e entidades de prática desportiva, sejam eles de ordem desportiva ou trabalhista.

O grande erro, para estes autores, seria a falta de clareza do legislador ao fazer uso da expressão *disciplina*. Além disto, discutem se os parágrafos 1º e 2º do artigo 217 da CF/88 recepcionaram a redação do artigo 29 da Lei 6.354/76.

Por esta omissão em definir o que estaria acobertado pela *disciplina desportiva*, se somente as infrações de campo ou todas as relações entre atleta-clubes, qualquer jogador que acionasse a justiça comum, seja por intermédio de uma ação que verse sobre a competição desportiva ou questão disciplinar, sem que se tenha esgotado a tutela da Justiça Desportiva, estaria em desacordo com o artigo 267, VI do Código de Processo Civil e, em consequência, correria o risco de ver o processo ser extinto sem julgamento de mérito, por faltar à ação uma de suas condições essenciais.

O comentário de Alcirio Dardeau de CARVALHO ilustra bem esta controvérsia:

A regra do § 1º, art. 217, é taxativa. Não pode o Poder Judiciário, *antes de esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva*, admitir ações relativas à disciplina e às competições desportivas. Pode admiti-las, portanto, depois de esgotadas essas instâncias. Adquire a Justiça Desportiva, pela disposição do art. 217, a condição de organização constitucional. Não é órgão do Poder Judiciário, mas é organização constitucionalmente reconhecida para processar e julgar certas ações relativas aos desportos. O Poder Judiciário só poderá conhecer de qualquer dessas ações *depois de esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva*. Cabe, pois, ao autor da ação o ônus da prova de que a condição ocorreu, porque, sem a produção desta prova, não seria lícita a propositura da ação. Trata-se, no caso, de condição ou pressuposto processual, cuja falta poderá determinar o indeferimento da inicial ou a extinção do processo sem julgamento de mérito.<sup>91</sup>

Segundo estes, a lacuna deixada pela Lei Pelé, que copiou tantos artigos da Lei Zico, poderia ser preenchida se também copiasse o artigo 28 (atualmente revogado) do CBDF – Código Brasileiro Disciplinar de Futebol. A redação deste artigo sustenta a tese da competência da Justiça Desportiva:

Art. 28 Os órgãos da Justiça Desportiva, nos limites da jurisdição territorial de cada entidade, tem competência, observadas as disposições especiais deste Código, para processar e julgar as infrações disciplinares praticadas por pessoas físicas ou jurídicas direta ou indiretamente subordinadas à Confederação ou a serviço de qualquer entidade e para **processar e julgar os litígios entre associações e seus atletas, entre entidades dirigentes e atletas, entre associações, entre entidades dirigentes e entre estas e associações.** [Grifos Nossos]

§ 3º – **A competência originária para julgamento dos litígios entre atleta profissional e associação, inclusive litígios decorrentes de punições disciplinares impostas por associações, será sempre dos Tribunais de Justiça Desportiva.**<sup>92</sup> [Grifos Nossos]

Esta competência do CBDF emanava da Lei 6.354/76 que, em seu artigo 31, postulava que “o processo e julgamento dos litígios trabalhistas entre os empregadores e os atletas profissionais de futebol, no âmbito da Justiça Desportiva, serão objeto de regulação especial na codificação disciplinar desportiva”.<sup>93</sup> O próprio CBDF, aprovado pela Portaria 702/81 do MEC, já previa que as esferas desportiva e trabalhista caminham juntas, fato que não pode passar despercebido, trazendo uma seção exclusiva às lides entre jogadores e clubes, intitulada “Dos Litígios entre Atleta Profissional e Associação” (Título IV, Capítulo VI, artigo 138 e seguintes).

<sup>91</sup> CARVALHO, Alcírio Dardeau de. *Comentários à lei sobre desportos*. Rio de Janeiro: destaque, 2000, p. 65.

<sup>92</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria n. 702, 17 dez. 1981. Código Brasileiro Disciplinar de Futebol. *DOU*, Brasília, 23 dez. 1981.

<sup>93</sup> BRASIL. Lei n. 6.354, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.

Não se olvide, portanto, que a competência da Justiça Desportiva é *ratione materiae*, ou seja, em razão da matéria. Para muitos, os litígios trabalhistas entre atletas e seus clubes constituem nítida afronta à disciplina desportiva e devem ser julgados em sede desportiva, constitucionalmente regularizada e competente para tal.

Alcirio Dardeau de CARVALHO explica:

O universo das atividades desportivas não se restringe, nem pode restringir-se ao julgamento das infrações cometidas durante a competição, Seus horizontes são muito mais amplos [...]. As limitações que poderiam ser opostas à atuação da Justiça Desportiva seriam apenas as limitações que se pudessem opor ao conceito de disciplina; só não caberiam no âmbito da Justiça Desportiva as ações que não pudessem ser enquadradas no conceito de disciplina desportiva [...]. O campo das ações relativas à disciplina desportiva é muito mais geral do que o campo das ações relativas às competições.<sup>94</sup>

Ademais, os defensores de que a Justiça Desportiva seria competente para apreciar litígios de qualquer natureza, inclusive os de natureza trabalhista, entendem que deveríamos fazer valer o fato de a Constituição Federal ter aberto a possibilidade de criação de uma Justiça Desportiva mais abrangente, que consolidasse, vez por todas, sua importância dentro do mundo do esporte. Ao contrário, a Lei 9.615/98 optou por instituir uma Justiça Desportiva acanhada, limitada à apreciação das infrações cometidas dentro das competições. Apesar de compactuar com a afirmação de que a oportunidade dada pela CF poderia ser mais bem aproveitada para solidificar a Justiça Desportiva, acredito que a estrutura atual desta Justiça deve passar por ampla reformulação dentro do próprio meio desportivo antes de discutirmos sobre a expansão de sua competência.

O artigo 29 da Lei 6.354/76, que tratava das lides desportivas em âmbito trabalhista, contudo, foi revogado pelo artigo 53, § 1º do Decreto 2.574/98 que regulamentou a Lei Pelé e que será objeto de futura análise.

Parece-nos que a falta de Códigos Desportivos que viessem a dirimir esta dúvida acerca da competência abriu espaço para a discussão. A maioria dos estudiosos, e neste grupo me incluo, atualmente, entende que, à luz do artigo 114 da Constituição Federal, não há o que se discutir: a competência é da Justiça do Trabalho,

<sup>94</sup> CARVALHO, *op. cit.*, p. 118.

especializada para solucionar controvérsias decorrentes de qualquer relação de trabalho. O movimento atual indica que a Justiça do Trabalho é competente para apreciar qualquer litígio que trate destas relações.

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da Lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.<sup>95</sup>

A competência da Justiça do Trabalho foi ampliada, indiretamente, pela publicação da RDI 03/96 da Confederação Brasileira de Futebol, que, em seu artigo 1º declarava extinta a Junta Superior Trabalhista Desportiva, órgão que garantia, até meados de 1996, o duplo grau de jurisdição. No âmbito regional, em novembro de 1997, a CBF indicava que as Juntas Regionais Trabalhistas também seriam extintas. Tais Juntas Regionais colaboravam sobremaneira para o cumprimento dos prazos estipulados para a duração da lide no âmbito desportivo. Estes atos decretaram o falecimento da competência da Justiça Desportiva em matéria laboral.

A explicação para tal medida – que, aos olhos de qualquer um, obviamente parece ser incoerente, já que eram órgãos bastante céleres – é bastante simples. O Brasil é um país onde a grande maioria dos atletas percebe cerca de dois salários mínimos mensais e os clubes são administrados de forma amadora pelos dirigentes. Aproximadamente 80% dos clubes possuem reclamações trabalhistas e a agilidade das Justas Regionais – conhecidas como JJD's – certamente os incomodava, já que não usufruíam as benesses da morosidade do judiciário, para, por exemplo, protelar o pagamento de seus débitos. As penalidades impostas pelo CBDF em caso de descumprimento de decisão da Justiça Desportiva são bastante rígidas. O artigo 270, por exemplo, indicava que “Deixar de cumprir ou retardar o cumprimento de decisão da Justiça Desportiva” implicava em “multa de 40 (quarenta) a 200 (duzentas) ORTN's e suspensão até o cumprimento da decisão”.<sup>96</sup> Imaginem um clube que, em

<sup>95</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *DOU*, Brasília, n. 191-A, 5 out. 1988.

<sup>96</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria n. 702, 17 dez. 1981. Código Brasileiro

meio a disputa de um importante campeonato, tem suas atividades suspensa por não acatar decisão da Justiça Desportiva?

Era, sem dúvida, golpe muito forte nos clubes já capengas financeiramente e mal administrados. A RDI questiona, principalmente, a recepção do artigo 29 da Lei 6.354/76 pela Constituição de 1988.

Mais que isto, o golpe fatal à competência da Justiça Desportiva em matéria laboral deu-se com o Decreto 2.574/98, editado para regular a Lei 9.615/98. Para que estudemos tal Decreto, antes, contudo, faz-se mister mencionarmos, *en passant*, a questão da hierarquia das Leis.

O universo jurídico, assim como qualquer outro em nossa sociedade, concede aos seus ordenamentos uma hierarquia; uns são mais importantes e cogentes do que outros, designando a ordem pela qual os atos legislativos são graduados. Desta forma, no ordenamento jurídico brasileiro, a lei hierarquicamente superior é a Constituição Federal seguida, no mesmo nível de importância, por leis complementares, leis ordinárias, delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções federais e, em um nível inferior, temos os decretos e portarias.

Justamente em decorrência da hierarquia das leis, os dispositivos dos artigos 138 a 142 do CBDF – que tratavam dos dissídios entre atletas e associações no âmbito e competência da Justiça Desportiva – foram derogados pelo artigo 50 da Lei 9.615/98.

Ocorre que, posteriormente à promulgação da Lei Pelé, tivemos o Decreto 2.574/98 que, por hierarquia, deveria, apenas, regulamentá-la. Note-se que a regulamentação não significa a criação de regra nova, diferente daquela que trazia o texto que o decreto vem a regulamentar. Em inúmeras oportunidades, todavia, o Decreto cria nova regra. Algumas destas “inovações” tocam no tema da competência que estamos a estudar.

A redação original do artigo 50 da Lei 9.615/98 indicava: “A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e

julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas em Códigos Desportivos”.<sup>97</sup>

Ao arrepio do princípio da hierarquia das Leis, o artigo 53 do Decreto 2.574/98 consolida o seguinte, com as alterações destacadas pelo autor:

A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas em Código Desportivo, que tratará diferentemente a prática profissional e a não-profissional [sem grifos no original]

§1º Ficam excluídas da apreciação do Tribunal de Justiça Desportiva as questões de natureza e matéria trabalhista, entre atletas e entidades de prática desportiva, na forma do disposto no §1º do Art. 217 da Constituição Federal e no *caput* deste Artigo.<sup>98</sup> [sem grifos no original]

A partir daí, fica claro que a competência para a apreciação de litígios entre atletas e clubes é da Justiça do Trabalho. Colocou-se ponto final na dúvida entre esta e a Justiça Desportiva.

O estudioso Bernardo Mata SCHUCH ilustra o panorama:

Pior mesmo só para o Judiciário Trabalhista que viu-se, por um lado, cinicamente prestigiado e, por outro, ainda mais sufocado por processos atípicos, estranhos à sua natureza de Corte Ordinária, já que inundados de peculiaridades da legislação desportiva. Afinal, não há como se negar que o contrato do atleta profissional de futebol é *sui generis*, ainda que alicerçado no clássico tripé prestação, remuneração e subordinação. É preciso que o julgador entenda – e isso os auditores faziam muito bem, dada a intimidade com o universo futebolístico – qual o exato momento em que se opera o início e término da jornada de trabalho, que as férias do jogador devem coincidir com o recesso desportivo obrigatório, a inexistência de horas extraordinárias nas concentrações e viagens, as hipóteses de interrupção de contrato de trabalho por lesão, eliminação nas competições, punição disciplinar, etc. [...].<sup>99</sup>

A discussão doutrinária, no entanto, permanece. Valed PERRY e Alcirio CARVALHO, respectivamente, prestigiam a Justiça Desportiva ao afirmar sua celeridade em relação à Justiça Comum:

<sup>97</sup> BRASIL. Lei n. 9.615, 24 mar. 1998. *DOU*, Brasília, 25 mar. 1998.

<sup>98</sup> BRASIL. Decreto n. 2.574, 29 abr. 1998. *DOU*, Brasília, 30 abr. 1998.

<sup>99</sup> SCHUCH, Bernardo Mata. *A competência originária para apreciar os litígios oriundos do contrato de trabalho entre o atleta profissional de futebol e os clubes: Justiça do Trabalho ou Justiça Desportiva*. Disponível em: <<http://www.direitodesportivo.com.br/artigos>> Acesso em: 12 abr. 2001.



Mas torna-se imprescindível assinalar que os litígios entre atletas e seus clubes, relativamente ao descumprimento do contrato, inclusive quanto ao atraso no pagamento dos salários, sempre tiveram, na Justiça Desportiva, soluções muito mais rápidas do que as que poderiam ser dadas pela Justiça do Trabalho.<sup>100</sup>

Os litígios patrimoniais entre entidades e atletas passariam a ter processo e julgamento pela Justiça comum, que também não vai lá das pernas em matéria de celeridade. Estando a Justiça Desportiva, em virtude de preceito constitucional, obrigada a decidir, no prazo máximo de 60 dias, os pleitos que lhe são submetidos, não se justifica fiquem as partes submetidas a esperar seis meses, num cálculo muito otimista, para ver suas pretensões decididas.<sup>101</sup>

Deve restar claro, todavia, que a intenção do CBDF não foi a exclusão da Justiça do Trabalho. Entendia que devia-se evitá-la, sim, ao máximo, mas jamais excluir de sua tutela a apreciação de lides resultantes da relação laboral, respeitando-se, nestes casos, os artigos 5º, XXXV e 114 da CF.

Há que se concordar, em primeiro lugar, que a matéria enseja pontos muito peculiares, é recheada de detalhes muitas vezes desconhecidos pelos magistrados da Justiça do Trabalho. Todavia, é sabido que os juízes do trabalho conhecem e julgam litígios ainda mais peculiares do que os dos atletas. Julgam, por exemplo, litígios de portuários e mineiros. A competência não se estabelece pela peculiaridade do serviço, mas, sim, pela natureza da relação jurídica. Estando presentes os requisitos da relação de trabalho, competente é Justiça do Trabalho.

Outro ponto que devemos reconhecer é que a análise de todas as lides desportivas pela Justiça do Trabalho contribuiria, ainda mais, para a morosidade do Processo Trabalhista, que, atualmente, procura meios de atingir celeridade processual. A falta de magistrados, porém, é um problema da Administração Pública e não guarda nenhuma relação com a competência para a solução das lides.

Os atletas devem optar pela via trabalhista quando quiserem resolver suas pendências. A Justiça Desportiva é competente apenas para apreciar e julgar litígios relativos às competições desportivas. A expressão desde que esgotadas as instâncias

<sup>100</sup> PERRY, Valed. *Código brasileiro disciplinar de futebol e legislação complementar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000, p. 43.

<sup>101</sup> CARVALHO, Alcírio Dardeau de. *Comentários à lei sobre desportos*. Rio de Janeiro: Destaque, 2000, p. 52.

da Justiça Desportiva, presente no artigo 217, § 1º, diz respeito justamente a estes casos. O condicionamento que traz o § 1º do artigo 217 restringe a interferência do Poder Judiciário nos Desportos quando a lide ainda estiver dentro do âmbito desportivo, versar sobre a competição, o jogo. A interferência do Judiciário, aí, seria maléfica, só prestaria desserviços ao judiciário desportivo, desprestigiando-o.

José Afonso da Silva, maior constitucionalista do país, ao comentar sobre esta controvérsia, foi taxativo ao afirmar que “a constituição valorizou a Justiça Desportiva, quando estabeleceu que o Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias daquela. Mas impôs a ela um prazo máximo para proferir a decisão final, que é de sessenta dias, após o qual, evidentemente, o Poder Judiciário poderá conhecer a controvérsia”.<sup>102</sup>

Os estudiosos que defendem a competência da Justiça Desportiva em litígios trabalhistas entendem que a transferência do poder de julgamento para a Justiça do Trabalho outorga à primeira uma espécie de “transitoriedade” em suas decisões. Não é verdade. Dentro do âmbito desportivo, as decisões são soberanas. Fora dele, a lide dever ser apreciada pela justiça especializada competente, a Justiça do Trabalho.

A própria CBF – que, em seu estatuto, no temido artigo 6º, prevê sanções aos clubes que recorrerem ao Judiciário pela via Ordinária, *in verbis*, apesar da permissão da legislação brasileira – já admite que questões trabalhistas sejam resolvidas pela via Trabalhista. A FIFA, entidade da qual a CBF é filiada, prevê, no artigo 57 de seu estatuto, vedação explícita ao acesso à justiça comum nas questões civis ou desportivas, sob pena de suspensão vitalícia das atividades do clube e desfiliação, mas, em nenhum momento, fez o mesmo com questões de ordem trabalhista ou penal.

Finalmente, chegamos a conclusão de que a Justiça Desportiva, apesar de regulamentada e com estrutura estabelecida legalmente, não terá, sob esta legislação, o suporte necessário da sociedade desportiva ou da comunidade jurídica em geral para abrigar as lides trabalhistas. No âmbito desportivo, entretanto, possui total condição de dar solução satisfatória aos conflitos relativos aos desportos que se apresentarem.

---

<sup>102</sup> José Afonso da Silva, *apud* SCHUCH, Bernardo Mata. *Op. Cit.*, p. 6.

Devemos caminhar, assim, no sentido da atualização do CBDF e da própria legislação desportiva, sendo a solução mais evidente a edição de um Código Judiciário Desportivo, que definiria, vez por todas, a competência e o procedimento a ser seguido por aqueles que tiveram seus direitos laborais desrespeitados, dentro do universo desportivo.

## 5.1 JURISPRUDÊNCIA

**ATLETA PROFISSIONAL. JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPETÊNCIA.** A Justiça do Trabalho é competente, em razão de matéria, para apreciar qualquer ação entre o atleta de futebol e seu empregador, decorrente de relação de emprego, consoante dicção do art. 114, CF. TRT-PR-RO 6.985-90 - Ac. 2ª T 2.360-92 – Relator Juiz Armando de Souza Couto.

**COMPETENCIA. ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL.** Ação intentada por atleta profissional de futebol visando a compelir a associação desportiva empregadora ao pagamento de -luvas- compulsórias (15%) pela cessão definitiva do atestado liberatório (passe). Inaplicabilidade do art. 29, da Lei 6354-76, no que condiciona o exaurimento da via administrativa para ingresso em juízo, o que somente se tornou admissível quanto – as ações relativas a disciplina e as competições desportivas – com o advento da CF-88 (art. 217, parágrafo 1o.). Prevalência do direito constitucional de ação (art. 5o., inciso XXXV). Competência da Justiça do Trabalho reconhecida sem o esgotamento de recursos administrativos na esfera da Justiça Desportiva. TRT-PR-RO 8.366-91 - Ac. 1ª T 421-93 – Relator Juiz João Oreste Dalazen.

**ATLETA PROFISSIONAL. JOGADOR DE FUTEBOL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 217 § 1º DA CF-88 C-C ART. 29 DA LEI 6.354-76.** É competente a Justiça do Trabalho para apreciar causa entre atleta profissional jogador de futebol e empregador, desde que decorra da relação de trabalho e não envolva questões pertinentes à disciplina derivada da sujeição às normas regulamentares da prática desportiva. É o que dessume da interpretação do art. 217, 1º da Constituição Federal de 1988, a qual excepciona o Princípio segundo o qual somente ao Poder Judiciário é dado prestar tutela jurisdicional, instituindo a Justiça Esportiva como foro para dirimir questões relativas à disciplina e às competições desportivas. O art. 29 da Lei 6.354-76, nestes termos, resta parcialmente recepcionado pela nova Carta, restrito às matérias por ela elencadas no art. 217, § 1º. TRT-PR-RO 14.488-93 - Ac. 3ª T 6.868-95 – Relatora Juíza Wanda Santi Cardoso da Silva.

**JOGADOR DE FUTEBOL. RECLAMAÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO. EXAUSTÃO DAS INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA DESPORTIVA.** Somente serão admitidas as reclamações a justiça do trabalho depois de esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva, a que se refere o item III do artigo 42 da Lei 6.251/75, que proferirá decisão no prazo máximo do 60 dias contados da instauração do processo. (Art. 29 da Lei 6.354/76). Revista conhecida e provida para declarar extinto o processo nos termos do artigo 267, IV do CPC. TST-RR-3475/88-Ac. 2ª Turma – Rel. Ministro Barata Silva (Publicado no DJ em 17.03.89).

**ATLETA PROFISSIONAL – JUSTIÇA DO TRABALHO – COMPETÊNCIA – ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL.** A profissão de atleta profissional está regulada pela Lei N. 6.354/76, sendo considerado empregado da associação que o contrato. A competência para dirimir os litígios porventura surgidos é da Justiça do Trabalho. Preliminares rejeitadas e recurso provido. TRT-SP-RO 188/83 – Ac. 4ª Turma – Relator Juiz Sólon Vivaqua.

**ATLETA PROFISSIONAL – LEI DO PASSE** – O art. 11 da Lei nº 6.354/76 não ofende a liberdade de trabalho assegurada na Constituição Federal. **COMPETÊNCIA** – É da Justiça do Trabalho a competência para dirimir litígio envolvendo o pagamento de luvas e aluguel do passe de atleta para clube, ainda que a obrigação pecuniária esteja representada por notas promissórias. Essas, no caso, valem como prova da obrigação, a qual se insere no contexto do contrato de trabalho. **CORREÇÃO MONETÁRIA** – É válida a estipulação de correção monetária com base na variação cambial, a qual incide até a data do vencimento. A partir daí, havendo legislação própria, a quantia insatisfeita deve ser corrigida segundo a legislação aplicável ao crédito trabalhista. **GRATIFICAÇÕES** – Os “bichos” pagos ao jogador de futebol profissional, cuja natureza é de prêmios, não integram o cálculo dos repousos, férias e natalinas. TRT-RO-01014.003/94-6- Ac. 3ª Turma – Rel. Juiz José Cesário Figueiredo Teixeira.

**COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.** O atleta profissional de futebol pode ingressar na Justiça do Trabalho diretamente, quando o seu interesse se vincula a direitos de natureza trabalhista sem afetar o quanto dita o art. 29 da Lei 6.354/76 em termos de comportamento esportista. A exaustão da fase em que firma a competência da Justiça Desportiva interessa apenas à disciplinação do esporte. Ac. TST – 1ª. Turma – RR 6.646/82 – Relator Ministro Ildélio Martins

**COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL.** Resta claro *in casu* que não se trata de questão disciplinar ou relativas às competições, caso em que a competência seria da Justiça Desportiva, a teor do § 2º do art. 217 da Constituição Federal. Questiona-se matéria afeta ao Direito do Trabalho, sendo que todos os pedidos constantes da inicial dizem respeito a verbas de natureza trabalhista, inexistindo qualquer postulação referente à área do desporto. Incide, portanto, o art. 114 da Carta Magna, sendo desta justiça especializada a competência para julgar o feito. TRT- RO - 3ª. Turma – 10ª Região - Ac. 2.920/95 – Relator Juiz Francisco Leocádio.

## 6 TRANSFERÊNCIA DE ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL

Muitas foram as modificações introduzidas pela Lei Pelé e pelas demais normas que surgiram posteriormente, comprovando a chamada “inflação legislativa” que tomou conta do universo desportivo. Entre as questões mais destacadas está a consignada no artigo 28 da lei 9.615/98, que trata do vínculo entre atletas e associações.

Estamos, neste ponto, diante da figura mais comentada após a edição da Lei 9.615/98: o “passe”. A Lei Pelé foi a responsável – mesmo que indiretamente, pois já havia a Lei Zico, ainda que timidamente, dado os primeiros passos no sentido da abolição desta figura – pela revolução na relação entre atletas e entidades. Foi tão destacada esta mudança que a Lei Pelé ficou conhecida, erroneamente, como “Lei do Passe”.

Como observamos no capítulo 4, são várias as hipóteses de terminação do contrato de trabalho, seja pela vontade do clube ou do atleta. O jogador, a partir de então, poderia ter seu compromisso com o clube renovado ou ser negociado com outra agremiação, mediante o pagamento de quantia sobre a transferência.

É justamente neste ponto que o passe revela sua forma mais cruel. Os clubes, mesmo sem interesse no atleta, impediam sua transferência para outra agremiação e, conseqüentemente, tolhiam seu direito de trabalhar, de exercer sua atividade profissional. Por ser tema instigante e polêmico, reservamos espaço especial a esta figura e, a partir de agora, passaremos a analisar a evolução do instituto e posicionamentos dos mais renomados estudiosos do direito desportivo, além, é claro, de estudar os reflexos sobre os atletas.

Primeiramente, antes de passarmos ao estudo dos pontos controvertidos sobre o passe, cabe-nos mencionar um ponto que toda a doutrina – e nela me incluo – reputa pacífica: a natureza jurídica.

O passe tem natureza jurídica indenizatória, uma vez que trata-se de ressarcimento ao clube que cede o atleta para o clube comprador, quando da transferência. Para o atleta, ao contrário, tem natureza de remuneração, já que é pago

pelo clube empregador quando da negociação. Este caráter indenizatório somente poderia ser justificado quando o clube foi o efetivo formador do atleta, ou seja, foi encarregado de seu desenvolvimento físico e técnico.

## 6.1 O “PASSE” COMO INSTITUTO CONTROVERTIDO

O futebol é a única modalidade em que este instituto foi admitido formal e legalmente. Talvez seja por este motivo que a polêmica acerca dele seja tão grande, ainda mais acirrada em dias atuais, resultado das recentes determinações legais. De um lado, temos os estudiosos do Direito do Trabalho, que acreditam ser o passe um resquício dos tempos de escravidão no país. De outro, temos os dirigentes de clubes insinuando que o fim do passe representará, em curto prazo, a falência total do futebol nacional. Os atletas, maiores interessados na questão, ainda não se deram conta da revolução que os cerca. Independentemente, estudo jurídico sobre o passe se faz necessário.

Grosso modo, conceitua-se passe como sendo o instrumento jurídico de cunho pecuniário, que possibilita a transferência de um atleta de um clube para outro, temporária ou definitivamente.

Marcílio KRIEGER ajuda-nos a compreender melhor o passe:

O passe, no contrato de trabalho desportivo, equivale à cláusula penal a que se refere o art. 916 do Código Civil ('A cláusula penal não pode ser estipulada conjuntamente com a obrigação ou em ato posterior') sendo que no caso em análise sua estipulação deve vir no próprio contrato de trabalho. É uma decorrência da necessidade da dupla proteção à entidade de prática desportiva – tanto pelos investimentos feitos seja na formação, seja na contratação do profissional, quanto pelo que deixará ela de ganhar em termos de marketing, de rendas, etc. com a saída de determinado atleta.<sup>103</sup>

Muito antes mesmo da promulgação da Lei oficializando o fim do passe para março de 2001 e de discussões como a da cláusula penal, discutia-se a constitucionalidade da figura que estamos a estudar, em virtude do artigo 5º, XIII, da

<sup>103</sup> KRIEGER, Marcílio César Ramos. *Lei Pelé* ..., p. 21.

Carta Magna, onde encontramos que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.<sup>104</sup>

Evaristo de Moraes Filho, autor do anteprojeto que seria, mais tarde, a Lei 6.354/76, afirma, num dos comentários que reputo mais completos e coerentes sobre o tema:

Em verdade, o passe não cerceia quando regulamenta a liberdade do atleta, não chegando, nem de longe, a poder ser acoimado de inconstitucional. Trata-se de instrumento adotado em toda a parte, regulado pela legislação internacional como **única medida capaz de impedir a concorrência desleal e o aliciamento ilícito dos jogadores, dentro ou fora do país**. Vivendo os clubes de renda auferida pelas exibições que dão, muito dependem do renome e da fama de seus atletas, como atrativos para uma grande platéia. Por sua vez, vedetes ou não, também muito dependem os atletas do renome da associação desportiva, de sua organização, da publicidade que goza, do tratamento que oferece, e assim por diante. Não raro, é o clube que faz a fama do atleta, educando-o, burilando as suas virtudes praticamente inatas e a sua própria personalidade. Tudo isso pode e deve ter uma correspondência material que se traduz, afinal de contas, no direito que ambos os contratantes possuem, de plena certeza e segurança do vínculo que os prende, manifestado num contrato por prazo determinado. Sem o instituto do passe, na ganância de auferir altas rendas nos espetáculos públicos, juntamente com o significado econômico e moral das vitórias e dos campeonatos, não haveria mais certeza nem garantia alguma nas contratações, de cuja insegurança seriam vítimas e algozes, ao mesmo tempo, os atletas e as associações desportivas.<sup>105</sup> [Grifos Nossos].

Se estudássemos o passe apenas como forma de autodefesa dos clubes, como exposto acima, sem os abusos que vêm ocorrendo, acredito que a existência desta figura poderia justificar-se.

A maioria dos estudiosos, contudo, prefere rumar em sentido oposto. Adilson Bassalho Filho ensina:

Ora, não é necessário qualquer conhecimento de Direito para se concluir, de imediato, que a figura do ‘passe’, ou atestado liberatório, com as características de mecanismo autodefensivo das associações desportivas, que possui em nossos meios futebolísticos, é absolutamente incompatível com os textos constitucionais [...]. Ou, em outras palavras, que a figura do ‘passe’, com as referidas características, é de todo inconstitucional, quer por impedir o livre exercício da profissão dos jogadores de futebol, quer por transformá-los em verdadeiras mercadorias, que se ‘compram’ e se ‘emprestam’, sem qualquer consideração com a sua dignidade de seres humanos.<sup>106</sup>

<sup>104</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *DOU*, Brasília, n. 191-A, 5 out. 1988.

<sup>105</sup> *Apud* ZAINAGHI, Domingos Sávio, *op. cit.*, p. 113.

<sup>106</sup> Adilson Bassalho Pereira, *apud* ZAINAGHI, Domingos Sávio. *Op. cit.*, p. 114.

Inácio NUNES entende da mesma forma:

O passe nada mais é do que o grilhão que atrelava o atleta a uma entidade de prática desportiva, digamos, a um clube, tornando-o escravo desse clube e não um empregado, simplesmente porque, mesmo após o encerramento do período do contrato de trabalho, o atleta continuava aprisionado ao clube, não se podendo transferir para outro, ou seja, sem ter a liberdade de escolher outro empregador para o qual trabalhar. O atleta se tornava, com o instituto do passe, um trabalhador que não tinha o direito de mudar de emprego, que não podia discutir bilateralmente seu contrato de trabalho, que se via obrigado a aceitar as condições impostas por seu empregador, sob pena de não poder exercer sua profissão. [...]. É certo que alguns atletas, absolutamente incompetentes para o exercício profissional, prefeririam manter-se escravos, desejosos do paternalismo que os clubes lhes poderiam dar porque sabedores de que outros clubes não se interessariam por seu trabalho.<sup>107</sup>

Interessante – e verdadeiro – comentário de Domingos ZAINAGHI, rebatendo o argumento de que o passe é uma forma de escravidão: “De início já se vê que não têm razão aqueles que comparam o ‘passe’ à escravidão, pois o escravo não tinha direito a participação no produto de sua ‘venda’, além do que, a própria lei do atleta profissional assegura ao empregado que a transação só se efetuará mediante sua expressa (por escrito) e prévia concordância, sob pena de nulidade”.<sup>108</sup>

Na análise desta questão, cabe comentar o seguinte. Entendo que a figura do passe não veda o direito que o cidadão, atleta, tem de trabalhar, de exercer atividade profissional. Qualquer atleta que tenha inaptas habilidades para atuar como atleta profissional de futebol pode fazê-lo, da mesma forma que aquele que não as tem, não é obrigado a jogar profissionalmente. Indubitável, contudo, o fato de o mundo da bola abrigar uma espécie de “seleção natural” – teoria originalmente desenvolvida por Charles Darwin – onde somente os mais adaptados sobrevivem. Os melhores, mais capacitados, sempre terão colocação profissional, ao passo que os menos afortunados acabarão sem espaço para atuar. Esta seleção, todavia, está longe de representar vedação ao exercício de atividade profissional.

Ao meu ver, o passe tem o escopo de impedir o aliciamento de jogadores por outros clubes durante competição desportiva e, ao mesmo tempo, servir de

<sup>107</sup> NUNES, Inácio. *Lei Pelé comentada e comparada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998, p. 36.

<sup>108</sup> ZAINAGHI, Domingos Sávio. *Op. Cit.*, p. 111.



ressarcimento pelos investimentos feito pelo clube na formação do atleta. É óbvio que no Brasil o passe não representa apenas uma forma de defesa dos clubes contra a investida de outros. Passou configurar-se como o principal meio de renda dos clubes, sejam eles grandes ou pequenos, formadores do atleta ou não.

Álvaro MELO FILHO, com muita propriedade, conceitua com maestria a figura do passe, comentando sobre o sentido pejorativo a ele empregado:

No sentido gramatical, passe corresponde a licença, autorização, bilhete ou permissão para ir de um lugar a outro. No plano desportivo, o passe é definido como a importância devida por um empregador a outro pela cessão ou transferência. O passe, como é chamado, é o instrumento que habilita o atleta a passar de uma entidade de prática desportiva para outra, e não a importância paga pela anterior à posterior. O preço do passe, como elemento quantitativo e monetário, não deveria ser confundido com ele próprio. Vale dizer, a **quantia recebida pela entidade desportiva cedente constitui a compra do direito de aproveitamento do trabalho do atleta profissional e não a compra deste como pejorativamente se alardeia**, para justificar a necessidade de outorga da carta de alforria desportiva.<sup>109</sup> [Grifos nossos]

É uma verdadeira cessão de direitos, visto que o que se transfere não é a propriedade do jogador, mas, sim, o contrato. O atleta não integra o patrimônio objetivo (material) da associação e, portanto, não deve ser considerado uma coisa.

Infelizmente, na prática, o passe dificulta ou até mesmo impede o exercício da profissão, mas, não nos enganemos, não é pelo fato de alguns atletas não poderem trocar de clube que deva ser abolido. Necessário, claramente, é a formação de legislação rigorosa, que não permita estes desvios. A extinção é, no mínimo, solução preguiçosa e prova disto foi a insatisfação das entidades desportivas, fato que levou, posteriormente, à previsão legal das indenizações de formação, absolutamente justas se aplicadas de acordo com a Lei, como veremos adiante.

Antes, contudo, de irmos mais fundo neste raciocínio, faremos uma abordagem histórica do “passe”, visto que foi contemplado anteriormente em outros regulamentos legais, como veremos a seguir.

Foi regulamentado pela primeira vez através do Decreto 53.820 de 1964 que, como visto no capítulo 1, configura-se como um dos primeiros diplomas legais a tratar

<sup>109</sup> MELO FILHO, Álvaro. *Relações de trabalho no desporto: legislação vigente e alterações propostas*. Disponível em: <<http://www.ibdd.com.br/artigos>> Acesso em: 19 out. 2001.

não só da questão do passe como, também, da profissão de atleta profissional. No que diz respeito ao passe, o decreto determinou que qualquer transferência deveria ter a expressa concordância do atleta, além de prever a percepção de 15% sobre a cessão.

Posteriormente, a Lei 6.354/76, deu-lhe definição mais clara, tratando-o nos artigos 11 e 13:

Art. 11. Entende-se por passe a importância a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes.

Art. 13. Na cessão do atleta, poderá o empregador cedente exigir do empregador cessionário o pagamento do passe estipulado de acordo com as normas desportivas, segundo os limites e as condições estabelecidas pelo Conselho e Nacional de Desportos.

§ 1º O montante do passe não será objeto de qualquer limitação, quando se tratar de cessão para empregador sediado no estrangeiro.

§ 2º O atleta terá direito à parcela de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do montante do passe, devidos e pagos pelo empregador cedente.

§ 3º O atleta não terá direito ao percentual, se houver dado causa à rescisão do contrato, ou se já houver recebido qualquer importância a título de participação no passe nos últimos 30 (trinta) meses.<sup>110</sup>

Pela análise deste dispositivo, poderiam entender alguns que o passe é facultativo, tendo em vista que a lei dispõe no *caput* que o empregador poderá exigir o pagamento. Isto não se comprovava na prática, pois era quase impossível que um empregador liberasse um atleta sem ônus para outra associação. Ademais, a própria lei abriu margem para os abusos que vem ocorrendo desde tempos, quando estabelece que a agremiação pode cobrar montante referente ao passe mesmo depois do término do contrato de trabalho.

A Lei Zico, de 1993, foi omissa na questão do passe e, através de seu artigo 26, transferiu para o Conselho Superior de Desportos a responsabilidade para fixar os valores, critérios e condições para o pagamento do passe.

Em cumprimento ao disposto na Lei supra citada, o INDESP editou a Resolução nº 1, de 17 de Outubro de 1996, que, além de editar normas sobre o passe, trouxe alguns outros conceitos. São vários os dispositivos que tratam da questão, mas a

---

<sup>110</sup> BRASIL. Lei n. 6.354, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.

resolução não foi capaz de dirimir dúvidas acerca do instituto, talvez pela ausência de um Código Desportivo – fato que permanece até hoje.

Destacamos, como forma de facilitar o entendimento sobre o tema, os artigos que tratam da fixação do valor do passe e aqueles relativos ao então desconhecido “passe livre”.

As hipóteses em que o atleta teria passe livre, segundo a Resolução, foram descritas nos artigos 16, 17 e 18:

Art. 16. O atleta profissional que, em 1º de Janeiro de 1998, já contar com 27 anos de idade ou mais, estará livre para se transferir, nos termos do artigo 5º da presente Resolução.

Art. 17. Durante o ano civil de 1999, o atleta profissional que completar 26 anos de idade, estará livre para se transferir, nos termos do artigo 5º da presente Resolução.

Art. 18. A partir do ano Civil de 2000, o atleta profissional que completar 25 anos de idade, estará livre para se transferir, nos termos do artigo 5º da presente Resolução.<sup>111</sup>

O mencionado artigo 5º, por sua vez, traz o seguinte:

O atleta profissional de futebol, enquadrado nas hipóteses dos arts. 16, 17 e 18 da presente Resolução, estará livre para se transferir para qualquer outra entidade de prática desportiva do mesmo gênero, desde que preencha um dos seguintes requisitos:

- I – esteja sem contrato de trabalho;
- II – aguarde o encerramento do contrato vigente;
- III – rescinda o contrato vigente, na forma prevista no próprio contrato ou nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
- IV – receba a liberação da entidade de prática desportiva à qual esteja vinculado.<sup>112</sup>

Caso o atleta não se enquadrasse nas hipóteses previstas pelo artigo 5º, seu passe seria fixado de acordo com o artigo 8º, que, basicamente, dispõe que o cálculo do montante deve tomar por base a média aritmética das propostas salariais do clube e do atleta e efetuar a multiplicação pelos fatores indicados.

<sup>111</sup> INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO. Resolução n. 1, 17 out. 1996. Relator: Edson Arantes do Nascimento. Ofício n. 162/96.

<sup>112</sup> INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO. Resolução n. 1, 17 out. 1996. Relator: Edson Arantes do Nascimento. Ofício n. 162/96.

Todas estas disposições foram alteradas com a edição da Lei Pelé. A grande falha do artigo 11 da Lei 6.354/76 foi determinar que o pagamento do passe deveria ser feito “durante a vigência do contrato ou depois de seu término”.<sup>113</sup> Estas cinco palavras destacadas deram margem às práticas abusivas que passamos a observar nos últimos tempos. Depois do atleta cumprir regularmente seu contrato por prazo determinado, o vínculo com o clube permanecia, independente de a associação ter interesse na manutenção do jogador ou não. Caso tivesse, a renovação do contrato seria meio jurídico aceitável de manter a relação laboral. Em contrapartida, se não houvesse tal interesse, o atleta corria o sério risco de ficar “encostado”, sem opção. É aí que critico o instituto do passe. A legislação, como disse antes, deveria criar regras para que estes desvios fossem evitados.

Foi neste diapasão que a Lei 9.615/98 revela-se como instituto revolucionário no âmbito do direito desportivo, sendo uma das principais alterações que a Lei Pelé trouxe ao universo do futebol (a primeira foi a obrigatoriedade do clube-empresa, já estudado no capítulo 1) a extinção da figura do passe, pela aplicação do § 2º do artigo 28.

Sobre a evolução trazida pela Lei Pelé, Carlos Miguel AIDAR, ex-presidente do São Paulo Futebol Clube, comentou:

A segunda modificação muito importante é a figura da extinção do denominado ‘passe’. Na realidade, o passe é uma figura odiosa do direito brasileiro, o passe é o vínculo que prende o trabalhador profissional a um determinado empregador depois de extinto o contrato de trabalho. Celebra-se um contrato de trabalho, prazo determinado, terminou o contrato de trabalho o trabalhador não pode ir para onde quiser, ele continua preso naquele clube sem trabalhar e sem receber [...].<sup>114</sup>

O ex-dirigente faz referência justamente ao que comentamos em parágrafo anterior. O passe é figura odiosa no momento em que se sua quitação é requisito para a transferência do atleta mesmo depois de findo o contrato de trabalho.

<sup>113</sup> BRASIL. Lei n. 6.354, 2 set. 1976. *DOU*, Brasília, 3 set. 1976.

<sup>114</sup> AIDAR, Carlos Miguel Castex. *Direito desportivo*. Campinas: Jurídica Mizuno, 2000, p. 35.

O artigo 28 da Lei 9.615/98 diz o seguinte:

A atividade do atleta profissional, de todas as modalidades desportivas, é caracterizada por remuneração pactuada em contrato formal de trabalho firmado com entidade de prática desportiva, pessoa jurídica de direito privado, que deverá conter, obrigatoriamente, cláusula penal para as hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral.

§ 1º Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social, ressalvadas as peculiaridades expressas nesta Lei ou integrantes do respectivo contrato de trabalho.<sup>115</sup>

A redação original do parágrafo segundo, anteriormente a edição da Medida Provisória 2.141/01, dispunha que: “§ 2º O vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais, com o término da vigência do contrato de trabalho”.<sup>116</sup>

Com a alteração da MP 2.141 – que, posteriormente, foi consolidada pela Medida Provisória 2.193-6 – a redação do dispositivo, com destaque do autor, passou a estabelecer que: “§ 2º O vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais, com o término da vigência do contrato de trabalho, salvo na hipótese prevista no § 3º, inciso II, do Art. 29 desta Lei”.<sup>117</sup> [sem grifos no original]

O referido §3º do artigo 29 instituiu as indenizações de formação e promoção, figuras até então novas no regramento jurídico desportivo nacional.

O disposto no § 2º do artigo 28 somente teria vigência a partir de 26 de Março de 2001, portanto, três anos após a vigência da própria Lei, obedecendo ao comando do artigo 93, quando restaria revogado, então, o artigo 11 da Lei 6.354/76.

Esta carência de três anos que impôs o legislador pode ser justificada pela necessidade de estruturação dos clubes à nova realidade, assim como para o bem dos próprios atletas que, ao final de seus contatos, seriam responsáveis por seus próprios passos.

<sup>115</sup> BRASIL. Lei. n. 9.615, 24 mar. 1998. *DOU*, Brasília, 25 mar. 1998.

<sup>116</sup> *Idem*.

<sup>117</sup> BRASIL. Medida Provisória n. 2.141, 21 jan. 2001. *DOU*, Brasília, 22 jun. 2001.

A intenção da Lei foi excepcional quando previu o fim do vínculo desportivo quando terminado o vínculo de trabalho. Os atletas passam a ter sua permanência atrelada ao clube tão somente pelo contrato, e não mais pelo passe.

Logo que editada a Lei e tornada de domínio público, os clubes demonstraram grande insatisfação, pois estes têm, em sua grande maioria, a negociação de atletas como o seu grande motor financeiro. O principal argumento seria de que os clubes investem altas quantias na formação dos atletas nas categorias de base e, logo quando estes estariam dispostos a trazer dividendos ao clube, com a venda, dentro de pouco tempo estariam livres e, em consequência, não dariam o retorno financeiro esperado.

Inácio NUNES ilustra a situação:

O desejo de alguns clubes formadores de atletas de garantias quanto a um período que se considere razoável para que os mesmos tenham preferência para estabelecer contratos de trabalho com os atletas por eles formados, a mim me parece respeitável. É bem de ver que esses clubes investem tempo, dinheiro e grande espaço físico na formação de atletas para o desporto de competição. Muitos não chegam a se profissionalizar, não dão retorno de vitórias importantes, não representam lucro para a entidade e, tendo representado custo, significa dizer, representam prejuízo. E uma empresa, como obriga a atual lei que sejam as entidades de prática desportiva, não pode raciocinar com prejuízo. Esse prejuízo tem que ser compensado com os êxitos que lhes são assegurados pelos vitoriosos na carreira desportiva.<sup>118</sup>

Álvaro MELO FILHO, no que diz respeito aos atletas como propulsores da vida econômica dos clubes, estatisticamente, demonstrou que:

O PASSE é, ainda hoje, a principal e mais segura fonte de receita da grande maioria dos quase 600 clubes profissionais brasileiros, porque:

a) com a venda de boa parte de nossos talentos para o exterior e o conseqüente empobrecimento do nível das competições, o número de espectadores vem decrescendo, a cada ano, e as receitas auferidas nas bilheterias representam, em média, apenas 8% dos orçamentos dos clubes, enquanto que na Inglaterra as bilheterias correspondem a 43% e na Itália a 38%. Aliás, contar com a venda de "carnet", como se faz na Europa, por enquanto é inviável, seja em face do calendário irracional e estádios decadentes, seja em face do baixo poder aquisitivo do torcedor, pois, o salário mínimo no Brasil é de US\$ 70 enquanto na Europa gira em torno de US\$ 700. Dentro dessa realidade, é comum na Europa a compra de "carnets" para marido, mulher e filho, enquanto no Brasil tais despesas comprometeriam, no mínimo, três meses de salário. Ademais, enquanto que um ingresso custa US\$ 20 na Europa, no Brasil paga-se US\$ 3 por jogo;

<sup>118</sup> NUNES, Inácio. *Op. cit.*, p. 37.

b) os patrocinadores estão cada vez mais escassos, tanto que Vasco (campeão brasileiro), Palmeiras, Grêmio, São Paulo, Santos, Internacional e outros grandes estão atualmente jogando sem patrocinadores nos seus uniformes de competição. Enquanto isso, o Milan, da Itália, recebe, anualmente, cerca de US\$ 8 milhões para estampar o logotipo da Opel nas suas camisas de jogo;

c) somente 1% dos clubes profissionais de futebol do Brasil mantêm contratos de licenciamento de marcas, diferentemente do Barcelona que comercializa cerca de 4.000 itens com sua marca. Some-se a isto a “pirataria” de produtos esportivos com marcas dos nossos clubes, pois os camelôs vendem, por exemplo, camisas dos clubes por R\$ 12,00 que nas lojas custam R\$ 70,00 o que atesta sangria dessas receitas oriundas do pagamento de “royalties”;

d) apenas 5% dos clubes profissionais usufruem dos contratos de cessão de direitos com a TV, que, em alguns casos, correspondem a 80% dos seus orçamentos. Enquanto o Campeonato Brasileiro foi vendido por US\$ 90 milhões em 2000, o Campeonato Inglês custou US\$ 300 milhões. O problema é que no Brasil praticamente só temos a TV aberta que tem um universo definido, sendo ainda incipientes os mercados de TV por assinatura e *pay-per-view*. O Barcelona já vendeu de 2003 a 2008 seus direitos de transmissão de jogos no Campo Nou por US\$ 400 milhões, o que significa US\$ 2 milhões por jogo.<sup>119</sup>

Pelo exposto acima, entende-se o desespero e, por um lado, há de se dar razão aos cartolas, mas com uma ressalva. Os atletas não devem ser o único indicador financeiro da saúde de um clube. Porém, na realidade nacional, a indenização faz-se medida de equilíbrio entre clubes grandes e pequenos. Só que deve obedecer a critérios rígidos. Senão vejamos um exemplo: se um jogador atua na mesma equipe desde as categorias menores, acredito que seja justo o clube receber parcela compensatória como forma de “indenizar” o clube cedente por seu esforço na formação técnica e física do jovem. Incabível tal parcela, contudo, nos casos em que os atletas chegam ao clube grande, vindos de um clube pequeno, do interior, ou mesmo das várzeas, descoberto por uma caça-talentos, às portas do profissionalismo. Foi por este motivo que os dispositivos que se ocuparam de disciplinar o tema, notadamente os artigos 28 e 29 da Lei sofreram várias alterações, conforme veremos.

A redação original do artigo 29 prescrevia que “a entidade de prática desportiva formadora de atleta terá o direito de assinar com este o primeiro contrato de profissional, cujo prazo não poderá ser superior a dois anos”.<sup>120</sup>

<sup>119</sup> MELO FILHO, Álvaro. *Relações de trabalho no desporto: legislação vigente e alterações propostas*. Disponível em: <www.ibdd.com.br> Acesso em: 19 out. 2001.

<sup>120</sup> BRASIL. Lei n. 9.615, 24 mar. 1998. *DOU*, Brasília, 25 mar. 1998.

Posteriormente, como forma de preencher a lacuna deixada no que tange à aplicação do termo “entidade de prática desportiva formadora”, a Lei 9.981/00 incluiu o § 2º, estabelecendo que “para os efeitos do *caput* deste artigo, exige-se da entidade de prática desportiva formadora que comprove estar o atleta por ela registrado como não-profissional há, pelo menos, dois anos, sendo facultada a cessão deste direito a entidade de prática desportiva, de forma remunerada”.<sup>121</sup>

A Medida Provisória 2.196/01, alterando o *caput*, ditou que o prazo do primeiro contrato profissional do atleta não poderá exceder cinco anos, e não somente dois como estava prevista na redação original da Lei 9.615/98. Incluiu, ainda, o § 3º que já tratamos anteriormente, substituindo o direito de preferência na renovação do primeiro contrato pelas indenizações.

Finalmente, veio a Lei n.º 10.672/2003. Tal diploma repetiu o *caput* anteriormente previsto na MP 2.196/01 para confirmar que a entidade de prática formadora teria o *direito* de assinar com o atleta, a partir dos dezesseis anos de idade, o primeiro contrato profissional, que não poderia exceder o prazo de 5 anos. Quanto ao direito de preferência na renovação do primeiro acordo laboral, a nova Lei apenas acrescentou que o prazo do contrato renovado não pode exceder dois anos.

Outro assunto que deve-se abordar é o da cláusula penal. Cláusula penal não é a mesma coisa que multa rescisória. A primeira, prevista no *caput* do artigo 28, é devida pelo atleta ao clube, é uma garantia de permanência do jogador na agremiação e tem natureza indenizatória, enquanto que a segunda, do artigo 31, é devida pelo clube ao atleta pelo inadimplemento, com caráter moratório.

Este tema é de suma importância neste ponto porque, no início, a cláusula penal foi usada pelos clubes como forma de manter vivo o finado instituto do passe. Explico: até a edição do § 3º do artigo 28, o clube poderia estipular uma cláusula exorbitante de qualquer valor, já que a lei específica não ditava limites e o artigo 920 do Código Civil, aplicado indiretamente, deixa vaga esta definição. Este dispositivo limitou a cláusula penal em até 100 vezes o montante da remuneração anual. Ocorre que, no §

---

<sup>121</sup> BRASIL. Lei n. 9.981, 14 jul. 2000. *DOU*, Brasília, 17 jul. 2000.



5º, notamos uma enorme falha, já que, *ipsis litteris*, “quando se tratar de transferência internacional, a cláusula penal não será objeto de qualquer limitação, desde que esteja expresso no respectivo contrato de trabalho desportivo”.<sup>122</sup> A falta de limites faz com que o passe, indiretamente, subsista. Lembremos, nas palavras de Álvaro MELO FILHO, o ocorrido com o atacante Denílson, atualmente no Real Betis da Espanha:

Se não houver mutação na Lei Pelé a fixação de cláusula penal vai ficar na cabeça de juiz e da cabeça de juiz nunca sabemos o que pode sair. Por isso, acho que temos de tolher, de vedar na lei cláusulas exorbitantes, abusivas e excessivas como, por exemplo, é o caso do Denílson, com cláusula penal fixada contratualmente em US\$ 425 milhões, quantia que ele jamais vai ganhar. Mas vai ter que pagar isso se outro clube quiser quebrar o contrato do Denílson com o Bétis, ao longo dos onze anos.<sup>123</sup>

O atleta terá onze anos de contrato com o mesmo clube, sem que possa nem pensar em que algum outro clube vá pagar quantia tal para tê-lo em sua equipe. Indiretamente, está vinculado ao Bétis por todo este tempo.

Neste ponto, indagamos: a extinção do passe é vantajosa ou não? Podemos apresentar, aqui, vantagens e desvantagens, mas, com toda certeza, a simples extinção prevista na Lei Pelé foi errônea, sem critério, preguiçosa, juridicamente incompleta. Com o complemento dos diplomas posteriores, acredito que a intenção do legislador esteja mais próxima da realidade, apesar do desconhecimento da maioria dos atletas.

Álvaro MELO FILHO, em brilhante artigo publicado no *site* do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, elenca as vantagens da extinção do passe:

- Elimina o último resquício de servidão existente no país, porquanto o vínculo atleta/clube será apenas enquanto durar o contrato;
- Impõe reduzir e realinhar, imediatamente, os irreais e astronômicos salários dos atletas, pois sem passe tais despesas tornam-se irrecuperáveis;
- Dispensa o investimento pelos clubes de milhões de dólares para a “compra” de passe de atletas;
- Reduz, significativamente, a lavagem de dinheiro, os ilícitos cambiais e a sonegação fiscal que não raro ocorrem quando da venda de passes de atletas;
- Acaba com a lógica perversa do futebol onde os clubes vendem o passe dos craques, o espetáculo perde prestígio, o faturamento cai, exigindo a venda de mais astros, resultando num círculo vicioso;
- Suprime, gradativamente, as “luvas” ou valor pago ao atleta para assinar contrato, reduzindo o custo desportivo dos clubes hoje endividados e descapitalizados;

<sup>122</sup> BRASIL. Lei n. 9.615, 24 mar. 1998. *DOU*, Brasília, 25 mar. 1998.

<sup>123</sup> MELO FILHO, Álvaro Filho. *Op. cit.*, p. 194.

- Motiva contratos com duração mais longa – 4 ou 5 anos -, dando estabilidade ao atleta no emprego e ao clube na formação de seus times;
- Faz com que ao fim do vínculo trabalhista acabe também o vínculo desportivo, impedindo que o atleta fique sem contrato e sem salário, mas desportivamente “preso” ao clube;
- Sem o passe a negociação deixa de ser clube/clube e passa a ser clube/atleta;
- Evita que os clubes revelem e vendam jogadores com a mesma velocidade, além de obrigar atletas e dirigentes a mudar de atitudes.<sup>124</sup>

Cita, também, as desvantagens:

- Motiva a fuga de investidores, pois, sem passe, deixam de contar com o principal e mais valioso “ativo” dos clubes. Por exemplo: Parmalat/Palmeiras é uma parceria que implodiu tão logo anunciou-se o fim do passe, porque estava amparada na venda de jogadores;
- Atletas não só perdem direito à participação dos 15% que ganhavam na venda de seus passes, e, agora, vão ter de pagar 20% ou mais a seus empresários;
- Atleta fica desvalorizado, pois, regra geral, quem tem “passe livre” está com mais de 30 anos, ou contundido, ou tecnicamente decadente ou, ainda, porque é indisciplinado, daí porque o Gilmar - o grande goleiro campeão do mundo - assinala que “o passe é um mal necessário”;
- Vai aumentar ainda mais o êxodo de nossas estrelas e craques que ainda estão jogando no Brasil. Por exemplo: dos atuais 11 titulares da seleção, apenas dois atuam no Brasil;
- Sem passe nossos atletas irão para o exterior de graça, sem nada pagar e sem gerar receita para a formação de novos atletas;
- O “passe” que era dos clubes vai transformar-se na “posse” dos empresários cuja atuação é predatória, pois só visam o lucro. Vale dizer: a “escravidão desportiva” vai permanecer, mudando apenas o feitor. Por exemplo: Ronaldinho tem contrato vitalício com seus empresários obrigando-se a repassar 20% do que ganha no futebol para eles;
- Desestimula os investimentos e o trabalho sócio-desportivo dos clubes nas categorias de base pela impossibilidade de recuperá-los na venda do passe;
- Retira a principal fonte de sobrevivência dos clubes brasileiros, pois as receitas de bilheteria, patrocínios, licenciamentos e direitos de TV são sazonais e insuficientes;
- Fortalece os grandes clubes e enfraquece os pequenos;
- Pode levar os atletas sem prestígio ou projeção ao desemprego, daí porque a maioria não quer passe livre e sim a garantia do emprego.<sup>125</sup>

Permito-me comentar os pontos levantados pelo ilustre estudioso.

Quando entende que os investimentos no futebol vão diminuir, pelo contrário, acredito que a tendência é que estes investimentos comecem cada vez mais cedo, possibilitando aos jovens praticantes do esporte oportunidade de identificar-se com um

<sup>124</sup> MELO FILHO, Álvaro. *Relações de trabalho no desporto ...*

<sup>125</sup> MELO FILHO, Álvaro. *Relações de trabalho no desporto ...*

clube e dedicarem todos os seus esforços ao sucesso. Os craques não aparecem do nada. São frutos de um trabalho bem feito, estruturado, salvo históricas exceções como Pelé, Maradona e Zico. Se os investimentos fossem direcionados às categorias de base, o retorno seria certo.

Entendo que o “jogador” vai dar espaço ao atleta em sentido amplo, ou seja, aquele preparado psicológica e fisicamente para a prática do desporto profissional. Jogadores que não se dediquem 100% ao esporte terão suas chances de êxito diminuídas, sendo que a consequência é a melhoria do nível técnico das competições.

A receita dos clubes não deve restringir-se aos atletas. O planejamento deve ser profissional, de forma que os clubes descubram outras fontes que o sustentem, seja a venda de ingressos, seja a transmissão dos jogos pela TV, o produto do *merchandise* da equipe ou os patrocínios.

O fortalecimento dos grandes e enfraquecimento dos pequenos – apesar de ser defensor do lado humanitário do futebol, onde todos os clubes teriam espaço – é apenas reflexo de uma tendência mundial, isto é, somente os clubes estruturados poderão disputar competições profissionais, com o conseqüente desaparecimento de muitos clubes e desemprego dos atletas, mas por outro lado, o fortalecimento das equipes e maior profissionalismo.

Os clubes deverão aproximar-se da realidade, com políticas salariais mais austeras, sem salários astronômicos, o que leva muitos deles ao endividamento total (casos de Flamengo, Vasco, Corinthians, Santos, só para citar alguns). A administração passional dos dirigentes dará lugar à administração empresarial, com departamentos específicos e capazes de solucionar problemas comuns aos clubes. O produto futebol é muito rentável e todos podem, se administrados corretamente, lucrar com ele.

Os atletas deverão permanecer mais tempo em um único clube ao invés de trocarem de camisa a cada temporada. Somente atletas que “vestem a camisa” podem trazer o torcedor de volta aos gramados.

Inúmeros podem ser os posicionamentos a favor de cada argumento. Porém, nossa tarefa, como operadores do direito, é de trabalhar na formação de um regramento mais claro para o futebol e para as relações que dele advém, de maneira a emprestar-lhe maior credibilidade, segurança e justiça, equilibrando clubes e atletas, como instrumento do desenvolvimento do mais popular esporte do país.

## 6.2. “Direitos Federativos”?

Não raro nos deparamos, através dos meios de comunicação, com tal expressão. No entanto, em face da abundância de interpretações, a indagação que dá título a este tópico é deveras pertinente.

Em primeiro lugar, há que se perseguir a existência efetiva de tais “direitos”, para, ao final, concluirmos sobre a correção (ou não) da expressão.

De plano, me posiciono ao lado daqueles que acreditam não ser tal expressão nada mais do que um neologismo desnecessário, altamente maléfico à compreensão das normas jurídicas que regulamentam o futebol.

Diz-se isto porque direito algum existe.

O que existe, sim, é o VÍNCULO DESPORTIVO, que perdura enquanto vigente o contrato de trabalho, do qual decorre o VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

Isto significa dizer que a ligação entre as partes (atleta e clube) somente se estende durante o prazo estipulado no instrumento contratual, pois somente em razão do contrato de trabalho que surgem obrigações recíprocas às partes. O vínculo desportivo nasce no momento em que o contrato de trabalho for registrado na entidade de administração nacional, desfazendo-se com o término do vínculo trabalhista (ou pela rescisão antecipada, manifestada por alguma das partes).

No entanto, alguns pugnam pela existência dos tais “direitos federativos” argumentando que, com a extinção do “passe”, restou uma lacuna quanto ao que efetivamente a entidade prática “adquiriria” ao celebrar contrato com um determinado atleta. Segundo tal corrente, os “direitos federativos” representariam, em verdade, a

dimensão econômica correspondente ao fornecimento do chamado “atestado liberatório”.

Sobre este “atestado” são necessárias algumas colocações.

Os defensores da tese acima ensinam que a contratação do atleta dá ao clube contratante o direito de utilizá-lo em todas as competições oficiais das quais a entidade participe, vinculando-o na Federação/Confederação mediante registro competente. Ocorre que para que tal operação de registro fosse possível, o contratante deveria obter junto clube de origem do atleta uma espécie de autorização, conhecida no âmbito desportivo como “atestado liberatório”. As Federações e a Confederação, arbitrariamente, não regularizavam a condição de jogo ao atleta sem esta autorização, mesmo após o término do contrato de trabalho com o clube cedente. Neste diapasão, entendem que a parcela “paga” a título de “direitos federativos” nada mais é do que uma exigência do antigo empregador para que forneça o dito “atestado”.

No entanto, tal entendimento não deve prosperar.

A extinção do “passe” – ou seja, o fim da vinculação do atleta com determinada entidade mesmo após findo o contrato de trabalho – correspondeu à uma modernização sem precedentes nas relações trabalhistas entre empregador e empregado.

Segundo a legislação aplicável à espécie, apenas três são as hipóteses de “liberação do atleta”, a saber: a) final de contrato de trabalho, por seu termo legal (ou rescisão antecipada, observadas as penalidades legais); b) cessão por empréstimo e c) por decisão judicial.

Em momento algum encontramos a apresentação de qualquer autorização ou o pagamento pela mesma como condição *sine qua non* à celebração de novo contrato de trabalho. Verificada uma das possibilidades acima, resta ampla a liberdade do atleta em dispor acerca de seu novo empregador.

O Poder Judiciário já se pronunciou, à saciedade, que ao término do contrato de trabalho (vínculo empregatício), o vínculo desportivo, de natureza assessória, também dissolve-se e, sendo esta regra auto-aplicável, inadmissível a exigência de qualquer autorização ou atestado com vistas a legitimar direito à percepção de prestações

pecuniárias.

Infelizmente, tais impropriedades ainda passam incólumes por parte da imprensa, que repetidamente desvirtua os conceitos reais aplicáveis ao caso.

Conclui-se pela inexistência dos tais “direitos federativos”, uma vez que o único sujeito legítimo a exigir o cumprimento dos deveres por parte do atleta é a entidade com a qual o mesmo mantém o vínculo desportivo, decorrente do contrato de trabalho, observando-se, também, as peculiaridades atinentes às hipóteses de cessão temporária do atleta.

### 6.3. Penhora de “Passe”

Num primeiro momento, ao analisar o título do presente tópico, grande maioria dos leitores poderia instintivamente pensar que a penhora, instituto eminentemente jurídico, pouca ou nenhuma relação guarda com o atleta profissional de futebol e sua liberdade profissional.

No entanto, sob ótica mais atenta, percebe-se que tais figuras – a penhora e o atleta profissional – relacionam-se de forma intrigante e que, a despeito da relevância do tema e de suas consequências no âmbito do Direito do Trabalho, pouca notoriedade despertam no meio jurídico.

#### 6.3.1. Breves noções acerca da penhora

O processo de execução é, por natureza, resultado de uma cadeia de atos que pretendem, como sanção, invadir a esfera patrimonial do devedor, forçando-lhe a saldar compromisso pendente.

Sobre a relação jurídica estabelecida entre as partes e o papel da atividade estatal, importante lição nos traz Cândido Rangel DINAMARCO<sup>126</sup>:

“Grande parte dos conflitos que envolvem as pessoas expressa-se pela pretensão de um sujeito ao apossamento de um bem, resistida pelo outro sujeito. Conflitos dessa ordem só estarão eliminados, e talvez pacificados os sujeitos, quando o primeiro obtiver efetivamente o bem a que almeja, ou quando definitivamente ficar declarado

<sup>126</sup> DINAMARCO, C. R. *Execução Civil*. 8ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2002. p. 103

que não tem direito a ele.

Isto quer dizer que a função estatal pacificadora só se considera cumprida e acabada quando um desses resultados tiver sido obtido. Enquanto perdurar a insatisfação do credor, mesmo tendo sido reconhecido como tal, o conflito permanece e traz em si o coeficiente de desgaste social que o caracteriza, sendo também óbice à felicidade da pessoa.”

A penhora é, pois, procedimento integrante do processo de execução, mais precisamente nos casos de execução por quantia certa contra devedor solvente. O rito vem definido pelo Código Processual Civil nos artigos 646 a 679.

Consiste, basicamente, na expropriação de tantos bens do devedor quantos batem à satisfação do crédito do credor. A expropriação pode ser realizada com a alienação de bens do devedor, com a adjudicação em favor do credor ou mediante outorga do usufruto de imóvel ou empresa.

Por certo, a atividade executiva pressupõe uma prévia fase cognitiva, de forma a certificar a legitimidade do credor de “invadir”, de forma coercitiva, o patrimônio do devedor.

Na execução fundada em título judicial, hipóteses previstas no artigo 584, incisos I a V do CPC, os meios de defesa do devedor são bastante restritos, restando-lhe apenas a invocação, em sede de Embargos à Execução, apenas das matérias elencadas nos artigos 741 a 744 do mesmo diploma legal. Por outro lado, no processo de execução por título executivo extrajudicial (CPC, art. 585, I a VII), as possibilidades de defesa são mais amplas do que aquelas inscritas no rol do artigo 741, estendendo-se a quaisquer outras alegações que seriam possíveis na fase de conhecimento, conforme prescrito pelo artigo 745.

No Direito do Trabalho, a execução encontra-se disciplinada nos artigos 876 e seguintes da CLT, figurando a penhora como hipótese do artigo 883 do mesmo diploma.

#### 6.3.2. Da correspondência entre o atleta profissional de futebol e a figura da penhora

Como vimos anteriormente, a Lei 9.615/98, que, em verdade, ingressou no universo jurídico tão somente para instituir normas “gerais” ao desporto nacional, em substituição à Lei 8.672/93, trouxe em seu bojo um capítulo inteiro dedicado à prática desportiva profissional (artigos 26 a 46). Tais dispositivos, ao revogar o maior pilar da prática desportiva profissional até então – o passe – revolucionou o tratamento legal dispensado à categoria, impulsionando verdadeira fúria legislativa em matéria desportiva, situação que permanece até os dias atuais.

Com a vigência do artigo 28, § 2º, o vínculo desportivo, efetivamente, passou a ter natureza acessória ao vínculo empregatício, de forma que, terminado este, aquele não mais existiria.

Perguntar-se-ia o leitor, a esta altura, qual a relação da penhora com o atleta profissional de futebol, principalmente em tempos em que vige a acessoriedade do vínculo desportivo em relação ao vínculo empregatício.

A resposta é simples.

Atualmente, mesmo com a extinção da figura do “passe”, não raro tomamos conhecimento de casos em que os “direitos federativos” – expressão que, como se demonstrou no item anterior, também é imprópria – de jogador “A” ou “B” foram penhorados em consequência de processo de execução que envolve a entidade de prática desportiva “proprietária” de referidos direitos e outra parte qualquer.

A pergunta, neste cenário, então, seria a seguinte: é admissível, judicialmente, que a penhora recaia sobre pessoa humana, atleta profissional de futebol?

A meu ver não.

De antemão, há que se ressaltar a existência de duas correntes doutrinárias distintas que se ocupam do tema. De um lado, do qual me perfilo, estão os que defendem a impossibilidade da penhora de “passe” (aqui entendido como restrição do vínculo desportivo existente entre atleta e entidade de prática desportiva) de atleta profissional de futebol principalmente, dentre diversos argumentos que serão aqui apresentados, em face da flagrante violação ao princípio da dignidade (CF art. 1º, III) e



do direito de liberdade profissional (art. 5º, XIII) e pela não previsão da espécie na gradação do artigo 655 do Código de Processo Civil. Em sentido contrário, existe corrente que admite a penhora, fundamentando-se no argumento de que o “passe”, embora inexistente, possua dimensão econômica (valor de mercado), posto que livremente comercializado entre os clubes.

Em virtude do posicionamento pessoal acima esposado, passo, pois, a discorrer sobre os motivos que nos levam a concluir pela impossibilidade da penhora recair sobre atleta profissional de futebol.

### 6.3.3. Da ofensa aos princípios da dignidade e da liberdade

O que se deve combater, ao tratar deste tópico, é a “coisificação” da pessoa, isto é, a busca pela satisfação de um direito originário da inadimplência normalmente de terceiros – direito este que, diga-se de passagem, é legítimo – em detrimento dos direitos cívicos do homem, sua dignidade e sua liberdade ao trabalho.

Há que se ter cristalino que a penhora é medida apta a realizar o objetivo do processo de execução. Não nos parece sustentável a tese de que seja possível indicar um “bem” que sequer pertence ao devedor (no caso, entidade de prática desportiva).

Não se pode, em respeito aos princípios constitucionais anteriormente mencionados, entender viável qualquer espécie de constrição ou “bloqueio” do próprio ser humano, de modo que ele passe a ser tratado como mera moeda de troca, como algo que se incorpora ao patrimônio de outrem.

Da mesma forma, não se pode admitir que o atleta tenha sua liberdade de exercício da profissão restrita em virtude de débitos constituídos por seu empregador.

Neste diapasão, admitir-se a penhora do atleta profissional de futebol é atentar contra os mais mezinhos direitos fundamentais do ser humano, previstos no art. 5º, “caput” da Carta Federal.

Justamente neste sentido pronunciou-se o Tribunal do Trabalho da 9ª Região:

**JOGADOR DE FUTEBOL – PENHORA DE PASSE** – Não se pode negar que o passe, para aqueles que ainda estão a ele sujeitos contratados antes da vigência da Lei n.º 9.615-98, está intimamente ligado à pessoa do atleta, pois seu valor de mercado

relaciona-se diretamente ao desempenho do profissional, e, também, porque o exercício da atividade na prática desportiva vincula-se ao clube que o detém. Portanto, inadmissível a sua penhora, sob pena de se concordar com a constrição da própria vida humana, em afronta aos direitos fundamentais previstos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dada a natureza da figura em comento estar intrinsecamente ligada ao ser humano. (TRT 9ª R. – AP 3655/2001 – (11288/2002) – Rel. Juiz Luiz Eduardo Gunther – DJPR 17.05.2002)

Do voto do Relator extraímos importante lição:

“Coaduno-me ao entendimento de que a penhora do passe do atleta profissional é juridicamente impossível, por atentar à dignidade da pessoa humana. Não se pode negar que o passe, para aqueles que ainda estão a ele sujeitos (contratados antes da vigência da Lei nº 9.615/98), está intimamente ligado à pessoa do atleta, pois seu valor de mercado relaciona-se diretamente ao desempenho do profissional, e também porque o exercício da atividade, na prática desportiva, vincula-se ao clube que o detém. Assim, se fossemos admitir a penhora do passe do atleta, estaríamos a concordar com a constrição da própria vida humana, em afronta aos direitos fundamentais previstos no artigo 5ª da CF, dada a natureza da figura em comento estar intrinsecamente ligada ao ser humano.

Esta é a posição de Dárcio Guimarães de Andrade:

‘(...) não desassocio o atleta, ser humano, do passe, ocorrendo desrespeito à sua dignidade, relembrando que atleta não é coisa passível de constrição judicial. A escravidão acabou em 1888, época em que o escravo era tido como coisa. A prevalecer a penhora, como será a avaliação? E se o atleta não quiser defender as cores do arrematante? A dignidade da pessoa, repito, merece respeito. Entendo, sem medo de errar, que o passe do atleta é absolutamente impenhorável, dada sua natureza umbilicalmente atrelada ao ser humano. O precedente é sério e não pode, d. v., preponderar’.

E, igualmente, de Geogenor de Souza Franco:

‘(...) impossível separar o passe da pessoa. O inusitado desse ato é que estamos a voltar, no Brasil, a prevalecer esse incrível entendimento, ao regimento da escravidão: como avaliar o bem? Como proceder a seu praxeamento? Quais as responsabilidades do possível arrematante? Quais as obrigações do jogador, cujo passe vai à venda em hasta pública? Decisão dessa natureza, data venia, viola os direitos mínimos de respeito à dignidade da pessoa e não pode ser mantida.

Acredito, todavia, que o passe comece a ser uma página virada na história do Direito Desportivo brasileiro. Com efeito, mais que uma vitória dos profissionais desse setor, o seu fim representa uma conquista da sociedade e o fortalecimento da democracia. Os dirigentes, evidentemente, não estão conformados’.

Aliás, se a execução se processa contra a entidade contratante, não pode o jogador ser responsabilizado pelo crédito do exequente ao ponto de estar sujeito a exercer sua profissão somente à entidade arrematante de seu passe, sem sua anuência e sem o percentual de direito no caso de cessão do passe (art. 13, § 2º da Lei 6.354/76).”

Bem observou o julgador que a importância que era devida por um empregador a outro pela contratação de atleta profissional de futebol durante a vigência do contrato de trabalho (“passe”) encontra-se intimamente ligada ao desempenho do próprio indivíduo, o que determinava seu valor de mercado. Não se estaria negando que o “passe” possuía, à época, valor de mercado, fato, aliás, público e notório, mas o que se coloca em discussão é que a vida humana não pode ser objeto de penhora, o que configura-se como flagrante desrespeito à sua dignidade, posto que o atleta não é coisa passível de constrição judicial.

#### 6.3.4. Da natureza jurídica da penhora

Antes de passarmos a discorrer sobre este tópico, há que se corrigir, de uma vez por todas, algumas impropriedades terminológicas que vêm sendo verificadas.

Partindo do princípio de que o “passe” não mais existe desde 26 de março de 2001, com a revogação do artigo 11 da Lei 6.354/76 pela aplicação do contido nos artigos 93 e 96 da Lei 9.615/98, não há como se admitir que tal terminologia ainda seja utilizada.

Mais recentemente, muito tem se ouvido falar na expressão “direitos federativos”. Entendemos também não ser apropriada esta expressão por dois motivos. A um porque ela pode induzir os leigos a pensar que “alguém detém direitos sobre alguém”, o que não corresponde à realidade e, a dois, porque a estrutura federada não possui direito algum na relação entre a atleta e entidade de prática desportiva.

Em verdade, é até compreensível a insistência em se falar no “passe” uma vez que o instituto vigeu por muito tempo e está enraizado na cultura de muitos que atuam no futebol profissional. No presente artigo, tal expressão ainda poderá ser observada por questões meramente didáticas, alertando que, ao nosso ver, a correta (e única) denominação do extinto instituto seja tão somente vínculo desportivo.

É cediço dentre os partidários da tese que pugna pela impossibilidade da penhora sobre o atleta profissional, que o vínculo desportivo não se configura como direito líquido e certo do clube, passível de livre negociação, nem muito menos título

de crédito. Trata-se, tão somente, de relação jurídica temporária, condicionada à existência de relação laboral, não sendo possível, pois, sua alienação judicial.

Durante o tempo de vigência do artigo 11 da Lei 6.354/76, o “passe” possuía natureza jurídica indenizatória, uma vez que, como dito anteriormente, era montante devido por uma entidade de prática à outra quando da cessão de atleta durante o contrato de trabalho. Mais do que isso. Configurava-se como mera expectativa de direito, já que a transferência do atleta durante o vínculo empregatício poderia não ocorrer.

Com a vigência do § 2º do artigo 28 da Lei 9.615/98, o direito que o clube possui, em relação ao atleta, durante a vigência do contrato de trabalho, é o de exigir do atleta profissional os deveres a ele inerentes, elencados no artigo 35 da Lei 9.615/98, uma vez que com o final do contrato, desfaz-se o vínculo desportivo.

Desta forma, temos que o direito que o clube possui em relação ao atleta está limitado duplamente: em primeiro lugar, pela duração da relação entre as partes e, em segundo lugar, pelas normas da legislação trabalhista que limitam o poder do empregador.

#### 6.3.5. Da anuência do atleta

A tese da impenhorabilidade se reforça ao analisarmos o artigo 38 da Lei 9.615/98, segundo o qual *“qualquer cessão ou transferência de atleta profissional ou não-profissional depende de sua formal e expressa anuência”*.

A própria Lei 6.354/76 já previa tal situação no artigo 10, o qual estabelecia que a cessão eventual, temporária ou definitiva do atleta por um empregador a outro dependeria, em qualquer caso, da prévia concordância, por escrito, do atleta, sob pena de nulidade.

Ora, em qualquer das situações, seja cessão temporária ou transferência, a transmissão dos direitos da entidade de prática desportiva devedora para outra credora ou para terceiros dependeria, **sob pena de nulidade**, da expressa anuência do atleta.

Nos dizeres de Álvaro MELO FILHO, “há quem assevere que o consentimento formal e expresso do atleta profissional tira-o da simples condição de mercadoria

transmitida, de posse e domínio de acordo com a vontade do vendedor e comprador.”<sup>127</sup>

Resta flagrante, assim, a inutilidade da penhora, pois o atleta não é obrigado a se transferir do clube executado para o exeqüente ou ficar à disposição de terceiro. Novamente há que se salientar o fato de que antes do atleta encontra-se o ser humano, cuja liberdade e dignidade devem ser respeitadas.

Ademais, em prevalecendo a absurda hipótese da penhora e a seqüência do processo de execução, haveria possibilidade de arrematação por um clube de outro Estado, sem anuência do empregado, o que configura franca violação ao art. 469 da CLT.

#### 6.3.6. Da gradação do artigo 655 do CPC

Resta claro que a modalidade de penhora sobre o atleta profissional de futebol não encontra amparo na gradação do artigo 655 do Código de Processo Civil.

O simples fato de o vínculo desportivo não estar incluído nos bens absolutamente impenhoráveis elencados no art. 649 do mesmo diploma não torna o bem penhorável, dada sua natureza, intrinsecamente ligada ao ser humano.

Não se está a dizer, em absoluto, que o credor deva aceitar qualquer bem nomeado pelo devedor. No entanto, pelos argumentos expostos anteriormente, continuamos com forte convicção que a penhora sobre atleta como meio de satisfazer a dívida não encontra guarida pela legislação vigente.

Assim decidiu o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

**EXECUÇÃO – NOMEAÇÃO À PENHORA DE PASSE DE JOGADOR DE FUTEBOL – DIREITO ACESSÓRIO A CONTRATO DE TRABALHO** – Não existe passe sem contrato de trabalho. Denomina-se passe o vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante, de natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais, com o término da vigência do contrato de trabalho, nos termos do artigo 28, parágrafo 2º, da Lei n.º 9615/98 (Lei Pelé). Logo, a

<sup>127</sup> MELO, A. Filho. *Novo ordenamento jurídico desportivo*. Fortaleza: Ed. ABC, 2000.

indicação do passe à penhora não encontra amparo na gradação do artigo 655 do CPC. Recurso improvido. (TJRJ – AI 10723/2001 – 14ª C.Cív. – Rel. Des. Mauro Nogueira – J. 21.11.2001)

#### 6.3.7. Da medida judicial cabível em caso de penhora

Caso o atleta seja objeto de penhora, entendo que a medida de defesa cabível sejam os Embargos de Terceiro.

Explico.

Os Embargos constituem-se como ação de conhecimento, que gera processo autônomo e cujo objetivo único é livrar o bem de terceiro de eventual apreensão judicial indevida, devolvendo ao sujeito que suporta o ônus da penhora o status que possuía anteriormente à execução.

A fundamentação legal dos Embargos de Terceiro encontra-se nos artigos 1.046 a 1.054 do Código de Processo Civil.

Por ser uma ação autônoma e não um mero incidente do processo de execução, acreditamos ser possível o requerimento de antecipação de tutela nestes casos, embora boa parte da doutrina e da jurisprudência discorde de tal procedimento por achar “perigosa” à segurança jurídica o deferimento de liminares requeridas em embargos e por entender que a antecipação encontra-se ligada ao pedido principal, não podendo atingir terceiros. Ademais, nos termos do artigo 1.052 do CPC, a propositura dos Embargos acarreta na suspensão do processo principal, o que nos leva a crer ser esta a medida judicial mais robusta.

Diz-se isso porque, na hipótese de se optar pela propositura de Medida Cautelar, embora a obtenção de liminar pareça ser, a primeira vista, mais fácil, dependeria, posteriormente, de uma outra ação principal, o que pode tornar mais longo o caminho, atrasando o definitivo pronunciamento do Poder Judiciário sobre a questão.

No que tange a competência, tanto a doutrina quanto o CPC nos ensinam que os embargos serão distribuídos por dependência aos autos da ação de execução.

Desta forma, se a Execução foi ajuizada na esfera Cível, diria que os Embargos de Terceiro deveriam ser ali propostos. Não é pelo fato que a consequência da execução é a restrição ao trabalho que os Embargos devem ser propostos perante a Justiça Trabalhista. A demanda é eminentemente cível e, portanto, este é o foro competente para tal.

A tese da competência da justiça do trabalho poderia até ser sustentada se a Execução fosse mero seguimento de uma sentença trabalhista. No entanto, não há como estabelecer um critério único para a fixação da competência. Sua determinação será fixada caso a caso, dependendo, sempre, do foro no qual tramita o processo de execução. Já há jurisprudência sobre o tema, que colaciona-se abaixo.

JUSTIÇA DO TRABALHO – COMPETÊNCIA – Competência da Justiça do Trabalho para o julgamento de embargos de terceiro, resultantes da execução de decisão daquele ramo especializado do Poder Judiciário. Jurisprudência do Supremo Tribunal (RREE 107.495 e 109.060), firmada sob a égide da Constituição de 1967 art. 142) e fortalecida pela Carta em vigor (art. 114). (STF – RE 126.681 - RJ - 1ª T. - Rel. Min. Octávio Gallotti - DJU 03.05.1991)

Diante de todos os argumentos ora apresentados, seguimos firme no sentido de ser inviável a constrição judicial sobre atleta profissional de futebol, pelo fato desta se configurar como atentado não só ao próprio ser humano, mas, também, a sua liberdade de trabalho, direito constitucionalmente garantido. Em que pese ser incipiente a construção jurisprudencial acerca do tema, entendemos restar cristalina a ilegalidade do pretenso ato coator, uma vez que o atleta não pode figurar como responsável solidário pela má gestão da entidade de prática desportiva empregadora.

## 7 FUTEBOL, PASSE E SOCIEDADE

O fim do passe foi comemorado entusiasticamente pela crônica esportiva especializada, pelos (poucos) sindicatos de atletas, pelos intelectuais, enfim, pela sociedade em geral, sensibilizada com a situação de “escravidão” dos atletas. Contudo, o fim deste instituto, findo em 26 de março de 2001, data em que foi revogado o artigo 11 da Lei 6.354/76 e passou a vigor o § 2º. do artigo 28 da Lei 9.615/98, revolucionou a estrutura do futebol, mas pouco mudou na vida de uma verdadeira legião de atletas que ganham mal e vivem às margens de uma profissão que, erroneamente, acreditamos ser glamurosa para todos.

Ironicamente, mesmo antes da entrada em vigor da Lei, a maioria dos atletas profissionais do país já havia adquirido o “passe livre” por conta do desinteresse dos clubes ou como forma de ter saldadas dívidas por atrasos nos pagamentos de salários e outros encargos.

Segundo dados estatísticos da CBF – Confederação Brasileira de Futebol – 86,54% dos profissionais inscritos regularmente perante a entidade no ano de 2000 recebem, no máximo, dois salários mínimos. Destes, 44,91% ganham até – pasmem – um salário mínimo por mês. A desigualdade social no mundo do futebol é tão alarmante quanto a que vemos no resto de nossa sociedade: apenas 3,35% dos profissionais registrados ganham acima de 20 salários mínimos mensais.

A rota da maioria dos atletas que vivem na periferia da bola é quase sempre a mesma. Invariavelmente de origem pobre, exceção feita a uns poucos, casos de Caio (atacante que iniciou no São Paulo e atualmente está no Fluminense), Rogério Ceni (Goleiro do São Paulo) e Leonardo (Meia que defendeu o Flamengo no início da carreira e depois passou pelo Valencia, Kashima Antlers, Paris Saint-Germain, Milan, e São Paulo), os garotos saem das peladas de bairro para as categorias de base de algum clube da cidade ou região mais próxima, normalmente por obra de um “olheiro” (nome dado aos funcionários dos clubes que possuem a missão de descobrir talentos e os indicam para os técnicos). Quando conseguem integrar-se ao grupo – após passar por inúmeras “peneiras”, espécies de teste que os aspirantes a estrelas se submetem



antes de ingressar em um clube – os “boleiros”, ainda adolescentes, são inscritos nas categorias de base e registrados pelos clubes nas federações como amadores para que disputem suas primeiras competições. Logo, os que sobrevivem à seleção natural, assinam seu primeiro contrato como atletas profissionais.

Ocorre que a grande maioria não consegue chegar nem perto do estrelato. Ficam à beira do caminho, por inúmeras razões. Veja o exemplo do hoje “Fenômeno” Ronaldo: quando descoberto por um olheiro, foi convidado a jogar no Clube de Regatas Flamengo, mas, por não ter condições financeiras de suportar as passagens de ônibus para ir aos treinos, optou por jogar no modesto São Cristóvão, clube cuja sede ficava mais próximo de sua casa. De lá, foi vendido ao Cruzeiro e depois foi para o PSV Eindhoven da Holanda. Seguiu carreira pelo Barcelona, da Espanha, época em que foi eleito por duas vezes o melhor jogador do mundo em eleição da FIFA, e atualmente joga pela Internazionale de Milão. É verdade que anda às voltas com problemas nos joelhos e não esteja esbanjando seu melhor físico, mas ninguém duvida que é um dos grandes nomes do futebol mundial e, por pouco, seu grande talento não foi desperdiçado.

É evidente que o futebol profissional, como uma espécie de esporte de alto nível, deve abrigar os melhores atletas e as organizações mais bem estruturadas, numa espécie de seleção natural. Teoricamente. O Brasil, apesar de ser um eterno celeiro de novos valores, não tem seu futebol profissional organizado sobre base estruturada e sólida. Ainda estamos no amadorismo.

Os campeonatos possuem regulamentos obscuros, principalmente no que diz respeito aos critérios de acesso e descenso – caso do Fluminense entre 1997 e 1999, época que caiu duas vezes para a Segunda divisão e, mais tarde, para a Terceira, mas, por uma manobra de bastidores mais conhecida como “virada de mesa”, retornou à elite do futebol em 2000 –, o dia a dia dos clubes é marcado pela falta de pagamento de salários, os atletas são comandados por empresários, inexistente um Código Jurídico Desportivo, apesar da previsão na Lei Pelé (Artigo 91), os estádios não atendem as expectativas de conforto e segurança dos espectadores, os dirigentes ainda se mantêm

reticentes quando se fala em administração profissional (não passional) e os preços dos ingressos estão acima das possibilidades financeiras do torcedor.

Enfim, os motivos da notória decadência do futebol nacional são muitos. Afora os fatores exógenos, até mesmo dentro do gramado estamos sendo superados, vide as derrotas inéditas nas eliminatórias para a Copa de 2002 e as humilhantes apresentações contra “potências” como Honduras (Copa América 2001 – derrota por 2x0) e Austrália (Copa das Confederações 2001 – derrota por 1x0). Este último, contudo, é algo que deixamos para técnicos e atletas.

Preocupemo-nos, a partir de agora, com um estudo mais aprofundado das consequências que a adoção da Lei 9.615/98 trouxe justamente aos protagonistas do espetáculo.

O maior reflexo desta latente desorganização é sentido pelos próprios jogadores, seja pelo desconhecimento das normas que regulam o mais querido esporte nacional, seja pelo amadorismo da cartolagem que o comanda.

Para ilustrar melhor esta situação, observemos o texto a seguir. Foi extraído do jornal *Folha de São Paulo* de 25 de março de 2001, um dia, portanto, antes da efetiva vigência da MP:

Quando acordar amanhã, o zagueiro Anderson, 28, do Nacional, time da segunda divisão do Campeonato Paulista, não se sentirá mais nem mais preso, mais apreensivo ou mais alegre. Na verdade, Anderson não sabe ao certo como se sentirá ao acordar nesta segunda-feira em que o passe, figura jurídica que prende um jogador a um clube, será oficialmente extinto. [...] Como Anderson, há milhares de jogadores no Brasil. A revolução que o fim do passe vai fazer no futebol do país tem, para todos eles, um impacto menor do que o barulho causado pela Medida Provisória sancionada anteontem pelo Presidente FHC. Por um motivo simples: a grande massa de jogadores profissionais do país já é dona do próprio passe – e não o conquistou em disputas judiciais, como os astros vêm fazendo. Ganham tão pouco e defendem clubes tão modestos, por tão pouco tempo, que, para eles, o passe é irreal. É o boleiro que não sai no jornal, não tem a vida devassada por câmeras de TV, não anda de carro importado nem seduz mairas-chuteiras lindas e oxigenadas.<sup>128</sup>

O discurso dominante entre os atletas e dirigentes – estes ainda bastante indignados por estar, teoricamente, perdendo seu grande “ativo” – era de que somente os jogadores com certo “nome” seriam beneficiados com o novo panorama legal. O

<sup>128</sup> VICTOR, Fábio. Uma lei que revoluciona o esporte, mas não comove o esportista. *Folha de São Paulo*, 25 mar. 2001, p. 4. Caderno D.

raciocínio é bastante simples: aqueles atletas que já defenderam grandes clubes e, em alguns casos, a seleção brasileira, chamariam mais a atenção e, conseqüentemente, teriam mais chances de fazer uso desta ampla liberdade de exercer sua atividade profissional que passaram a ter.

Sobre este novo cenário, o presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de São Paulo, Rinaldo MARTORELLI, comentou:

Mesmo sendo a extinção definitiva deste abominável instituto jurídico – “passe” – não só uma vitória pessoal, como um grande avanço nas relações entre atletas e clubes, não nos enganemos: estamos iniciando a criação de uma nova mentalidade. Os clubes terão de se comportar de forma diferente no trato com suas finanças. Sem a muleta do passe, deixarão de ter como alternativa alguma negociação de atleta que traga equilíbrio entre receita e despesa. Haverá, portanto, o gerenciamento profissional pelo qual pugnamos há algum tempo. E, para que isto ocorra, será necessária total reformulação dos conceitos de gestão. Quanto aos atletas, terão de deixar de conviver com a ‘cultura de omissão’ que os envolve desde o nascimento da profissão. Serão obrigados a uma melhor formação, e todos os níveis. Terão que estar em condição de igualdade com os clubes para deixarem de perder tanto. [...] Temos muito a comemorar, mas um longo caminho a percorrer. É só o começo o fim.<sup>129</sup>

No mesmo sentido, opinou o Vice-Presidente de Futebol do Sport Club Corinthians Paulista, Antônio Roque CITADINI:

O fim do passe é apenas um ponto de partida para a real profissionalização do futebol brasileiro. Um bom começo. Sua existência levava os clubes a menosprezarem outras fontes de receita, ignorando o potencial do futebol como negócio. Desta visão equivocada resultou a crise atual. Clubes, atletas, empresas e governo têm agora uma boa oportunidade para real avanço. Os clubes podem e devem ganhar dinheiro, pagar bons salários e oferecer grandes espetáculos ao público. Basta reconhecer que o futebol, além de paixão, é um dos maiores entretenimentos. [...]. Cabe agora negociar de forma profissional a venda dos espetáculos e de suas marcas: publicidade estática, direitos de transmissão pela televisão aberta e fechada e pela internet.<sup>130</sup>

O debate, na época, mostrou-se bastante interessante. De um lado, os atletas viviam o dilema de não saber qual seria seu futuro dentro do esporte e, de outro, os dirigentes reclamavam que a extinção do passe poderia decretar a falência de muitos clubes, principalmente os pequenos. A discussão permanece até hoje.

<sup>129</sup> MARTORELLI, Rinaldo. Isso é só o começo do fim. *Folha de São Paulo*, 25 mar. 2001, p. 5. Caderno D, Folha Esporte.

<sup>130</sup> CITADINI, Antônio Roque. Apenas um pontapé inicial. *Folha de São Paulo*, 25 mar. 2001, p. 5. Caderno D.

Entretanto, de lá para cá, quase dez meses depois de sua entrada em vigor, os clubes continuam a negociar seus atletas da mesma maneira como o faziam anteriormente.

Como isto é possível? Através do empréstimo. Antes da Lei 9.615/98 o atleta que tivesse interesse em se transferir de um clube para outro deveria aguardar que seu “passe” fosse negociado. Atualmente, o que ocorre na prática é que os clubes antecipam a prorrogação dos contratos para manter seus jogadores presos a eles, mesmo que tenham a intenção de negociá-los mais tarde. Uma outra forma de não perder a chance de conseguir uma compensação financeira pela transferência do atleta é negociar os jogadores antes do final do compromisso. Isto porque a Lei Pelé estipula que a validade dos contratos entre jogadores e clubes pode variar entre três meses e cinco anos e, após seu encerramento, o atleta pode se transferir para outra agremiação sem a necessidade de indenizar seu ex-clube. O prejuízo para os clubes, aí, seria inevitável.

Podemos afirmar, então, que a extinção do “passe” contribuiu para o desenvolvimento do esporte e do cidadão que o pratica?

Acreditamos que **ainda** não. O futebol continua contaminado, sem um ordenamento jurídico específico e atual, sem o apoio estatal para sua promoção e incentivo, gerenciado por amadores. A maioria esmagadora dos atletas persegue o sonho do estrelato, mas logo percebe que o céu é para poucos. Viverão, sempre, na periferia, na “marginalidade” da bola.

O esporte nada mais é do que um espelho da própria sociedade na qual está inserido.

## 8 ESTUDO COMPARADO

Após estudarmos todo o regime jurídico-desportivo brasileiro, inclusive as mais recentes alterações produzidas pelas Medidas Provisórias 2.141/01 e 2.193/01, interessante estabelecer um quadro comparativo com outros regimes legais da Europa e das Américas. Nossa análise basear-se-á em três pontos centrais: a duração, conteúdo do contrato de trabalho e a remuneração.

### 8.1 ESPANHA

A aceitação da existência de uma relação laboral entre os atletas profissionais de futebol e as entidades de prática desportiva resultou difícil na Espanha pelo fato de os clubes se recusarem a enquadrar-se no modelo jurídico imposto pelo Estado.

Os principais diplomas que tratam do assunto foram a Constituição de 1978, a Lei Geral de Cultura Física e Esporte, editada em 1980 e o Estatuto dos Trabalhadores (Lei 8/80). Posteriormente, surgiu uma legislação específica, o Real Decreto 318/1981, derogado pelo atual regulamento, o Real Decreto 1006/1985. O objetivo primeiro deste novo Decreto foi de transportar o maior número de critérios existentes na relação laboral típica para o âmbito da relação especial, sem nunca esquecer das peculiaridades que derivam da profissão de atleta profissional de futebol.

O ponto 2º do *Artículo 1*, intitulado *ámbito de aplicación*, do Real Decreto 1006/1985 assim dispõe:

*Son deportistas profesionales quienes, en virtud de una relación establecida con carácter regular, se dediquen voluntariamente a la práctica del deporte por cuenta y dentro del ámbito de organización y dirección de un club o entidad deportiva a cambio de una retribución.*

*Quedan excluidos del ámbito de esta norma aquellas personas que se dediquen a la práctica del deporte dentro del ámbito de un club percibiendo de éste solamente la compensación de los gastos derivados de su práctica deportiva.*<sup>131</sup>

<sup>131</sup> ESPANHA. Real Decreto n. 1006, 1985. Disponível em: <[http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Laboral/rd1006-1985.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Laboral/rd1006-1985.html)>. Acesso em: 15 jan. 2002.

Pelo que se pode observar, o núcleo central da prestação desportiva é a realização da atividade desportiva sob determinadas circunstâncias dentro de um âmbito organizacional e sob a direção de uma entidade desportiva ou clube, em troca de uma remuneração.

Neste mesmo diploma, no ponto 3º do mesmo *artículo*, estão abrigadas as relações estabelecidas entre desportistas profissionais e empresas que dirigem os espetáculos desportivos, bem como as contratações de esportistas profissionais por empresas com a finalidade de desenvolver e incentivar a prática de atividades desportivas. Transcrevo:

*Quedan incluidas en el ámbito de aplicación del presente Real Decreto las relaciones con carácter regular establecidas entre deportistas profesionales y empresas cuyo objeto social consista en la organización de espectáculos deportivos, así como la contratación de deportistas profesionales por empresas o firmas comerciales, para el desarrollo, en uno y otro caso, de las actividades deportivas en los términos previstos en el número anterior.*<sup>132</sup>

Prevê, da mesma forma que a legislação brasileira, a aplicação das normas gerais do Direito do Trabalho – denominado *Estatuto de los Trabajadores* –, desde que compatíveis com as disposições da norma específica.

Os contratos de atleta profissionais de futebol na Espanha serão, necessariamente, por escrito, em três vias, sendo uma para o empregador, outra para o empregado e a última é encaminhada ao órgão público competente. O conteúdo do contrato, de acordo com o ponto 2º do *artículo* 3 – Forma del Contrato e Contenido – deverá ser o seguinte:

*Dicho contrato deberá hacer constar, como mínimo:*

*a) La identificación de las partes.*

*b) El objeto del contrato.*

*c) La retribución acordada, con expresión de los distintos conceptos, y en su caso de las correspondientes cláusulas de revisión y de los días, plazos y lugar en que dichas cantidades deben ser pagadas.*

*d) La duración del contrato.*<sup>133</sup>

<sup>132</sup> ESPANHA. Real Decreto n. 1006, 1985. Disponível em: [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Laboral/rd1006-1985.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Laboral/rd1006-1985.html). Acesso em: 15 jan. 2002.

<sup>133</sup> ESPANHA. Real Decreto n. 1006, 1985. Disponível em: [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Laboral/rd1006-1985.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Laboral/rd1006-1985.html). Acesso em: 15 jan. 2002.

O Real Decreto trata de diversos temas – é dividido em 21 *artículos* –, tais como direitos e obrigações das partes, salários, jornada, férias, suspensão e extinção do contrato e penalidades. Contudo, a maior peculiaridade dos contratos no país seja a abrigada pelo título do *artículo* 6º: a duração do contrato. A lei determina que os contratos serão sempre por tempo determinado, mas, de maneira inédita, possibilita a celebração de acordo por um número fixo de partidas e não por tempo, desde que fique expressamente determinado pelas partes. Vejamos:

*La relación laboral especial de los deportistas profesionales será siempre de duración determinada, pudiendo producirse la contratación por tiempo cierto o para la realización de un número de actuaciones deportivas que constituyan en conjunto una unidad claramente determinable o identificable en el ámbito de la correspondiente práctica deportiva. Podrán producirse prórrogas del contrato, igualmente para una duración determinada, mediante sucesivos acuerdos al vencimiento del término originalmente pactado. Solamente si un convenio colectivo así lo estableciere podrá acordarse en los contratos individuales un sistema de prórrogas diferente del anterior, que en todo caso se ajustará a las condiciones establecidas en el convenio.*<sup>134</sup>

## 8.2 PORTUGAL

Portugal está bastante atualizado no que diz respeito à legislação desportiva. O antigo Decreto Lei 305/95 deu lugar à Lei 28/98, que estabelece o *Regime Jurídico de Contrato de Trabalho do Praticante Desportivo*. Dividido em 42 artigos, trata de todos os tópicos que a relação desportiva encerra, desde a capacidade dos contratados até as hipóteses de cessação de contrato de trabalho.

Por definição legal, o “*Contrato de trabalho desportivo aquele pelo qual o praticante desportivo se obriga, mediante retribuição, a prestar actividade desportiva a uma pessoa singular ou colectiva que promova ou participe em actividades desportivas, sob a autoridade e a direcção desta*”.<sup>135</sup> Da mesma forma que a legislação espanhola, permite a aplicação subsidiária do Direito do Trabalho (Artigo 3º).

<sup>134</sup> *Idem.*

<sup>135</sup> PORTUGAL. Lei n. 28, 1998. Disponível em: <[http://www.cidadevirtual.pt/asjp/leis/trabalho\\_desportivo.html](http://www.cidadevirtual.pt/asjp/leis/trabalho_desportivo.html)> Acesso em: 20 jan. 2002.

Os contratos de trabalho somente podem ser celebrados por maiores de 16 anos e, quanto à forma, a Lei indica requisitos mínimos, nos termos do artigo 5º:

*Sem prejuízo do disposto em outras normas a regulamentação desportiva ou em instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, o contrato de trabalho desportivo é lavrado em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.*

*O contrato de trabalho desportivo só é válido se for celebrado por escrito e assinado por ambas as partes, dele devendo constar:*

- a) a identificação das partes, incluindo a nacionalidade e a data de nascimento do praticante;*
- b) a actividade desportiva que o praticante se obriga a prestar;*
- c) o montante de retribuição;*
- d) a data de início de produção de efeitos do contrato;*
- e) o termo de vigência do contrato;*
- f) a data da celebração.*<sup>136</sup>

Quando a retribuição for constituída por uma parte certa e outra variável, do contrato deverá constar indicação da parte certa e, se não for possível determinar a parte variável, o estabelecimento das formas que esta pode revestir bem como dos critérios em função dos quais é calculada e paga.

Com relação à duração dos contratos de trabalho, artigo 8º determina que “o contrato de trabalho desportivo não pode ter duração inferior a uma época desportiva nem superior a oito épocas”.<sup>137</sup> Apenas como nota, a temporada (ou época), na Europa, normalmente se estende de agosto a maio. No mesmo dispositivo, excepciona dois casos em que a duração possa ser inferior a uma temporada, quando o atleta assina contrato por uma única temporada depois de esta já iniciada ou por um número de jogos fixo dentro de uma competição. Trouxe, como a Medida Provisória 2.141/01, dispositivos que instituíram a chamada “indenização de formação” para entidades formadoras de jovens talentos.

Duas das grandes peculiaridades da Lei 28/98 são os dispositivos que tratam da remuneração e da atividade dos empresários.

A remuneração dos atletas possui um “piso”, pactuado entre entidade de representação dos jogadores e a Federação. Desta forma, os atletas da Primeira Divisão nacional, não podem receber menos do que três vezes o salário mínimo nacional. Para

<sup>136</sup> *Idem.*

<sup>137</sup> *Idem.*



os da Segunda Divisão, o piso é de duas vezes e salário mínimo e, para os da Terceira, o piso equivale ao salário mínimo. De acordo com a Lei, *“compreendem-se na retribuição todas as prestações patrimoniais que, nos termos das regras aplicáveis ao contrato de trabalho, a entidade empregadora realize a favor do praticante desportivo profissional pelo exercício da sua actividade ou com fundamento nos resultados nela obtidas”*.<sup>138</sup>

A Lei Portuguesa, menos extensa que a brasileira, porém, por outro lado, com redação bem mais clara, dedica capítulo inteiro aos empresários, regulamentando sua atividade e elencando seus deveres e obrigações. Tais disposições estão presentes nos artigos 22 a 25, abaixo transcritos:

*Artigo 22.º Exercício da actividade de empresário desportivo*

*Só podem exercer actividade de empresário desportivo as pessoas singulares ou colectivas devidamente autorizadas pelas entidades desportivas, nacionais ou internacionais, competentes.*

*A pessoa que exerça a actividade de empresário desportivo só pode agir em nome e por conta de uma das partes da relação contratual.*

*Artigo 23.º Registo dos empresários desportivos*

*Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, os empresários desportivos que pretendam exercer a actividade de intermediários na contratação de praticantes desportivos devem registar-se como tal junto da federação desportiva da respectiva modalidade, que, para este efeito, deve dispor de um registo organizado e actualizado.*

*Nas federações desportivas onde existam competições de carácter profissional o registo a que se refere o número anterior será igualmente efectuado junto da respectiva liga.*

*O registo a que se refere o número anterior é constituído por um modelo de identificação do empresário, cujas características serão definidas por regulamento federativo.*

*Os contratos de mandato celebrados com empresários desportivos que se não encontrem inscritos no registo referida no presente artigo, bem como as cláusulas contratuais que prevejam a respectiva remuneração pela prestação desses serviços, são considerados inexistentes.*

*Artigo 24.º Remuneração da actividade de empresário*

*As pessoas singulares ou colectivas que exerçam a actividade de intermediários, ocasional ou permanentemente, só podem ser remuneradas pela parte que representam.*

*Salvo acordo em contrário, que deverá constar de cláusula escrita no contrato inicial, o montante máximo recebido pelo empresário é fixado em 5% do montante global do contrato.*

*Artigo 25.º Limitações ao exercício da actividade de empresário*

*Sem prejuízo de outras limitações estabelecidas em regulamentos federativos nacionais ou internacionais ficam inibidos de exercer a actividade de empresários desportivos as*

*seguintes entidades:*

*a) As sociedades desportivas*

*b) Os clubes;*

*c) os dirigentes desportivos;*

*d) Os titulares de cargos em órgãos das sociedades desportivas;*

*e) Os treinadores, praticantes, árbitros, médicos e massagistas.<sup>139</sup>*

Este artigo 25, se aplicado no Brasil, representaria enorme golpe no rentável e desorganizado mundo do futebol, comandado por inúmeros empresários que atuam em benefício próprio, sem nenhum limite legal. A disposição da Lei portuguesa atende às exigências da FIFA, que instituiu credenciou os chamados “*FIFA agents*”, intermediários nas negociações internacionais com atuação legalizada pela entidade maior do futebol mundial.

### 8.3 ARGENTINA

Nossos *hermanos* regulamentam a profissão do atleta profissional de futebol através da Lei 20.160/73. Seu diploma é bastante semelhante ao espanhol, definindo que atleta profissional de futebol é todo aquele que se obriga, por força contratual, a jogar futebol para uma entidade desportiva, mediante pagamento de remuneração pactuada em instrumento contratual.

Este instrumento deve ser escrito em cinco vias em modelo aprovado pelo Ministério do Trabalho e Seguridade Social, sendo que o registro perante autoridade administrativa laboral é condição essencial para que o atleta possa atuar. Não pode ser celebrado por prazo menor de um ano nem superior a quatro.

A remuneração deve estar expressa no contrato e tal parcela inclui a parte fixa acrescida de prêmios por classificação do clube contratante para campeonatos nacionais e internacionais. Como exemplo, a Lei indica que, em caso de rebaixamento, os salários podem ser diminuídos em até 20% e, caso o clube seja promovido, o acréscimo deva chegar a 25%. A Lei prevê, ainda, o reajuste obrigatório da

<sup>139</sup>

PORTUGAL. Lei n. 28, 1998. Disponível em: [http://www.cidadevirtual.pt/asjp/leis/trabalho\\_desportivo.html](http://www.cidadevirtual.pt/asjp/leis/trabalho_desportivo.html) Acesso em: 20 jan. 2002.

remuneração até o dia 10 de dezembro de cada ano. Caso não seja feito, o Ministério do Trabalho determinará o valor do reajuste.

Ainda no tocante aos salários, é muito mais rígida do que a brasileira. Caso o clube esteja em débito com o atleta por mais de 10 dias, considera-se extinto o contrato de trabalho e o jogador estará livre para transferir-se à outra associação.

#### 8.4 BÉLGICA

Não poderíamos nos furtar a estudar a legislação belga, por ser esta a nação do atleta Jean-Marc Bosmann, espécie de mártir para a evolução do direito desportivo e pioneiro na obtenção do chamado “passe livre”.

Vige em território belga a Lei 24/78, que regulamenta o “Contrato de Trabalho do Desportista Remunerado”. Além deste diploma, são aplicados os regulamentos da FIFA e da URBSFA (Federação Belga de Futebol). Como todos os demais países estudados, permite a aplicação da legislação trabalhista, ressalvadas as peculiaridades da norma específica.

O instrumento sempre será por prazo determinado, não podendo exceder cinco anos e, em caso de rescisão unilateral, a parte prejudicada fará jus a indenização, que será equivalente à soma dos salários devidos até o termo do contrato. Note-se seguinte: todos os contratos, independentemente do prazo, deverão ter seus termos fixados para o dia 30 de junho. Até o limite de 26 de abril, o clube tem a obrigação de propor novo contrato para o atleta. Sobre esta particular regra, comenta Domingos ZAINAGHI:

O atleta é livre para não aceitar a oferta do clube. Assim agindo, seu nome será inscrito em uma lista para transferências, que deve ser comunicada a URBSFA até, no mais tardar, 30 de abril. A transferência forçada se dará, no caso dos atletas constantes desta lista, entre 1º e 31 de maio. Isto significa que se produz uma transferência, inclusive sem o consentimento do antigo clube, quando o novo clube resolve pagar o preço estabelecido. Esta quantia, denominada de indenização de formação, se calcula multiplicando o rendimento anual do atleta por um coeficiente que depende da idade deste e que varia entre 142, para profissionais, ou entre 16 e 4 para não amadores.<sup>140</sup>

<sup>140</sup> ZAINAGHI, Domingos Sávio. *Op. cit.*, p. 51.

Do período de 1º a 25 de junho, as transferências são livres e a parcela por esta é negociada entre jogador e novo clube, somente permitida a negociação com a anuência do antigo clube.

Em todos os instrumentos, todavia, é vedada a escolha da arbitragem para a solução de conflitos e o atleta, ao assinar o contrato, deve, necessariamente, ter terminado seus estudos.

## CONCLUSÃO

Não há como negar que a evolução do futebol e a adoção de modelos profissionais de administração trouxeram uma nova realidade ao mundo do esporte, modificando, principalmente, as relações entre atletas profissionais e associações de prática desportiva.

Estas mudanças, por óbvio, produziram efeitos nos contratos de trabalho dos atletas. Seja pelas novas diretrizes em relação aos prazos, seja pela extinção do já consagrado instituto do passe, figura amplamente conhecida pelos praticantes do esporte, um novo horizonte se apresenta.

Atletas que antes se viam obrigados permanecer em um clube, mesmo sem atuar, já podem determinar seu próprio futuro, desde que atendam os requisitos legais. Os clubes passam a contar com departamentos profissionais que gerenciem o futebol que, cada dia mais, passa a ser visto como um negócio, não apenas como lazer. Os dividendos gerados pelos clubes com o esporte deveriam retornar aos campos, seja na forma de investimentos para que novos talentos se desenvolvam, seja na construção de novos e confortáveis estádios para o público, seja na contratação de novos astros.

Sem dúvida, muita ainda há que evoluirmos. Será um longo caminho a percorrer até que o mais popular esporte do país atinja sua maturidade. Estamos apenas começando.

O início do caminho para que a legislação desportiva possa render frutos, para que ela possa mostrar-se eficaz na prática, deve passar, primeiramente, pela reestruturação da legislação vigente. Aí está o início de nossa batalha.

O direito desportivo, mesmo passados alguns anos da edição das Leis Zico e Pelé, somente agora começa a despertar o interesse da comunidade jurídica. A evolução das normas e sua conseqüente aplicação prática somente serão possíveis apenas se tivermos um Código Desportivo rígido, acompanhado de órgãos fiscalizadores competentes.

A questão da competência da Justiça Desportiva nos parece ter sido superada. Resta, agora, à Justiça Desportiva, estruturar-se de modo a satisfazer, a contento, as

controvérsias decorrentes das competições. Acredito que a reestruturação deva começar pela conquista de credibilidade do Judiciário Desportivo. No nosso entender, a credibilidade somente será conquistada se as normas que regem o direito desportivo forem rígidas, estabelecidas de acordo com os caminhos legais.

E é aí que o ajuste da Lei se mostra necessário. Preencher as lacunas e corrigir as imperfeições já levantadas pela doutrina é essencial.

Estes são os desafios que teremos à frente. Tornar a legislação desportiva sólida e capaz, e, a seguir, caminharmos para a elaboração de um Código normatizador. Somente a partir daí a evolução fora dos gramados poderá ser vista, também, dentro das quatro linhas.

## REFERÊNCIAS

- 1 AIDAR, Antonio Carlos Kfourir; OLIVEIRA, João José de; LEONCINI, Marvio Pereira. A nova gestão do futebol. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- 2 AIDAR, Carlos Miguel Castex; MELO FILHO, Álvaro; MENDES, Gilmar Ferreira; PERRY, Valed et al. Direito desportivo. Campinas: Jurídica Mizuno, 2000.
- 3 ASSIS NETO, S. J. O desporto no direito. São Paulo: Bestbook, 1998.
- 4 BARROS, Alice Monteiro de. A Lei Pelé. Revista CONSULEX, São Paulo, a. 4, n. 38, p. 30-39, fev. 2000.
- 5 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. DOU, Brasília, n. 191-A, 5 out. 1988.
- 6 \_\_\_\_\_. Decreto n. 2.574/98, 29 de abr. 1998. DOU, Brasília, 30 abr. 1998.
- 7 \_\_\_\_\_. Decreto n. 9.684, 8 nov. 1990. DOU, Brasília, 12 nov. 1990.
- 8 \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 5.452, 1o maio 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. DOU, Brasília, 9 ago. 1943.
- 9 \_\_\_\_\_. Lei n. 3.071, 1º jan. 1916. Código Civil. DOU, Brasília, 5 jan. 1916.
- 10 \_\_\_\_\_. Lei n. 6.354, 2 set. 1976. DOU, Brasília, 3 set. 1976.
- 11 \_\_\_\_\_. Lei n. 8.036, 11 maio 1990. FGTS. DOU, Brasília, 14 maio 1990.
- 12 \_\_\_\_\_. Lei n. 8.672/93, 6 jul. 1993. DOU, Brasília, 7 jul. 1993.
- 13 \_\_\_\_\_. Lei n. 9.615/98, 24 mar. 1998. DOU, Brasília, 25 mar. 1998.
- 14 \_\_\_\_\_. Lei n. 9.981/00, 14 jul. 2000. DOU, Brasília, 17 jul. 2000.
- 15 \_\_\_\_\_. Medida Provisória n. 2.141, 21 jun. 2001. DOU, Brasília, 22 jun. 2001.
- 16 \_\_\_\_\_. Medida Provisória n. 2.193, 23 ago. 2001. DOU, Brasília, 24 ago. 2001.
- 17 \_\_\_\_\_. Medida Provisória n. 39, de 14 de jun. de 2002. DOU, Brasília, 17 jun. 2002.
- 18 \_\_\_\_\_. Medida Provisória n. 79, de 27 de nov. de 2002. DOU, Brasília, 28 nov. 2002.
- 19 \_\_\_\_\_. Lei 10.406, de 10 de jan. de 2003. DOU, Brasília, 11 jan. 2003.
- 20 \_\_\_\_\_. Lei n. 10.672, de 15 de maio de 2003. DOU, Brasília, 16 maio 2003.

- 21 \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Portaria n. 702, 17 dez. 1981. Código Brasileiro Disciplinar de Futebol. DOU, Brasília, 23 dez. 1981.
- 22 BUARQUE, Sérgio Miguel. Fim da escravidão no futebol. Disponível em <<http://www.elogica.com.br/users/octa/leivigor.html>> Acesso em: 9 maio 2001.
- 23 CALDAS, Waldenyr. O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro: 1894-1933. São Paulo: IBRASA, 1990.
- 24 CARLEZZO, Eduardo. A MP 2.141/01 e as recentes modificações na legislação desportiva brasileira. Disponível em: <<http://www.ibdd.com.br/artigos>> Acesso em: 25out. 2001.
- 25 CARVALHO, Alcírio Dardeau de. Comentários à lei sobre desportos. Rio de Janeiro: Destaque, 2000.
- 26 CITADINI, Antonio Roque. Apenas um pontapé inicial. Folha de São Paulo, 25 mar. 2001, p. 5. Caderno D, Folha Esporte.
- 27 ESPANHA. Real Decreto n. 1006, 1985. Disponível em: <[http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Laboral/rd1006-1985.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Laboral/rd1006-1985.html)> Acesso em: 15 jan. 2002.
- 28 FREITAS, Carlos Eduardo. A situação do atleta na Lei Pelé. Disponível em: <<http://www.ccej.ufsc.br/buscalegis>> Acesso em: 10 maio 2001.
- 29 GATSI, Jean. Le droit du sport. Paris: Unniversitaires de France, 2000.
- 30 GIULIANOTTI, Richard. Sociologia do futebol – dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- 31 GOMES, Orlando. Contratos. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- 32 \_\_\_\_\_. GOTTSCALK, Élson. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- 33 GUIMARÃES, Luiz Chemim. O futebol, a multidão e o Direito Penal. Gazeta do Povo, Curitiba, 26 fev. 2001, p. 12. Opinião.
- 34 GUTMAN, Luis Guilherme. O fim do passe e a nova legislação desportiva. (Produção Independente)



- 35 INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO. Resolução n. 1. 17 de out. 1996. Relator: Edson Arantes do Nascimento. Ofício n. 162/96.
- 36 \_\_\_\_\_. Portaria n. 108, 14 out. 1998. DOU, Brasília, 15 out. 1998.
- 37 INTERESSE Despertado. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/consultor>> Acesso em: 8 fev. 2001.
- 38 KRIEGER, Marcílio Cesar Ramos. Código brasileiro disciplinar de futebol: anotado e legislação complementar. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1996.
- 39 \_\_\_\_\_. Código brasileiro disciplinar de futebol: CBDF. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- 40 \_\_\_\_\_. Lei Pelé e legislação desportiva anotadas. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- 41 MACEDO, Alexander dos Santos. Da prescrição na justiça desportiva e trabalhista. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1996.
- 42 MARTORELLI, Rinaldo. Isso é só o começo do fim. Folha de São Paulo, 25 mar. 2001, p. 5. Caderno D, Folha Esporte.
- 43 MELO FILHO, Álvaro. Relações de trabalho no desporto: legislação vigente e alterações propostas. Disponível em: <<http://www.ibdd.com.br/artigos>> Acesso em: 19 out. 2001.
- 44 \_\_\_\_\_. Novo Regime Jurídico do Desporto: comentários à Lei 9.615/98 e suas alterações. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.
- 45 \_\_\_\_\_. O novo Direito Desportivo. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.
- 46 NAPIER, Rodrigo Domingues. Manual do direito desportivo e aspectos previdenciários. São Paul: IOB, 2003.
- 47 NAVIA, Ricardo Frega. Contrato de trabajo desportivo. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1999.
- 48 NUNES, Inácio. Lei Pelé comentada e comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

- 49 PAIVA, Rodrigo Teixeira. Aspectos do contrato de trabalho de atleta profissional de futebol. Disponível em: <<http://www.ccj.ufsc.br/buscalegis>> Acesso em: 10 maio 2001.
- 50 PAZZIANOTTO, Almir. Disponível em: <<http://www.e-juridico.com.br/noticias>> Acesso em: 3 jan. 2002.
- 51 PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- 52 PERRONE, Ricardo; SANTAMARINA, Maércio. Após 9 meses da Lei Pelé, clubes insistem em “passe”. Folha de São Paulo, 30 dez. 2001, p. 2. Caderno D, Folha Esporte.
- 53 PERRY, Valed. Código brasileiro disciplinar de futebol e legislação complementar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
- 54 PLÁ RODRIGUES, Américo. Princípios de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 1978.
- 55 PORTUGAL. Lei n. 28, 1998. Disponível em: <[http://cidadevirtual.pt/asjp/leis/trabalho\\_desportivo.html](http://cidadevirtual.pt/asjp/leis/trabalho_desportivo.html)> Acesso em: 20 jan. 2002.
- 56 PRONI. Marcelo Weishaupt. A metamorfose do futebol. Campinas: UNICAMP, 2000.
- 57 SÁ, Marcelo. A controvérsia acerca da lei do passe. Disponível em: <<http://www.jus.com.br/doutrina/passe.html>> Acesso em: 5 out. 2000.
- 58 SANTAMARINA, Maércio. Pedido de ‘alforria’ explode na 2a divisão. Folha de São Paulo, 14 fev. 2002, p. 3. Caderno D, Folha Esporte.
- 59 SANTORO, Luiz Felipe Guimarães Santoro. Lei do passe. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/consultor>> Acesso em: 18 fev. 2001.
- 60 SANTOS, Antônio Sérgio Figueiredo. Prática Desportiva: Lei Pelé com alterações da Lei n. 9.981, de 14/07/2000. Belo Horizonte: Inédita, 2001.
- 61 SCHUCH, Bernardo Mata. A competência originária para apreciar os litígios oriundos do contrato de trabalho entre o atleta profissional de futebol e os clubes:

Justiça do Trabalho ou Justiça Desportiva. Disponível em:  
<<http://direitodesportivo.com.br/artigos>> Acesso em: 12 abr. 2001.

62 \_\_\_\_\_. Direito desportivo: natureza, tendências e áreas de atuação. Disponível em:  
<<http://www.ccj.ufsc.br/buscalegis>> Acesso em: 10 maio 2001.

63 SILVA, Helion Moreira. Justiça desportiva, essa desconhecida. Disponível em:  
<<http://www.ccj.ufsc.br/buscalegis>> Acesso em: 10 maio 2001.

64 TANAKA, Ítalo Júnior. A questão do passe do atleta profissional. O Estado do Paraná, Curitiba, 15 abr. 2001, p.1. Caderno Direito e Justiça.

65. TUBINO, Manoel José Gomes. 500 Anos de Legislação Esportiva Brasileira: do Brasil Colônia ao início do Século XXI. Rio de Janeiro: Shape, 2002.

66 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Normas para a apresentação de documentos científicos. Curitiba: UFPR, 2001.

67 VICTOR, Fábio. Passe some, periferia não. Folha de São Paulo, 25 mar. 2001, p. 1. Caderno D, Folha Esporte.

68 \_\_\_\_\_. Uma lei que revoluciona o esporte, mas não comove o sportista. Folha de São Paulo, 25 mar. 2001, p. 4-5. Caderno D, Folha Esporte.

69 ZAINAGHI, Domingos Sávio. Nova legislação desportiva - Aspectos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2001.

70 \_\_\_\_\_. Os atletas profissionais de futebol no direito do trabalho. São Paulo: LTr, 1998.

**ANEXOS**

**ANEXO 1 – LEI 6.354/76**

**ANEXO 2 – LEI 8.672/93**

**ANEXO 3 – LEI 9.615/98**

**ANEXO 4 – DECRETO 2.141/98**

**ANEXO 5 – LEI 9.981/00**

**ANEXO 6 – MEDIDA PROVISÓRIA 2.141-3/01**

**ANEXO 7 – MEDIDA PROVISÓRIA 2.193-6/01**

**ANEXO 8 – LEI 10.672/03**

## ANEXO 1 – LEI Nº 6.354, DE 2 DE SETEMBRO DE 1976

Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Considera-se empregador a associação desportiva que, mediante qualquer modalidade de remuneração, se utilize dos serviços de atletas profissionais de futebol, na forma definida nesta Lei.

Art. 2º Considera-se empregado, para os efeitos desta Lei, o atleta que praticar o futebol, sob a subordinação de empregador, como tal definido no artigo 1º mediante remuneração e contrato, na forma do artigo seguinte.

Art. 3º O contrato de trabalho do atleta, celebrado por escrito, deverá conter:

- I - os nomes das partes contratantes devidamente individualizadas e caracterizadas;
- II - o prazo de vigência, que, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior a 3 (três) meses ou superior a 2 (dois) anos;
- III - o modo e a forma da remuneração, especificados o salário os prêmios, as gratificações e, quando houver, as bonificações, bem como o valor das luvas, se previamente convencionadas;
- IV - a menção de conhecerem os contratantes os códigos os regulamentos e os estatutos técnicos, o estatuto e as normas disciplinares da entidade a que estiverem vinculados e filiados;
- V - os direitos e as obrigações dos contratantes, os critérios para a fixação do preço do passe e as condições para dissolução do contrato;
- VI - o número da Carteira de Trabalho e Previdência Social de Atleta Profissional de Futebol.

§ 1º Os contratos de trabalho serão registrados no Conselho Regional de Desportos, e inscritos nas entidades desportivas de direção regional e na respectiva Confederação.

§ 2º Os contratos de trabalho serão numerados pelas associações empregadoras, em ordem sucessiva e cronológica, datados e assinados, de próprio punho, pelo atleta ou pelo responsável legal, sob pena de nulidade.

§ 3º Os contratos do atleta profissional de futebol serão fornecidos pela Confederação respectiva, e obedecerão ao modelo por ela elaborado e aprovado pelo Conselho Nacional de Desportos.

Art. 4º Nenhum atleta poderá celebrar contrato sem comprovante de ser alfabetizado e de possuir Carteira de Trabalho e Previdência Social de Atleta Profissional de Futebol bem como de estar com a sua situação militar regularizada e do atestado de sanidade física e mental, inclusive abreugrafia.

§ 1º Serão anotados na Carteira de Trabalho e Previdência Social de Atleta Profissional de Futebol além dos dados referentes a identificação e qualificação do atleta:

- a) denominação da associação empregadora e da respectiva Federação;
- b) datas de início e término do contrato de trabalho;
- c) transferência, remoções e reversões do atleta;
- d) remuneração;
- e) número de registro no Conselho Nacional de Desportos ou no Conselho Regional de Desportos;
- f) todas as demais anotações, inclusive previdenciárias, exigidas por lei.

§ 2º A Carteira de Trabalho e Previdência Social de Atleta Profissional de Futebol será impressa e expedida pelo Ministério do Trabalho, podendo, mediante convênio, ser fornecida por intermédio da Confederação respectiva.

Art. 5º Ao menor de 16 (dezesseis) anos é vedada a celebração de contrato, sendo permitido ao maior de 16 (dezesseis) anos e menor de 21 (vinte e um) anos somente com o prévio e expresso assentimento de seu representante legal.

Parágrafo único. Após 18 (dezoito) anos completos, na falta ou negativa do assentimento do responsável legal o contrato poderá ser celebrado mediante suprimento judicial.

Art. 6º O horário normal de trabalho será organizado de maneira a bem servir ao adestramento e à exibição do atleta, não excedendo, porém, de 48 (quarenta e oito) horas semanais, tempo em que o empregador poderá exigir fique o atleta à sua disposição.

Art. 7º O atleta será obrigado a concentrar-se, se convier ao empregador, por prazo não superior a 3 (três) dias por semana, desde que esteja programada qualquer competição amistosa ou oficial e ficar à disposição do empregador quando da realização de competição fora da localidade onde tenha sua sede.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o prazo de concentração poderá ser ampliado quando o atleta estiver à disposição de Federação ou Confederação.

Art. 8º O atleta não poderá recusar-se a tomar parte em competições dentro ou fora do País, nem a permanecer em estação de repouso, por conta e risco do empregador, nos termos do que for convencionado no contrato, salvo por motivo de saúde ou de comprovada relevância familiar.

Parágrafo único. O prazo das excursões ao exterior não poderá, em hipótese alguma, ser superior a 70 (setenta) dias.

Art. 9º É lícita a cessão temporária do atleta, desde que feita pelo empregador em favor de Federação ou Liga a que estiver filiado, ou da respectiva Confederação, para integrar representação desportiva regional ou nacional.

Art. 10. A cessão eventual, temporária ou definitiva do atleta por um empregador a outro dependerá, em qualquer caso, da prévia concordância, por escrito, do atleta, sob pena de nulidade.

Art. 11. Entende-se por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes.

Art. 12. Entende-se por luvas a importância paga pelo empregador ao atleta, na forma do que for convencionado, pela assinatura do contrato.

Art. 13. Na cessão do atleta, poderá o empregador cedente exigir do empregador cessionário o pagamento do passe estipulado de acordo com as normas desportivas, segundo os limites e as condições estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desportos.

§ 1º O montante do passe não será objeto de qualquer limitação, quando se tratar de cessão para empregador sediado no estrangeiro.

§ 2º O atleta terá direito a parcela de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do montante do passe, devidos e pagos pelo empregador cedente.

§ 3º O atleta não terá direito ao percentual, se houver dado causa à rescisão do contrato, ou se já houver recebido qualquer importância a título de participação no passe nos últimos 30 (trinta) meses.

Art. 14. Não constituirá impedimento para a transferência ou celebração de contrato a falta de pagamento de taxas ou de débitos contraídos pelo atleta com as entidades desportivas ou seus empregadores anteriores.

Parágrafo único. As taxas ou débitos de que trata este artigo serão da responsabilidade do

empregador contratante, sendo permitido o seu desconto nos salários do atleta contratado.

Art. 15. A associação empregadora e as entidades a que a mesma esteja filiada poderão aplicar ao atleta as penalidades estabelecidas na legislação desportiva, facultada reclamação ao órgão competente da Justiça e Disciplina Desportivas.

§ 1º As penalidades pecuniárias não poderão ser superiores a 40% (quarenta por cento) do salário percebido pelo atleta, sendo as importâncias correspondentes recolhidas diretamente ao "Fundo de Assistência ao Atleta Profissional - FAAP", a que se refere o Artigo 9º da Lei nº 6.269, de 24 de novembro de 1975, não readquirindo o atleta condição de jogo, enquanto não comprovar, perante a Confederação, a Federação ou a Liga respectiva, o recolhimento, em cada caso.

§ 2º O Conselho Nacional de Desportos expedirá deliberação sobre a justa proporcionalidade entre a pena e a falta.

Art. 16. No caso de ficar o empregador impedido, temporariamente, de participar de competições por infração disciplinar ou licença, nenhum prejuízo poderá advir para o atleta, que terá assegurada a sua remuneração contratual.

Parágrafo único. No caso de o impedimento ser definitivo, inclusive por desfiliação do empregador, dar-se-á a dissolução do contrato, devendo o passe do atleta ser negociado no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, sob pena de concessão de passe livre.

Art. 17. Ocorrendo, por qualquer motivo, previsto em lei, a dissolução do empregador, o contrato será considerado extinto, considerando-se o atleta com passe livre.

Art. 18. Não podendo contar com o atleta, impedido de atuar por motivo de sua própria e exclusiva responsabilidade, poderá o empregador ficar dispensado do pagamento do salário durante o prazo de impedimento ou do cumprimento da pena, considerando-se prorrogado o contrato por igual prazo, nas mesmas condições, a critério do empregador.

Art. 19. Os órgãos competentes da Justiça e Disciplina Desportivas na forma da legislação desportiva, poderão aplicar aos atletas as penalidades previstas nos Códigos disciplinares, sendo que a pena de eliminação somente será válida se confirmada pela superior instância disciplinar da Confederação assegurada, sempre, a mais ampla defesa.

Parágrafo único. Na hipótese de indicação por ilícito punível com a penalidade de eliminação, poderá o atleta ser suspenso, preventivamente, por prazo não superior a 30 (trinta) dias.

Art. 20. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho e eliminação do futebol nacional:

- I - ato de improbidade;
- II - grave incontinência de conduta;
- III - condenação a pena de reclusão, superior a 2 (dois) anos, transitada em julgado;
- IV - eliminação imposta pela entidade de direção máxima do futebol nacional ou internacional.

Art. 21. É facultado às partes contratantes, a qualquer tempo, resilir o contrato, mediante documento escrito, que será assinado, de próprio punho, pelo atleta, ou seu responsável legal, quando menor, e 2 (duas) testemunhas.

Art. 22. O empregador será obrigado a proporcionar ao atleta boas condições de higiene e segurança do trabalho e, no mínimo, assistência médica e odontológica imediata nos casos de acidentes durante os treinamentos ou competições e nos horários em que esteja à sua disposição.

Art. 23. As datas, horários e intervalos das partidas de futebol obedecerão às determinações

do Conselho Nacional de Desportos e das entidades desportivas.

Art. 24. É vedado à associação empregadora pagar, como incentivo em cada partida, prêmios ou gratificações superiores à remuneração mensal do atleta.

Art. 25. O atleta terá direito a um período de férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, que coincidirá com o recesso obrigatório das atividades de futebol.

Parágrafo único. Durante os 10 (dez) dias seguintes ao recesso é proibida a participação do atleta em qualquer competição com ingressos pagos.

Art. 26. Terá passe livre, ao fim do contrato, o atleta que, ao atingir 32 (trinta e dois) anos de idade, tiver prestado 10 (dez) anos de serviço efetivo ao seu último empregador.

Art. 27. Todo ex-atleta profissional de futebol que tenha exercido a profissão durante 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados, será considerado, para efeito de trabalho, monitor de futebol.

Art. 28. Aplicam-se ao atleta profissional de futebol as normas gerais da legislação do trabalho e da previdência social, exceto naquilo que forem incompatíveis com as disposições desta lei.

Art. 29. Somente serão admitidas reclamações à Justiça do Trabalho depois de esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva, a que se refere o item III do artigo 42 da Lei número 6.251, de 8 de outubro de 1975, que proferirá decisão final no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da instauração do processo.

Parágrafo único. O ajuizamento da reclamação trabalhista, após o prazo a que se refere este artigo, tornará preclusa a instância disciplinar desportiva, no que se refere ao litígio trabalhista.

Art. 30. O empregador ou associação desportiva que estiver com o pagamento de salários dos atletas em atraso, por período superior a 3 (três) meses, não poderá participar de qualquer competição oficial ou amistosa, salvo autorização expressa da Federação ou Confederação a que estiver filiado.

Art. 31. O processo e o julgamento dos litígios trabalhistas entre os empregadores e os atletas profissionais de futebol, no âmbito da Justiça Desportiva, serão objeto de regulação especial na codificação disciplinar desportiva.

Art. 32. A inobservância dos dispositivos desta Lei será punida com a suspensão da associação ou da entidade, em relação à prática do futebol, por prazo de 15 (quinze) a 180 (cento e oitenta) dias, ou multa variável de 10 (dez) a 200 (duzentas) vezes o maior valor de referência vigente no País, imposta pelo Conselho Nacional de Desportos.

Art. 33. Esta lei entrará em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1976; 155º da Independência e 88º da República.

ERNESTO GEISEL  
Arnaldo Prieto



## **ANEXO 2 – LEI 8.672 DE 6 DE JULHO DE 1993**

Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º desporto brasileiro abrange práticas formais e não-formais e obedece às normas gerais desta lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito.

§ 1º A prática desportiva formal é regulada por normas e regras nacionais e pelas regras internacionais aceitas em cada modalidade.

§ 2º A prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes.

### **CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 2º O desporto, como direito individual, tem como base os seguintes princípios:

I - soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva;

II - autonomia, definido pela faculdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva como sujeitos nas decisões que as afetam;

III - democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem distinções e quaisquer formas de discriminação;

IV - liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidades do setor;

V - direito social, caracterizado pelo dever do Estado de fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;

VI - diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional;

VII - identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;

VIII - educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante e fomentado através da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;

IX - qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;

X - descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual e municipal;

XI - segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;

XII - eficiência, obtido através do estímulo à competência desportiva e administrativa.

### **CAPÍTULO III DA CONCEITUAÇÃO E DAS FINALIDADES DO DESPORTO**

Art. 3º O desporto como atividade predominantemente física e intelectual pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, através dos sistemas de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o

desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas e regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com outras nações.

Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado por remuneração pactuada por contrato de trabalho ou demais formas contratuais pertinentes;

II - de modo não-profissional, compreendendo o desporto:

a) semiprofissional, expresso pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho;

b) amador, identificado pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO SISTEMA BRASILEIRO DO DESPORTO**

#### **SEÇÃO I**

##### **Da Composição e Objetivos**

Art. 4º O Sistema Brasileiro do Desporto compreende:

I - o Conselho Superior de Desportos;

II - a Secretaria de Desportos do Ministério da Educação e do Desporto;

III - o Sistema Federal, os Sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, integrados por vínculos de natureza técnica específicos de cada modalidade desportiva.

1º O Sistema Brasileiro do Desporto tem por objetivo garantir a prática desportiva regular e melhorar-lhe o padrão de qualidade.

2º Poderão ser incluídas no Sistema Brasileiro do Desporto as pessoas jurídicas que desenvolvam práticas não-formais, promovam a cultura e as ciências do desporto e formem ou aprimorem especialistas.

3º Ao Ministério da Educação e do Desporto, por sua Secretaria de Desportos, cumpre elaborar o Plano Nacional do Desporto, observadas as diretrizes da Política Nacional do Desporto, e exercer o papel do Estado na forma do art. 217 da Constituição Federal.

#### **SEÇÃO II**

##### **Do Conselho Superior De Desportos**

Art. 5º O Conselho Superior de Desportos é órgão colegiado de caráter consultivo e normativo, representativo da comunidade desportiva brasileira, cabendo-lhe:

I - fazer cumprir e preservar os princípios e preceitos desta lei;

II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto;

III - dirimir os conflitos de superposição de autonomias;

IV - emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais;

V - estabelecer normas, sob a forma de resoluções, que garantam os direitos e impeçam a utilização de meios ilícitos nas práticas desportivas;

VI - aprovar os Códigos de Justiça Desportiva e suas alterações;

VII - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (Fundesp), elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto, por meio de sua Secretaria de Desportos;

VIII - outorgar o Certificado de Mérito Desportivo;

IX - exercer outras atribuições constantes da legislação desportiva.

Art. 6º O Conselho Superior de Desporto será composto de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, discriminadamente:

I - o Secretário de Desportos do Ministério da Educação e do Desporto, membro nato que o preside;

II - dois, de reconhecido saber desportivo, indicados pelo Ministro da Educação e do Desporto;

III - um representante do Comitê Olímpico Brasileiro;

IV - um representante das entidades de administração federal do desporto profissional;

V - um representante das entidades de administração federal do desporto não-profissional;

VI - um representante das entidades de prática do desporto profissional;

VII - um representante das entidades de prática do desporto não-profissional;

VIII - um representante dos atletas profissionais;

IX - um representante dos atletas não-profissionais;

X - um representante dos árbitros;

XI - um representante dos treinadores desportivos;

XII - um representante das instituições que formam recursos humanos para o desporto;

XIII - um representante das empresas que apóiam o desporto;

XIV - um representante da imprensa desportiva.

1º A escolha dos membros do Conselho dar-se-á por eleição ou indicação dos segmentos e setores interessados, na forma da regulamentação desta lei.

2º Quando segmentos e setores desportivos tornarem-se relevantes e influentes, o Conselho, por deliberação de dois terços de seus membros, poderá ampliar a composição do colegiado até o máximo de vinte e nove conselheiros.

3º O mandato dos conselheiros será de três anos, permitida uma recondução.

4º Os conselheiros terão direito a passagem e diária para comparecimento às reuniões do Conselho.

### SEÇÃO III

#### Do Sistema Federal Do Desporto

Art. 7º O Sistema Federal do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento.

Parágrafo único. O Sistema Federal do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, da administração, da normatização, do apoio e da prática do desporto, bem como às incumbências da Justiça Desportiva e, especialmente:

I - o Comitê Olímpico Brasileiro;

II - as entidades federais de administração do desporto;

III - as entidades de prática do desporto filiadas àquelas referidas no inciso anterior.

Art. 8º Ao Comitê Olímpico Brasileiro, entidade jurídica de direito privado, compete representar o País nos eventos olímpicos, pan-americanos e outros de igual natureza, no Comitê Olímpico Internacional e no Movimento Internacional e fomentar o movimento olímpico no território nacional, em conformidade com as disposições estatutárias e regulamentares do Comitê Olímpico Internacional.

1º Caberá ao Comitê Olímpico Brasileiro representar o olimpismo brasileiro junto aos poderes públicos.

2º É privativo do Comitê Olímpico Brasileiro o uso da bandeira e dos símbolos olímpicos.

Art. 9º As entidades federais de administração do desporto são pessoas jurídicas de direito

privado, com organização e funcionamento autônomos, e terão as competências definidas em seus estatutos.

1º As entidades federais de administração do desporto filiarão, nos termos dos seus estatutos, tanto entidades estaduais de administração quanto entidades de prática desportiva.

2º É facultada a filiação direta de atletas nos termos previstos no estatuto da respectiva entidade.

Art. 10. As entidades de prática do desporto são pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei, mediante o exercício do direito de livre associação.

Parágrafo único. As entidades de prática desportiva poderão filiar-se, por modalidade, a entidades de administração do desporto de mais de um sistema.

Art. 11. É facultado às entidades de prática e às entidades federais de administração de modalidade profissional, manter a gestão de suas atividades sob a responsabilidade de sociedade com fins lucrativos, desde que adotada uma das seguintes formas:

I - transformar-se em sociedade comercial com finalidade desportiva;

II - constituir sociedade comercial com finalidade desportiva, controlando a maioria de seu capital com direito a voto;

III - contratar sociedade comercial para gerir suas atividades desportivas.

Parágrafo único. As entidades a que se refere este artigo não poderão utilizar seus bens patrimoniais, desportivos ou sociais para integralizar sua parcela de capital ou oferecê-los como garantia, salvo com a concordância da maioria absoluta na assembléia geral dos associados e na conformidade dos respectivos estatutos.

Art. 12. As entidades de prática desportiva poderão organizar ligas regionais ou nacionais e competições, seriadas ou não, observadas as disposições estatutárias das entidades de administração do desporto a que pertençam.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo é facultado às entidades de prática desportiva participar, também, de campeonatos nas entidades de administração do desporto a que estejam filiadas.

Art. 13. A duração dos mandatos deve ajustar-se, sempre que possível, ao ciclo olímpico ou à periodicidade das competições mundiais da respectiva modalidade desportiva.

Art. 14. São causas de inelegibilidade para o desempenho de cargos e funções, eletivas ou de livre nomeação, de entidades federais de administração do desporto, sem prejuízo de outras estatutariamente previstas:

I - ter sido condenado por crime doloso em sentença definitiva;

II - ser considerado inadimplente na prestação de contas de recursos financeiros recebidos de órgãos públicos, em decisão administrativa definitiva.

Parágrafo único. A ocorrência de qualquer das situações previstas neste artigo, ao longo do mandato, importa na perda automática do cargo ou função de direção.

#### **SEÇÃO IV**

##### **Do Sistema Dos Estados, Distrito Federal e Municípios**

Art. 15. Os Estados e o Distrito Federal constituirão seus próprios sistemas, respeitadas as normas estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. Aos Municípios é facultado constituir sistemas próprios, observadas as disposições desta lei e as contidas na legislação do respectivo Estado.

#### **CAPÍTULO V**

## **DO CERTIFICADO DE MÉRITO DESPORTIVO**

**Art. 16.** É criado o Certificado de Mérito Desportivo a ser outorgado pelo Conselho Superior de Desportos.

Parágrafo único. As entidades contempladas farão jus a:

- I - prioridade no recebimento de recursos de natureza pública;
- II - benefícios previstos na legislação em vigor referente à utilidade pública;
- III - benefícios fiscais na forma da lei.

**Art. 17.** Para obtenção do Certificado de Mérito Desportivo são requisitos entre outros:

- I - ter estatuto de acordo com a legislação em vigor;
- II - demonstrar relevantes serviços ao desporto nacional;
- III - (Vetado.)
- IV - apresentar manifestação do Comitê Olímpico Brasileiro, no caso de suas filiadas;
- V - possuir viabilidade e autonomia financeiras;
- VI - manter a independência técnica e o apoio administrativo aos órgãos judicantes.

## **CAPÍTULO VI DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL**

**Art. 18.** Atletas, entidades de prática desportiva e entidades de administração do desporto são livres para organizar a atividade profissional de sua modalidade, respeitados os termos desta lei.

**Art. 19.** Qualquer cessão ou transferência de atleta profissional depende de expressa anuência deste.

**Art. 20.** A cessão ou transferência de atleta profissional para entidade desportiva estrangeira observará as instruções expedidas pela entidade federal de administração do desporto da modalidade.

Parágrafo único. Além da taxa prevista na alínea *b* do inciso II do art. 43 desta lei, nenhuma outra poderá ser exigida, a qualquer título, na transferência do atleta.

**Art. 21.** A participação de atletas profissionais em seleções será estabelecida na forma como acordarem a entidade de administração e a entidade de prática desportiva cedente.

1º A entidade convocadora indenizará a cedente dos encargos previstos no contrato de trabalho, pelo período em que durar a convocação do atleta, sem prejuízo de eventuais ajustes celebrados entre estes e a entidade convocadora.

2º O período de convocação estender-se-á até a reintegração do atleta à entidade que o cedeu, apto a exercer sua atividade.

**Art. 22.** A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato com pessoa jurídica, devidamente registrado na entidade federal de administração do desporto, e deverá conter cláusula penal para as hipóteses de descumprimento ou rompimento unilateral.

1º A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salários dos atletas profissionais em atraso, por período superior a três meses, não poderá participar de qualquer competição, oficial ou amistosa.

2º Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social, ressalvadas as peculiaridades expressas nesta lei ou integrantes do contrato de trabalho respectivo.

**Art. 23.** O contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência não inferior a três meses e não superior trinta e seis meses.

Parágrafo único. De modo excepcional, o prazo do primeiro contrato poderá ser de até quarenta e oito meses, no caso de atleta em formação, não-profissional, vinculado à entidade de prática, na qual venha exercendo a mesma atividade, pelo menos durante vinte e quatro meses.

Art. 24. Às entidades de prática desportiva pertence o direito de autorizar a fixação, transmissão ou retransmissão de imagem de espetáculo desportivo de que participem.

1º Salvo convenção em contrário, vinte por cento do preço da autorização serão distribuídos, em partes iguais, aos atletas participantes do espetáculo.

2º O disposto neste artigo não se aplica a flagrantes do espetáculo desportivo para fins exclusivamente jornalísticos ou educativos, cuja duração, no conjunto, não exceda de três minutos.

Art. 25. Na comercialização de imagens decorrentes de contrato com a entidade de administração de desporto, as entidades de prática desportiva participarão com vinte cinco por cento do resultado da contratação, de modo proporcional à quantidade de atletas que cada uma cedeu, ressalvados os direitos assegurados no artigo anterior.

Art. 26. Caberá ao Conselho Superior de Desportos fixar o valor, os critérios e condições para o pagamento da importância denominada passe.

Art. 27. É vedada a participação de atletas não-profissionais, com idade superior a vinte anos, em competições desportivas de profissionais.

Art. 28. É vedada a prática do profissionalismo em qualquer modalidade desportiva, quando se tratar de:

- I - desporto educacional, seja nos estabelecimentos escolares de 1º e 2º graus ou superiores;
- II - desporto militar;
- III - menores até a categoria de juvenil.

Art. 29. Será constituído um sistema de seguro obrigatório específico para os praticantes desportivos profissionais, com o objetivo de cobrir os riscos a que estão sujeitos, protegendo especialmente os praticantes de alto rendimento.

## **CAPÍTULO VII DA ORDEM DESPORTIVA**

Art. 30. No âmbito de suas atribuições, cada entidade de administração do desporto tem competência para decidir, de ofício ou quando lhe forem submetidas pela parte interessada, as questões relativas ao cumprimento das normas e regras desportivas.

Art. 31. É vedado às entidades federais de administração do desporto intervir na organização e funcionamento de suas filiadas.

1º Com o objetivo de manter a ordem desportiva, o respeito aos atos emanados de seus poderes internos e fazer cumprir os atos legalmente expedidos pelos órgãos ou representantes do Poder Público, poderão ser aplicadas, pelas entidades de administração do desporto e de prática desportiva, as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - censura escrita;
- III - multa;
- IV - suspensão;
- V - desfiliação ou desvinculação.

2º A aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do parágrafo anterior não prescinde do processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3º As penalidades de que tratam os incisos IV e V do § 1º deste artigo só serão aplicadas após a decisão definitiva da Justiça Desportiva.

Art. 32. Quando se adotar o voto plural, a quantificação ou ponderação de votos observará, sempre, critérios técnicos e a classificação nas competições oficiais promovidas nos últimos cinco anos ou em período inferior, sem prejuízo de outros parâmetros estabelecidos em regulamento.

## **CAPÍTULO VIII DA JUSTIÇA DESPORTIVA**

Art. 33. A Justiça Desportiva a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 217 da Constituição Federal, e o art. 33 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, regula-se pelas disposições deste capítulo.

Art. 34. A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas em Códigos.

1º Os Códigos de Justiça dos desportos profissional e não-profissional serão propostos pelas entidades federais de administração do desporto para aprovação pelo Conselho Superior de Desportos.

2º As transgressões relativas à disciplina e às competições desportivas sujeitam o infrator a:

- I - advertência;
- II - eliminação;
- III - exclusão de campeonato ou torneio;
- IV - indenização;
- V - interdição de praça de desporto;
- VI - multa;
- VII - perda de mando do campo;
- VIII - perda de pontos;
- IX - perda de renda;
- X - suspensão por partida;
- XI - suspensão por prazo.

3º As penas pecuniárias não serão aplicadas a atletas não-profissionais.

4º O disposto nesta lei sobre Justiça Desportiva não se aplica ao Comitê Olímpico Brasileiro.

Art. 35. Aos Tribunais de Justiça Desportiva, unidades autônomas e independentes das entidades de administração do desporto de cada sistema, compete processar e julgar, em última instância, as questões de descumprimento de normas relativas à disciplina e às competições desportivas, sempre assegurada a ampla defesa e o contraditório.

1º Sem prejuízo do disposto neste artigo, as decisões finais dos Tribunais de Justiça Desportiva são impugnáveis, nos termos gerais do direito, respeitados os pressupostos processuais estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 217 da Constituição Federal.

2º O recurso ao Poder Judiciário não prejudica os efeitos desportivos validamente produzidos em consequência da decisão proferida pelos Tribunais de Justiça Desportiva.

Art. 36. As entidades de administração do desporto, nos campeonatos e competições por elas promovidos, terão como primeira instância a Comissão Disciplinar integrada por três membros de sua livre nomeação, para aplicação imediata das sanções decorrentes de infrações cometidas durante as disputas e constantes das súmulas ou documentos similares dos árbitros, ou ainda, decorrentes de infringência ao regulamento da respectiva competição.

1º A Comissão Disciplinar aplicará sanções em procedimento sumário.

2º Das decisões da Comissão Disciplinar caberá recurso aos Tribunais Desportivos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3º O recurso a que se refere o parágrafo anterior será recebido com efeito suspensivo quando

a penalidade exceder de duas partidas consecutivas ou quinze dias.

Art. 37. O membro do Tribunal de Justiça Desportiva exerce função considerada de relevante interesse público e, sendo servidor público, terá abonada suas faltas, computando-se como de efetivo exercício a participação nas respectivas sessões.

Art. 38. Os Tribunais de Justiça Desportiva serão compostos por, no mínimo, sete membros e, no máximo, onze membros, sendo:

- a) um indicado pelas entidades de Administração do Desporto;
- b) um indicado pelas entidades de Práticas Desportivas que participem de competições oficiais da divisão principal;
- c) três advogados com notório saber jurídico desportivo, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil;
- d) um representante dos árbitros, por estes indicado;
- e) um representante dos atletas, por estes indicado.

1º Para efeito de acréscimo na composição, deverá ser assegurada a paridade apresentada nas alíneas a, b, d e e, respeitado o constante no *caput* deste artigo.

2º O mandato dos membros dos Tribunais de Justiça Desportiva será de, no máximo, quatro anos, permitida apenas uma recondução.

3º (Vetado).

4º É vedado a dirigentes desportivos das Entidades de Administração e das Entidades de Prática, o exercício de cargo ou função na Justiça Desportiva, exceção feita aos membros de Conselho Deliberativo das Entidades de Prática Desportiva.

## CAPÍTULO IX DOS RECURSOS PARA O DESPORTO

Art. 39. Os recursos necessários à execução da Política Nacional do Desporto serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:

- I - fundos desportivos;
- II - receitas oriundas de concursos de prognósticos;
- III - doações, patrocínios e legados;
- IV - prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados nos prazos regulamentares;
- V - incentivos fiscais previstos em lei;
- VI - outras fontes.

Art. 40. Ao Comitê Olímpico Brasileiro é concedida autorização para importar, livre de tributos federais, equipamentos, materiais e componentes destinados, exclusivamente, ao treinamento de atletas, às competições desportivas do seu programa de trabalho e aos programas das entidades federais de administração do desporto que lhe sejam filiadas ou vinculadas.

1º O Ministério da Fazenda poderá, mediante proposta do Ministério da Educação e do Desporto, através de sua Secretaria de Desportos, estender o benefício previsto neste artigo às entidades de prática desportiva e aos atletas integrantes do Sistema Federal do Desporto, para execução de atividades relacionadas com a melhoria do desempenho das representações desportivas nacionais.

2º É vedada a comercialização dos equipamentos, materiais e componentes importados com benefício previsto neste artigo.

3º Os equipamentos, materiais e componentes importados poderão ser definitivamente transferidos para as entidades e os atletas referidos no § 1º, caso em que, para os fins deste artigo, ficarão equiparados ao importador.



4º A infringência do disposto neste artigo inabilita definitivamente o infrator aos benefícios nele previstos, sem prejuízo das sanções e do recolhimento dos tributos dispensados, atualizados monetariamente e acrescidos das combinações previstas na legislação pertinente.

Art. 41. (Vetado).

Art. 42. Por unificação do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional de que trata a Lei nº 6.269, de 24 de novembro de 1975, com o Fundo de Promoção ao Esporte Amador de que trata a Lei nº 7.752, de 14 de abril de 1989, fica criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (Fundesp), como unidade orçamentária destinada a dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter desportivo que se enquadrem nas diretrizes e prioridades constantes da Política Nacional do Desporto.

1º O Fundesp, de natureza autárquica, será subordinado ao Ministério da Educação e do Desporto, através de sua Secretaria de Desporto, observado o disposto no inciso VII do art. 5º desta lei.

2º O Fundesp terá duas contas específicas: uma destinada a fomentar o desporto não-profissional, e, outra, à assistência ao atleta profissional e ao em formação.

Art. 43. Constituem recursos do Fundesp:

I - para fomento ao desporto não-profissional:

a) receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;  
b) adicional de quatro e meio por cento incidente sobre cada bilhete, permitido o arredondamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos a que refere o Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969 e a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, destinada ao cumprimento do disposto neste inciso;

c) doações, legados e patrocínios;

d) prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados;

e) (Vetado);

f) outras fontes:

II - para assistência ao atleta profissional e ao em formação:

a) um por cento do valor do contrato do atleta profissional pertencente ao Sistema Federal do Desporto, devido e recolhido pela entidade contratante;

b) um por cento do valor da indenização fixada pela entidade cedente, no caso de cessão de atleta a entidade estrangeira;

c) um por cento da arrecadação proveniente das competições organizadas pelas entidades federais de administração do desporto profissional;

d) penalidades disciplinares pecuniárias aplicadas aos atletas profissionais pelas entidades de prática desportiva, pelas de administração do desporto ou pelos Tribunais de Justiça Desportiva;

e) receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;

f) dotações, auxílios e subvenções da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

g) doações, legados e outras receitas eventuais.

Art. 44. Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo terão a seguinte destinação:

I - para o desporto não-profissional:

a) desporto educacional;

b) desporto de rendimento, nos casos de Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais, Jogos Pan-americanos e Jogos Sul-Americanos;

c) desporto de criação nacional;

d) capacitação de recursos humanos: cientistas desportivos, professores de educação física e técnicos em desporto;

e) apoio a projetos de pesquisa, documentação e informação;

f) construção, ampliação e recuperação de instalações desportivas;

II - para o desporto profissional, através de sistema de assistência ao atleta profissional e ao em formação, com a finalidade de promover sua adaptação ao mercado de trabalho, quando deixar a atividade;

III - para apoio técnico e administrativo do Conselho Superior de Desportos.

Art. 45. A arrecadação obtida em cada teste da Loteria Esportiva Federal terá a seguinte destinação:

I - quarenta e cinco por cento para pagamento dos prêmios, incluindo o valor correspondente ao imposto sobre a renda;

II - vinte por cento para a Caixa Econômica Federal, destinados ao custeio total da administração dos concursos de prognósticos desportivos;

III - dez por cento para pagamento, em parcelas iguais, às entidades de prática desportiva, constantes do teste, pelo uso de suas denominações ou símbolos;

IV - quinze por cento para o Fundesp.

Parágrafo único. O total da arrecadação, deduzidos os valores previstos nos incisos I, II, III e IV será destinada à seguridade social.

Art. 46. Anualmente, a renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro para o treinamento e as competições preparatórias das equipes olímpicas nacionais.

Parágrafo único. Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Pan-americanos, a renda líquida total de um segundo teste será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro, para o atendimento da participação de delegações nacionais nesses eventos.

Art. 47. (Vetado).

Art. 48. Os recursos financeiros correspondentes às destinações previstas no inciso III do art. 45 e nos arts. 46 e 47 desta lei constituem receitas próprias dos beneficiários, que lhes serão entregues diretamente pela Caixa Econômica Federal até o décimo dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

## **CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 49. Os dirigentes, unidades ou órgãos de entidades de administração do desporto inscritos no Registro Público competente, não exercem função delegada pelo Poder Público nem são considerados autoridades públicas para os efeitos da lei.

Art. 50. A Secretaria de Desportos do Ministério da Educação e do Desporto expedirá instruções e desenvolverá ações para o cumprimento do disposto no inciso IV do art. 217 da Constituição Federal e elaborará projetos de prática desportiva para pessoas portadoras de deficiência.

Art. 51. As entidades desportivas internacionais, com sede permanente ou temporária no País, receberão dos poderes públicos o mesmo tratamento dispensado às entidades federais de administração do desporto.

Art. 52. Será considerado como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período em que o atleta, servidor público civil ou militar, da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, estiver convocado para integrar representação nacional em competição desportiva no País ou no exterior.

1º O período de convocação será definido pela entidade federal de administração da respectiva modalidade desportiva, cabendo a esta ou ao Comitê Olímpico Brasileiro fazer a devida comunicação.

2º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos profissionais especializados e dirigentes, quando indispensáveis à composição da delegação.

Art. 53. Os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as instituições de ensino superior, definirão normas específicas para a verificação do rendimento e o controle de frequência dos estudantes que integrem representação desportiva nacional, de forma a harmonizar a atividade desportiva com os interesses relacionados ao aproveitamento e à promoção escolar.

Art. 54. Fica instituído o Dia do Desporto, a ser comemorado no dia 19 de fevereiro.

Art. 55. A denominação e os símbolos de entidades de administração do desporto ou de prática desportiva são de propriedade exclusiva dessas entidades, contando com proteção legal válida para todo o território nacional, por tempo indeterminado, sem necessidade de registro ou averbação no órgão competente.

Parágrafo único. A garantia legal outorgada às entidades referidas neste artigo permite-lhes o uso comercial de sua denominação e de seus símbolos.

Art. 56. São vedados o registro e o uso, para fins comerciais, como marca ou emblema, de qualquer sinal que consista no símbolo olímpico ou que o contenha, exceto mediante prévia autorização do Comitê Olímpico Brasileiro.

Art. 57. As entidades de direção e de prática desportiva filiadas a entidades de administração em, no mínimo, três modalidades olímpicas, e que comprovem, na forma da regulamentação desta lei, atividade e a participação em competições oficiais organizadas pela mesma, credenciar-se-ão na Secretaria da Fazenda da respectiva Unidade da Federação para promover reuniões destinadas a angariar recursos para o fomento do desporto, mediante sorteios de modalidade denominada Bingo, ou similar.

1º O órgão competente de cada Estado e do Distrito Federal normatizará e fiscalizará a realização dos eventos de que trata este artigo.

2º Quando se tratar de entidade de direção, a comprovação de que trata o *caput* deste artigo limitar-se-á à filiação na entidade de direção nacional ou internacional.

Art. 58. Os árbitros e auxiliares de arbitragem poderão constituir associações nacionais e estaduais, por modalidade desportiva ou grupo de modalidades, objetivando o recrutamento, a formação e a prestação de serviços às entidades de administração do desporto.

Parágrafo único. Independentemente da constituição das associações referidas no *caput* deste artigo, os árbitros e auxiliares de arbitragem não têm qualquer vínculo empregatício com as entidades desportivas diretivas onde atuam, e a sua remuneração como autônomos exonera tais entidades de quaisquer outras responsabilidades trabalhistas e previdenciárias.

Art. 59. Em campeonatos ou torneios regulares com mais de uma divisão, as entidades de administração do desporto determinarão em seus regulamentos o princípio do acesso e descenso, observado sempre o critério técnico.

Art. 60. É vedado aos administradores e membros de Conselho Fiscal das entidades de prática desportiva o exercício de cargo ou função nas entidades de administração do desporto.

Art. 61. Nas Forças Armadas os desportos serão praticados sob a direção do Estado-Maior

das Forças Armadas e do órgão especializado de cada Ministério Militar.

Art. 62. O valor do adicional previsto na alínea *b* do inciso I do art. 43 desta lei não será computado no montante da arrecadação das apostas para fins de cálculo de prêmios, rateios, tributos de qualquer natureza ou taxas de administração.

Parágrafo único. Trimestralmente a Caixa Econômica Federal apresentará à Secretaria de Desportos do Ministério da Educação e do Desporto balancete com o resultado da receita proveniente do adicional mencionado no *caput* deste artigo.

Art. 63. Do adicional de quatro e meio por cento de que trata a alínea *b* do inciso I do art. 43 desta lei, a parcela de um ponto e meio percentual será repassada à Secretaria de Esporte dos Estados e do Distrito Federal ou órgãos que tenham atribuições semelhantes na área do desporto proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada Unidade da Federação para aplicação segundo o disposto no inciso I do art. 44.

## **CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 64. Até a regulamentação do valor do passe, prevista no art. 26 desta lei, prevalecem as Resoluções nºs 10, de 10 de abril de 1986, e 19, de 6 de dezembro de 1988, do Conselho Nacional de Desportos.

Art. 65. Fica extinto o Conselho Nacional de Desportos.

Art. 66. Até a aprovação dos Códigos de Justiça dos Desportos Profissional e não-Profissional, continuam em vigor os atuais códigos.

Art. 67. As atuais entidades federais de administração do desporto, no prazo de cento e oitenta dias a contar da publicação desta lei, realizarão assembléia geral para adaptar seus estatutos às normas desta lei.

1º Em qualquer hipótese, respeitar-se-ão os mandatos em curso dos dirigentes legalmente constituídos.

2º A inobservância do prazo fixado no *caput* deste artigo sujeita a entidade infratora ao cancelamento do Certificado do Mérito Desportivo que lhe houver sido outorgado e importará na sua exclusão automática do Sistema Federal do Desporto até que se concretize e seja averbada no registro público a referida adaptação estatutária.

Art. 68. No prazo de sessenta dias contados da vigência desta lei, a Caixa Econômica Federal promoverá a implantação dos registros de processamento eletrônico, necessários à cobrança do adicional a que se refere a alínea *b* do inciso I do art. 43.

Art. 69. O Poder Executivo proporá a estrutura para o funcionamento do Fundesp e do Conselho Superior de Desportos, num prazo de sessenta dias a contar da publicação desta lei.

Art. 70. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 71. Revogam-se as Leis nºs 6.251, de 8 de outubro de 1975, 6.269, de 24 de novembro de 1975, o Decreto-Lei nº 1.617, de 3 de março de 1978, o Decreto-Lei nº 1.924, de 20 de janeiro de 1982, o art. 5º da Lei nº 7.787, de 30 de junho de 1989, a Lei nº 7.921, de 12 de dezembro de 1989, o art. 14 e art. 44 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990 e demais disposições em contrário.

Brasília, 6 de julho de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

**ITAMAR FRANCO**  
**Murílio de Avellar Hingel**

## **ANEXO 3 – LEI 9.615 DE 24 DE MARÇO DE 1998\***

Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º O desporto brasileiro abrange práticas formais e não-formais e obedece às normas gerais desta Lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito.

§ 1º A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto.

§ 2º A prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes.

### **CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 2º O desporto, como direito individual, tem como base os princípios:

- I - da soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva;
- II - da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva;
- III - da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação;
- IV - da liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidade do setor;
- V - do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;
- VI - da diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional;
- VII - da identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;
- VIII - da educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante, e fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;
- IX - da qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;
- X - da descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual, distrital e municipal;
- XI - da segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;
- XII - da eficiência, obtido por meio do estímulo à competência desportiva e administrativa.

Parágrafo único. A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

- I - da transparência financeira e administrativa; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)
- II - da moralidade na gestão desportiva; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

---

\* Este anexo apresenta a versão consolidada da Lei 9.615/98.

- III - da responsabilidade social de seus dirigentes; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)
- IV - do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional; e (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)
- V - da participação na organização desportiva do País. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

### **CAPÍTULO III**

#### **DA NATUREZA E DAS FINALIDADES DO DESPORTO**

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II - de modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO SISTEMA BRASILEIRO DO DESPORTO**

##### **Seção I**

##### **Da composição e dos objetivos**

Art. 4º O Sistema Brasileiro do Desporto compreende:

I - o Ministério do Esporte; (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - (Revogado). (Revogado pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

III - o Conselho Nacional do Esporte - CNE; (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

IV - o sistema nacional do desporto e os sistemas de desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, integrados por vínculos de natureza técnica específicos de cada modalidade desportiva.

§ 1º O Sistema Brasileiro do Desporto tem por objetivo garantir a prática desportiva regular e melhorar-lhe o padrão de qualidade.

§ 2º A organização desportiva do País, fundada na liberdade de associação, integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social, inclusive para os fins do disposto nos incisos I e III do art. 5º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 3º Poderão ser incluídas no Sistema Brasileiro de Desporto as pessoas jurídicas que desenvolvam práticas não-formais, promovam a cultura e as ciências do desporto e formem e aprimorem especialistas.

## Seção II

Do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto – INDESP

Extinto pelo artigo 19-A da Medida Provisória 2.216-37, de 31 de agosto de 2001.

Art. 6º Constituem recursos do Ministério do Esporte: (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;

II - adicional de quatro e meio por cento incidente sobre cada bilhete, permitido o arredondamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos a que se refere o Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, destinado ao cumprimento do disposto no art. 7º;

III - doações, legados e patrocínios;

IV - prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, não reclamados;

V - outras fontes.

§ 1º O valor do adicional previsto no inciso II deste artigo não será computado no montante da arrecadação das apostas para fins de cálculo de prêmios, rateios, tributos de qualquer natureza ou taxas de administração.

§ 2º Do adicional de quatro e meio por cento de que trata o inciso II deste artigo, um terço será repassado às Secretarias de Esportes dos Estados e do Distrito Federal, ou, na inexistência destas, a órgãos que tenham atribuições semelhantes na área do desporto, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade da Federação para aplicação segundo o disposto no art. 7º.

§ 3º Do montante arrecadado nos termos do § 2º, cinquenta por cento caberão às Secretarias Estaduais e/ou aos órgãos que as substituam, e cinquenta por cento serão divididos entre os Municípios de cada Estado, na proporção de sua população.

§ 4º Trimestralmente, a Caixa Econômica Federal-CEF apresentará balancete ao INDESP, com o resultado da receita proveniente do adicional mencionado neste artigo.

Art. 7º Os recursos do Ministério do Esporte terão a seguinte destinação: (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - desporto educacional;

II - desporto de rendimento, nos casos de participação de entidades nacionais de administração do desporto em competições internacionais, bem como as competições brasileiras dos desportos de criação nacional;

III - desporto de criação nacional;

IV - capacitação de recursos humanos:

a) cientistas desportivos;

b) professores de educação física; e

c) técnicos de desporto;

V - apoio a projeto de pesquisa, documentação e informação;

VI - construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas;

VII - apoio supletivo ao sistema de assistência ao atleta profissional com a finalidade de promover sua adaptação ao mercado de trabalho quando deixar a atividade;

VIII - apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.

Art. 8º A arrecadação obtida em cada teste da Loteria Esportiva terá a seguinte destinação:

I - quarenta e cinco por cento para pagamento dos prêmios, incluindo o valor correspondente ao imposto sobre a renda;

II - vinte por cento para a Caixa Econômica Federal - CEF, destinados ao custeio total da administração dos recursos e prognósticos desportivos;

III - dez por cento para pagamento, em parcelas iguais, às entidades de práticas desportivas constantes do teste, pelo uso de suas denominações, marcas e símbolos;



IV - quinze por cento para o Ministério do Esporte. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

Parágrafo único. Os dez por cento restantes do total da arrecadação serão destinados à seguridade social.

Art. 9º Anualmente, a renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB, para treinamento e competições preparatórias das equipes olímpicas nacionais.

§ 1º Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Pan-Americanos, a renda líquida de um segundo teste da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB, para o atendimento da participação de delegações nacionais nesses eventos.

§ 2º Ao Comitê Paraolímpico Brasileiro serão concedidas as rendas líquidas de testes da Loteria Esportiva Federal nas mesmas condições estabelecidas neste artigo para o Comitê Olímpico Brasileiro-COB.

Art. 10. Os recursos financeiros correspondentes às destinações previstas no inciso III do art. 8º e no art. 9º, constituem receitas próprias dos beneficiários que lhes serão entregues diretamente pela Caixa Econômica Federal - CEF, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

### Seção III

#### Do Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro - CDDDB

Art. 11. O CNE é órgão colegiado de normatização, deliberação e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte, cabendo-lhe: (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

- I - zelar pela aplicação dos princípios e preceitos desta Lei;
- II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto;
- III - emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais;
- IV - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do Ministério do Esporte; (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)
- V - exercer outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva;
- VI - aprovar os Códigos de Justiça Desportiva e suas alterações; (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)
- VII - expedir diretrizes para o controle de substâncias e métodos proibidos na prática desportiva.

Parágrafo único. O Ministério do Esporte dará apoio técnico e administrativo ao CNE. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

#### Art. 12. (VETADO)

Art. 12-A. O CNE será composto por vinte e dois membros indicados pelo Ministro do Esporte, que o presidirá. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

- I - o Ministro do Esporte e Turismo; (Inciso incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)
- II - o Presidente do INDESP; (Inciso incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)
- III - um representante de entidades de administração do desporto; (Inciso incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)
- IV - dois representantes de entidades de prática desportiva; (Inciso incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)
- V - um representante de atletas; (Inciso incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

VI - um representante do Comitê Olímpico Brasileiro - COB; (Inciso incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

VII - um representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPOB; (Inciso incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

VIII - quatro representantes do desporto educacional e de participação indicados pelo Presidente da República; (Inciso incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

IX - um representante dos secretários estaduais de esporte; (Inciso incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

X - três representantes indicados pelo Congresso Nacional, sendo dois deles da maioria e um da minoria. (Inciso incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Parágrafo único. Os membros do Conselho e seus suplentes serão indicados na forma da regulamentação desta Lei, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

#### Seção IV

#### Do Sistema Nacional do Desporto

Art. 13. O Sistema Nacional do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento.

Parágrafo único. O Sistema Nacional do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normalização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente:

I - o Comitê Olímpico Brasileiro-COB;

II - o Comitê Paraolímpico Brasileiro;

III - as entidades nacionais de administração do desporto;

IV - as entidades regionais de administração do desporto;

V - as ligas regionais e nacionais;

VI - as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores.

Art. 14. O Comitê Olímpico Brasileiro-COB e o Comitê Paraolímpico Brasileiro, e as entidades nacionais de administração do desporto que lhes são filiadas ou vinculadas, constituem subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto, ao qual se aplicará a prioridade prevista no inciso II do art. 217 da Constituição Federal, desde que seus estatutos obedeçam integralmente à Constituição Federal e às leis vigentes no País.

Art. 15. Ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB, entidade jurídica de direito privado, compete representar o País nos eventos olímpicos, pan-americanos e outros de igual natureza, no Comitê Olímpico Internacional e nos movimentos olímpicos internacionais, e fomentar o movimento olímpico no território nacional, em conformidade com as disposições da Constituição Federal, bem como com as disposições estatutárias e regulamentares do Comitê Olímpico Internacional e da Carta Olímpica.

§ 1º Caberá ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB representar o olimpismo brasileiro junto aos poderes públicos.

§ 2º É privativo do Comitê Olímpico Brasileiro - COB e do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPOB o uso das bandeiras, lemas, hinos e símbolos olímpicos e paraolímpicos, assim como das denominações "jogos olímpicos", "olimpíadas", "jogos paraolímpicos" e "paraolimpíadas", permitida a utilização destas últimas quando se tratar de eventos vinculados ao desporto educacional e de participação. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 3º Ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB são concedidos os direitos e benefícios conferidos em lei às entidades nacionais de administração do desporto.

§ 4º São vedados o registro e uso para qualquer fim de sinal que integre o símbolo olímpico ou que o contenha, bem como do hino e dos lemas olímpicos, exceto mediante prévia autorização do Comitê Olímpico Brasileiro-COB.

§ 5º Aplicam-se ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, no que couber, as disposições previstas neste artigo.

Art. 16. As entidades de prática desportiva e as entidades nacionais de administração do desporto, bem como as ligas de que trata o art. 20, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, e terão as competências definidas em seus estatutos.

§ 1º As entidades nacionais de administração do desporto poderão filiar, nos termos de seus estatutos, entidades regionais de administração e entidades de prática desportiva.

§ 2º As ligas poderão, a seu critério, filiar-se ou vincular-se a entidades nacionais de administração do desporto, vedado a estas, sob qualquer pretexto, exigir tal filiação ou vinculação.

§ 3º É facultada a filiação direta de atletas nos termos previstos nos estatutos das respectivas entidades de administração do desporto.

#### Art. 17. (VETADO)

Art. 18. Somente serão beneficiadas com isenções fiscais e repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta, nos termos do inciso II do art. 217 da Constituição Federal, as entidades do Sistema Nacional do Desporto que:

I - possuírem viabilidade e autonomia financeiras;

II - apresentarem manifestação favorável do Comitê Olímpico Brasileiro-COB ou do Comitê Paraolímpico Brasileiro, nos casos de suas filiadas e vinculadas;

III - atendam aos demais requisitos estabelecidos em lei;

IV - estiverem quites com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

Parágrafo único. A verificação do cumprimento das exigências contidas nos incisos I a IV deste artigo será de responsabilidade do INDESP. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

#### Art. 19. (VETADO)

Art. 20. As entidades de prática desportiva participantes de competições do Sistema Nacional do Desporto poderão organizar ligas regionais ou nacionais. (Regulamento)

##### § 1º (VETADO)

§ 2º As entidades de prática desportiva que organizarem ligas, na forma do *caput* deste artigo, comunicarão a criação destas às entidades nacionais de administração do desporto das respectivas modalidades.

§ 3º As ligas integrarão os sistemas das entidades nacionais de administração do desporto que incluírem suas competições nos respectivos calendários anuais de eventos oficiais.

§ 4º Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, é facultado às entidades de prática desportiva participarem, também, de campeonatos nas entidades de administração do desporto a que estiverem filiadas.

§ 5º É vedada qualquer intervenção das entidades de administração do desporto nas ligas que se mantiverem independentes.

§ 6º As ligas formadas por entidades de prática desportiva envolvidas em competições de atletas profissionais equiparam-se, para fins do cumprimento do disposto nesta Lei, às entidades de administração do desporto. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 7º As entidades nacionais de administração de desporto serão responsáveis pela organização dos calendários anuais de eventos oficiais das respectivas modalidades. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

Art. 21. As entidades de prática desportiva poderão filiar-se, em cada modalidade, à entidade de administração do desporto do Sistema Nacional do Desporto, bem como à correspondente entidade de administração do desporto de um dos sistemas regionais.

Art. 22. Os processos eleitorais assegurarão:

I - colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos;

II - defesa prévia, em caso de impugnação, do direito de participar da eleição;

III - eleição convocada mediante edital publicado em órgão da imprensa de grande circulação, por três vezes;

IV - sistema de recolhimento dos votos imune a fraude;

V - acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de comunicação.

Parágrafo único. Na hipótese da adoção de critério diferenciado de valoração dos votos, este não poderá exceder à proporção de um para seis entre o de menor e o de maior valor.

Art. 23. Os estatutos das entidades de administração do desporto, elaborados de conformidade com esta Lei, deverão obrigatoriamente regulamentar, no mínimo:

I - instituição do Tribunal de Justiça Desportiva, nos termos desta Lei;

II - inelegibilidade de seus dirigentes para desempenho de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação de:

a) condenados por crime doloso em sentença definitiva;

b) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;

c) inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;

d) afastados de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;

e) inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas;

f) falidos.

Parágrafo único. Independentemente de previsão estatutária é obrigatório o afastamento preventivo e imediato dos dirigentes, eleitos ou nomeados, caso incorram em qualquer das hipóteses do inciso II, assegurado o processo regular e a ampla defesa para a destituição. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

Art. 24. As prestações de contas anuais de todas as entidades de administração integrantes do Sistema Nacional do Desporto serão obrigatoriamente submetidas, com parecer dos Conselhos Fiscais, às respectivas assembleias-gerais, para a aprovação final.

Parágrafo único. Todos os integrantes das assembleias-gerais terão acesso irrestrito aos documentos, informações e comprovantes de despesas de contas de que trata este artigo.

## Seção V

### Dos Sistemas dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Art. 25. Os Estados e o Distrito Federal constituirão seus próprios sistemas, respeitadas as normas estabelecidas nesta Lei e a observância do processo eleitoral.

Parágrafo único. Aos Municípios é facultado constituir sistemas próprios, observadas as disposições desta Lei e as contidas na legislação do respectivo Estado.

## CAPÍTULO V

### DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL

Art. 26. Atletas e entidades de prática desportiva são livres para organizar a atividade profissional, qualquer que seja sua modalidade, respeitadas os termos desta Lei.

Parágrafo único. Considera-se competição profissional para os efeitos desta Lei aquela promovida para obter renda e disputada por atletas profissionais cuja remuneração decorra de contrato de trabalho desportivo. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

Art. 27. As entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais e as entidades de administração de desporto ou ligas em que se organizarem, independentemente da forma jurídica adotada, sujeitam os bens particulares de seus dirigentes ao disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, além das sanções e responsabilidades previstas no **caput** do art. 1.017 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na hipótese de aplicarem créditos ou bens sociais da entidade desportiva em proveito próprio ou de terceiros. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 1º (parágrafo único original) (Revogado). (Revogado pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 2º A entidade a que se refere este artigo não poderá utilizar seus bens patrimoniais, desportivos ou sociais para integralizar sua parcela de capital ou oferecê-los como garantia, salvo com a concordância da maioria absoluta da assembléia-geral dos associados e na conformidade do respectivo estatuto. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 3º (Revogado pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 4º (Revogado pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 5º O disposto no art. 23 aplica-se, no que couber, às entidades a que se refere o **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 6º Sem prejuízo de outros requisitos previstos em lei, as entidades de administração do desporto, as ligas e as entidades de prática desportiva, para obter financiamento com recursos públicos deverão: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - realizar todos os atos necessários para permitir a identificação exata de sua situação financeira; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - apresentar plano de resgate e plano de investimento; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

III - garantir a independência de seus conselhos de fiscalização e administração, quando houver; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

IV - adotar modelo profissional e transparente; e (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

V - elaborar e publicar suas demonstrações financeiras na forma definida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, após terem sido auditadas por auditores independentes. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 7º Os recursos do financiamento voltados à implementação do plano de resgate serão utilizados: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - prioritariamente, para quitação de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas; e (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - subsidiariamente, para construção ou melhoria de estádio próprio ou de que se utilizam para mando de seus jogos, com a finalidade de atender a critérios de segurança, saúde e bem estar do torcedor. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 8º Na hipótese do inciso II do § 7º, a entidade de prática desportiva deverá apresentar à instituição financiadora o orçamento das obras pretendidas. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 9º É facultado às entidades desportivas profissionais constituírem-se regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 10. Considera-se entidade desportiva profissional, para fins desta Lei, as entidades de prática desportiva envolvidas em competições de atletas profissionais, as ligas em que se organizarem e as entidades de administração de desporto profissional. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 11. Apenas as entidades desportivas profissionais que se constituírem regularmente em sociedade empresária na forma do § 9º não ficam sujeitas ao regime da sociedade em comum e, em

especial, ao disposto no art. 990 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 12. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 13. Para os fins de fiscalização e controle do disposto nesta Lei, as atividades profissionais das entidades de prática desportiva, das entidades de administração de desporto e das ligas desportivas, independentemente da forma jurídica como estas estejam constituídas, equiparam-se às das sociedades empresárias, notadamente para efeitos tributários, fiscais, previdenciários, financeiros, contábeis e administrativos. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

Art. 27-A. Nenhuma pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, seja detentora de parcela do capital com direito a voto ou, de qualquer forma, participe da administração de qualquer entidade de prática desportiva poderá ter participação simultânea no capital social ou na gestão de outra entidade de prática desportiva disputante da mesma competição profissional. (Artigo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 1º É vedado que duas ou mais entidades de prática desportiva disputem a mesma competição profissional das primeiras séries ou divisões das diversas modalidades desportivas quando: (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

a) uma mesma pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente, através de relação contratual, explore, controle ou administre direitos que integrem seus patrimônios; ou, (Alínea incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

b) uma mesma pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente, seja detentora de parcela do capital com direito a voto ou, de qualquer forma, participe da administração de mais de uma sociedade ou associação que explore, controle ou administre direitos que integrem os seus patrimônios. (Alínea incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 2º A vedação de que trata este artigo aplica-se: (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

a) ao cônjuge e aos parentes até o segundo grau das pessoas físicas; e (Alínea incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

b) às sociedades controladoras, controladas e coligadas das mencionadas pessoas jurídicas, bem como a fundo de investimento, condomínio de investidores ou outra forma assemelhada que resulte na participação concomitante vedada neste artigo. (Alínea incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 3º Excluem-se da vedação de que trata este artigo os contratos de administração e investimentos em estádios, ginásios e praças desportivas, de patrocínio, de licenciamento de uso de marcas e símbolos, de publicidade e de propaganda, desde que não importem na administração direta ou na co-gestão das atividades desportivas profissionais das entidades de prática desportiva, assim como os contratos individuais ou coletivos que sejam celebrados entre as detentoras de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de televisão por assinatura, e entidades de prática desportiva para fins de transmissão de eventos desportivos. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 4º A infringência a este artigo implicará a inabilitação da entidade de prática desportiva para percepção dos benefícios de que trata o art. 18 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 5º As empresas detentoras de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de televisão por assinatura, ficam impedidas de patrocinar ou veicular sua própria marca, bem como a de seus canais e dos títulos de seus programas, nos uniformes de competições das entidades desportivas. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 6º A violação do disposto no § 5º implicará a eliminação da entidade de prática desportiva que lhe deu causa da competição ou do torneio em que aquela se verificou, sem prejuízo das penalidades que venham a ser aplicadas pela Justiça Desportiva. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

Art. 28. A atividade do atleta profissional, de todas as modalidades desportivas, é caracterizada por remuneração pactuada em contrato formal de trabalho firmado com entidade de prática desportiva, pessoa jurídica de direito privado, que deverá conter, obrigatoriamente, cláusula penal para as hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral.

§ 1º Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social, ressalvadas as peculiaridades expressas nesta Lei ou integrantes do respectivo contrato de trabalho.

§ 2º O vínculo desportivo do atleta com a entidade desportiva contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo trabalhista, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais: (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - com o término da vigência do contrato de trabalho desportivo; ou (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - com o pagamento da cláusula penal nos termos do *caput* deste artigo; ou ainda (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

III - com a rescisão decorrente do inadimplemento salarial de responsabilidade da entidade desportiva empregadora prevista nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 3º O valor da cláusula penal a que se refere o *caput* deste artigo será livremente estabelecido pelos contratantes até o limite máximo de cem vezes o montante da remuneração anual pactuada. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 4º Far-se-á redução automática do valor da cláusula penal prevista no *caput* deste artigo, aplicando-se, para cada ano integralizado do vigente contrato de trabalho desportivo, os seguintes percentuais progressivos e não-cumulativos: (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - dez por cento após o primeiro ano; (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - vinte por cento após o segundo ano; (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

III - quarenta por cento após o terceiro ano; (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

IV - oitenta por cento após o quarto ano. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 5º Quando se tratar de transferência internacional, a cláusula penal não será objeto de qualquer limitação, desde que esteja expresso no respectivo contrato de trabalho desportivo. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 6º (Revogado pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 7º É vedada a outorga de poderes mediante instrumento procuratório público ou particular relacionados a vínculo desportivo e uso de imagem de atletas profissionais em prazo superior a um ano. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

Art. 29. A entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com esse, a partir de dezesseis anos de idade, o primeiro contrato de trabalho profissional, cujo prazo não poderá ser superior a cinco anos. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

Parágrafo único. (VETADO)

§ 2º Para os efeitos do *caput* deste artigo, exige-se da entidade de prática desportiva formadora que comprove estar o atleta por ela registrado como não-profissional há, pelo menos, dois anos, sendo facultada a cessão deste direito a entidade de prática desportiva, de forma remunerada. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 3º A entidade de prática desportiva formadora detentora do primeiro contrato de trabalho com o atleta por ela profissionalizado terá o direito de preferência para a primeira renovação deste contrato, cujo prazo não poderá ser superior a dois anos. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 4º O atleta não profissional em formação, maior de quatorze e menor de vinte anos de idade, poderá receber auxílio financeiro da entidade de prática desportiva formadora, sob a forma de bolsa de aprendizagem livremente pactuada mediante contrato formal, sem que seja gerado vínculo empregatício entre as partes. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 5º É assegurado o direito ao ressarcimento dos custos de formação de atleta não profissional menor de vinte anos de idade à entidade de prática de desporto formadora sempre que, sem a expressa



anuência dessa, aquele participar de competição desportiva representando outra entidade de prática desportiva. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 6º Os custos de formação serão ressarcidos pela entidade de prática desportiva usufruidora de atleta por ela não formado pelos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - quinze vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezesseis e menor de dezessete anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - vinte vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezessete e menor de dezoito anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

III - vinte e cinco vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezoito e menor de dezenove anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

IV - trinta vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezenove e menor de vinte anos de idade. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 7º A entidade de prática desportiva formadora para fazer jus ao ressarcimento previsto neste artigo deverá preencher os seguintes requisitos: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - cumprir a exigência constante do § 2º deste artigo; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - comprovar que efetivamente utilizou o atleta em formação em competições oficiais não profissionais; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

III - propiciar assistência médica, odontológica e psicológica, bem como contratação de seguro de vida e ajuda de custo para transporte; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

IV - manter instalações desportivas adequadas, sobretudo em matéria de alimentação, higiene, segurança e salubridade, além de corpo de profissionais especializados em formação técnico-desportiva; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

V - ajustar o tempo destinado à formação dos atletas aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, exigindo o satisfatório aproveitamento escolar. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

Art. 30. O contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Parágrafo único. Não se aplica ao contrato de trabalho do atleta profissional o disposto no art. 445 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. (Parágrafo Incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 31. A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salário de atleta profissional em atraso, no todo ou em parte, por período igual ou superior a três meses, terá o contrato de trabalho daquele atleta rescindido, ficando o atleta livre para se transferir para qualquer outra agremiação de mesma modalidade, nacional ou internacional, e exigir a multa rescisória e os haveres devidos.

§ 1º São entendidos como salário, para efeitos do previsto no *caput*, o abono de férias, o décimo terceiro salário, as gratificações, os prêmios e demais verbas inclusas no contrato de trabalho.

§ 2º A mora contumaz será considerada também pelo não recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias.

§ 3º Sempre que a rescisão se operar pela aplicação do disposto no *caput* deste artigo, a multa rescisória a favor do atleta será conhecida pela aplicação do disposto no art. 479 da CLT. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 4º (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003 e vetado)



Art. 32. É lícito ao atleta profissional recusar competir por entidade de prática desportiva quando seus salários, no todo ou em parte, estiverem atrasados em dois ou mais meses;

Art. 33. Cabe à entidade nacional de administração do desporto que registrar o contrato de trabalho profissional fornecer a condição de jogo para as entidades de prática desportiva, mediante a prova de notificação do pedido de rescisão unilateral firmado pelo atleta ou documento do empregador no mesmo sentido, desde que acompanhado da prova de pagamento da cláusula penal nos termos do art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 34. São deveres da entidade de prática desportiva empregadora, em especial: (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

I - registrar o contrato de trabalho do atleta profissional na entidade de administração nacional da respectiva modalidade desportiva; (Inciso Incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

II - proporcionar aos atletas profissionais as condições necessárias à participação nas competições desportivas, treinos e outras atividades preparatórias ou instrumentais; (Inciso Incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

III - submeter os atletas profissionais aos exames médicos e clínicos necessários à prática desportiva. (Inciso Incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 35. São deveres do atleta profissional, em especial: (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

I - participar dos jogos, treinos, estágios e outras sessões preparatórias de competições com a aplicação e dedicação correspondentes às suas condições psicofísicas e técnicas; (Inciso Incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

II - preservar as condições físicas que lhes permitam participar das competições desportivas, submetendo-se aos exames médicos e tratamentos clínicos necessários à prática desportiva; (Inciso Incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

III - exercer a atividade desportiva profissional de acordo com as regras da respectiva modalidade desportiva e as normas que regem a disciplina e a ética desportivas. (Inciso Incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 36. (Revogado pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 37 (Revogado pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 38. Qualquer cessão ou transferência de atleta profissional ou não-profissional depende de sua formal e expressa anuência. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 39. A transferência do atleta profissional de uma entidade de prática desportiva para outra do mesmo gênero poderá ser temporária (contrato de empréstimo) e o novo contrato celebrado deverá ser por período igual ou menor que o anterior, ficando o atleta sujeito à cláusula de retorno à entidade de prática desportiva cedente, vigorando no retorno o antigo contrato, quando for o caso.

Art. 40. Na cessão ou transferência de atleta profissional para entidade de prática desportiva estrangeira observar-se-ão as instruções expedidas pela entidade nacional de título.

§ 1º As condições para transferência do atleta profissional para o exterior deverão integrar obrigatoriamente os contratos de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva brasileira que o contratou. (Renumerado pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 2º Se a entidade de prática desportiva cedente de atleta profissional para entidade de prática desportiva estrangeira tiver sido cessionária do atleta, no prazo inferior a doze meses, em transferência definitiva ou empréstimo, oneroso ou gratuito, para qualquer outra entidade de prática desportiva, será caracterizada como entidade repassadora, fazendo jus a vinte e cinco por cento do valor pactuado para

a cessão ou transferência internacional, ficando a entidade formadora com direito de receber setenta e cinco por cento do valor pago pela entidade estrangeira, desde que a entidade formadora do atleta não tenha sido previamente indenizada. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

Art. 41. A participação de atletas profissionais em seleções será estabelecida na forma como acordarem a entidade de administração convocante e a entidade de prática desportiva cedente.

§ 1º A entidade convocadora indenizará a cedente dos encargos previstos no contrato de trabalho, pelo período em que durar a convocação do atleta, sem prejuízo de eventuais ajustes celebrados entre este e a entidade convocadora.

§ 2º O período de convocação estender-se-á até a reintegração do atleta à entidade que o cedeu, apto a exercer sua atividade.

Art. 42. Às entidades de prática desportiva pertence o direito de negociar, autorizar e proibir a fixação, a transmissão ou retransmissão de imagem de espetáculo ou eventos desportivos de que participem.

§ 1º Salvo convenção em contrário, vinte por cento do preço total da autorização, como mínimo, será distribuído, em partes iguais, aos atletas profissionais participantes do espetáculo ou evento.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a flagrantes de espetáculo ou evento desportivo para fins, exclusivamente, jornalísticos ou educativos, cuja duração, no conjunto, não exceda de três por cento do total do tempo previsto para o espetáculo.

§ 3º O espectador pagante, por qualquer meio, de espetáculo ou evento desportivo equipara-se, para todos os efeitos legais, ao consumidor, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 43. É vedada a participação em competições desportivas profissionais de atletas não-profissionais com idade superior a vinte anos. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 44. É vedada a prática do profissionalismo, em qualquer modalidade, quando se tratar de:

- I - desporto educacional, seja nos estabelecimentos escolares de 1º e 2º graus ou superiores;
- II - desporto militar;
- III - menores até a idade de dezesseis anos completos.

Art. 45. As entidades de prática desportiva são obrigadas a contratar seguro de acidentes de trabalho para atletas profissionais a ela vinculados, com o objetivo de cobrir os riscos a que eles estão sujeitos. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Parágrafo único. A importância segurada deve garantir direito a uma indenização mínima correspondente ao valor total anual da remuneração ajustada no caso dos atletas profissionais. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 46. A presença de atleta de nacionalidade estrangeira, com visto temporário de trabalho previsto no inciso V do art. 13 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, como integrante da equipe de competição da entidade de prática desportiva, caracteriza para os termos desta Lei, a prática desportiva profissional, tornando obrigatório o enquadramento previsto no caput do art. 27.

§ 1º É vedada a participação de atleta de nacionalidade estrangeira como integrante de equipe de competição de entidade de prática desportiva nacional nos campeonatos oficiais, quando o visto de trabalho temporário expedido pelo Ministério do Trabalho recair no inciso III do art. 13 da Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980.

§ 2º A entidade de administração do desporto será obrigada a exigir da entidade de prática desportiva o comprovante do visto de trabalho do atleta de nacionalidade estrangeira fornecido pelo Ministério do Trabalho, sob pena de cancelamento da inscrição desportiva.

Art. 46-A. As ligas desportivas, as entidades de administração de desporto e as de prática desportiva envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, ficam obrigadas a: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - elaborar e publicar, até o último dia útil do mês de abril, suas demonstrações financeiras na forma definida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, após terem sido auditadas por auditores independentes; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - apresentar suas contas juntamente com os relatórios da auditoria de que trata o inciso I ao Conselho Nacional do Esporte - CNE, sempre que forem beneficiárias de recursos públicos, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 1º Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação tributária, trabalhista, previdenciária, cambial, e das conseqüentes responsabilidades civil e penal, a infringência a este artigo implicará: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - para as entidades de administração do desporto e ligas desportivas, a inelegibilidade, por dez anos, de seus dirigentes para o desempenho de cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação, em quaisquer das entidades ou órgãos referidos no parágrafo único do art. 13 desta Lei; (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - para as entidades de prática desportiva, a inelegibilidade, por cinco anos, de seus dirigentes para cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação em qualquer entidade ou empresa direta ou indiretamente vinculada às competições profissionais da respectiva modalidade desportiva. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 2º As entidades que violarem o disposto neste artigo ficam ainda sujeitas: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - ao afastamento de seus dirigentes; e (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - à nulidade de todos os atos praticados por seus dirigentes em nome da entidade após a prática da infração. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 3º Os dirigentes de que trata o § 2º serão sempre: (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

I - o presidente da entidade, ou aquele que lhe faça as vezes; e (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

II - o dirigente que praticou a infração ainda que por omissão. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 4º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

## **CAPÍTULO VI DA ORDEM DESPORTIVA**

Art. 47. No âmbito de suas atribuições, os Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros e as entidades nacionais de administração do desporto têm competência para decidir, de ofício ou quando lhes forem submetidas pelos seus filiados, as questões relativas ao cumprimento das normas e regras de prática desportiva.

Art. 48. Com o objetivo de manter a ordem desportiva, o respeito aos atos emanados de seus poderes internos, poderão ser aplicadas, pelas entidades de administração do desporto e de prática desportiva, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - censura escrita;

III - multa;

IV - suspensão;

V - desfiliação ou desvinculação.

§ 1º A aplicação das sanções previstas neste artigo não prescinde do processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º As penalidades de que tratam os incisos IV e V deste artigo somente poderão ser aplicadas após decisão definitiva da Justiça Desportiva.

## CAPÍTULO VII DA JUSTIÇA DESPORTIVA

Art. 49. A Justiça Desportiva a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 217 da Constituição Federal e o art. 33 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, regula-se pelas disposições deste Capítulo.

Art. 50. A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas em códigos desportivos, facultando-se às ligas constituir seus próprios órgãos judicantes desportivos, com atuação restrita às suas competições. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003)

§ 1º As transgressões relativas à disciplina e às competições desportivas sujeitam o infrator a:

- I - advertência;
- II - eliminação;
- III - exclusão de campeonato ou torneio;
- IV - indenização;
- V - interdição de praça de desportos;
- VI - multa;
- VII - perda do mando do campo;
- VIII - perda de pontos;
- IX - perda de renda;
- X - suspensão por partida;
- XI - suspensão por prazo.

§ 2º As penas disciplinares não serão aplicadas aos menores de quatorze anos.

§ 3º As penas pecuniárias não serão aplicadas a atletas não-profissionais.

§ 4º Compete às entidades de administração do desporto promover o custeio do funcionamento dos órgãos da Justiça Desportiva que funcionem junto a si. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 51. O disposto nesta Lei sobre Justiça Desportiva não se aplica aos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros.

Art. 52. Os órgãos integrantes da Justiça Desportiva são autônomos e independentes das entidades de administração do desporto de cada sistema, compondo-se do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, funcionando junto às entidades nacionais de administração do desporto; dos Tribunais de Justiça Desportiva, funcionando junto às entidades regionais da administração do desporto, e das Comissões Disciplinares, com competência para processar e julgar as questões previstas nos Códigos de Justiça Desportiva, sempre assegurados a ampla defesa e o contraditório. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 1º Sem prejuízo do disposto neste artigo, as decisões finais dos Tribunais de Justiça Desportiva são impugnáveis nos termos gerais do direito, respeitados os pressupostos processuais estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 217 da Constituição Federal.

§ 2º O recurso ao Poder Judiciário não prejudicará os efeitos desportivos validamente produzidos em consequência da decisão proferida pelos Tribunais de Justiça Desportiva.

Art. 53. Junto ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva, para julgamento envolvendo competições interestaduais ou nacionais, e aos Tribunais de Justiça Desportiva, funcionarão tantas Comissões Disciplinares quantas se fizerem necessárias, compostas cada qual de cinco membros que não pertençam aos referidos órgãos judicantes e que por estes serão indicados. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 1º (VETADO)

§ 2º A Comissão Disciplinar aplicará sanções em procedimento sumário, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

§ 3º Das decisões da Comissão Disciplinar caberá recurso ao Tribunal de Justiça Desportiva e deste ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva, nas hipóteses previstas nos respectivos Códigos de Justiça Desportiva. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 4º O recurso ao qual se refere o parágrafo anterior será recebido e processado com efeito suspensivo quando a penalidade exceder de duas partidas consecutivas ou quinze dias.

Art. 54. O membro do Tribunal de Justiça Desportiva exerce função considerada de relevante interesse público e, sendo servidor público, terá abonadas suas faltas, computando-se como de efetivo exercício a participação nas respectivas sessões.

Art. 55. O Superior Tribunal de Justiça Desportiva e os Tribunais de Justiça Desportiva serão compostos por nove membros, sendo: (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

I - dois indicados pela entidade de administração do desporto; (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

II - dois indicados pelas entidades de prática desportiva que participem de competições oficiais da divisão principal; (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

III - dois advogados com notório saber jurídico desportivo, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil; (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

IV - um representante dos árbitros, por estes indicado; (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

V - dois representantes dos atletas, por estes indicados. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 1º (Revogado). (Revogado pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 2º O mandato dos membros dos Tribunais de Justiça Desportiva terá duração máxima de quatro anos, permitida apenas uma recondução. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 3º É vedado aos dirigentes desportivos das entidades de administração e das entidades de prática o exercício de cargo ou função na Justiça Desportiva, exceção feita aos membros dos conselhos deliberativos das entidades de prática desportiva. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 4º Os membros dos Tribunais de Justiça Desportiva poderão ser bacharéis em Direito ou pessoas de notório saber jurídico, e de conduta ilibada. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

## **CAPÍTULO VIII DOS RECURSOS PARA O DESPORTO**

Art. 56. Os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:

I - fundos desportivos;

II - receitas oriundas de concursos de prognósticos;

III - doações, patrocínios e legados;

IV - prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados nos prazos regulamentares;

V - incentivos fiscais previstos em lei;

VI - dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios. (Inciso incluído pela Lei nº 10.264, de 16.7.2001)

VII - outras fontes. (Inciso renumerado pela Lei nº 10.264, de 16.7.2001)

§ 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do caput, oitenta e cinco por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.264, de 16.7.2001)

§ 2º Dos totais de recursos correspondentes aos percentuais referidos no § 1º, dez por cento deverão ser investidos em desporto escolar e cinco por cento, em desporto universitário.(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.264, de 16.7.2001)

§ 3º Os recursos a que se refere o inciso VI do caput:(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.264, de 16.7.2001)

I – constituem receitas próprias dos beneficiários, que os receberão diretamente da Caixa Econômica Federal, no prazo de dez dias úteis a contar da data de ocorrência de cada sorteio;(Inciso incluído pela Lei nº 10.264, de 16.7.2001)

II – serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos.(Inciso incluído pela Lei nº 10.264, de 16.7.2001)

§ 4º Dos programas e projetos referidos no inciso II do § 3º será dada ciência aos Ministérios da Educação e do Esporte e Turismo.(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.264, de 16.7.2001)

§ 5º Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro em decorrência desta Lei.(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.264, de 16.7.2001)

Art. 57. Constituirão recursos para a assistência social e educacional aos atletas profissionais, ex-atletas e aos em formação, recolhidos diretamente para a Federação das Associações de Atletas Profissionais – FAAP: (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

I - um por cento do contrato do atleta profissional pertencente ao Sistema Brasileiro do Desporto, devido e recolhido pela entidade contratante; (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

II - um por cento do valor da cláusula penal, nos casos de transferências nacionais e internacionais, a ser pago pelo atleta; (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

III - um por cento da arrecadação proveniente das competições organizadas pelas entidades nacionais de administração do desporto profissional; (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

IV - penalidades disciplinares pecuniárias aplicadas aos atletas profissionais pelas entidades de prática desportiva, pelas de administração do desporto ou pelos órgãos da Justiça Desportiva. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

(Parágrafo único) (Vide Medida Provisória nº 39, de 14.6.2002)

Art. 58. (VETADO)

## **CAPÍTULO IX DO BINGO**

Capítulo Revogado pelo artigo 2º da Lei 9.981/2000

## **CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 82. Os dirigentes, unidades ou órgãos de entidades de administração do desporto, inscritas ou não no registro de comércio, não exercem função delegada pelo Poder Público, nem são consideradas autoridades públicas para os efeitos desta Lei.

Art. 83. As entidades desportivas internacionais com sede permanente ou temporária no País receberão dos poderes públicos o mesmo tratamento dispensado às entidades nacionais de administração do desporto.

Art. 84. Será considerado como efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período em que o atleta servidor público civil ou militar, da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou

fundacional, estiver convocado para integrar representação nacional em treinamento ou competição desportiva no País ou no exterior. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 1º O período de convocação será definido pela entidade nacional da administração da respectiva modalidade desportiva, cabendo a esta ou aos Comitês Olímpico ou Paraolímpico Brasileiros fazer a devida comunicação e solicitar ao INDESP a competente liberação do afastamento do atleta ou dirigente. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos profissionais especializados e dirigentes, quando indispensáveis à composição da delegação.

Art. 84-A. Todos os jogos das seleções brasileiras de futebol, em competições oficiais, deverão ser exibidos, pelo menos, em uma rede nacional de televisão aberta, com transmissão ao vivo, inclusive para as cidades brasileiras nas quais os mesmos estejam sendo realizados. (Artigo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Parágrafo único. As empresas de televisão de comum acordo, ou por rodízio, ou por arbitramento, resolverão como cumprir o disposto neste artigo, caso nenhuma delas se interesse pela transmissão. O órgão competente fará o arbitramento. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 85. Os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as instituições de ensino superior, definirão normas específicas para verificação do rendimento e o controle de frequência dos estudantes que integrarem representação desportiva nacional, de forma a harmonizar a atividade desportiva com os interesses relacionados ao aproveitamento e à promoção escolar.

Art. 86. É instituído o Dia do Desporto, a ser comemorado no dia 23 de junho, Dia Mundial do Desporto Olímpico.

Art. 87. A denominação e os símbolos de entidade de administração do desporto ou prática desportiva, bem como o nome ou apelido desportivo do atleta profissional, são de propriedade exclusiva dos mesmos, contando com a proteção legal, válida para todo o território nacional, por tempo indeterminado, sem necessidade de registro ou averbação no órgão competente.

Parágrafo único. A garantia legal outorgada às entidades e aos atletas referidos neste artigo permite-lhes o uso comercial de sua denominação, símbolos, nomes e apelidos.

Art. 88. Os árbitros e auxiliares de arbitragem poderão constituir entidades nacionais e estaduais, por modalidade desportiva ou grupo de modalidades, objetivando o recrutamento, a formação e a prestação de serviços às entidades de administração do desporto.

Parágrafo único. Independentemente da constituição de sociedade ou entidades, os árbitros e seus auxiliares não terão qualquer vínculo empregatício com as entidades desportivas diretivas onde atuarem, e sua remuneração como autônomos exonera tais entidades de quaisquer outras responsabilidades trabalhistas, securitárias e previdenciárias.

Art. 89. Em campeonatos ou torneios regulares com mais de uma divisão, as entidades de administração do desporto determinarão em seus regulamentos o princípio do acesso e do descenso, observado sempre o critério técnico.

Art. 90. É vedado aos administradores e membros de conselho fiscal de entidade de prática desportiva o exercício de cargo ou função em entidade de administração do desporto.

Art. 90-A. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003 e vetado)

Art. 90-B. (Incluído pela Lei nº 10.672, de 15.5.2003 e vetado)



## CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 91. Até a edição dos Códigos da Justiça dos Desportos Profissionais e Não-Profissionais continuam em vigor os atuais Códigos, com as alterações constantes desta Lei.

Art. 92. Os atuais atletas profissionais de futebol, de qualquer idade, que, na data de entrada em vigor desta Lei, estiverem com passe livre, permanecerão nesta situação, e a rescisão de seus contratos de trabalho dar-se-á nos termos dos arts. 479 e 480 da C.L.T.

Art. 93. O disposto no art. 28, § 2º, desta Lei somente produzirá efeitos jurídicos a partir de 26 de março de 2001, respeitados os direitos adquiridos decorrentes dos contratos de trabalho e vínculos desportivos de atletas profissionais pactuados com base na legislação anterior. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Parágrafo único. (VETADO) (Parágrafo incluído e vetado pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 94. Os artigos 27, 27-A, 28, 29, 30, 39, 43, 45 e o § 1º do art. 41 desta Lei serão obrigatórios exclusivamente para atletas e entidades de prática profissional da modalidade de futebol. (Redação dada pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Parágrafo único. É facultado às demais modalidades desportivas adotar os preceitos constantes dos dispositivos referidos no *caput* deste artigo. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 94-A. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, inclusive a distribuição dos recursos, gradação das multas e os procedimentos de sua aplicação. (Artigo incluído pela Lei nº 9.981, de 14.7.2000)

Art. 95. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 96. São revogados, a partir da vigência do disposto no § 2º do art. 28 desta Lei, os incisos II e V e os §§ 1º e 3º do art. 3º, os arts. 4º, 6º, 11 e 13, o § 2º do art. 15, o parágrafo único do art. 16 e os arts. 23 e 26 da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; são revogadas, a partir da data de publicação desta Lei, as Leis nºs 8.672, de 6 de julho de 1993, e 8.946, de 5 de dezembro de 1994.

Brasília, 24 de março de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Iris Rezende*

*Pedro Malan*

*Paulo Renato Souza*

*Paulo Paiva*

*Reinhold Stephanes*

*Edson Arantes do Nascimento*

*Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.3.1998*



## **ANEXO 4 – DECRETO 2.574 DE 29 DE ABRIL DE 1998**

Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998,

**DECRETA:**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º O desporto brasileiro abrange práticas formais e não-formais e obedece às normas gerais da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

### **CAPÍTULO II DA NATUREZA E DAS FINALIDADES DO DESPORTO**

Art. 2º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente; e

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei nº 9.615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Art. 3º O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta maior de dezoito anos e a entidade de prática desportiva empregadora que o mantiver sob qualquer forma de vínculo;

II - de modo não-profissional, compreendendo o desporto:

a) semiprofissional, expresso em contrato próprio e específico de estágio, com atletas entre quatorze e dezoito anos de idade e pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho;

b) amador, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais para atletas de qualquer idade.

### **CAPÍTULO III DO PLANO NACIONAL DO DESPORTO**

Art. 4º Cumpre ao Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP elaborar o Plano Nacional do Desporto e exercer o papel do Estado no fomento do desporto brasileiro.

Parágrafo único. O Plano Nacional do Desporto será proposto após ouvido o Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro - CDDB, observado o disposto no art. 217 da Constituição Federal.

## **CAPÍTULO IV DO SISTEMA BRASILEIRO DO DESPORTO**

### **SEÇÃO I**

#### **Da Composição e dos Objetivos**

Art. 5º O Sistema Brasileiro do Desporto compreende:

I - o Gabinete do titular do Ministério a que estiver vinculado o INDESP;

II - o INDESP;

III - o CDDB; e

IV - o sistema nacional do desporto e os sistemas de desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, integrados por vínculos de natureza técnica específicos de cada modalidade desportiva.

§ 1º O Sistema Brasileiro do Desporto tem por objetivo garantir a prática desportiva regular e melhorar-lhe o padrão de qualidade.

§ 2º Poderão ser incluídas no Sistema Brasileiro do Desporto as pessoas jurídicas que desenvolvam práticas não-formais, promovam a cultura e as ciências do desporto e formem e aprimorem especialistas.

§ 3º É admitida, em cada sistema do desporto, a constituição de subsistemas para segmentos da sociedade, com finalidade e organização específicas, mantidas a unidade e a coerência do sistema em que se inserem.

### **SEÇÃO II**

#### **Do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP**

Art. 6º O INDESP é uma autarquia federal com a finalidade de promover e desenvolver a prática do desporto e exercer outras competências específicas que lhe são atribuídas pela Lei nº 9.615, de 1998, e por este Decreto.

§ 1º O INDESP disporá, em sua estrutura básica, de uma Diretoria integrada por um presidente e quatro diretores, todos nomeados pelo Presidente da República.

§ 2º As competências dos órgãos que integram a estrutura regimental do INDESP serão fixadas em seu regimento interno.

§ 3º O INDESP expedirá instruções e desenvolverá ações para o cumprimento do disposto no inciso IV do art. 217 da Constituição Federal e elaborará o projeto de fomento da prática desportiva para pessoas portadoras de deficiência.

§ 4º Caberá ao INDESP registrar os técnicos e treinadores desportivos habilitados na forma da lei e expedir os correspondentes certificados de registro.

Art. 7º Constituem recursos do INDESP:

I - receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;

II - adicional de quatro e meio por cento incidente sobre cada bilhete, permitido o arredondamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos a que se refere o Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, destinado ao cumprimento do disposto no art. 10 deste Decreto;

III - doações, legados e patrocínios;

IV - prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, não reclamados; e

V - outras fontes.

§ 1º O valor do adicional previsto no inciso II deste artigo não será computado no montante da arrecadação das apostas para fins de cálculo de prêmios, rateios, tributos de qualquer natureza ou taxas de administração.

§ 2º Do adicional de quatro e meio por cento de que trata o inciso II deste artigo, um terço será repassado às Secretarias de Esportes dos Estados e do Distrito Federal, ou, na inexistência destas,

a órgãos que tenham atribuições semelhantes na área do desporto, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada Unidade da Federação para aplicação segundo o disposto no art. 10 deste Decreto.

§ 3º Trimestralmente, a Caixa Econômica Federal - CEF apresentará balancete ao INDESP, com o resultado da receita proveniente do adicional mencionado neste artigo.

§ 4º As receitas que constituem recursos do INDESP, previstas nos incisos I, II e IV do art. 6º da Lei nº 9.615, de 1998, serão recolhidas da seguinte forma:

I - a CEF transferirá ao Tesouro Nacional, até o terceiro dia útil seguinte aos sorteios dos respectivos concursos de prognósticos, as receitas de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo;

II - a CEF transferirá ao Tesouro Nacional a receita de que trata o inciso IV do caput deste artigo, até o terceiro dia útil seguinte ao prazo final legalmente estabelecido para reclamados prêmios dos concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal; e

III - o Tesouro Nacional transferirá ao INDESP, até dez dias após o seu recolhimento, as receitas mencionadas neste artigo.

§ 5º O INDESP poderá, após o cumprimento do cronograma mensal de desembolso dos recursos destinados aos seus projetos e atividades, aplicar os saldos de Caixa em Títulos Públicos, destinando os recursos resultantes do investimento ao fomento do desporto.

§ 6º A renda líquida total mencionada no art. 9º da Lei nº 9.615, de 1998, corresponde à diferença entre o valor da arrecadação do concurso e à soma das parcelas destinadas à Seguridade Social, à CEF, aos clubes brasileiros incluídos no teste e ao pagamento dos prêmios e do imposto de renda.

Art. 8º Os recursos do INDESP terão a seguinte destinação:

I - desporto educacional;

II - desporto de rendimento, nos casos de participações de entidades nacionais de administração do desporto em competições internacionais, bem como em competições brasileiras dos desportos de criação nacional;

III - desporto de criação nacional;

IV - capacitação de recursos humanos:

a) cientistas desportivos;

b) professores de educação física;

c) técnicos e treinadores de desporto;

V - apoio a projeto de pesquisa, documentação e informação;

VI - construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas;

VII - apoio supletivo ao sistema de assistência ao atleta profissional com a finalidade de promover sua adaptação ao mercado de trabalho quando deixar a atividade; e

VIII - apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo único. O apoio supletivo de que trata o inciso VII deste artigo somente será autorizado mediante a comprovação da captação e utilização das verbas oriundas das dotações outorgadas pelo art. 57 da Lei nº 9.615, de 1998, havendo disponibilidade orçamentária e financeira, e após o atendimento das prioridades fixadas na Constituição.

Art. 9º A arrecadação obtida em cada teste da loteria Esportiva Federal terá a seguinte destinação:

I - quarenta e cinco por cento para pagamento dos prêmios, incluindo o valor correspondente ao imposto sobre a renda;

II - vinte por cento para a CEF, destinados ao custeio total da administração dos recursos e prognósticos desportivos;

III - dez por cento para pagamento, em parcelas iguais, às entidades de práticas desportivas constantes do teste, pelo uso de suas denominações, marcas e símbolos; e

IV - quinze por cento para o INDESP.

Parágrafo único. Os dez por cento restantes do total da arrecadação serão destinados à

## Seguridade Social.

Art. 10. Anualmente, a renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB, para treinamento e competições preparatórias das equipes olímpicas nacionais.

§ 1º Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Pan-Americanos, a renda líquida de um segundo teste da Loteria Esportiva Federal será destinada ao COB, para o atendimento da participação de delegações nacionais nesses eventos.

§ 2º Ao Comitê Paraolímpico Brasileiro serão concedidas as rendas líquidas de testes da Loteria Esportiva Federal nas mesmas condições estabelecidas neste artigo para o COB.

Art. 11. Os recursos financeiros correspondentes às destinações previstas no inciso III do art. 8º e no art. 9º da Lei nº 9.615, de 1998, constituem receitas próprias dos beneficiários que lhes serão entregues diretamente pela CEF, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

## SEÇÃO III

### Do Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro - CDDB

Art. 12. O CDDB é órgão colegiado de deliberação e assessoramento, diretamente subordinado ao Gabinete do titular do Ministério a que estiver vinculado o INDESP, cabendo-lhe:

- I - zelar pela aplicação dos princípios e preceitos da Lei nº 9.615, de 1998;
- II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto;
- III - emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais;
- IV - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do INDESP;
- V - exercer outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva;
- VI - aprovar os Códigos da Justiça Desportiva; e
- VII - expedir diretrizes para o controle de substâncias e métodos proibidos na prática desportiva, ouvidos o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça, por intermédio de seus órgãos especializados.

Art. 13. O CDDB será composto pelo titular do Ministério a que estiver vinculado o INDESP, que o presidirá, e pelos seguintes membros, designados pelo Presidente da República:

- I - o Presidente do INDESP;
- II - um representante do COB;
- III - um representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro; e
- IV - sete representantes indicados pelo titular do Ministério a que estiver vinculado o INDESP.

Art. 14. Os membros do CDDB exercem função considerada de relevante interesse público e os que sejam servidores públicos federais terão abonadas suas faltas, quando de sua participação nas respectivas sessões.

§ 1º O mandato dos membros do CDDB, previstos nos incisos II, III e IV do art. 13 deste Decreto, será de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º Os membros do CDDB terão direito a passagens e diárias para comparecimento às reuniões do colegiado.

Art. 15. O titular do Ministério a que estiver vinculado o INDESP aprovará o regimento do CDDB.

Art. 16. O INDESP dará apoio técnico e administrativo ao CDDB.

## SEÇÃO IV

### Do Sistema Nacional do Desporto

Art. 17. O Sistema Nacional do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento.

Parágrafo único. O Sistema Nacional do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normalização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente:

- I - o COB;
- II - o Comitê Paraolímpico Brasileiro;
- III - as entidades nacionais de administração do desporto;
- IV - as entidades regionais de administração do desporto;
- V - as ligas regionais e nacionais; e
- VI - as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores.

Art. 18. O COB, o Comitê Paraolímpico Brasileiro e as entidades nacionais de administração do desporto que lhes são filiadas ou vinculadas constituem subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto, ao qual se aplicará a prioridade prevista no inciso II do art. 217 da Constituição Federal, desde que seus estatutos obedeçam integralmente à Constituição Federal e às leis vigentes no País.

Art. 19. Ao COB, entidade jurídica de direito privado, compete representar o País nos eventos olímpicos, pan-americanos e outros de igual natureza, no Comitê Olímpico Internacional e nos movimentos olímpicos internacionais, e fomentar o movimento olímpico no território nacional, em conformidade com as disposições da Constituição Federal, bem como com as disposições estatutárias e regulamentares do Comitê Olímpico Internacional e da Carta Olímpica.

§ 1º Caberá ao COB representar o olimpismo brasileiro junto aos poderes públicos.

§ 2º É privativo do COB o uso da bandeira e dos símbolos, lemas e hinos de cada comitê, em território nacional.

§ 3º Ao COB são concedidos os direitos e benefícios conferidos em lei às entidades nacionais de administração do desporto.

§ 4º São vedados o registro e o uso para qualquer fim de sinal que integre o símbolo olímpico ou que o contenha, bem como o hino e os lemas olímpicos, exceto mediante prévia autorização do COB.

§ 5º Aplicam-se ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, no que couber, as disposições previstas neste artigo.

Art. 20. As entidades de prática desportiva e as entidades nacionais de administração do desporto, bem como as ligas de que trata o art. 20 da Lei nº 9.615, de 1998, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, e terão as competências definidas em seus estatutos.

§ 1º As entidades nacionais de administração do desporto poderão filiar-se, nos termos de seus estatutos, a entidades regionais de administração e entidades de prática desportiva.

§ 2º As ligas poderão, a seu critério, filiar-se ou vincular-se a entidades nacionais de administração do desporto, vedado a estas, sob qualquer pretexto, exigir tal filiação ou vinculação.

§ 3º É facultada a filiação direta de atletas nos termos previstos nos estatutos das respectivas entidades de administração do desporto.

§ 4º Aplicam-se às ligas de que trata o art. 20 da Lei nº 9.615, de 1998, no que couber, os dispositivos relativos às entidades de administração do desporto, constantes do referido diploma legal, bem como as normas contidas neste Decreto.

Art. 21. Somente serão beneficiadas com isenções fiscais e repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta, nos termos do inciso II do art. 217 da Constituição Federal, as entidades do Sistema Nacional do Desporto que:

- I - possuírem viabilidade e autonomia financeiras;
- II - apresentarem manifestação favorável do COB ou do Comitê Paraolímpico Brasileiro, nos casos de suas filiadas e vinculadas;
- III - estiverem quites com suas obrigações fiscais e trabalhistas; e
- IV - atendam aos demais requisitos estabelecidos em lei.

Parágrafo único. A verificação do cumprimento das exigências contidas nos incisos I e II é de responsabilidade do INDESP, e das contidas nos incisos III e IV, do Ministério Público, consoante disposto no parágrafo único do art. 18 da Lei nº 9.615, de 1998.

Art. 22. As entidades de prática desportiva participantes de competições do Sistema Nacional do Desporto poderão, livremente, organizar ligas regionais ou nacionais.

§ 1º As entidades de prática desportiva que organizarem ligas, na forma do caput deste artigo, comunicarão a criação destas às entidades nacionais de administração do desporto das respectivas modalidades.

§ 2º As ligas integrarão os sistemas das entidades nacionais de administração do desporto que incluírem suas competições nos respectivos calendários anuais de eventos oficiais.

§ 3º Na hipótese prevista no caput deste artigo, é facultado às entidades de prática desportiva e aos atletas participarem, também, de campeonatos nas entidades de administrativa do desporto a que estiverem filiadas.

§ 4º É vedada qualquer intervenção das entidades de administração do desporto nas ligas que se mantiverem independentes.

Art. 23. As entidades de prática desportiva poderão filiar-se, em cada modalidade, à entidade de administração do desporto do Sistema Nacional do Desporto, bem como à correspondente entidade de administração do desporto de um dos sistemas regionais.

Art. 24. Os processos eleitorais assegurarão:

- I - colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos;
- II - defesa prévia, em caso de impugnação, do direito de participar da eleição;
- III - eleição convocada mediante edital publicado em órgão da imprensa de grande circulação, por três vezes consecutivas;
- IV - sistema de recolhimento dos votos imune à fraude; e
- V - acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de comunicação.

Parágrafo único. Na hipótese da adoção de critério diferenciado de valoração dos votos, este não poderá exceder à proporção de um para seis entre o de menor e o de maior valor.

Art. 25. Os estatutos das entidades de administração do desporto, elaborados de conformidade com a Lei nº 9.615, de 1998, deverão obrigatoriamente regulamentar:

- I - a instituição do Tribunal de Justiça Desportiva e a adoção do Código de Justiça Desportiva;
- II - a inelegibilidade de seus dirigentes para desempenho de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação de:
  - a) condenados por crime doloso em sentença definitiva;
  - b) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;
  - c) inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;
  - d) afastados de cargos efetivos ou de confiança de entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;

- e) inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas;
- f) falidos.

Art. 26. As prestações de contas anuais de todas as entidades de administração integrantes do Sistema Nacional do Desporto serão obrigatoriamente submetidas, com parecer dos conselhos fiscais, às respectivas assembleias gerais, para a aprovação final.

Parágrafo único. Todos os integrantes das assembleias gerais terão acesso irrestrito aos documentos, às informações e aos comprovantes de despesa de contas de que trata este artigo.

## **SEÇÃO V**

### **Dos Sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**

Art. 27. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios constituirão seus próprios sistemas, respeitadas as normas estabelecidas na Lei nº 9.615, de 1998, bem como as normas relativas ao processo eleitoral.

§ 1º Aos Municípios é facultado constituir sistemas próprios, observadas as disposições da Lei nº 9.615, de 1998, e as contidas na legislação do respectivo Estado.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que não constituírem e organizarem os sistemas próprios de que tratam o inciso IV do art. 4º e o art. 25 da Lei nº 9.615, de 1998, observarão as normas contidas no referido diploma legal e neste Decreto.

## **CAPÍTULO V**

### **DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL**

Art. 28. Atletas e entidades de prática desportiva são livres para organizar a atividade profissional, qualquer que seja sua modalidade, respeitados os termos da Lei nº 9.615, de 1998.

Art. 29. As atividades relacionadas a competições de atletas profissionais são privativas de:

- I - sociedades civis de fins econômicos;
- II - sociedades comerciais admitidas na legislação em vigor;
- III - entidades de prática desportiva que constituírem sociedade comercial para administração das atividades de que trata este artigo.

§ 1º As entidades referidas nos incisos I, II e III, que infringirem qualquer dispositivo da Lei nº 9.615, de 1998, terão suas atividades suspensas, enquanto perdurar a violação.

§ 2º A suspensão das atividades inabilita a entidade de prática desportiva para a percepção dos benefícios constantes do art. 18 da Lei nº 9.615, de 1998.

Art. 30. A atividade do atleta profissional, de todas as modalidades desportivas, é caracterizada por remuneração pactuada em contrato formal de trabalho firmado com entidade de prática desportiva, pessoa jurídica de direito privado, que deverá conter, obrigatoriamente, cláusula penal para as hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral.

§ 1º Enquanto estiverem vigentes os incisos II e V e os §§ 1º e 3º do art. 3º, os arts. 4º, 6º, 11 e 13, o § 2º do art. 15, o parágrafo único do art. 16 e os arts. 23 e 26 da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, os contratos de trabalho de atletas obedecerão a modelos diferenciados, um para a prática do futebol e outro para a prática de todas as demais modalidades, conforme modelos expedidos pelo INDESP.

§ 2º Os atletas profissionais de futebol, de qualquer idade, que, na data da vigência da Lei nº 9.615, de 1998, tiveram assegurado o direito de passe livre, permanecerão nesta situação, assim como todos os atletas das demais modalidades de prática desportiva, cuja rescisão unilateral de seus contratos de trabalho dar-se-á nos termos dos arts. 479 e 480 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 3º Fica vedado o registro, junto à entidade de administração do desporto da modalidade, do

contrato de trabalho firmado entre o atleta e a entidade de prática desportiva.

§ 4º A entidade de prática desportiva comunicará em impresso padrão, conforme modelo expedido pelo INDESP, à entidade nacional de administração da modalidade a condição profissional assumida pelo atleta.

§ 5º Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da Seguridade Social, ressalvadas as peculiaridades expressas na Lei nº 9.615, de 1998, ou as condições constantes do respectivo contrato de trabalho.

§ 6º O vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais, com o término da vigência do contrato de trabalho.

§ 7º Enquanto estiverem vigentes os incisos II e V e os §§ 1º e 3º do art. 3º, os arts. 4º, 6º, 11 e 13, o § 2º do art. 15, o parágrafo único do art. 16 e os arts. 23 e 26 da Lei nº 6.354, de 1976, a fixação do valor, os critérios e as condições para o pagamento da indenização pelo vínculo desportivo denominado "passe" serão efetuados nos termos da legislação então vigente.

Art. 31. A entidade de prática desportiva formadora de atleta terá o direito de assinar com este o primeiro contrato de profissional, cujo prazo não poderá ser superior a dois anos.

§ 1º Comprova-se a condição de entidade de prática formadora de atleta pela presença de formal contrato de estágio de atleta semiprofissional, firmado entre as partes, com o comprovado cumprimento de um vínculo mínimo igual ou superior a dois anos.

§ 2º A prática desportiva exercida entre o atleta e a entidade de prática desportiva, na categoria de amador com qualquer tempo de duração, ou de semiprofissional com estágio inferior a dois anos, não gera vínculo nem o direito de exercício da preferência na profissionalização.

§ 3º O direito previsto no *caput* deste artigo é indelegável e intransferível, sob qualquer forma ou modalidade.

§ 4º A entidade detentora do primeiro contrato de trabalho do atleta por ela profissionalizado terá direito de preferência para a primeira renovação deste contrato, sendo facultada a cessão deste direito a terceiros, de forma remunerada ou não.

Art. 32. O contrato de trabalho do atleta profissional, celebrado por escrito, conforme modelo expedido pelo INDESP, terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses.

§ 1º Até a entrada em vigor do disposto no § 2º do art. 28 da Lei nº 9.615, de 1998, o prazo máximo do contrato de trabalho de atleta profissional de futebol será de dois anos, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 6.354, de 1976.

§ 2º O prazo máximo dos contratos, de trabalho dos atletas das demais modalidades de prática desportiva será fixado de conformidade com o previsto no art. 445 da CLT.

§ 3º O contrato de trabalho de que trata o *caput* deste artigo, cujo modelo padrão será expedido pelo INDESP, será celebrado em, no mínimo, duas vias, de mesmo teor e forma, destinadas uma para cada parte, e deverá conter obrigatoriamente as seguintes cláusulas e condições:

I - o nome completo das partes contratantes devidamente individualizadas e caracterizadas;

II - o nome da associação empregadora, endereço completo, inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC, modalidade de prática e o nome da entidade de administração filiada;

III - o nome do atleta contratado, apelido desportivo, data de nascimento, filiação, estado civil, endereço completo, número e série da Carteira de Trabalho, do Registro Geral da Cédula de Identidade, do registro junto ao Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda;

IV - o prazo de duração;

V - o valor da remuneração total e a forma de pagamento, que poderá ser semanal, quinzenal ou mensal;

VI - o valor dos prêmios e a forma de pagamento;

VII - o valor das luvas e a forma de pagamento;

VIII - o valor das gratificações e a forma de pagamento;

IX - a carga horária;



X - o regime de concentração, antes de cada competição;

XI - a informação do número da apólice de seguro de acidentes pessoais e de vida, feitos a favor do atleta, contendo o valor do prêmio, a data de vencimento e o nome da companhia de seguros;

XII - vantagens adicionais oferecidas ao atleta; e

XIII - o visto de autorização de trabalho temporário previsto no item V do art. 13 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o passaporte contendo o visto de entrada fornecido pelo Ministério das Relações Exteriores e a RNE da Polícia Federal, quando se tratar de contratos celebrados com atletas de origem estrangeira.

§ 4º O contrato de trabalho de atleta profissional mantido com entidade de prática desportiva terá o seu prazo de vigência suspenso:

I - por acidente do trabalho ou dele decorrente, quando o atleta ficar impossibilitado de exercer a sua atividade;

II - quando a entidade de administração convocadora devolvê-lo à entidade de prática inapto ao exercício da atividade.

§ 5º Quando na devolução do atleta pela entidade convocadora se tornar necessário o uso da perícia médica para atestar o seu estado físico ou clínico, será obrigatoriamente formada uma junta médica composta de três profissionais especialistas na área, sendo que cada parte indicará o seu.

§ 6º O custo com a contratação do perito médico indicado pelo atleta será suportado pela entidade que resultar derrotada na perícia, sendo que, em caso de acordo, cada entidade arcará com cinquenta por cento do custo do profissional contratado pelo atleta.

§ 7º O tempo de suspensão ocorrido nas condições do § 4º será acrescido ao tempo total do contrato de trabalho do atleta, que terá seu término prorrogado no exato número de dias da suspensão de vigência, mantidas todas as demais condições contratuais.

§ 8º Quando a reintegração do atleta, pela entidade de prática, ocorrer nas mesmas condições da convocação, o tempo de duração da convocação do atleta em favor de entidade de administração não suspenderá a vigência do contrato de trabalho mantido com a entidade de prática, sendo considerado como de efetivo exercício, não podendo ser compensado ou prorrogado a esse título.

Art. 33. A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salário de atleta profissional em atraso, no todo, ou em parte, por período igual ou superior a três meses terá o contrato de trabalho daquele atleta rescindido, ficando ele livre para se transferir para qualquer outra agremiação de mesma modalidade, nacional ou internacional, e exigir a multa rescisória e os haveres devidos.

§ 1º São entendidos como salário, para efeitos do previsto no caput, o abono de férias, o décimo terceiro salário, as gratificações, os prêmios e demais verbas inclusas no contrato de trabalho.

§ 2º A mora contumaz será considerada também pelo não recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias.

§ 3º A certidão positiva fornecida pelas entidades encarregadas da administração da Previdência Social e do FGTS é cabal para a comprovação da mora contumaz.

§ 4º Sempre que a rescisão se operar pela aplicação do disposto no caput, a multa rescisória a favor da parte inocente será conhecida pela aplicação do disposto nos arts. 479 e 480 da CLT.

Art. 34. É lícito ao atleta profissional recusar compelir por entidade de prática desportiva quando seus salários, no todo ou em parte, estiverem atrasados em dois ou mais meses.

§ 1º O atleta ou sua entidade de classe promoverão, por qualquer meio ou processo, a notificação da entidade de prática da decisão de não competir até que seja quitada a mora salarial.

§ 2º O atleta profissional que, durante a vigência do seu primeiro contrato de trabalho ou no seu término, decidir abandonar a prática da modalidade e, posteriormente, a qualquer tempo, retornar à mesma atividade como profissional, continua obrigado a respeitar o direito de preferência de que trata o § 4º do art. 36 da Lei nº 9.615, de 1998.

Art. 35. Independentemente de qualquer outro procedimento, a entidade nacional de

administração do desporto fornecerá condição de jogo ao atleta para outra entidade de prática, nacional ou internacional, mediante prova da notificação do pedido de rescisão unilateral firmado pelo atleta ou por documento do empregador no mesmo sentido, desde que satisfeitas as condições das normas previstas no contrato de trabalho.

Parágrafo único. São meios de notificação:

I - o comprovante de protocolo de petição inicial junto à Justiça do Trabalho, que contiver pedido de rescisão de contrato de trabalho;

II - a notificação extrajudicial devidamente cumprida;

III - o comprovante de homologação da rescisão do contrato de trabalho firmado pela autoridade competente ou sindicato de classe; e

IV - o instrumento de pedido de demissão, informe de dispensa ou rescisão de contrato de trabalho devidamente protocolada pela parte contrária.

Art. 36. A entidade de prática desportiva comunicará em impresso padrão à entidade de administração da modalidade a condição de profissional, semiprofissional ou amador do atleta.

§ 1º A Comunicação oferecida pela entidade de prática deverá observar o mínimo de:

I - nome da entidade de prática desportiva;

II - nome completo e apelido desportivo do atleta;

III - data do nascimento e filiação do atleta;

IV - validade e duração do contrato, com seu início e término, quando se tratar de atleta profissional;

V - validade e duração do contrato, com seu início e término, quando se tratar de contrato de estágio semiprofissional; e

VI - validade da manifestação de vontade, quando se tratar de vínculo desportivo de categoria amadora.

§ 2º A manifestação de vontade de atleta amador é caracterizada pela ficha de registro desportivo, que poderá ser livremente rescindida por qualquer das partes.

Art. 37. Qualquer cessão ou transferência de atleta profissional, na vigência do contrato de trabalho, depende de sua formal e expressa anuência e será isenta de qualquer taxa que venha a ser cobrada pela entidade de administração.

§ 1º A isenção de que trata o *caput* deste artigo compreende todos os atos praticados pela entidade de administração do desporto no tocante ao fornecimento dos documentos de transferência do atleta, mesmo que para entidades do exterior.

§ 2º A recusa em processar a transferência do atleta ou a exigência da cobrança de qualquer taxa, por parte da entidade de administração nacional do desporto, será caracterizada como descumprimento da legislação vigente, acarretando à entidade de administração infratora a inabilitação para a percepção dos benefícios contidos no art. 18 da Lei nº 9.615, de 1998.

Art. 38. A Transferência do atleta profissional de uma entidade de prática desportiva para outra do mesmo gênero poderá ser temporária (contrato de empréstimo) e o novo contrato celebrado deverá ser por período igual ou menor que o anterior, ficando o atleta sujeito à cláusula de retorno à entidade de prática desportiva cedente, vigorando no retorno o antigo contrato, quando for o caso.

§ 1º A Transferência temporária deverá receber expressa anuência do atleta.

§ 2º O contrato de empréstimo não poderá ter duração inferior a três meses.

§ 3º O salário mensal não poderá ser inferior ao do contrato cedido.

§ 4º A entidade de prática desportiva cedente deverá fazer constar, no contrato de cessão, a assunção pela cessionária das responsabilidades cedidas, ficando, contudo, co-obrigada ao pagamento dos valores acordados, em caso de inadimplemento por parte da entidade de prática desportiva cessionária.

§ 5º A cessionária fica ainda obrigada a contratar apólice de seguro de vida e acidentes pessoais, fazendo constar como beneficiária a entidade de prática cedente pelo valor que ficar

acordado entre as partes.

Art. 39. Na cessão ou transferência de atleta profissional para entidade de prática desportiva estrangeira observar-se-ão, no tocante à documentação pertinente, as instruções expedidas pela entidade nacional de administração do desporto.

Parágrafo único. As condições para transferência do atleta profissional para o exterior deverão integrar obrigatoriamente os contratos de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva brasileira contratante.

Art. 40. A participação de atletas profissionais em seleções será estabelecida na forma como acordarem a entidade de administração convocadora e a entidade de prática desportiva cedente.

§ 1º À entidade convocadora indenizará a cedente dos encargos previstos no contrato de trabalho, pelo período em que durar a convocação do atleta, sem prejuízo de eventuais ajustes celebrados entre este e a entidade convocadora.

§ 2º No período que durar a convocação, o contrato de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva permanecerá vigente e inalterado, inclusive nos casos de retorno com inabilitação para a prática desportiva.

§ 3º Quando da convocação do atleta por entidade de administração, a entidade de prática desportiva detentora de contrato de cessão do direito de uso de sua imagem poderá ficar desobrigada do pagamento a esse título, devido no período que durar a convocação, se o atleta convocado estiver com sua imagem desportiva vinculada ao patrocinador da entidade convocante.

§ 4º O valor de parâmetro da indenização prevista no § 3º será comunicada pela entidade de prática desportiva à entidade de administração convocadora, juntamente com o valor do salário mensal do atleta convocado.

§ 5º Sempre que a entidade de administração convocadora exigir o direito de uso da imagem do atleta em favor de seu patrocinador, pagará ao convocado, obrigatoriamente uma retribuição que, no mínimo, deverá ser igual àquela que o atleta perceberia se estivesse a serviço de sua entidade de prática.

§ 6º O atleta convocado receberá os valores contratados a título de direito de imagem, tanto da entidade de administração convocadora quanto da entidade de prática cedente, se no período que durar a convocação as suas imagens continuarem sendo divulgadas pela entidade de prática ou seu patrocinador.

§ 7º Se a entidade de administração convocadora, beneficiária de contrato de patrocínio, subvenção ou outra forma de incentivo não remunerar o atleta convocado pela utilização de sua imagem, este será livre para se recusar a competir, sem sofrer qualquer penalidade.

§ 8º O período de convocação estender-se-á até a reintegração do atleta à entidade que o cedeu, apto a exercer sua atividade.

§ 9º Enquanto perdurar a inabilitação do atleta para o regular exercício de sua atividade profissional, a entidade de administração convocadora continuará a indenizar a entidade de prática cedente dos encargos previstos no contrato de trabalho daquele atleta.

Art. 41. A presença de atleta de nacionalidade estrangeira, com visto temporário de trabalho previsto no inciso V do art. 13 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, como integrante da equipe de competição da entidade de prática desportiva caracteriza, para os termos da Lei nº 9.615, de 1998, a prática desportiva profissional, tomando obrigatório o enquadramento previsto no caput do art. 27 daquela Lei.

§ 1º É vedada a participação de atleta de nacionalidade estrangeira como integrante de equipe de competição de entidade de prática desportiva nacional nos campeonatos oficiais, quando o visto de trabalho temporário expedido pelo Ministério do Trabalho recair no inciso III do art. 13 da Lei 6.815, de 1980.

§ 2º A entidade de administração do desporto será obrigada a exigir da entidade de prática desportiva contratante o comprovante do visto de trabalho do atleta de nacionalidade estrangeira

fornecido pelo Ministério do Trabalho, sob pena de cancelamento do respectivo vínculo desportivo.

§ 3º A entidade de prática desportiva que se utilizar, em competições, torneios ou campeonatos, de atleta estrangeiro em desacordo com o previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo será considerada em situação irregular e os seus resultados na competição não gerarão efeitos desportivos válidos.

§ 4º Comprovada a ilegalidade da participação do atleta estrangeiro em competições, torneios ou campeonatos, por entidade de prática do desporto, esta ficará obrigada a proceder à regularização do visto de trabalho, dentro de quinze dias da ocorrência ou, no mesmo prazo, providenciar o repatriamento do estrangeiro.

§ 5º A inobservância dos preceitos deste artigo por parte da entidade de administração nacional do desporto será caracterizada como descumprimento da legislação vigente, acarretando à entidade de administração infratora a inabilitação para a percepção dos benefícios contidos no art. 18 da Lei nº 9.615, de 1998.

Art. 42. As transações efetuadas entre pessoas naturais ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil, e pessoas naturais ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, relativas à negociação do passe ou contratação de atletas, brasileiros ou estrangeiros, sujeitam-se à cobertura cambial na forma da legislação em vigor e à vedação prevista no art. 10 do Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, independentemente da saída física do atleta do território nacional ou da sua entrada nele.

§ 1º As transações referidas no caput deste artigo devem ser registradas na respectiva entidade nacional de administração de desporto, no prazo máximo de trinta dias, contados da data da celebração dos contratos.

§ 2º O registro conterá no mínimo, as seguintes informações:

- I - descrição da transação e seu valor em moeda estrangeira;
- II - condições de pagamento;
- III - qualificação das pessoas envolvidas na transação, tipo de envolvimento e valor devido a cada uma delas; e
- IV - país, cidade e clube, empresa ou agremiação de procedência e de destino do atleta.

Art. 43. Sujeitam-se, também, à cobertura cambial na forma da legislação em vigor e à vedação prevista no art. 10 do Decreto-Lei nº 9.025, de 1946:

- I - a participação individual de atletas ou de delegações esportivas sob qualquer forma ou denominação em competições ou em exibições no exterior, se brasileiras, e no Brasil, se estrangeiras;
- II - o patrocínio direto ou indireto contratado entre pessoas naturais ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil, e pessoas naturais ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior.

Parágrafo único. A participação em competições ou em exibições e a celebração de contratos de patrocínio devem ser comunicadas à respectiva, entidade nacional de administração de desporto, previamente à realização dos eventos, com indicação dos valores envolvidos, dos recebedores e dos pagadores e das condições de pagamento.

Art. 44. O Banco Central do Brasil adotará as medidas necessárias ao pleno e fiel cumprimento do disposto nos arts. 42 e 43 deste Decreto, sem prejuízo de outras ações na área do desporto relacionadas com sua competência institucional, assegurado amplo acesso à documentação mencionada nos referidos artigos.

Art. 45. A atividade do atleta semiprofissional de futebol é caracterizada pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho, pactuado em contrato formal de estágio firmado com entidade de prática desportiva, pessoa jurídica de direito privado, que deverá conter, obrigatoriamente, cláusula penal para as hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral.

§ 1º Estão compreendidos na categoria dos semiprofissionais os atletas com idade entre quatorze e dezoito anos incompletos.

§ 2º Só poderão participar de competição entre profissionais os atletas semiprofissionais com idade superior a dezesseis anos.

§ 3º Ao completar dezoito anos de idade, o atleta semiprofissional de futebol deverá ser obrigatoriamente profissionalizado, sob pena de, não o fazendo, voltar à condição de amador, ficando impedido de participar em competições entre profissionais.

§ 4º Do disposto neste artigo estão excluídos os desportos individuais e coletivos olímpicos, exceto o futebol de campo.

§ 5º Os atletas que, por força do § 4º, estão excluídos da possibilidade de firmarem o contrato de estágio semiprofissional previsto no caput deste artigo serão considerados amadores e livres de qualquer vínculo, podendo, opcionalmente, firmar contratos de trabalho com entidade de prática desportiva a partir de dezesseis anos de idade.

§ 6º Não se aplicam aos atletas praticantes dos desportos individuais e coletivos olímpicos o direito de referência previsto no art. 34, §§ 1º, 2º e 3º, e no § 4º deste artigo.

§ 7º O contrato de estágio de atleta semiprofissional mantido entre a entidade de prática desportiva e o atleta semiprofissional com idade até dezoito anos deverá obrigatoriamente, incluir:

I - a identificação das partes contratantes;

II - a apresentação do atleta pelo pai ou responsável;

III - a duração;

IV - o elenco de incentivos materiais oferecidos e disponibilizados, devidamente quantificados e valorizados; e

V - apólice de seguro de acidentes pessoais e vida, às expensas da entidade de prática desportiva, com a indicação de beneficiários pelo atleta, tendo como valor mínimo aquele correspondente total dos incentivos materiais contratados.

§ 8º A ausência do seguro nos termos do parágrafo anterior acarretará a entidade de prática desportiva:

I - o imediato rompimento do vínculo contratual de estágio, ficando o atleta livre e desobrigado de qualquer indenização para se transferir para outra agremiação nacional ou estrangeira;

II - o pagamento aos beneficiários indicados pelo atleta do valor constante do inciso V do § 7º deste artigo, em caso de morte, invalidez permanente, ou acidente pessoal que resulte em lesão corporal de natureza grave, nos termos do 1º, incisos I, II e III, do art. 129 do Código Penal brasileiro;

III - incorrerá no previsto no inciso II a entidade de prática do desporto quando da ocorrência de acidentes com os atletas a ela vinculados e que, por força do 5º, estiverem excluídos da possibilidade de firmarem o contrato de estágio semiprofissional previsto no caput deste artigo.

§ 9º O valor da indenização devida pelo atleta semiprofissional à entidade de prática desportiva formadora, pela rescisão antecipada do contrato de estágio, será:

I - no máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para atletas com idade compreendida entre quatorze e dezesseis anos incompletos;

II - no máximo de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) para atletas com idade compreendida entre dezesseis anos e dezessete anos incompletos;

III - no máximo de R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para atletas com idade compreendida entre dezessete anos e dezoito anos incompletos;

§ 10. O contrato de estágio do atleta semiprofissional obedecerá a modelo padrão expedido pelo INDESP.

Art. 46. É vedada a participação em competições desportivas profissionais de atletas amadores de qualquer idade.

Parágrafo único. A presença de atleta de origem estrangeira, na mesma competição, torneio ou campeonato, inscrito por qualquer entidade de prática integrante do sistema, caracteriza a prática do profissionalismo, inabilitando a participação de atletas amadores de qualquer idade e de semiprofissionais menores de dezesseis anos.

Art. 47. É vedada a prática do profissionalismo, em qualquer modalidade, quando se tratar de:

- I - desporto educacional, seja nos estabelecimentos escolares de 1º e 2º graus ou superiores;
- II - desporto militar,
- III - menores até a idade de dezesseis anos completos.

Art. 48. As entidades de prática desportiva serão obrigadas a contratar seguro de acidentes pessoais e do trabalho para os atletas profissionais e semiprofissionais a elas vinculados, com o objetivo de cobrir os riscos a que estão sujeitos.

Parágrafo único. Para os atletas profissionais, o prêmio mínimo de que trata este artigo deverá corresponder à importância total anual da remuneração ajustada, e, para os atletas semiprofissionais, ao total das verbas de incentivos materiais.

Art. 49. Às entidades de prática desportiva pertence o direito de negociar, autorizar e proibir a fixação, a transmissão ou retransmissão de imagem de espetáculo ou eventos desportivos de que participem.

§ 1º Salvo convenção em contrário, vinte por cento do preço total da autorização, como mínimo, será distribuído, em partes iguais, aos atletas profissionais participantes do espetáculo ou evento.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a flagrantes de espetáculo ou evento desportivo para fins, exclusivamente, jornalísticos ou educativos, cuja duração, no conjunto, não exceda de três por cento do total do tempo previsto para o espetáculo.

§ 3º O tempo total previsto para o espetáculo desportivo de que trata o parágrafo anterior é o constante da regra de prática internacional da modalidade, previsto como duração da competição, não podendo, para efeito de cálculo do percentual de três por cento, ser incluídas as prorrogações e outras formas de dilatação do tempo normal de competição.

§ 4º À entidade de administração do desporto e às ligas que patrocinarem espetáculo ou evento desportivo, sem participação direta de entidade de prática desportiva, é assegurado o direito de negociar, autorizar ou proibir a fixação, a transmissão ou retransmissão do espetáculo ou evento.

§ 5º O espectador pagante, por qualquer meio, de espetáculo ou evento desportivo equipara-se, para todos os efeitos legais, ao consumidor, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## CAPÍTULO VI DA ORDEM DESPORTIVA

Art. 50. No âmbito de suas atribuições, os Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros e as entidades nacionais de administração do desporto têm competência para decidir, de ofício ou quando lhes forem submetidas pelos seus filiados, as questões relativas ao cumprimento das normas e regras de prática desportiva.

Art. 51. Com o objetivo de manter a ordem desportiva e o respeito aos atos emanados de seus poderes internos, poderão ser aplicadas, pelas entidades de administração do desporto e de prática desportiva, as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - censura escrita;
- III - multa;
- IV - suspensão;
- V - desfiliação ou desvinculação.

§ 1º A aplicação das sanções previstas neste artigo não prescinde do processo administrativo, em que se assegurem o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º As penalidades de que tratam os incisos IV e V deste artigo somente poderão ser

aplicadas após decisão definitiva da Justiça Desportiva.

## **CAPÍTULO VII DA JUSTIÇA DESPORTIVA**

Art. 52. A Justiça Desportiva a que se referem os arts. 49 a 55 da Lei nº 9.615, de 1998, regula-se pelas disposições deste Capítulo.

Art. 53. A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas em Código Desportivo, que tratará diferentemente a prática profissional e a não-profissional.

§ 1º Ficam excluídas da apreciação do Tribunal de Justiça Desportiva as questões de natureza e matéria trabalhista, entre atletas e entidades de prática desportiva, na forma do disposto no § 1º do art. 217 da Constituição Federal e no caput deste artigo.

§ 2º As transgressões relativas à disciplina e às competições desportivas sujeitam o infrator a:

- I - advertência;
- II - eliminação;
- III - exclusão de campeonato ou torneio;
- IV - indenização;
- V - interdição de praça de desportos;
- VI - multa;
- VII - perda do mando do campo;
- VIII - perda de pontos;
- IX - perda de renda;
- X - suspensão por partida;
- XI - suspensão por prazo.

§ 3º As penas disciplinares não serão aplicadas aos menores de quatorze anos.

§ 4º As penas pecuniárias não serão aplicadas aos atletas amadores e semiprofissionais.

§ 5º As penas pecuniárias e de suspensão por partida ou prazo não poderão ser aplicadas cumulativamente.

§ 6º As penas de suspensão por tempo, aplicadas aos atletas profissionais, que superarem o prazo de vinte e nove dias, deverão, obrigatoriamente, ser transformadas em pena pecuniária, nos termos da codificação a ser editada.

Art. 54. O disposto neste Decreto sobre Justiça Desportiva não se aplica aos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros.

Art. 55. Aos Tribunais de Justiça Desportiva, unidades autônomas e independentes das ligas e das entidades de administração do desporto de cada sistema ou modalidade de prática, compete processar e julgar, em última instância, as questões de descumprimento de normas relativas à disciplina e às competições desportivas.

§ 1º Sem prejuízo do disposto neste artigo, as decisões finais dos Tribunais de Justiça Desportiva são impugnáveis nos termos gerais do direito, respeitados os pressupostos processuais estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 217 da Constituição Federal.

§ 2º O recurso ao Poder Judiciário não prejudicará os efeitos desportivos validamente produzidos em consequência da decisão proferida pelos Tribunais de Justiça Desportiva.

§ 3º O membro do Tribunal de Justiça Desportiva exerce função considerada de relevante interesse público e, sendo servidor público, terá abonadas suas faltas, computando-se como de efetivo exercício a participação nas respectivas sessões.

Art. 56. Os Tribunais de Justiça Desportiva terão como primeira instância a Comissão Disciplinar, integrada por três membros de sua livre nomeação, para a aplicação imediata das sanções

decorrentes de infração cometidas durante as disputas e constantes das súmulas ou documentos similares dos árbitros, ou, ainda, decorrentes de infringência ao regulamento da respectiva competição, torneio ou campeonato.

§ 1º Nos Tribunais de Justiça Desportiva e nas Comissões Disciplinares, as transgressões relativas a disciplina e a competições desportivas prescindem do processo administrativo, e será assegurada a ampla defesa e o contraditório.

§ 2º A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva serão definidas em Códigos de Justiça Desportiva a ser aprovado pelo CDDB.

§ 3º Enquanto não forem aprovados os novos Códigos de Justiça Desportiva, continuam em vigor os atuais Códigos, com as alterações constantes da Lei nº 9.615, de 1998, e deste Decreto.

Art. 57. Os Tribunais de Justiça Desportiva, por indicação segmentada, serão compostos por, no mínimo, sete membros, ou onze membros, no máximo.

§ 1º Caberá às entidades de administração do desporto a indicação de um auditor, membro efetivo do Tribunal, quando a composição for de sete membros, e de dois, quando a composição determinar onze membros.

§ 2º Caberá a indicação, pelas entidades de prática desportiva que participem de competições oficiais da divisão principal, de um auditor, membro efetivo do Tribunal, quando a composição for de sete membros, e de dois, quando a composição determinar onze membros.

§ 3º Caberá à Ordem dos Advogados do Brasil, na seção correspondente, indicar três advogados com notório saber jurídica desportivo, para integrar o Tribunal como auditores, membros efetivos.

§ 4º Caberá aos árbitros, por suas entidades nacionais, estaduais, distritais ou municipais por modalidade desportiva ou grupo de modalidades, indicarem um auditor, membro efetivo do Tribunal, quando a composição for de sete membros, e de dois, quando a composição determinar onze membros.

§ 5º Caberá aos atletas por suas entidades de classe de âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, por modalidade desportiva ou grupo de modalidades, indicarem um auditor, membro efetivo do Tribunal, quando a composição for de sete membros e de dois, quando a composição determinar onze membros.

§ 6º Para efeito de acréscimo de composição, será observado o previsto no art. 55 da Lei nº 9.615, de 1998, e deverá ser assegurada a paridade apresentada nos incisos I, II, IV e V, do mesmo artigo.

§ 7º A indicação para o cargo de auditor, membro efetivo do Tribunal de Justiça Desportiva, é privativo das entidades elencadas nos incisos I a V do art. 55 da Lei nº 9.615, de 1998, e a substituição do auditor, a qualquer tempo, é prerrogativa da entidade indicadora, não podendo ser contestada.

§ 8º Nas vacâncias dos cargos de auditores, membros efetivos, o Presidente do Tribunal deverá oficializar à entidade indicadora para que, no prazo máximo de trinta dias, promova a nova indicação.

§ 9º Os membros dos Tribunais de Justiça Desportiva serão obrigatoriamente bacharéis em Direito ou pessoas de notório saber jurídico e de conduta ilibada.

§ 10. Os atuais Tribunais de Justiça Desportiva deverão, no prazo máximo de setenta e cinco dias, a contar da publicação deste Decreto, adaptarem-se ao previsto neste artigo, sob pena de se tomarem ineficazes as decisões tomadas a partir da data limite.

§ 11. As entidades de administração do desporto que, na data da publicação deste Decreto, não tiverem constituído seu Tribunal de Justiça Desportiva deverão fazê-lo, obrigatoriamente, nos termos deste artigo e no prazo estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 58. Para o regular preenchimento das vagas de auditor, membro efetivo dos Tribunais de Justiça Desportiva, nos termos do § 8º do artigo anterior, o presidente em exercício das ligas e das entidades de administração do desporto de cada sistema ou modalidade deverá:

I - convocar por edital público e ofício protocolado a cada segmento interessado, legalmente



constituído e reconhecido na jurisdição, dentre os elencados nos incisos II, III, IV e V do art. 55 da Lei nº 9.615, de 1998, a abertura de prazo para indicação; e

II - determinar o prazo máximo para as indicações, que deverá ocorrer, impreterivelmente, até quarenta e cinco dias antes da realização do ato de posse da nova diretoria da liga ou da entidade de administração convocante.

§ 1º Recebidas as indicações, o presidente da entidade de administração, na mesma data do ato de sua posse, instalará o Tribunal de Justiça Desportiva.

§ 2º Caso o presidente da entidade de administração não promova a tempo e modo os atos previstos neste artigo, caberá ao presidente em exercício do Tribunal de Justiça Desportiva, e na sequência de substituição ao presidente da entidade de prática desportiva de maior idade, determinar a realização dos atos previstos nos incisos I e II deste artigo e no parágrafo anterior.

§ 3º É vedado aos dirigentes desportivos das entidades de administração e das entidades de prática o exercício de cargo ou função na Justiça Desportiva, exceção feita aos membros dos conselhos deliberativos das entidades de prática desportiva.

Art. 59. As entidades ou segmentos elencados nos §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do art. 57 deste Decreto realizarão, no prazo previsto no inciso II do artigo anterior, a escolha dos membros representativos do segmento que integrarão o Tribunal de Justiça Desportiva, nos termos de seus estatutos.

Parágrafo único. Conhecida a indicação, cada entidade ou segmento deverá encaminhar ao presidente da entidade de administração convocadora, por documento protocolado ou na forma da substituição prevista no § 2º do art. 58 deste Decreto, o nome dos escolhidos para integrarem, como auditores, membros efetivos, o Tribunal de Justiça Desportiva.

Art. 60. O mandato dos membros dos Tribunais de Justiça terá a duração máxima de quatro anos, permitida apenas uma recondução.

Art. 61. A Comissão Disciplinar será composta por três integrantes do elenco de auditores, membros efetivos do Tribunal de Justiça Desportiva a que pertencer, e somente proferirá decisões com a presença da totalidade de seus membros.

§ 1º Em cada Tribunal de Justiça Desportiva, visando a celeridade do processo, poderão ser constituídas várias Comissões Disciplinares, de atuação simultânea.

§ 2º A Comissão Disciplinar deverá ser composta por um auditor, membro efetivo representativo de cada segmento, de forma a preservar a isonomia da paridade prevista nos incisos I a V do art. 55 da Lei nº 9.615, de 1998.

§ 3º Visando evitar a suspensão da sessão de julgamento da Comissão Disciplinar, por falta de número legal, quando das ausências ou vacâncias do auditor, poderá, excepcionalmente naquela sessão, a cumulação de cargos ser efetivada com a participação dos representantes indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 4º A Comissão Disciplinar aplicará sanções em procedimento sumário, em regular sessão de julgamento, obrigatoriamente com a presença de sua composição total.

§ 5º Das decisões da Comissão Disciplinar caberá recursos aos Tribunais de Justiça Desportiva.

§ 6º O recurso previsto no parágrafo anterior será recebido e processado com efeito suspensivo quando a penalidade exceder de duas partidas consecutivas, quinze dias ou pena pecuniária de valor superior a R\$120,00 (cento e vinte reais).

## **CAPÍTULO VIII DO DESPORTO EDUCACIONAL**

Art. 62. A organização e o funcionamento do desporto educacional obedecerão aos princípios o às diretrizes referentes ao desporto e à educação nacionais.

Art. 63. O desporto educacional terá estrutura específica, compreendendo sistemas diferenciados para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios acompanhando a organização descentralizada dos sistemas de ensino.

Parágrafo único. A organização dos sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será fixada na legislação concorrente que cada Unidade da Federação expedir no exercício de sua competência legal.

Art. 64. Aos praticantes do desporto educacional é assegurado o direito de optarem pelas manifestações participativa e de rendimento.

Art. 65. O desporto educacional no Sistema Federal do Desporto congrega os integrantes do Sistema Federal de Ensino, os dos Sistemas dos Estados e os do Distrito Federal.

Art. 66. O papel curricular do Desporto Educacional será definido em cada Estado, no Distrito Federal e nos Municípios, pelos respectivos sistema de ensino.

Art. 67. As instituições de ensino superior regularão a prática desportiva curricular, formal e não-formal, de seus alunos.

Art. 68. À entidade nacional de administração do desporto universitário, com competência e poderes equivalentes aos das entidades nacionais de administração do desporto, cabe administrar o desporto universitário de rendimento.

## **CAPÍTULO IX DOS RECURSOS PARA O DESPORTO**

Art. 69. Os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:

- I - fundos desportivos;
- II - receitas oriundas de concursos de prognósticos;
- III - doações, patrocínios e legados;
- IV - prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados nos prazos regulamentares;
- V - incentivos fiscais previstos em lei; e
- VI - outras fontes.

Art. 70. Constituirão recursos para a assistência social e educacional aos atletas profissionais, ex-atletas e aos em formação, recolhidos diretamente para a Federação das Associações de Atletas Profissionais - FAAP:

- I - um por cento do contrato do atleta profissional pertencente ao Sistema Brasileiro do Desporto, devido e recolhido pela entidade contratante;
- II - um por cento do valor da multa contratual, nos casos de transferências nacionais e internacionais, a ser pago pela entidade cedente;
- III - um por cento da arrecadação proveniente das competições organizadas pelas entidades nacionais de administração do desporto profissional; e
- IV - penalidades disciplinares pecuniárias aplicadas aos atletas profissionais pelas entidades de prática desportiva, pelas de administração do desporto ou pelos Tribunais de Justiça Desportiva.

§ 1º O pagamento das importâncias resultantes da aplicação dos incisos I, II, III e IV deste artigo será efetuado diretamente pelo devedor ou agente arrecadador à FAAP, por guia de recolhimento e pagamento por meio da rede bancária, conforme modelo padrão expedido pelo

**INDESP.**

§ 2º As contribuições devidas à FAAP, não recolhidas no prazo fixado no inciso II do § 3º deste artigo, terão seus valores atualizados monetariamente até a data do efetivo pagamento, de acordo com os índices adotados para os tributos da União, ficando as entidades devedoras sujeitas à cobrança judicial.

§ 3º A guia de recolhimento e pagamento deverá obrigatoriamente indicar em campos próprios e específicos:

I - a fonte pagadora;

II - a data do vencimento, que deverá ser de até cinco dias úteis após a ocorrência do fato gerador;

III - o valor do recolhimento em moeda corrente do País;

IV - a identificação do fato gerador;

V - o nome do atleta no caso dos incisos I, II e IV do art. 70 deste Decreto;

VI - a identificação da competição e a Unidade da Federação onde a competição foi realizada, quando da ocorrência do inciso III do art. 70 deste Decreto; e

VII - a Unidade da Federação onde a receita foi gerada.

§ 4º Ocorrendo a recusa ou sonegação de qualquer documento ou informação, ou sua apresentação deficiente, a FAAP fixará, de ofício, sem prejuízo da penalidade cabível, a importância que julgar devida, cabendo à entidade devedora o ônus da prova em contrário.

§ 5º Auferida, arrecadada e individualizada a receita, a FAAP deverá, obrigatoriamente, destinar, no prazo máximo de cinco dias úteis, oitenta por cento de seu valor para a Associação de Garantia ao Atleta Profissional - AGAP, com sede na Unidade da Federação que deu origem à receita bruta.

§ 6º Nas Unidades da Federação em que, na data da publicação da Lei nº 9.615, de 1998, não estavam constituídas ou em funcionamento a AGAP, o percentual previsto no § 3º deste artigo será repassado ao sindicato de classe, e na ausência deste, às associações de atletas que tenham sido fundadas com, no mínimo, noventa dias antes da publicação daquela Lei.

§ 7º A AGAP que se apresentar inadimplente na prestação de contas ou ainda perante os cofres públicos, entidades de previdência social e autarquias, federais, estaduais, distritais e municipais, ficará impedida de receber a participação atribuída na forma do § 3º deste artigo.

§ 8º Nas Unidades da Federação onde a AGAP se apresentar inadimplente, e ainda onde não existir entidade representativa de atletas, ou sindicato de classe de abrangência interestadual, a FAAP deverá aplicar o percentual previsto de oitenta por cento em projetos específicos naquela Unidade da Federação.

§ 9º Em caso de não atendimento do disposto no § 6º, no prazo de trinta dias contados do recebimento da contribuição, a FAAP será obrigada a reverter para a Secretaria Estadual de Esportes da Unidade da Federação beneficiária o valor da contribuição, que deverá ser aplicado em projetos desportivos comunitários.

§ 10. No caso do inadimplemento pela FAAP do disposto no § 5º do art. 70 deste Decreto, o percentual a ela destinado de vinte por cento será atribuído à Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal.

Art. 71. Até a entrada em vigor do § 2º do art. 28 da Lei nº 9.615, de 1998, o percentual estabelecido no inciso II do art. 57 da mesma Lei será aplicado sobre o valor do passe fixado pela entidade cedente.

Art. 72. O apoio supletivo ao sistema de assistência ao atleta profissional, de que trata o inciso VII do art. 7º da Lei nº 9.615, de 1998, será aplicado, exclusivamente, no custeio das atividades educacional e social destinadas ao atendimento de atletas profissionais, semiprofissionais e de ex-atletas profissionais, vedado seu uso em benefício de qualquer outro tipo de clientela, e desde que tenham sido atendidas todas as prioridades fixadas no art. 217 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Excepcionalmente, durante o exercício financeiro de 1998, o INDESP

poderá autorizar despesas de administração da FAAP e das AGAP, em valor que não exceda o limite de trinta por cento dos recursos concedidos em cada processo.

Art. 73. Os débitos contraídos pelas entidades desportivas antes da publicação da Lei nº 9.615, de 1998, junto ao INDESP, correspondentes às contribuições previstas no inciso II do art. 43 da Lei nº 8.672, de 1993, serão recolhidos diretamente à FAAP, obedecidas às normas fixadas neste Decreto.

## **CAPÍTULO X DO BINGO**

Capítulo revogado pelo artigo 19 do Decreto 3.659, de 14 de novembro de 2000

## **CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 106. Os dirigentes, unidades ou órgãos de entidades de administração do desporto, inscritas ou não no registro de comércio, não exercem função delegada pelo Poder Público, nem são consideradas autoridades públicas para os efeitos desta Lei.

Art. 107. As entidades desportivas internacionais com sede permanente ou temporária no País receberão dos poderes públicos o mesmo tratamento dispensado às entidades nacionais de administração do desporto.

Art. 108. Será considerado como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período em que o atleta servidor público civil ou militar, da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, estiver convocado para integrar representação nacional em competição desportiva no País ou no exterior.

§ 1º O período de convocação será definido pela entidade nacional da administração da respectiva modalidade desportiva, cabendo a esta ou aos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros fazer a devida comunicação e solicitar ao titular do Ministério a que estiver vinculado o INDESP a competente liberação do afastamento do atleta ou dirigente.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos profissionais especializados e dirigentes, quando indispensáveis à composição da delegação.

Art. 109. Os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as instituições de ensino superior, definirão normas específicas para verificação do rendimento e o controle de frequência dos estudantes que integrarem representação desportiva nacional, de forma a harmonizar a atividade desportiva com os interesses relacionados ao aproveitamento e à promoção escolar.

Art. 110. É instituído o Dia do Desporto, a ser comemorado no dia 23 de junho, Dia Mundial do Desporto Olímpico.

Art. 111. A denominação e os símbolos de entidade de administração do desporto ou prática desportiva, bem como o nome ou apelido desportivo do atleta profissional, são de propriedade exclusiva dos mesmos, contando com a proteção legal, válida para todo o território nacional, por tempo indeterminado, sem necessidade de registro ou averbação no órgão competente.

Parágrafo único. A garantia legal outorgada às entidades e aos atletas referidos neste artigo permite-lhes o uso comercial de sua denominação, símbolos, nomes e apelidos.

Art. 112. Os árbitros e auxiliares de arbitragem poderão constituir entidades nacionais e

estaduais, por modalidade desportiva ou grupo de modalidades, objetivando o recrutamento, a formação e a prestação de serviços às entidades de administração do desporto.

Parágrafo único. Independentemente da constituição de sociedade ou entidades, os árbitros e seus auxiliares não terão qualquer vínculo empregatício com as entidades desportivas diretivas onde atuarem, e sua remuneração como autônomos exonera tais entidades de quaisquer outras responsabilidades trabalhistas, securitárias e previdenciárias.

Art. 113. Em campeonatos ou torneios regulares com mais de uma divisão, as entidades de administração do desporto determinarão em seus regulamentos o princípio do acesso e do descenso, observado sempre o critério técnico.

Art. 114. É vedado aos administradores e membros de conselho fiscal de entidade de prática desportiva o exercício de cargo ou função em entidade de administração do desporto.

## **CAPÍTULO XII**

### **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 115. Até a edição dos Códigos da Justiça dos Desportos Profissionais e Não-Profissionais continuam em vigor os atuais Códigos, com as alterações constantes da Lei nº 9.615, de 1998 e deste Decreto.

Art. 116. O disposto no § 2º do art. 28 da Lei nº 9.615, de 1998, somente entrará em vigor após três anos a partir da vigência daquela Lei.

Parágrafo único. Opcionalmente e mediante manifestação da livre vontade da entidade de prática empregadora e do atleta empregado, por cláusula especial no contrato de trabalho que vierem a firmar, o previsto no § 2º do art. 28 da Lei nº 9.615, de 1998, poderá ser utilizado a partir da data da publicação deste Decreto.

Art. 117. As entidades desportivas praticantes ou participantes de competições de atletas profissionais terão o prazo de dois anos para se adaptar ao disposto no art. 27 da Lei nº 9.615, de 1998.

Art. 118. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 119. Revogam-se o Decreto nº 981, de 11 de novembro de 1993, e todas as Resoluções do extinto Conselho Nacional de Desportos.

Brasília, 29 de abril de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**  
Edson Arantes do Nascimento

**ANEXO 5 – LEI 9.981 DE 14 DE JULHO DE 2000**

Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 3º [...]

Parágrafo único. [...]

II - de modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio.

a) (revogada);

b) (revogada).

Art. 4º [...]

I - o Ministério do Esporte e Turismo;

[...]

Art. 11. O Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro - CDDB é órgão colegiado de normatização, deliberação e assessoramento, diretamente vinculado ao Gabinete do Ministro de Estado do Esporte e Turismo, cabendo-lhe:

[...]

V - exercer outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva;

VI - aprovar os Códigos de Justiça Desportiva e suas alterações;

VII - expedir diretrizes para o controle de substâncias e métodos proibidos na prática desportiva.

[...]

Art. 12-A. O Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro - CDDB terá a seguinte composição:

I - o Ministro do Esporte e Turismo;

II - o Presidente do INDESP;

III - um representante de entidades de administração do desporto;

IV - dois representantes de entidades de prática desportiva;

V - um representante de atletas;

VI - um representante do Comitê Olímpico Brasileiro - COB;

VII - um representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPOB;

VIII - quatro representante do desporto educacional e de participação indicados pelo Presidente da República;

IX - um representante dos secretários estaduais de esporte;

X - três representantes indicados pelo Congresso Nacional, sendo dois deles da maioria e um da minoria.

Parágrafo único. Os membros do Conselho e seus suplentes serão indicados na forma da regulamentação desta Lei, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 15 [...]

[...]

§ 2º É privativo do Comitê Olímpico Brasileiro - COB e do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPOB o uso das bandeiras, lemas, hinos e símbolos olímpicos e paraolímpicos, assim como das

denominações "jogos olímpicos", "olimpíadas", "jogos paraolímpicos" e "paraolimpíadas", permitida a utilização destas últimas quando se tratar de eventos vinculados ao desporto educacional e de participação.

[...]

Art. 18. [...]

Parágrafo único. A verificação do cumprimento das exigências contidas nos incisos I a IV deste artigo será de responsabilidade do INDESP.

[...]

Art. 27. É facultado à entidade de prática desportiva participante de competições profissionais:

I - transformar-se em sociedade civil de fins econômicos;

II - transformar-se em sociedade comercial;

III - constituir ou contratar sociedade comercial para administrar suas atividades profissionais.

§ 1º (parágrafo único original) (Revogado)."

§ 2º A entidade a que se refere este artigo não poderá utilizar seus bens patrimoniais, desportivos ou sociais para integralizar sua parcela de capital ou oferecê-los como garantia, salvo com a concordância da maioria absoluta da assembléia-geral dos associados e na conformidade do respectivo estatuto.

§ 3º Em qualquer das hipóteses previstas no caput deste artigo, a entidade de prática desportiva deverá manter a propriedade de, no mínimo, cinquenta e um por cento do capital com direito a voto e ter o efetivo poder de gestão da nova sociedade, sob pena de ficar impedida de participar de competições desportivas profissionais.

§ 4º A entidade de prática desportiva somente poderá assinar contrato ou firmar compromisso por dirigentes com mandato eletivo.

Art. 27-A. Nenhuma pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, seja detentora de parcela do capital com direito a voto ou, de qualquer forma, participe da administração de qualquer entidade de prática desportiva poderá ter participação simultânea no capital social ou na gestão de outra entidade de prática desportiva disputante da mesma competição profissional.

§ 1º É vedado que duas ou mais entidades de prática desportiva disputem a mesma competição profissional das primeiras séries ou divisões das diversas modalidades desportivas quando:

a) uma mesma pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente, através de relação contratual, explore, controle ou administre direitos que integrem seus patrimônios; ou,

b) uma mesma pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente, seja detentora de parcela do capital com direito a voto ou, de qualquer forma, participe da administração de mais de uma sociedade ou associação que explore, controle ou administre direitos que integrem os seus patrimônios.

§ 2º A vedação de que trata este artigo aplica-se:

a) ao cônjuge e aos parentes até o segundo grau das pessoas físicas; e

b) às sociedades controladores, controladas e coligadas das mencionadas pessoas jurídicas, bem como a fundo de investimento, condomínio de investidores ou outra forma assemelhada que resulte na participação concomitante vedada neste artigo.

§ 3º Excluem-se da vedação de que trata este artigo os contratos de administração e investimentos em estádios, ginásios e praças desportivas, de patrocínio, de licenciamento de uso de marcas e símbolos, de publicidade e de propaganda, deste que não importem na administração direta ou na co-gestão das atividades desportivas profissionais das entidades de prática desportiva, assim como os contratos individuais ou coletivos que sejam celebrados entre as detentoras de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de televisão por assinatura, e entidades de prática desportiva para fins de transmissão de eventos desportivos.

§ 4º A infringência a este artigo implicará a inabilitação da entidade de prática desportiva para a percepção dos benefícios de que trata o art. 18, bem como a suspensão prevista no art. 48, IV, enquanto perdurar a transgressão.

§ 5º Ficam as detentoras de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de televisão por assinatura, impedidas de patrocinar entidades de prática desportiva.

#### Art. 28. [...]

§ 3º O valor da cláusula penal a que se refere o caput deste artigo será livremente estabelecido pelos contratantes até o limite máximo de cem vezes o montante da remuneração anual pactuada.

§ 4º Em quaisquer das hipóteses previstas no § 3º deste artigo, haverá a redução automática do valor da cláusula penal apurada, aplicando-se, para cada ano integralizado do vigente contrato de trabalho desportivo, os seguintes percentuais progressivos e não-cumulativos:

- a) dez por cento após o primeiro ano;
- b) vinte por cento após o segundo ano;
- c) quarenta por cento após o terceiro ano;
- d) oitenta por cento após o quarto ano.

§ 5º Quando se tratar de transferência internacional, a cláusula penal não será objeto de qualquer limitação, desde que esteja expresso no respectivo contrato de trabalho desportivo.

§ 6º Na hipótese prevista no § 3º, quando se tratar de atletas profissionais que recebam até dez salários mínimos mensais, o montante da cláusula penal fica limitado a dez vezes o valor da remuneração anual pactuada ou a metade do valor restante do contrato, aplicando-se o que for menor.

#### Art. 29. (VETADO)

[...]

§ 2º Para os efeitos do caput deste artigo, exige-se da entidade de prática desportiva formadora que comprove estar o atleta por ela registrado como não-profissional há, pelo menos, dois anos, sendo facultada a cessão deste direito a entidade de prática desportiva, de forma remunerada.

§ 3º A entidade de prática desportiva detentora do primeiro contrato de trabalho com o atleta por ela profissionalizado terá o direito de preferência para a primeira renovação deste contrato.

Art. 30. O contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos.

Parágrafo único. Não se aplica ao contrato de trabalho do atleta profissional o disposto no art. 445 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 33. Cabe à entidade nacional de administração do desporto que registrar o contrato de trabalho profissional fornecer a condição de jogo para as entidades de prática desportiva, mediante a prova de notificação do pedido de rescisão unilateral firmado pelo atleta ou documento do empregador no mesmo sentido, desde que acompanhado da prova de pagamento da cláusula penal nos termos do art. 28 desta Lei.

Art. 34. São deveres da entidade de prática desportiva empregadora, em especial:

I - registrar o contrato de trabalho do atleta profissional na entidade de administração nacional da respectiva modalidade desportiva;

II - proporcionar aos atletas profissionais as condições necessárias à participação nas competições desportivas, treinos e outras atividades preparatórias ou instrumentais;

III - submeter os atletas profissionais aos exames médicos e clínicos necessários à prática desportiva.

Art. 35. São deveres do atleta profissional, em especial:

I - participar dos jogos, treinos, estágios e outras sessões preparatórias de competições com a



aplicação e dedicação correspondentes às suas condições psicofísicas e técnicas;

II - preservar as condições físicas que lhes permitam participar das competições desportivas, submetendo-se aos exames médicos e tratamentos clínicos necessários à prática desportiva;

III - exercer a atividade desportiva profissional de acordo com as regras da respectiva modalidade desportiva e as normas que regem a disciplina e a ética desportivas.

Art. 38. Qualquer cessão ou transferência de atleta profissional ou não-profissional depende de sua formal e expressa anuência.

Art. 43. É vedada a participação em competições desportivas profissionais de atletas não-profissionais com idade superior a vinte anos.

Art. 45. As entidades de prática desportiva são obrigadas a contratar seguro de acidentes de trabalho para atletas profissionais e para eles vinculados, com o objetivo de cobrir os riscos a que eles estão sujeitos.

Parágrafo único. A importância segurada deve garantir direito a uma indenização mínima correspondente ao valor total anual da remuneração ajustada no caso dos atletas profissionais.

Art. 50. (VETADO)

[...]

§ 4º Compete às entidades de administração do desporto promover o custeio do funcionamento dos órgãos da Justiça Desportiva que funcionem junto a si.

Art. 52. Os órgãos integrantes da Justiça Desportiva são autônomos e independentes das entidades de administração do desporto de cada sistema, compondo-se do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, funcionando junto às entidades nacionais de administração do desporto; dos Tribunais de Justiça Desportiva, funcionando junto às entidades regionais da administração do desporto, e das Comissões Disciplinares com competência para processar e julgar as questões previstas nos Códigos de Justiça Desportiva, sempre assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Art. 53. Junto ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva, para julgamento envolvendo competições interestaduais ou nacionais, e aos Tribunais de Justiça Desportiva, funcionarão tantas Comissões Disciplinares quantas se fizerem necessárias, compostas cada qual de cinco membros que não pertençam aos referidos órgãos judicantes e que por estes serão indicados.

[...]

§ 3º Das decisões da Comissão Disciplinar caberá recurso ao Tribunal de Justiça Desportiva e deste ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva, nas hipóteses previstas nos respectivos Códigos de Justiça Desportivas.

Art. 55. O Superior Tribunal de Justiça Desportiva e os Tribunais de Justiça Desportiva serão compostos por nove membros, sendo:

I - dois indicados pela entidade de administração do desporto;

II - dois indicados pelas entidades de prática desportiva que participem de competições oficiais da divisão principal;

III - dois advogados com notório saber jurídico desportivo, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil;

IV - um representante dos árbitros, por estes indicados;

V - dois representantes dos atletas, por estes indicados.

§ 1º (Revogado).

§ 2º O mandato dos membros dos Tribunais de Justiça Desportiva terá duração máxima de quatro anos, permitida apenas uma recondução.

§ 3º É vedado aos dirigentes desportivos das entidades de administração e das entidades de

prática o exercício de cargo ou função na Justiça Desportiva, exceção feita aos membros dos conselhos deliberativos das entidades de prática desportiva.

§ 4º Os membros dos Tribunais de Justiça Desportiva poderão ser bacharéis em Direitos ou pessoas de notório saber jurídico, e de conduta ilibada.

Art. 57. Constituirão recursos para a assistência social e educacional aos atletas profissionais, ex-atletas e aos em formação, recolhidos diretamente para a Federação das Associações de Atletas Profissionais - FAAP:

I - um por cento do contrato do atleta profissional pertencente ao Sistema Brasileiro do Desporto, devido e recolhido pela entidade contratante;

II - um por cento do valor da cláusula penal, nos casos de transferências nacionais e internacionais, a ser pago pelo atleta;

III - um por cento da arrecadação proveniente das competições organizadas pelas entidades nacionais de administração do desporto profissional;

IV - penalidades disciplinares pecuniárias aplicadas aos atletas profissionais pelas entidades de prática desportiva, pelas de administração do desporto ou pelos órgãos da Justiça Desportiva.

Art. 84. Será considerado como efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período em que o atleta servidor público civil ou militar, da Administração Pública direta, indiretamente, autárquica ou funcional, estiver convocado para integrar representação nacional em treinamento ou competição desportiva no País ou no exterior.

§ 1º O período de convocação será definido pela entidade nacional da administração da respectiva modalidade desportiva, cabendo a esta ou aos Comitês Olímpico ou Paraolímpico Brasileiros fazer a devida comunicação e solicitar ao INDESP a competente liberação do afastamento do atleta ou dirigente.

[...]

Art. 84-A. todos os jogos das seleções brasileiras de futebol, em competições oficiais, deverão ser exibidos, pelo menos, em uma rede nacional de televisão aberta, com transmissão ao vivo, inclusive para as cidades brasileiras nas quais os mesmos estejam sendo realizados.

Parágrafo único. As empresas de televisão de comum acordo, ou por rodízio, ou por arbitramento, resolverão como cumprir o disposto neste artigo, caso nenhuma delas se interesse pela transmissão. O órgão competente fará o arbitramento.

Art. 93. O disposto no art. 28, § 2º, desta Lei somente produzirá efeitos jurídicos a partir de 26 de março de 2001, respeitados os direitos adquiridos decorrentes dos contratos de trabalho e vínculos desportivos de atletas profissionais pactuados com base na legislação anterior.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 94. Os artigos 27, 27-A, 28, 29, 30, 39, 43, 45 e o § 1º do art. 41 desta Lei serão obrigatórios exclusivamente para atletas e entidades de prática profissional da modalidade de futebol.

Parágrafo único. É facultado às demais modalidades desportivas adotar os preceitos constantes dos dispositivos referidos no caput deste artigo.

Art. 94-A. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, inclusive a distribuição dos recursos, gradação das multas e os procedimentos de sua aplicação.

Art. 2º Ficam revogados, a partir de 31 de dezembro de 2001, os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, respeitando-se as autorizações que estiverem em vigor até a data da sua expiração.

Parágrafo único. Caberá ao INDESP o credenciamento das entidades e à Caixa Econômica Federal a autorização e a fiscalização da realização dos jogos de bingo, bem como a decisão sobre a

regularidade das prestações de contas.

Art. 3º Os prêmios de jogos de bingo obtidos de acordo com a Lei nº 9.615, de 1998, e não reclamados, bem como as multas aplicadas em decorrência do descumprimento do disposto no Capítulo IX do mesmo diploma legal, constituirão recursos do INDEP.

Art. 4º Na hipótese de a administração do jogo de bingo ser entregue a empresa comercial, é de exclusiva responsabilidade desta o pagamento de todos os tributos e encargos da seguridade social incidentes sobre as respectivas receitas obtidas com essa atividade.

Art. 5º Revogam-se os arts. 36 e 37 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, bem como a Lei nº 9.940, de 21 de dezembro de 1999.

Art. 6º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.011-8, de 26 de maio de 2000.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de julho de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

José Gregori

Pedro Malan

Francisco Dornelles

Waldeck Ornélas

Carlos Melles

## ANEXO 6 – MEDIDA PROVISÓRIA 2.141-3 DE 21 DE JUNHO DE 2001

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º [...]

III - O Conselho Nacional do Esporte - CNE;  
[...]

Art. 11. O CNE é órgão colegiado de normatização, deliberação e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte e Turismo, cabendo-lhe:  
[...]

Art. 12-A. O CNE terá a seguinte composição:

I - Ministro de Estado do Esporte e Turismo, que o presidirá;

II - Secretário Nacional de Esporte do Ministério do Esporte e Turismo;

III - Secretário-Executivo do Ministério da Educação;

IV - Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores;

V - Secretário-Executivo do Ministério da Justiça;

VI - Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego;

VII - Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro;

VIII - Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro;

IX - Presidente da Confederação Brasileira de Futebol;

X - Presidente do Conselho Federal de Educação Física;

XI - Presidente da Comissão Nacional de Atletas;

XII - Presidente do Fórum Nacional de Dirigentes Estaduais de Esporte;

XIII - três representantes do desporto nacional, indicados pelo Presidente da República;

XIV - três representantes indicados pelo Congresso Nacional, sendo um Senador e dois

Deputados; e

XV - um representante dos clubes de futebol.

[...]

Art. 28. [...]

2º O vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais, com o término da vigência do contrato de trabalho, salvo na hipótese prevista no § 3º, inciso II, do art. 29 desta Lei.

[...]

Art. 29. A entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com este, a partir de dezesseis anos de idade, o primeiro contrato de trabalho profissional, cujo prazo não poderá ser superior a cinco anos.

[...]

3º Apenas a entidade de prática desportiva formadora que, comprovadamente, firmar o primeiro contrato de trabalho com o atleta por ela profissionalizado, terá direito de exigir, do novo empregador, indenização de:

I - formação, quando da cessão do atleta durante a vigência do primeiro contrato, que não poderá exceder a duzentas vezes o montante da remuneração anual, vedada a cobrança cumulativa de cláusula penal;

II - promoção, quando de nova contratação do atleta, no prazo de seis meses após o término do primeiro contrato, que não poderá exceder a cento e cinquenta vezes o montante da remuneração anual, desde que a entidade formadora permaneça pagando salários ao atleta enquanto não firmado o novo vínculo contratual.

[...]

Art. 46-A. As entidades de administração do desporto e as de prática desportiva envolvidas em quaisquer competições de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, com ou sem finalidade lucrativa, são obrigadas a elaborar e publicar as demonstrações contábeis e balanços patrimoniais, de cada exercício, devidamente auditados por auditoria independente.

Parágrafo único. Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação tributária, trabalhista, previdenciária, cambial, e das conseqüentes responsabilidades civil e penal, a infringência a este artigo implicará:

I - para as entidades de administração do desporto, a inelegibilidade, por dez anos, de seus dirigentes para o desempenho de cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação, em quaisquer das entidades ou órgãos referidos no parágrafo único do art. 13 desta Lei;

II - para as entidades de prática desportiva, a inelegibilidade, por cinco anos, de seus dirigentes para cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação em qualquer entidade ou empresa direta ou indiretamente vinculada às competições profissionais da respectiva modalidade desportiva.

Art. 50. A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas em códigos desportivos, facultando-se às ligas constituir seus próprios órgãos judicantes desportivos, com atuação restrita às suas competições.

[...]

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.141-2, de 22 de maio de 2001.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se os §§ 3º e 4º do art. 27 e o § 6º do art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

Brasília, 21 de junho de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL

Pedro Parente

## ANEXO 7 – MEDIDA PROVISÓRIA 2.193-6 DE 23 DE AGOSTO DE 2001

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º [...]

III - O Conselho Nacional do Esporte - CNE;

[...]

Art. 11. O CNE é órgão colegiado de normatização, deliberação e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte e Turismo, cabendo-lhe:

[...]

Art. 12-A. O CNE terá a seguinte composição:

I - Ministro de Estado do Esporte e Turismo, que o presidirá;

II - Secretário Nacional de Esporte do Ministério do Esporte e Turismo;

III - Secretário-Executivo do Ministério da Educação;

IV - Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores;

V - Secretário-Executivo do Ministério da Justiça;

VI - Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego;

VII - Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro;

VIII - Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro;

IX - Presidente da Confederação Brasileira de Futebol;

X - Presidente do Conselho Federal de Educação Física;

XI - Presidente da Comissão Nacional de Atletas;

XII - Presidente do Fórum Nacional de Dirigentes Estaduais de Esporte;

XIII - três representantes do desporto nacional, indicados pelo Presidente da República;

XIV - três representantes indicados pelo Congresso Nacional, sendo um Senador e dois Deputados; e

XV - um representante dos clubes de futebol.

[...]

Art. 28. [...]

2º O vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais, com o término da vigência do contrato de trabalho, salvo na hipótese prevista no § 3º, inciso II, do art. 29 desta Lei.

[...]

Art. 29. A entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com este, a partir de dezesseis anos de idade, o primeiro contrato de trabalho profissional, cujo prazo não poderá ser superior a cinco anos.

[...]

3º Apenas a entidade de prática desportiva formadora que, comprovadamente, firmar o primeiro contrato de trabalho com o atleta por ela profissionalizado, terá direito de exigir, do novo empregador, indenização de:

I - formação, quando da cessão do atleta durante a vigência do primeiro contrato, que não

poderá exceder a duzentas vezes o montante da remuneração anual, vedada a cobrança cumulativa de cláusula penal;

II - promoção, quando de nova contratação do atleta, no prazo de seis meses após o término do primeiro contrato, que não poderá exceder a cento e cinquenta vezes o montante da remuneração anual, desde que a entidade formadora permaneça pagando salários ao atleta enquanto não firmado o novo vínculo contratual.

[...]

Art. 46-A. As entidades de administração do desporto e as de prática desportiva envolvidas em quaisquer competições de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, com ou sem finalidade lucrativa, são obrigadas a elaborar e publicar as demonstrações contábeis e balanços patrimoniais, de cada exercício, devidamente auditados por auditoria independente.

Parágrafo único. Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação tributária, trabalhista, previdenciária, cambial, e das conseqüentes responsabilidades civil e penal, a infringência a este artigo implicará:

I - para as entidades de administração do desporto, a inelegibilidade, por dez anos, de seus dirigentes para o desempenho de cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação, em quaisquer das entidades ou órgãos referidos no parágrafo único do art. 13 desta Lei;

II - para as entidades de prática desportiva, a inelegibilidade, por cinco anos, de seus dirigentes para cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação em qualquer entidade ou empresa direta ou indiretamente vinculada às competições profissionais da respectiva modalidade desportiva.

Art. 50. A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas em códigos desportivos, facultando-se às ligas constituir seus próprios órgãos judicantes desportivos, com atuação restrita às suas competições.

[...]

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.193-5, de 26 de julho de 2001.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se os §§ 3º e 4º do art. 27, e o § 6º do art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

Brasília, 23 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Carlos Melles

## ANEXO 8 – LEI 10.672 DE 15 DE MAIO DE 2003

Altera dispositivos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º A Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art 2º [...]

Parágrafo único. A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios:

- I - da transparência financeira e administrativa;
- II - da moralidade na gestão desportiva;
- III - da responsabilidade social de seus dirigentes;
- IV - do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional; e
- V - da participação na organização desportiva do País.” (NR)

“Art 4º [...]

- I - o Ministério do Esporte;
- II - (Revogado).
- III - o Conselho Nacional do Esporte - CNE;
- [...]

§ 2º A organização desportiva do País, fundada na liberdade de associação, integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social, inclusive para os fins do disposto nos incisos I e III do art. 5º da Lei Complementar no 75, de 20 de maio de 1993.” (NR)

“Art. 5º (VETADO)”

“Art. 6º Constituem recursos do Ministério do Esporte:  
[...]

“Art 7º Os recursos do Ministério do Esporte terão a seguinte destinação:  
[...]

“Art 8º [...]  
IV - quinze por cento para o Ministério do Esporte.” (NR)

“Art 11. O CNE é órgão colegiado de normatização, deliberação e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte, cabendo-lhe:

- [...]
- IV - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do Ministério do Esporte;
- [...]

Parágrafo único. O Ministério do Esporte dará apoio técnico e administrativo ao CNE.” (NR)

“Art 12-A. O CNE será composto por vinte e dois membros indicados pelo Ministro do Esporte, que o presidirá.  
[...]

“Art 20 [...]



§ 6º As ligas formadas por entidades de prática desportiva envolvidas em competições de atletas profissionais equiparam-se, para fins do cumprimento do disposto nesta Lei, às entidades de administração do desporto.

§ 7º As entidades nacionais de administração de desporto serão responsáveis pela organização dos calendários anuais de eventos oficiais das respectivas modalidades.” (NR)

“Art 23. [...]

Parágrafo único. Independentemente de previsão estatutária é obrigatório o afastamento preventivo e imediato dos dirigentes, eleitos ou nomeados, caso incorram em qualquer das hipóteses do inciso II, assegurado o processo regular e a ampla defesa para a destituição.” (NR)

“Art 26. [...]

Parágrafo único. Considera-se competição profissional para os efeitos desta Lei aquela promovida para obter renda e disputada por atletas profissionais cuja remuneração decorra de contrato de trabalho desportivo.”

“Art 27. As entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais e as entidades de administração de desporto ou ligas em que se organizarem, independentemente da forma jurídica adotada, sujeitam os bens particulares de seus dirigentes ao disposto no art. 50 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, além das sanções e responsabilidades previstas no caput do art. 1.017 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na hipótese de aplicarem créditos ou bens sociais da entidade desportiva em proveito próprio ou de terceiros.

[...]

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).

§ 5º O disposto no art. 23 aplica-se, no que couber, às entidades a que se refere o caput deste artigo.

§ 6º Sem prejuízo de outros requisitos previstos em lei, as entidades de administração do desporto, as ligas e as entidades de prática desportiva, para obter financiamento com recursos públicos deverão:

I - realizar todos os atos necessários para permitir a identificação exata de sua situação financeira;

II - apresentar plano de resgate e plano de investimento;

III - garantir a independência de seus conselhos de fiscalização e administração, quando houver;

IV - adotar modelo profissional e transparente; e

V - elaborar e publicar suas demonstrações financeiras na forma definida pela Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, após terem sido auditadas por auditores independentes.

§ 7º Os recursos do financiamento voltados à implementação do plano de resgate serão utilizados:

I - prioritariamente, para quitação de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas; e

II - subsidiariamente, para construção ou melhoria de estádio próprio ou de que se utilizam para mando de seus jogos, com a finalidade de atender a critérios de segurança, saúde e bem estar do torcedor.

§ 8º Na hipótese do inciso II do § 7º, a entidade de prática desportiva deverá apresentar à instituição financiadora o orçamento das obras pretendidas.< p> § 9º É facultado às entidades desportivas profissionais constituírem-se regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 10º Considera-se entidade desportiva profissional, para fins desta Lei, as entidades de prática desportiva envolvidas em competições de atletas profissionais, as ligas em que se organizarem e as entidades de administração de desporto profissional.

§ 11º Apenas as entidades desportivas profissionais que se constituírem regularmente em sociedade empresária na forma do § 9º não ficam sujeitas ao regime da sociedade em comum e, em especial, ao disposto no art. 990 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 12º. (VETADO)

§ 13º. Para os fins de fiscalização e controle do disposto nesta Lei, as atividades profissionais das entidades de prática desportiva, das entidades de administração de desporto e das ligas desportivas, independentemente da forma jurídica como estas estejam constituídas, equiparam-se às das sociedades empresárias, notadamente para efeitos tributários, fiscais, previdenciários, financeiros, contábeis e administrativos.” (NR)

“Art 27-A [...]

§ 4º A infração a este artigo implicará a inabilitação da entidade de prática desportiva para percepção dos benefícios de que trata o art. 18 desta Lei.< p> § 5º As empresas detentoras de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de televisão por assinatura, ficam impedidas de patrocinar ou veicular sua própria marca, bem como a de seus canais e dos títulos de seus programas, nos uniformes de competições das entidades desportivas.

§ 6º A violação do disposto no § 5º implicará a eliminação da entidade de prática desportiva que lhe deu causa da competição ou do torneio em que aquela se verificou, sem prejuízo das penalidades que venham a ser aplicadas pela Justiça Desportiva.” (NR)

“Art 28. [...]

§ 2º O vínculo desportivo do atleta com a entidade desportiva contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo trabalhista, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais:

I - com o término da vigência do contrato de trabalho desportivo; ou

II - com o pagamento da cláusula penal nos termos do caput deste artigo; ou ainda

III - com a rescisão decorrente do inadimplemento salarial de responsabilidade da entidade desportiva empregadora prevista nesta Lei.

[...]

§ 4º Far-se-á redução automática do valor da cláusula penal prevista no caput deste artigo, aplicando-se, para cada ano integralizado do vigente contrato de trabalho desportivo, os seguintes percentuais progressivos e não-cumulativos:

I - dez por cento após o primeiro ano;

II - vinte por cento após o segundo ano;

III - quarenta por cento após o terceiro ano;

IV - oitenta por cento após o quarto ano.

[...]

§ 6º (Revogado).

§ 7º É vedada a outorga de poderes mediante instrumento procuratório público ou particular relacionados a vínculo desportivo e uso de imagem de atletas profissionais em prazo superior a um ano.” (NR)

“Art 29. A entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com esse, a partir de dezesseis anos de idade, o primeiro contrato de trabalho profissional, cujo prazo não poderá ser superior a cinco anos.

[...]

§ 3º A entidade de prática desportiva formadora detentora do primeiro contrato de trabalho com o atleta por ela profissionalizado terá o direito de preferência para a primeira renovação deste contrato, cujo prazo não poderá ser superior a dois anos.

§ 4º O atleta não profissional em formação, maior de quatorze e menor de vinte anos de idade, poderá receber auxílio financeiro da entidade de prática desportiva formadora, sob a forma de

bolsa de aprendizagem livremente pactuada mediante contrato formal, sem que seja gerado vínculo empregatício entre as partes.

§ 5º É assegurado o direito ao ressarcimento dos custos de formação de atleta não profissional menor de vinte anos de idade à entidade de prática de desporto formadora sempre que, sem a expressa anuência dessa, aquele participar de competição desportiva representando outra entidade de prática desportiva.

§ 6º Os custos de formação serão ressarcidos pela entidade de prática desportiva usufruidora de atleta por ela não formado pelos seguintes valores:

I - quinze vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezesseis e menor de dezessete anos de idade;

II - vinte vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezessete e menor de dezoito anos de idade;

III - vinte e cinco vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezoito e menor de dezenove anos de idade;

IV - trinta vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezenove e menor de vinte anos de idade.

§ 7º A entidade de prática desportiva formadora para fazer jus ao ressarcimento previsto neste artigo deverá preencher os seguintes requisitos:

I - cumprir a exigência constante do § 2º deste artigo;

II - comprovar que efetivamente utilizou o atleta em formação em competições oficiais não profissionais;

III - propiciar assistência médica, odontológica e psicológica, bem como contratação de seguro de vida e ajuda de custo para transporte;

IV - manter instalações desportivas adequadas, sobretudo em matéria de alimentação, higiene, segurança e salubridade, além de corpo de profissionais especializados em formação técnico-desportiva;

V - ajustar o tempo destinado à formação dos atletas aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, exigindo o satisfatório aproveitamento escolar.” (NR)

“Art 31. [...]

§ 3º Sempre que a rescisão se operar pela aplicação do disposto no caput deste artigo, a multa rescisória a favor do atleta será conhecida pela aplicação do disposto no art. 479 da CLT.

§ 4º (VETADO)” (NR)

“Art. 90-A. (VETADO)”

“Art. 90-B. (VETADO)”

Art 2º Os arts. 40 e 46-A da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, passam a vigorar com as seguintes alterações, renumerando-se para § 1º os atuais parágrafos únicos:

“Art. 40. (VETADO)

[...]

§ 2º Se a entidade de prática desportiva cedente de atleta profissional para entidade de prática desportiva estrangeira tiver sido cessionária do atleta, no prazo inferior a doze meses, em transferência definitiva ou empréstimo, oneroso ou gratuito, para qualquer outra entidade de prática desportiva, será caracterizada como entidade repassadora, fazendo jus a vinte e cinco por cento do valor pactuado para a cessão ou transferência internacional, ficando a entidade formadora com direito de receber setenta e cinco por cento do valor pago pela entidade estrangeira, desde que a entidade formadora do atleta não tenha sido previamente indenizada.” (NR)

“Art 46-A. As ligas desportivas, as entidades de administração de desporto e as de prática desportiva envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, ficam obrigadas a:

I - elaborar e publicar, até o último dia útil do mês de abril, suas demonstrações financeiras na forma definida pela Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, após terem sido auditadas por auditores independentes;

II - apresentar suas contas juntamente com os relatórios da auditoria de que trata o inciso I ao Conselho Nacional do Esporte - CNE, sempre que forem beneficiárias de recursos públicos, na forma do regulamento.

§ 1º Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação tributária, trabalhista, previdenciária, cambial, e das conseqüentes responsabilidades civil e penal, a infringência a este artigo implicará:

I - para as entidades de administração do desporto e ligas desportivas, a inelegibilidade, por dez anos, de seus dirigentes para o desempenho de cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação, em quaisquer das entidades ou órgãos referidos no parágrafo único do art. 13 desta Lei;

II - para as entidades de prática desportiva, a inelegibilidade, por cinco anos, de seus dirigentes para cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação em qualquer entidade ou empresa direta ou indiretamente vinculada às competições profissionais da respectiva modalidade desportiva.

§ 2º As entidades que violarem o disposto neste artigo ficam ainda sujeitas:

I - ao afastamento de seus dirigentes; e

II - à nulidade de todos os atos praticados por seus dirigentes em nome da entidade após a prática da infração.

§ 3º Os dirigentes de que trata o § 2º serão sempre:

I - o presidente da entidade, ou aquele que lhe faça as vezes; e

II - o dirigente que praticou a infração ainda que por omissão.

§ 4º (VETADO)” (NR)

Art 3º O art. 50 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art 50. A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas em códigos desportivos, facultando-se às ligas constituir seus próprios órgãos judicantes desportivos, com atuação restrita às suas competições.” (NR)

Art 4º O art. 8º da Lei no 10.359, de 27 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 8º Esta Lei entra em vigor em 30 de junho de 2004.” (NR)

Art 5º Revogam-se o inciso II do art. 4º, os §§ 1º e 2º do art. 5º, os §§ 3º e 4º do art. 27 e o § 6º do art. 28 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, e a Medida Provisória no 2.193-6, de 23 de agosto de 2001.

Art 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Marcio Fortes de Almeida

Agnelo Santos Queiroz Filho

Álvaro Augusto Ribeiro Costa

## ÍNDICE

<b>RESUMO</b> .....	iv
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
 <b>1 NOÇÕES INICIAIS DE DIREITO DESPORTIVO</b> .....	3
1.1 LEGISLAÇÃO E FUTEBOL.....	5
1.1.1 Lei Zico.....	11
1.1.2 Lei Pelé.....	13
 <b>2 AS ORIGENS DO FUTEBOL</b> .....	22
2.1 O FUTEBOL NO BRASIL.....	30
 <b>3 NOÇÕES INICIAIS DOS CONTRATOS DE TRABALHO</b> .....	33
3.1 ELEMENTOS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	38
3.1.1 Pressupostos.....	38
3.1.2 Requisitos.....	40
3.2. MODALIDADES DE CONTRATO DE TRABALHO.....	40
 <b>4 O CONTRATO DE TRABALHO DE ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL</b> .....	44
4.1 EMPREGADOS E EMPREGADORES.....	50
4.2 FORMA DO CONTRATO.....	55
4.3 CAPACIDADE.....	56
4.4 PRAZO DO CONTRATO.....	57
4.5 REMUNERAÇÃO.....	66
4.5.1 Os “bichos”.....	67
4.5.2 As luvas.....	68
4.5.3 Salário <i>In natura</i> .....	69
4.5.3.1. Considerações gerais.....	70
4.5.3.2. Salário <i>in natura</i> – <i>Habitação</i> .....	73
4.5.4. Contrato de trabalho e contrato de licença de uso de imagem.....	77
4.5.4.1. Do contrato de licença de uso de imagem.....	77
4.5.4.2. Direito de arena ou licença de uso de imagem.....	80
4.5.4.3. Licença de uso de imagem é salário?.....	82
4.5.4.4. O caso Luizão.....	85
4.5.4.5. Critérios para a valoração do contrato de licença de uso de imagem.....	86
4.6 DA RESCISÃO CONTRATUAL.....	87
4.6.1 O FGTS e o atleta profissional de futebol.....	93
 <b>5 JUSTIÇA DO TRABALHO OU JUSTIÇA DESPORTIVA?</b> .....	96
5.1 JURISPRUDÊNCIA.....	107
 <b>6 TRANSFERÊNCIA DE ATLETA PROFISSIONAL</b> .....	109
6.1 O “PASSE” COMO INSTITUTO CONTROVERTIDO.....	110

6.2 “DIREITOS FEDERATIVOS”?	124
6.3 PENHORA DE “PASSE”	126
6.3.1 Breves considerações acerca da penhora	110
6.3.2. Da correspondência entre o atleta profissional de futebol e a figura da penhora	127
6.3.3. Da ofensa aos princípios da dignidade e da liberdade	129
6.3.4. Da natureza jurídica da penhora	131
6.3.5. Da anuência do atleta	132
6.3.6. Da gradação do artigo 655 do CPC	133
6.3.7. Da medida judicial cabível em caso de penhora	134
<b>7 FUTEBOL, PASSE E SOCIEDADE</b>	<b>136</b>
<b>8 ESTUDO COMPARADO</b>	<b>141</b>
8.1 ESPANHA	141
8.2 PORTUGAL	143
8.3 ARGENTINA	146
8.4 BÉLGICA	147
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>151</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>156</b>
ANEXO 1 – LEI 6.354/76	157
ANEXO 2 – LEI 8.672/93	161
ANEXO 3 – LEI 9.615/98	174
ANEXO 4 – DECRETO 2.141/98	193
ANEXO 5 – LEI 9.981/00	214
ANEXO 6 – MEDIDA PROVISÓRIA 2.141-3/01	220
ANEXO 7 – MEDIDA PROVISÓRIA 2.193-6/01	222
ANEXO 8 – LEI 10.672/03	224